Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Departamento de Geografia
Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana

Imigrantes afro-islâmicos na indústria avícola halal brasileira

Allan Rodrigo de Campos Silva

São Paulo, maio de 2013

Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Departamento de Geografia
Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana

Imigrantes afro-islâmicos na indústria avícola halal brasileira

Allan Rodrigo de Campos Silva

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, sob orientação do Prof. Dr. Heinz Dieter Heidemann.

São Paulo, maio de 2013

Ficha de Aprovação

Autor: Allan Rodrigo de Campos Silva
E-mail: allancob@usp.br
Orientador: Prof. Dr. Dieter Heidemann

Título: Imigrantes afro-islâmicos na indústria avícola halal brasileira
Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, sob a orientação do Professor Dr. Dieter Heidemann, como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre na área de Geografia Humana.

Banca examinadora:

Prof(a). Dr(a). _____

Instituição:_____Assinatura:_____

Prof(a). Dr(a). _____

Instituição:_____Assinatura:_____

Prof(a). Dr(a). _____

Instituição:_____Assinatura:_____

Aprovado em:_____.

Resumo

Esta pesquisa trata da mobilidade do trabalho de imigrantes africanos no Brasil, identificada como uma particularidade determinada nos movimentos migratórios contemporâneos, a partir do caso dos afro-islâmicos nas indústrias avícolas do país, especializadas na exportação de frangos para o mercado muçulmano internacional. A inserção da força-de-trabalho desses imigrantes aponta para um conjunto de questões culturais, políticas e econômicas que se apresentam geograficamente no território brasileiro, e que, no contexto da globalização e da crise do capital financeiro internacional requer uma forma particular de abordagem teórica e a respectiva crítica das formas apologéticas de conhecimento. O estudos de tais relações em uma perspectiva de crítica ao dualismo (geográfico, histórico ou cultural) abre no olhar sobre a mercadoria halal a visão geral sobre o moderno fetichismo da mercadoria.

Palavras-Chave: Migração, Mobilidade do trabalho, Indústria, Modernização, Gaudemar.

Resume

This research deals with the labor mobility of African immigrants in Brazil, identified as a certain particularity in contemporary migratory movements, from the case of African-Islamic poultry industries in the country, specializing in exporting chickens to the Muslim international market. The insertion of the work force of these immigrants, points to a set of cultural, political and economic issues presented geographically in Brazilian territory, and that, in the current context of globalization and crisis of the international financial capital requires a particular form of theoretical approach and a critique of the apologetical forms of knowledge.

Key-Words: *Migration, Work Mobility, Industry, Modernization, Gaudemar.*

Uma vez que a crítica iluminista era na sua essência a auto-afirmação da destrutiva forma moderna do sujeito, através do seu processo de desenvolvimento histórico, ela extingue-se de fato diante dos nossos olhos, juntamente com o seu objeto. Na mesma medida em que todo e qualquer pensamento se retira em fuga desordenada para a derradeira e extrema linha de resistência da filosofia iluminista, ele deixa de existir de todo como pensamento. No entanto, o espetáculo de uma redescoberta militante dos valores ocidentais, como se nunca tivesse existido a história da reflexão, apegada ao seu objeto, dos últimos cento e cinquenta anos, nada tem de trágico, nem sequer de ridículo; é pura e simplesmente nojento.

Robert Kurz

Sumário

Agradecimentos 7

Apresentação: *O ressoar do Colapso*.....9

Introdução: *O método canino de investigação de galinhas*.....18

PARTE I - *A tragédia da mobilização*

Capítulo 1 - Mobilização violenta de corpos dóceis para o trabalho.....33

1.1 – Coordenadas mercantis: a forma-mercadoria a polarizar relações às costas da África...39

1.2 – Formações territoriais e mobilização: Do fuzil à metralhadora pelo Deus único.....38

1.3 – O discurso colonial da Geografia na modernização da África do século XIX.....47

1.4 – Libertações nacionais africanas: As modernizações retardatárias da África Ocidental...66

1.5 – Conflitos na África Ocidental na aurora do século XXI.....70

1.6 – Travessias transatlânticas.....76

PARTE II - *A farsa da libertação*

Capítulo 2 – Direitos Humanos, Refugiados e Mobilidade do trabalho.....83

2.1 – Os Direitos Humanos no processo de modernização.....86

2.2 – Migração forçada e o refugiado.....95

2.3 – Instituições.....111

2.4 – Relatos indiretos.....115

2.5 – Mobilidade de trabalhadores "halal" no Brasil.....122

2.6 – O problema da identidade.....129

PARTE III – *O nojo da modernização*

Capítulo 3: Modernização e reprodução crítica do capital fictício.....136

3.1 – Monopólio e formação de capital.....137

3.2 – Modernização e formação do complexo agroindustrial avícola no Brasil.....144

3.3 – Reprodução crítica do capital fictício.....152

3.4 – O fetichismo do sujeito.....159

3.5 – Comentário sobre os ciclos de Kondratieff e a teoria da crise.....163

Conclusão.....166

Bibliografia.....168

Anexos.....175

Agradecimentos

Esta dissertação de mestrado é um momento reificado – "um caco de objetivação" – de um processo contraditório de reprodução social de um pesquisador envolvido em um coletivo de pesquisadores, um entre vários estudantes que optaram por montar uma estratégia fetichista de tensão e explicitação das múltiplas determinações da mercadoria e do patriarcado sob a constituição da vida cotidiana. A reprodução material da vida através de bolsas de estudos possibilita a ***suspensão***, por um determinado número de meses, do tempo de trabalho precarizado e flexibilizado da sociabilidade crítica contemporânea, ainda que o recoloque em termos qualitativamente diferentes, também sujeitados aos seus próprios processos de precarização e modernização. *Durante o período em que se vive como bolsista é possível reorganizar a vida cotidiana justamente no sentido de evitar a redução da vida unicamente enquanto um bolsista pesquisador*. A vida de bolsista pode deixar uma ponta solta que, uma vez que encontre outras pontas soltas no mercado do "tempo livre", procura resistir e pensar as possibilidades de resistência (com a morte na alma) às imposições do tempo abstrato e do cotidiano. A ponta solta é um ***suspense*** distópico. Os outros fios dessa novela são as incontáveis e descontínuas presenças, conversas, encontros, viagens, almoços, leituras.

O caráter imediatamente coletivo desse processo de tensões faz imperativo o recontar dos fios: O Dieter e Carlão, anti-gurus, são pontapés. A Marina, mais do que ninguém, acompanhou e dividiu comigo o cotidiano da pesquisa. Por outro lado, a possibilidade de vida com a bolsa, permitiu também compartilhar com o Fabião por mais de um ano a convivência, a conversa e o questionamento das nossas verdades provisórias.

Um grupo inteiro de companhias foi e é importante justamente na busca por uma reprodução social auto-determinada, para além da forma abstrata e neurótica do sujeito. Meus amigos de formação pré-vida universitária, principalmente Vado, Marcelo, Bruno e Fumaça foram fundamentais para uma recusa determinada da vida *lauzanina*, determinada a se superar como ascensão social e reificação da consciência. Agradeço a Dona Vera, minha mãe, pela compreensão e pelo apoio. (Xavito, pé no chão, pé no ar, não é nem totalmente pré-vida universitária nem totalmente isso). Os primeiros colegas de universidade, Renato e Genário foram referências alienígenas importantes para manter a tensão e a crítica ligadas. "Do lado de dentro", foram importantes a Mónica, a Amélia e o Anselmo. Depois veio o verão, chovendo amigos e companheiros, de rampa, aulas, grupos de estudos, festas, moradia e vizinhança que resignificaram, cada um a sua maneira, as possibilidades de tensão (e correspondente

reprodução) da vida da mercadoria (e a crítica) do seu álibi acadêmico. Rafa Zé, Robertinha, Rafa Aragi, Pedrão, Artur, Carol, Cássio, Fernandão Mello, Jean, Martha Jardim, Catalani, Vicente Lemos, Renato, Ewa, Mamá, Renatinha (manda um abraço pro Zé), Daniel, Raquel, Tê, Marizinha, Marizona, Sandrinho, Ritinha, Vitor, Chico, Júlio Müller, Gabo, Lia, Henrique Marcha-Lenta, Felipe Paçoca, Cris, Boni, Guto, Marte, Catatau, Gustavão, Fábião Alkmin, Fê (Corguinho), Luni, Marcela, Ritinha, Manu, Gabi, Júlia Lara, Nádia, Ana Gomes, (o que me faz lembrar dos bate papos com a Aninha do Laboplan), Thiagão, Brunão, Tom, Ramon, Adriano, Cláudio, Perez, Necas, Túlio, Bia, Léo & Dafne. Daí veio a primavera: Má, Agnes, Olivia, Thauany, Clarinha, Jú Bruce Jú Rechman. Os mais recentes Caio, Droca e Danilo também viraram parceiros. Os Edsons (Bigode e Biachi) também são companheiros de várias viagens.

O resultado é processo, subir a montanha (ou o Morro?). Mas a construção de conhecimentos (ainda que pensada negativamente, como luta contra a reificação da consciência e a expropriação da sensibilidade) é consequência das tensões que a vida de estudante abre.

Esse processo é impensável e impossível senão levado em conjunto.

Esta pesquisa contou com financiamento da FAPESP

Apresentação

O ressoar do colapso

No início do século XXI, o mundo assiste complacente ao recrudescimento da chamada questão migratória: políticas de expulsão de ciganos são acirradas no governo Sarkozy e apoiadas por uma parcela considerável da população em toda a União Europeia; passeatas de russos nacionalistas antissemitas clamam por expulsão de imigrantes e reivindicam um "governo livre de judeus"; imigrantes africanos na Itália fazem greve de fome contra política anti-migratória durante o governo Berlusconi; 72 latino-americanos são exterminados em meio às disputas entre cartéis mexicanos na fronteira com os EUA; por sua vez a governadora Jan Brewer do Estado do Arizona na fronteira com o México assina uma lei que criminaliza o imigrante ilegal; na Suécia um *serial killer* se especializa no assassinato de imigrantes não europeus; em São Paulo, frequentemente, ressurgem casos de racismo anti-nordestino. O mesmo problema aparece amplificado na Alemanha xenófoba com assassinatos de imigrantes por neonazistas e prisões especiais para migrantes, dos quais os turcos compõe a maioria. Na Suíça e na Itália partidos políticos conservadores se lançam nas eleições com campanhas claramente racistas e xenófobas. Após os conflitos na Líbia e no Egito, as restrições de entrada de imigrantes na França (leis anti-islã, proibição de véus e cultos nas ruas e restrição dos trens mais utilizados por imigrantes afro-islâmicos) e na Itália (extradição sumária de milhares de Líbios da Ilha de Lampedusa) são intensificadas. Na Argentina surgem focos de xenofobia contra bolivianos, paraguaios e peruanos que habitam a periferia de Córdoba e Buenos Aires – discurso que acarretou a prática de assassinato de imigrantes no parque Indo americano em 2010 por jovens portenhos, enquanto o prefeito Macri responde a processo acusado de racismo.

Por outro lado, as guerras e conflitos que reordenaram as ilhas mundiais de produtividade arrastaram consigo contingentes populacionais que fazem de 45 milhões de refugiados uma cifra esperada todos os anos pela Organização das Nações Unidas - coube também a ONU a formação dos aparatos de controle (inclusive jurídicos) dos refugiados: brotaram do chão, dezenas de campos (de concentração) de refugiados que abrigam, às vezes, centenas de milhares de pessoas, geridos mercadologicamente no mesmo ritmo flexível da revolução microeletrônica. Estes casos envolvem negociações, as vezes até precificadas, entre os governos dos países dispostos a receber um campo de refugiados e a ONU, que financia o deslocamentos dos refugiados.

Os aparatos de gestão dos corpos se internacionalizaram também no mercado a varejo, principalmente através da ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados), que organiza os refugiados que se deslocam por conta própria, como é o caso das centenas de africanos, asiáticos, colombianos e haitianos que chegam ao Brasil todos os anos. Neste caso, a associação entre o governo e a ONU é mais sutil, e a moeda de troca também, conforme pensaremos logo adiante.

Estes fenômenos referem-se a um campo particular da vida social moderna e são sínteses de múltiplas e complexas determinações – que vão das formulações sobre de Vidal de La Blache ou Walter Christaller e o terceiro Reich, à Sociedade do Espetáculo e a crise do trabalho, fundada na reprodução crítica do capital fictício.

O desdobramento da relação contraditória entre Capital e trabalho aponta para a negação da substância fetichista da valorização do valor – o trabalho abstrato – e a generalização de um cenário de crise social – externalizada fenomenicamente como crise financeira, desindustrialização, desemprego, ou ainda crescimento econômico. Em qualquer dos casos, sempre atrelada ao aumento da centralidade das dívidas dos Estados Nacionais e sua necessária crise.

A partir das crises de superprodução de capitais engendradas pelo avanço histórico e geográfico do sistema fordista, movidas por essa ficcionalização da reprodução do capital e suas grandes transformações produtivas – biotecnologia, microeletrônica - a sociedade produtora de mercadorias acompanhou o chamado descolamento da produção da valorização do valor em escala mundial, trazendo a mais-valia para o campo de uma crise de fundamento[1] - ao mesmo tempo em que o trabalho como forma de mediação social se afirmava como generalização impositiva, naturalizada - e santificada.

Esse processo incidiu de forma particular nos diversos contextos mundiais, num sentido que respeita a linha de expansão dos capitais financeiros do centro do mundo em direção à periferia, através de um conjunto complexo de situações desdobradas pela colonização, pelo imperialismo britânico, pelo imperialismo norte-americano – global ideal. A partir do período pós-guerras, as *personas* do processo de modernização se cristalizaram com novos caráteres, aprofundando contradições e desdobrando formas de dominação variadas.

No Brasil, a exemplo da industrialização de frangos, em meados dos anos 1970, formam-se os complexos agro-industriais, amplamente financiados pelo Estado. Essa fatia particular do enfrentamento de forças produtivas e relações de produção encontra-se

[1] KURZ, Robert. O colapso da modernização. Paz e Terra: Rio de Janeiro, 1991.

submetida à uma monstruosa concentração de capitais em megaempresas - BRFoods, Marfrig e a JBS, que se apresentam como *complexos puramente fictícios.*

Ao redor do mundo, as diversas escalas da reprodução social passaram a se incorporar a uma estrutura de déficits internacionalizada. Ao mesmo tempo em que as economias nacionais dos tigres asiáticos passava a apostar suas fichas no *circuito de déficit do pacífico*, e o Japão consolidava-se como seu credor, a Alemanha expandia seu circuito de déficit por toda a Europa – mesmo que através da polícia e das políticas de arrocho – e consolidava a zona do Euro.

Em diversos países do Sul e do Leste, estruturas produtivas sofreram um desmanche pela incapacidade de se adequar ao sistema de reprodução fictícia, a exemplo das crises de dívidas do México e do Brasil e a bancarrota na Argentina, ao longo das décadas de 1980 e 90[2].

A partir da década de 1990 também o centro do sistema mundial passa a sofrer as consequências do colapso da modernização: tanto a periferia da Europa, enforcada pela exponenciação dos níveis de endividamento do Estado, quanto o centro credor do mundo (Alemanha, Japão e, em seguida, a China) que não poderia viver sem a rolagem de bolhas fictícias baseadas em suas dívidas internas. A expansão chinesa também não pôde se dar à revelia do aumento gigantesco da superexploração do trabalho – a Foxxcon é o exemplo paradigmático em todos os sentidos da moderna empresa chinesa - e o reforço às políticas de controle migratório interno.

Nesse sentido a ascensão da economia chinesa só foi possibilitada pela criação conjunta de um circuito de déficit com os EUA, através da compra de títulos de dívidas públicas – a China hoje é o maior credor de dívidas do maior devedor do mundo, os EUA. Essa capitalização fictícia permitiu a expansão das atividades de exploração de ferro, petróleo e diamantes, a criação de infraestruturas de transporte e habitação, e até a comunicação em diversos pontos no continente africano e sul-americano, para dizer o mínimo.

O aporte de capitais fictícios no continente africano – a China está presente em 48 dos 53 países africanos - trouxe os níveis de expropriação e superexploração do trabalho, característicos do colapso da modernização, para uma realidade em que o processo de formação do monopólio da violência dos Estados-Nacionais é relativo e complexo: diversas

[2] A bancarrota argentina e a virada neo desenvolvimentista brasileira são duas faces da mesma moeda fictícia. As estratégias fetichistas de cada economia nacional para se enquadrarem na economia mundial colapsada precisam ser pensadas a partir de pesquisas particulares. As discussões realizadas nos grupos de estudos do LABUR do departamento de Geografia da USP contribuem bastante nesse sentido.

escalas de poder bélico sobrepõem um mesmo território nacional - a exemplo da República Democrática do Congo – nove milícias disputam armas, capital internacional e controle político para organizar a estrutura produtiva e controlar a população, sempre a partir de aspectos *etnicizantes*.

A modernização contemporânea na África pode ser sentida de perto pela disseminação, em escala industrial, de campos de refugiados em todo o continente, pelos deslocamentos internos, assim como o aumento da migração para outros países, principalmente para a Europa e América do Sul atlântica, mas também para a Ásia e América do Norte.

Na Ásia, as guerras Américo-Sionistas, pautadas pelo regime de acumulação bélica dos EUA e de Israel, que buscam manter o monopólio da moeda mundial - e a violência global como seu lastro mundializado - produziram a morte e a expropriação em escalas apocalípticas, e garantiram o fornecimento de petróleo, em associação com governos completamente militarizados, e a disseminação de campos de refugiados financiados em todo o mundo pela ONU através da ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados) e a UNRWA - sua subseção criada particularmente para reciclar o lixo bélico Américo-sionista.

O desmanche dos aparatos de contenção social na África do norte, derivados da crise social profunda - e do Estado no interior da modernização - fizeram eclodir movimentos de revolta contra ditadores, antes financiados pelos EUA, como o egípcio Hosni Mubarak, o líbio Kadafi e o sírio Assad. Por outro lado, as guerras da chamada Primavera Árabe já levaram à morte dezenas de milhares de pessoas, e conduziram a campos de refugiados outras centenas de milhares, enquanto os novos governos democraticamente instalados – sob a sombra da Irmandade Muçulmana - se enxergam enfraquecidos diante do cenário de crise generalizada.

O Brasil, por sua vez, com aporte de capitais internacionais atraídos por suas altas taxas de juros, passa por um momento de expansão fictícia da economia, pautado pela possibilidade de endividamento público em associação ao aumento das demandas de mercadorias, como a soja e o minério de ferro – acompanhados do voo rasteiro dos frangos *export*. A exposição crítica da história de formação do setor agroindustrial brasileiro pode contribuir para uma caracterização das metamorfoses da reprodução do capital e sua dominação social subjacente, ao mesmo tempo em que problematiza os fundamentos do

chamado neo-desenvolvimento nacional como um momento particular da modernização fictícia[3].

Em relação ao setor avícola, tal expansão seria inimaginável sem os aportes do BNDES (Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social), as altas taxas de rentabilidade do mercado de derivativos financeiros e a expansão da fronteira de exportações para mercadorias brasileiras - com destaque para os países de chamado consumo *halal*, em alguns casos abertos pelas próprias guerras Américo-Sionistas, como a do Iraque, que criou reinos de prosperidade aonde Allah abençoa o recrudescimento do patriarcado moderno.

Em consequência da expansão do setor, surgiu no Brasil uma "burocracia *halal*", formada por empreiteiras que comandam uma força-de-trabalho qualificada para "a sangria" nos frigoríficos que produzem mercadorias *halal*. A exemplo do Grupo de Abate Halal, sediado em São Bernardo do Campo, formado por empresários oriundos da comunidade sírio-libanesa erradicada no Brasil desde o final do século XIX.

Por outro lado, a formação da metrópole paulistana baseada na força-de-trabalho migrante (italiana, nordestina) deixou marcas institucionais de acolhimento à imigrantes na paisagem urbana contemporânea. A antiga AVIM (Associação de Voluntários pela Integração do Migrante) formada por missionário Scalabrinianos em 1974, depois renomeada para Casa do Migrante, atravessa as décadas de 1980, 1990 e 2000 orientada politicamente pela Pastoral do Migrante. Hoje, intitulada Missão Paz, a instituição muda suas diretrizes a partir de uma viragem político-teológica conservadora, empreendida por Joseph Ratzinger, que decorre na criação e ampla divulgação da Pastoral da Mobilidade Humana – e sua visão social subjacente, atrelada aos "direitos humanos" e voltada ao acolhimento de "refugiados".

Enquanto isso, em São Bernardo do Campo, a burocracia *halal* aprofunda o contato com a Missão Paz e estabelece um circuito quase necessário para a mobilidade do trabalho de imigrantes islâmicos refugiados no Brasil, através das empreiteiras que abatem os imigrantes para empresas como a Sadia, Perdigão e Seara.

Estas, por sua vez, adaptam-se à estrutura produtiva *halal* e os refugiados se espalham pelo território brasileiro, formando uma malha de trabalhadores, submetidos a condições de trabalho inacreditavelmente degradantes e com uma relativa falta de autonomia sobre sua mobilidade, pois sua condição no país é reproduzida por anos em um campo nebuloso da já sombria jurisprudência – o status do "*solicitante de refúgio".*

[3] Os estudos de Carlos de Almeida Toledo (2008), Cássio de Arruda Boechat (2009), Ana Carolina Gonçalves Leite (2010) e Fábio Teixeira Pitta (2011) contribuem no sentido de pensar os sentidos da modernização retardatária brasileira, assim como propõe uma abordagem critica das relações mobilizadas pela mercadoria.

Ao fim, como em uma economia mundializada tudo é moeda de troca, constitui-se um mercado de refugiados, que o Brasil passa a integrar. No caso da indústria avícola brasileira, os direitos humanos valem muito. Ao longo da estruturação da pasta de exportação de produtos halal, uma característica "valorizou" (aumentou o preço) das mercadorias brasileiras: aqui o frango é produzido com mão-de-obra de refugiados políticos, muitas vezes fugindo de guerras e traumas inimagináveis. De acordo com um relato do diretor do Grupo de Abate Halal, nas mesas de alta negociação, um ministro da agricultura egípcio, entre um fornecedor australiano e um brasileiro, optou pelo segundo por razões humanitárias: "O tratamento que um refugiado muçulmano recebe no Brasil jamais receberá na Austrália". Este é um nexo fundamental para pensarmos criticamente a expansão das exportações brasileiras e o acolhimento aos refugiados, entre os direitos humanos e as guerras democráticas de formação de mercados, entre ONU e OTAN - sem deixar de olhar atentamente para o tratamento que o refugiado recebe no Brasil.

Nesse sentido, esta pesquisa busca entender os direitos humanos como um elemento necessariamente concorrencial, apesar de sua aparente (e frágil) autonomia política.

Ao mesmo tempo, a indústria avícola brasileira é alvo de críticas na OMC, por suposto *dumping* nos frangos exportados para a África – os preços estariam abaixo do preço de custo e estariam levando a indústria sul-africana a derrocada. Com seus mecanismos de reprodução amparados no mercado de derivativos financeiros e nos empréstimos do governo brasileiro, a indústria avícola brasileira é um sinal dos tempos: como se faz de dinheiro mais dinheiro, trocando trabalhadores por refugiados, num momento em que a embalagem humanitária tem mais valor do que o próprio dispêndio de nervos, músculos e cérebro, ainda que os refugiados sejam tratados como verdadeiros trabalhadores do colapso da modernização.

A própria mobilidade do trabalho atingiu um novo patamar histórico, tanto para a dinâmica de reprodução do trabalhador quanto para as galinhas que estes produzem. Mais do que ampliar os números de trabalhadores-refugiados, expandir a produção industrial, gerar lucros financeiros astronômicos, criar novos mecanismos de controle do migrante, fazê-los entrar em um regime de super-exploração do trabalho, e transformar geneticamente suas mercadorias, esse conjunto de fenômenos permite espreitar uma submissão à reprodução capitalista colapsada, movimentada por um desdobramento exponencial do Capital fictício mundializado (desde Estados Nacionais, bancos públicos e privados, empresas e indivíduos).

Esta pesquisa, portanto, se debruça sobre um fenômeno específico que pode servir como uma ponte de análise do cenário mundial: a mobilidade do trabalho de imigrantes afro-islâmicos trabalhadores nas indústrias avícolas *halal* no Brasil, acolhidos juridicamente como

"solicitantes de refúgio", através do estudo da produção das galinhas fictícias, mercadorias que comandam o trabalho de aproximadamente quinhentos trabalhadores mobilizados da África Ocidental para o Brasil - cerca de 10% do total de refugiados no Brasil - nos últimos 20 anos.

A análise desse objeto demanda um olhar cuidadoso para os diversos campos que o compõe, que tem histórias de formação determinadas e especificamente relacionadas com a forma social moderna. Em busca da apresentação de uma síntese de tais múltiplas determinações, alguns momentos saltam aos olhos em importância:

A pesquisa inicia-se com um capítulo intitulado ***1.Mobilização violenta de corpos dóceis para o trabalho na África Ocidental,*** em que apresentamos uma aproximação crítica ao violento processo de imposição da modernização no oeste do continente africano, uma vez que os sujeitos da ação migratória têm suas trajetórias desenhadas a partir de países como Guiné, Libéria, Costa do Marfim e Nigéria. O capítulo apresenta um item específico sobre o discurso da Geografia na colonização africana do século XIX, a partir do estudo de textos de Élisée Reclus e Vidal de La Blache. A particularidade da formação da mobilidade do trabalho, as estratégias de mobilidade correspondentes e as trajetórias dos imigrantes são desenhadas neste capítulo, assim como a travessia para o Brasil.

O segundo capítulo é intitulado como ***2. Direitos Humanos, Refugiados e Mobilidade do trabalho.*** O capítulo se abre com um texto de apresentação do percurso entre a formação dos direitos humanos e o estatuto do refugiado - pensados como campos particulares, mas internamente articulados com o processo de modernização, mais especificamente com a própria formação do sujeito moderno. As instituições e aparatos político-jurídicos são estudados a partir das reflexões de Roberto Vidal (2005) sobre o sistema global de controle de migrações. Assim, o item 2.1 apresenta uma reflexão sobre a formação dos **Direitos Humanos** no processo de modernização, articulada por uma crítica categorial aberta por Karl Marx em suas reflexões sobre a questão judaica. Em seguida, o item 2.2 apresenta uma reflexão sobre a **Migração forçada e o Refugiado**, em busca dos marcos históricos de sua formação. O item 2.3 reflete sobre a **Geografia dos aparatos** políticos do sistema global de controle das migrações, particularmente sobre as instituições de acolhimento e de legalização do refugiado, tal como o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados - ACNUR. No item 2.4, apresentamos o item **Relatos Indiretos**, a partir do contato com as estratégias fetichistas de reprodução de quatro imigrantes africanos contratados pelo Grupo de Abate Halal: Ibrahim, Amadul, Hamadul e El-Hadj. As trajetórias desses quatro meninos dialogam com a problematização do lugar da violência na mobilização do trabalho e a questão

do refugiado, conceitualmente autonomizado na esfera política e solvente do lugar da violência na mobilidade do trabalho em geral.

A forma que optamos por descrever essa história coloca em suspensão a análise lógica e categorial por um momento justamente para colocar em questão o lugar social do escritor-pesquisador como aquele que retira o véu da realidade e a apresenta objetivamente[4]. A recusa em escrever diretamente sobre um fato pode ser pensada como sinalização de que não acreditamos que a própria linguagem seja livre de mediações com a forma social – ao mesmo tempo em que, ironicamente, o relato indireto pode apresentar um quadro geral mais próximo da realidade.

Como desdobramento do item anterior, apresentamos o item 2.5 - **Mobilidade de trabalhadores halal no Brasil**, uma reflexão sobre tais condições, com o apoio de um filme documentário sobre a condição dos trabalhadores na indústria avícola brasileira, ***Carne e Osso***, uma reportagem digital que coleta notícias relacionadas ao tema, ***Moendo Gente***, e as nossas experiências de **trabalho de campo** no interior do Paraná e uma entrevista no sindicato de trabalhadores da Sadia de Dois Vizinhos (***SINTRIAL***). Por outro lado, através do estudo de um conjunto de documentos jurídicos referentes aos processos de trabalhadores contra a Sadia e o Grupo de Abate Halal, pode se tomar conhecimento das denúncias relativas a ocorrência de relações de trabalho análogas ao escravo, a realização de segundo e terceiros turnos não remunerados, demissões discriminatórias por razão racial, entre outros problemas gravíssimos – associados teoricamente ao acirramento da mais-valia absoluta e à crise da sociedade do trabalho – que destroncam a vida social, os braços e a coluna dos trabalhadores dos frigoríficos da BRFoods.

No terceiro capítulo, ***3.Modernização e reprodução crítica do capital fictício,*** apresentamos uma reflexão sobre o caráter fictício do processo de modernização contemporâneo e suas determinações sobre os fenômenos apresentados anteriormente. Neste capítulo são pensados o lugar do refúgio para a dinâmica econômica da indústria avícola brasileira, assim como a própria formação da indústria avícola dentro da modernização brasileira (Sadia, Perdição, JBS, Grupo de Abate Halal).

–

[4] Esse procedimento por ser pensado como um desdobramento crítico das reflexões de Roberto Schwarz (2012) sobre o narrador desautorizado e o papel social do escritor na sociedade escravista brasileira. Procedimentos de autocrítica análogos podem ser encontrados em diversos momentos da literatura moderna, como no Fausto de Goehte, no conto Investigações de um Cão, de Franz Kafka, assim como em vários romances do próprio Machado de Assis, com destaque para Dom Casmurro.

Esse conjunto de fenômenos ajuda a caracterizar um *modus operandi* da sociedade capitalista em derrocada: O refugiado africano abatedor de frangos *halal* nos *empreendimentos puramente fictícios,* em meio ao asselvajamento do patriarcado moderno e o seu correlato tipo social fundamental – o macho branco ocidental – é a exemplificação nítida do desdobramento crítico da formulação basilar sobre o fetichismo da mercadoria, em que as mercadorias se humanizam na mesma medida em que a sociedade se mercantiliza, no sentido mesmo em que Robert Kurz e Roswhita Scholz empurram Marx para além de Marx.

Introdução

Ou do método canino para investigar galinhas

You walk into the room
With your pencil in your hand
You see somebody naked and you
you say, "Who is that man?"
You try so hard
But you don't understand
Just what you'll say
When you get home
Because something is happening here
But you don't know what it is
Bob Dylan, The ballad of a thin man

É importuno para uma pesquisa começar justamente colocando-se em dúvida. Neste caso não se trata de dúvida pessoal, a respeito das hipóteses, da interpretação de fenômenos à luz de conceitos definidos ou da definição acertada da metodologia. Trata-se, antes, de colocar em dúvida esse próprio procedimento – a palavra dúvida remete para uma dubiedade, uma duplicidade de um acontecimento, que a mentalidade acadêmica passou a insistir na sua resolução positiva, mas que pode explicitar a natureza contraditória do próprio fato. Mas, se essa dúvida for um "assunto tão importuno como todos os outros e exatamente por isso – aí estava a diferença – deva ser digno de esclarecimento a fundo" (Kafka, Investigações de um Cão, p.90), os marcos teóricos e históricos da dúvida demandam uma explicitação mais funda.

A própria Universidade de São Paulo encontra suas raízes fincadas na modernização dos aparatos de dominação social brasileira – fato encarado de frente por Florestan Fernandes desde o início de sua vigorosa trajetória. Florestan é um dos primeiros estudantes da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras a acessar de maneira subversiva aquele instrumental científico – importado da França, com a ajuda do jornal "O Estado de São Paulo". Florestan obriga a antropologia e a sociologia bem comportadas a encararem a herança colonial que ajudaram a instituir.

De maneira geral, a tradição da Escola Francesa erradicada na USP permite um procedimento dúbio: *Face à un paysage, se poser des questions*[5] dizia o geógrafo Pierre Deffontaines. Pois que também, face um texto, o leitor deva se fazer questionamentos: no departamento de ultramar francês logo se disseminou o método de leitura estrutural do texto, como Paulo Arantes, outro estudante dos anos dourados da FFCL, percebeu de forma afiada que a natureza das questões face à um texto foram controladas metodologicamente pelo

[5] Deffontaines, Pierre et al. *Petit guide de l'observation du paysage. Paris,* Quae éditions, 2006.

estruturalismo. Esse momento *coincide* com a formação de uma meritocracia tecnocrática no Estado e nas Universidades, como anota Henri Lefebvre, em Posição contra os Tecnocrátas.

Se por um lado, é possível rastrear na experiência histórica como alguns personagens enfrentaram criticamente a sujeição aos aparatos (teóricos, políticos, burocráticos), este desvelamento não nos imuniza das nossas próprias sujeições. Os entraves que subjugavam a prática e o cotidiano de um estudante dos anos 1940 aos 1960 foram suplantados pela modernização desses aparatos – hoje muito mais caracterizáveis pela forma vazia dos *rankings* de produtividade e internacionalização. Aquelas décadas formaram a posição social do intelectual e moldaram neles interesses públicos imperiosos, como destacava Florestan, ao passo que nossos dias assistem apressados uma corrida imperiosa por apresentações, conferências, congressos, *papers*, concursos, enfim, um cotidiano com o código de barras da tecnocracia esclarecida, como destaca Pablo Ortelado.

Vivemos um outro momento histórico, justamente o momento em que a forma do sujeito passa a encarar a sua auto-implosão. A generalização da concorrência na academia promoveu um verdadeiro *caça às dúvidas*, uma vez que o mérito passava a organizar objetivamente a competição entre seus personagens no palco da universidade de excelência. Milhares de dúvidas foram executadas com grande disposição pelas reluzentes respostas científicas, fato que constituiu um campo duplo – duvidoso? – entre ***a formação de uma camada social destinada a tomar conhecimento crítico da sociedade brasileira*** (Intelectuais, Artistas e Políticos) ***e a consolidação do próprio mecanismo basilar de competição que organiza a sociedade do conhecimento*** (ou da sociedade do espetáculo, mais propriamente dita, ou ainda do Campo Acadêmico - com suas missas, sacerdotes, como anota Bourdieu) do século XXI.

O conhecimento científico é um momento de reverberação imediata da contradição fundante da forma-mercadoria, entre valor-de-uso e valor (Marx, 1983, p.45). As determinações que cada vez com mais força fazem do valor-de-uso da ciência uma força produtiva, já foram formuladas por diversos autores de maneira esparsa e não necessariamente sistematizada a partir destes termos.

Michel Foucault, por exemplo, se dedicou bastante às formas de dominação que a ciência moderna construiu seja na medicina ou no direito, trajetória que o permitiu chegar a formulação arrasa-quarteirão *Saber é Poder*. A formulação de Foucault, apesar de parecer radical, não tem fôlego para atingir a determinação fundante da sociedade moderna, pois essa dominação que a ciência exerceria é pensada somente no campo do valor-de-uso da ciência, sobre seus conteúdos discursivos e não sobre sua forma, apenas reduzida às estruturas da

linguagem ou do Poder – ambas trans-históricas, apesar de historicizadas - nunca totalizantes. Justamente por recusar a crítica da totalidade e por entender que ela se desdobraria necessariamente em pensamento totalitário, Foucault deixa de criticar o totalitarismo realmente existente da forma social da mercadoria, apagando a determinação totalitária da forma do Capital com a força do lápis, como um típico filósofo pós-moderno.

Por outro lado, Robert Kurz esquadrinha uma crítica da dominação exercida pelo saber a partir da crítica da forma social básica das modernas sociedades produtoras de mercadorias, movidas pelo conceito realmente existente do Capital. Todo saber é saber da dominação, porque pré-determinado em sua forma (Kurz, 2004, p.1). Por aqui caminha a dúvida desta pesquisa. Para explicitá-la, algumas *estórias* precisam ser pensadas de antemão, e se possível articuladas, para fazer andar uma reflexão que parte do problema do método de pesquisa, atravesse a determinação social e recoloque a questão da reprodução do capitalismo e sua maneira particular de incidência nos papéis espetacularizados do pesquisador – enquanto um teórico social.

Torna-se imperativo – oportuno porque tudo é inoportuno, diria Kafka – partir deste problema no momento em que convivem harmoniosamente, sob a égide da concorrência meritocrática da Academia, "a aceitação beata daquilo que existe [...] e a revolta puramente espetacular: ***isto traduz o simples fato de que a própria insatisfação se tornou uma mercadoria*** desde que a abundância econômica se achou capaz de alargar a sua produção ao tratamento de uma tal matéria-prima" (Guy Debord, A sociedade do Espetáculo, p. 59). Momento contraditório da democratização da Universidade: monetarizada e concorrencial – às vezes violenta.

Garimpando as trajetórias dos intelectuais brasileiros das décadas douradas, encontramos Florestan, essa figura encantada que nas palavras de Antonio Cândido aliava auto-afirmação e o auto despojamento. O desdobramento histórico do capitalismo com a crise do trabalho e a necessária crítica da forma do sujeito nos alijou da primeira virtude e bloqueou a segunda. Somos a crise deles.

O caso do Machado

> O último ato mostrou-me que não eu, mas Capitu devia morrer. Ouvi as súplicas de Desdêmona, as suas palavras amorosas e puras, e a fúria do mouro, e a morte que este lhe deu entre aplausos frenéticos do público.
> --E era inocente, vinha eu dizendo rua abaixo; -- que faria o público, se ela deveras fosse culpada, tão culpada como Capitu?
>
> Dom Casmurro, Machado de Assis.

Partamos do seguinte problema: Roberto Schwarz, no instigante texto intitulado *Leituras em competição*, propõe uma abordagem crítica da relação que Machado de Assis cria entre "matéria narrada" e a "posição contraditória do narrador" Bentinho. Mais do que uma releitura brasileira do clássico shakespeariano Otelo, através da incorporação de um conteúdo determinado de relações sociais particulares (como o escravismo, o patriarcalismo), nas palavras de Schwarz, Dom Casmurro constituiria um ponto de viragem para o narrador em relação ao papel neutro de contador de estória, agora situado como mais uma figura ficcional com um ponto de vista social determinado:

> A confiança singela e aliás injustificável que até segunda ordem os narradores costumam merecer fica desautorizada. A inversão de perspectivas podia ser mais completa: o problema não estava na infidelidade feminina, como queria o protagonista-narrador, mas na prerrogativa patriarcal, que tem o comando da narração e está com a palavra, *que não é fiável nem neutra* (Schwarz, 2012, p.24).

Schwarz está dedicado a escancarar o dispositivo que Machado cria para fazer sacudir uma estrutura de dominação patriarcal e de fundo histórico escravista. A figura do narrador-protagonista explicitaria um momento da própria forma social de dominação patriarcal, um conteúdo crítico que extrapola o âmbito da análise estética ou do campo da crítica literária.

A forma do narrador desautorizado expressa a concretude de uma dominação que precisa ser pensada antes pela sua determinação abstrata, mas que se realizava como dominação direta ***patriarcal*** e ***escravocrata***. O dispositivo narrativo que Machado ativa, e que Schwarz capta, é a crítica formal da forma do sujeito na sociedade patriarcal, personificada por Bentinho. A discordância profunda em relação à ordem escravista encontra em Machado um campo de desdobramento auto-crítico, uma vez que o próprio escritor viveria nesta posição objetivada pela contradição – homem e livre.

A importância desse artifício é mais do que literária. Se, com as mesmas intenções, Machado de Assis tivesse escrito o Dom Casmurro através de um narrador que criticasse o veredito e a posição de Bentinho, ou ainda a partir de um outro personagem que o criticasse, teria simplesmente resguardado como positivo a posição social do escritor como um esclarecido, *avant-garde*, que luta contra o escravismo e o patriarcalismo como se vivesse fora deles, à la von *Münchausen* .

Por outro lado, esse procedimento ainda joga na fogueira a tutela paternalista sobre o leitor, pois o distanciamento entre o dito e o não dito abre espaço para que o leitor experimente pensar por si, e veja a si e ao escritor como partes do problema.

Fiquemos com isso por enquanto para podermos descer até a forma da mercadoria, reparando como este procedimento exige retomar a tutela que o romance não mais admite.

Nesse sentido, apesar da grande admiração por Heinrich Heine, poeta alemão do século XIX, Marx não se contentava com a fruição estética de seus textos, e fazia com que as ácidas críticas de Heine descessem até a mercadoria. As vezes também há que se solicitar uma *licença científica* aos poetas.

Licença científica

Em um texto chave de Marx, publicado como parte inicial dos seus *Manuscritos Econômicos*, encontramos um pequeno item intitulado "Introdução". Esse texto constitui a parte inicial dos rascunhos do que viria a ser *O Capital*, escritos entretanto em tom de método a ser perseguido posteriormente. *O Capital* inicia a pesquisa de fato a partir deste método (ou da crítica ao método da economia política) justamente com um capítulo sobre a mercadoria. Pensemos pois, estes dois capítulo de maneira articulada.

Em *O Método da Economia Política* Marx explicita o que viria a ser o caminho praticado por diversos estudos científicos desde o século XVII:

> Quando estudamos um dado país do ponto de vista da Economia Política, começamos por sua população, sua divisão em classes, sua repartição, entre cidades e campo, na orla marítima; os diferentes ramos da produção, a exportação e a importação, a produção e o consumo anuais, os preços das mercadorias etc. Parece que o correto é começar pelo real e concreto, que são a pressuposição prévia e efetiva; assim em Economia, poe exemplo, começar-se-ia pela população que é a base e o sujeito do ato social de produção como um todo. No entanto, graças a uma observação mais atenta, tomamos conhecimento de que isso é falso. A população é uma abstração, se desprezarmos, por exemplo, as classes que a compõe. Por seu lado, essas classes são

> uma palavra vazia de sentido se ignorar os elementos e, que repousam, por exemplo o trabalho assalariado, o capital, etc. Estes supõe a troca, a divisão do trabalho, os preços etc. O capital, por exemplo, sem o trabalho assalariado, sem o valor, sem o dinheiro, sem o preço etc., não é nada. Assim, se começássemos pela sua população, teríamos uma representação caótica do todo, e através de uma determinação mais precisa, através de uma análise, chegaríamos a conceitos cada vez mais simples; do concreto idealizado passaríamos a abstrações cada vez mais tênues até atingirmos determinações as mais simples. Chegados a esse ponto, teríamos que voltar a fazer a viagem de modo inverso, até dar de novo com a população, mas desta vez não com uma representação caótica de um todo, porém com uma rica totalidade de determinações e relações diversas. (MARX, 1982, p.14).

Ao diferenciar duas formulações sobre o concreto, Marx situa no método da Economia Política a manifestação do concreto *como um dado* em oposição ao entendimento do concreto que de fato parte da representação imediata, mas para colocá-la em suspensão e reconstruir o seu processo de formação – determinado por uma *abstração realmente existente*. Tal processo de formação do concreto corresponde ao movimento de determinação dos conteúdos das coisas por uma abstração especial, que não pode ser entendida simplesmente como abstração nominal, que reconhece determinado conjunto de objetos ao reduzi-los à um conjunto genérico. Essa abstração mais do que nominal que orienta o processo de concreção das coisas é de natureza diversa, trata-se antes de uma *abstração realmente existente.* Os conteúdos dos objetos são de fato reduzidos por uma lógica social que os abstrai. Mas para pensar isso acontecendo precisamos saltar para o Capítulo 1 de *O Capital*, que apresenta ***A Mercadoria***, a forma responsável por aplicar a redução das qualidades à abstração realmente existente: a intersecção entre *Rascunhos* e *O Capital* encontrou um ponto de apoio.

Escreve Marx que para criticar o Capital é preciso partir da análise da forma mais elementar da riqueza: a mercadoria (Marx, 1996, p.45) – produzida por indivíduos que se reproduzem em sociedade, portanto, indivíduos produzidos socialmente, diriam os *Rascunhos* (Marx, 1982, p.3).

Sendo a mercadoria a forma mais elementar da riqueza nas sociedades nas quais impera o modo de produção capitalista, inicia-se essa viagem lógica por dentro de sua engrenagem, que compõe antes de tudo uma relação contraditória, pois uma mercadoria é sempre portadora de uma utilidade e de um valor em relação às outras mercadorias, e são ao mesmo tempo valor-de-uso e valor.

Antes de prosseguir cabe explicitar como essa contradição básica formulada n'*O Capital* pode ser pensada a partir dos *Rascunhos*: ao desdobrar seu método de análise da produção material Marx nos avisa do risco que corremos ao partimos deste conceito, *de*

produção em geral. Analisar toda a história da humanidade a partir de categorias genéricas abstratas (tais como produção, distribuição, consumo) não passa de um procedimento ideológico dos economistas em busca de provar a harmonia eterna das relações sociais existentes no nosso tempo (Marx, 1982, p.4).

O capitalismo, através da instituição da mercadoria, impõe à sociedade uma forma de abstração dos conteúdos (ou valores-de-uso) de todas as relações, a partir da formação do mundo e dos sujeitos como valores intercambiáveis. Isso significa que vivemos a mais abstrata das relações, uma sociedade que abstrai realmente a "história da humanidade" para fazer com que caiba nos esquadros da troca de tempo de trabalho.

Ao olharmos para outras sociedades estaríamos tentados aplicar as categorias mais amplas e abstratas que a sociabilização capitalista nos imputa, que não necessariamente se organizavam a partir de tais relações – tais como mercadoria, trabalho, indivíduo e Estado. Entender a mercadoria como relação contraditória de abstração das qualidades sensíveis para submetê-las ao valor deve servir, antes como princípio de crítica do capitalismo, do que como metodologia positiva para entender a história da humanidade. A história serve para criticar o presente, não para entender o passado, mas para isso é preciso entender a diferença entre o presente (modo de produção capitalista) e seus passados.

Dito isto, caminhamos para a formulação de que a forma do valor fundamenta uma relação também contraditória entre trabalho concreto e abstrato, ou dito de maneira mais direta, entre o trabalho individual e o trabalho social. A atividade de dispêndio de energias de um escritor de teses ou de um abatedor em uma linha de sangria de frangos, apesar de particulares e concretas, se dissolvem em meio a gelatina de trabalho social na medida em que os trabalhadores se relacionam socialmente não pela sua atividade concreta, mas pelo dinheiro que acessam a partir da produção de mercadorias. Este é o sentido mais profundo de *abstração realmente existente* que move o processo de formação do concreto.

Voltemos ao Machado. Uma resposta provisória pode ajudar a situar o problema: o capitalismo colonial organizaria as relações a partir da forma-mercadoria, ainda que a relação entre o escravo e o fazendeiro não se realizassem imediatamente como troca de tempo de trabalho. O conteúdo patriarcal e escravocrata da dominação social brasileira é o ponto de partida para pensar a formação do sujeito e da subjetividade determinados pela acumulação capitalista na periferia do capitalismo. O alinhavamento com a crítica da Economia Política, faz necessário desdobrar o conteúdo de *dominação direta* (do escravismo e do patriarcalismo) em confronto com a determinação essencialmente abstrata – *e indireta,* da forma de dominação instituída pela mercadoria – e o subsequente trabalho livre.

Que o escravismo opere através de uma dominação direta não é novidade. Escravo é o trabalhador destituído da posse e da propriedade do próprio trabalho, restando ao seu Senhor o controle de ambas. Entretanto, não estando este isolado do sistema colonial e da acumulação capitalista em geral, o capitalismo brasileiro é mediatamente um sistema de dominação indireto. Portanto, um sistema de dominação ao mesmo tempo indireto e direto. Não sendo um escravismo capitalista e sim um capitalismo escravista (Maria Sylvia Carvalho Franco), a lógica do capital é que preside a produção de mercadorias dos escravos – inclusive a própria produção mercantil de escravos.

Menos óbvio que o primeiro, a dominação indireta precisa de mais desdobramentos para ser pensada. O termo *indireto*, intuitivamente, remete à um instrumento de dominação externo ao sujeitos que, se no campo da dominação direta são claramente divididos entre dominados e dominadores, no campo da dominação indireta são indistintas. O instrumento desta dominação indireta é uma coisa, posta fora dos sujeitos. Entretanto esta coisa também não é simplesmente concreta, sendo o instrumento de dominação a mercadoria, já sabemos que ela comporta uma dimensão contraditória, enquanto qualidade sensível e enquanto relação abstrata. Se é na forma da mercadoria que reside a relação de dominação fundante do capitalismo, essa dominação também será contraditória. Como se dá esse sistema de dominação indireto e contraditório?

Dizíamos acima que a forma da mercadoria, entre valor-de-uso e valor, se desdobra enquanto trabalho individual e trabalho social. As sociedades modernas se organizam pela divisão social do trabalho. Quando um indivíduo, mesmo autônomo produtor de mercadorias e proprietário dos próprios meios de produção, se confronta no mercado, através da troca, com outro indivíduo na mesma condição, para que troquem suas mercadorias produzidas individualmente, operam uma comparação objetiva entre a expressão precificada dos valores das mercadorias entre si. Como não poderia haver nenhuma característica natural das mercadorias que servisse de fundamento geral da comparação para a troca (mesmo que se encaminhe para uma sociedade que precifica até moléculas de carbono), essa comparação só pode ser feita a partir de um critério comum que submeta a ambas: são produto de um dispêndio abstrato de nervos, músculos e cérebro – de trabalho humano abstrato.

Se a comparação é realizada a partir da quantidade de trabalho, este medido em tempo, tal comparação não ocorre entre os tempos concretos e individuais necessários a produção de mercadorias individuais. Antes, ocorrem como comparação do tempo médio socialmente necessário para a produção das mercadorias. Isso ocorre porque uma mercadoria não traz no corpo a encarnação do seu tempo de trabalho e, uma vez no mercado, a qualidade sensível do

trabalho é reduzida (*realmente abstraída*) ao seu valor relacional – torna-se trabalho social medido em valor e representado como preço no mercado.

A primeira vista, a relação de livre troca entre iguais produtores não parece acarretar qualquer complicação, e falar em mecanismos fantasmagóricos de dominação poderia soar estapafúrdio. Vamos então às sutilezas do Marx.

Do ponto de vista do valor-de-uso não pode haver mistério: uma mercadoria existe para satisfazer necessidades humanas e assim será até que o anjo Gabriel toque seu trompete. Mas, uma vez existente como mercadoria:

> Ela se transforma numa coisa fisicamente metafísica. Além de se por com os pés no chão [uma mesa] se põe sobre a cabeça perante todas as outras mercadorias e desenvolve de sua cabeça de madeira cismas muito mais estranhas do que se ela começasse a dançar por sua própria iniciativa (Marx, 1996, p.70)

O que seria esse colocar-se diante das outras mercadorias, que a mesa enquanto mercadoria assume como sua própria ação? Uma vez no mercado, a mercadoria passa a representar a si mesmo a partir da abstração do valor-de-uso (e do trabalho individual) enquanto valor (tempo de trabalho social) diante de todas as outras mercadorias.

A forma da mercadoria opera, portanto, uma inversão. Mesmo tendo sido um trabalhador concreto que a tenha produzido, uma vez confrontada com outras coisas, a mercadoria se assume enquanto sujeito do processo de troca e faz com que os indivíduos que se relacionam através de si tenham que se sujeitar diante das imposições do objeto.

A este processo diabólico de sujeição à lógica das coisas Marx nomeou *O Fetichismo da Mercadoria*. Um exemplo: A vida de abatedor de frangos é dominada pela própria galinha – enquanto mercadoria – que ele abate porque o trabalhador tem sua relação de venda de tempo de trabalho determinada pelo comércio internacional de mercadorias, que eleva o frango ao mercado. Uma vez confrontado com as outras mercadorias, a lógica toma controle sobre sua própria vida, pois ele compra sapatos e paga aluguéis de sua casa – casas e sapatos criam suas próprias cismas e começam a dançar por conta própria no mercado.

Enfim, o que o conteúdo da figura *desautorizada* de Bentinho tem a dizer sobre o aspecto indireto da dominação da mercadoria? Já sabemos que tal característica pode ser pensada como conteúdo particular da forma de dominação direta, pois Machado cria um **narrador** ilegítimo para dizer que ele personifica uma posição social ilegítima, baseada no escravismo. Adiante vimos como a mercadoria funda uma forma de dominação que inverte a relação das coisas com os **sujeitos**, fazendo destes os verdadeiros objetos da relação.

A questão que a leitura de Schwarz formula, no âmbito da crítica literária, da figura do **narrador**, pode ser pensada como uma posição concreta - ou valor-de-uso - historicamente determinado - do **sujeito** moderno sob a égide da acumulação capitalista liberal-escravista.

Trataria-se, portanto, de uma *desautorização formal* do sujeito narrador em relação à posição que ocupa na sociedade. Uma vez produzido enquanto coisa intercambiável, a mercadoria impede qualquer controle sobre os seus rumos, toma para si o controle da relação e passa a subjugar seu produtor, *desautorizado* a agir em qualquer sentido que não seja o da relação mercadológica – internalizando as "cismas das coisas" como visão de mundo última e insuperável da racionalidade humana.

Por isso a crítica formal é importante. Um escritor, que se reproduz socialmente através da escrita, por mais que desdobre teoricamente no texto os elementos da dominação totalitária da mercadoria, imediatamente reproduz a sociedade em que vive, pois seu texto também é uma mercadoria, cria cismas, salta da mesa e se precifica - independentemente do seu conteúdo mais radical. Ser uma mercadoria é uma inescapabilidade que não será superada através da reformulação precisa da teoria radical.

Isso nos faz voltar a pergunta inoportuna de Kafka. O que diríamos de um pesquisador que recusa o papel de sujeito do objeto – ao menos por um instante - de sua pesquisa porque recusa a posição social de cientista, arauto da objetividade e porta voz da realidade nacional para uma sociedade que recusa – ao menos por um instante - mesmo estando impelido a reproduzi-la na própria prática da pesquisa, através da análise científica de seu objeto e da manutenção da sua posição de pesquisador? Que é um projeto fracassado de antemão? Dito isso, o que mais é possível dizer?

O Cachorro de Kafka

Um sujeito desautorizado

Ainda que trabalhando contra a ciência,
experimentava o bem-estar e a quase
proverbial tranquilidade dos cientistas.
Franz Kafka, Investigações de um Cão

A leitura de um conto de Franz Kafka pode funcionar como chave de acesso que abre um campo de autocrítica – e crítica da divisão social do trabalho – caso siga um *détournement*[6] que faça voltar o fetichismo da mercadoria – e a reprodução determinada do Capital – ao campo de produção do conhecimento – e a reprodução do capitalismo pelo pesquisador – ideia movente desta introdução.

A estória reivindica ser recontada, ao menos em parte. Franz Kafka, o corretor de seguros para acidentes de trabalho da Praga do entre guerras, escreve um conto chamado "Investigações de um cão" - *Forschung ein hundes* – (Kafka, 2002). Como já o título um pouco permite antever, Kafka cria uma fábula em que um cachorro idoso reflete sobre os percalços de sua busca por desvendar certos mistérios. A animalização subverte mas não esconde a comparação direta com a profissão do filósofo, artista ou investigador de polícia. Aos poucos vamos tomando conhecimento de que se trata antes de um *cachorro cientista*.

O conto pensado como reflexão sobre o método científico, permite uma aproximação mais do que temática: o cachorro-narrador que assume uma figura insciente em conflito com a matéria narrada permite ao leitor uma posição onisciente. Em resultado, Kafka acaba por representar um narrador-pesquisador que não está autorizado a acessar seu objeto: **o procedimento exige do leitor, ao mesmo tempo, a explicitação desta posição desautorizada para que a trama faça sentido**. Como de costume, Kafka obriga o leitor a percorrer um processo alienador que acaba por revelar fundamentos profundos que escapam da trama narrativa e atingem formas sociais de primeira ordem que, por sua dimensão autocrítica, permitem ainda pensar desdobramentos para o sujeito e a produção do conhecimento – pois *recusam a explicitação direta do conteúdo*, que não se encerra na obra, mas *passa pelo abandono da relação de tutela do escritor sobre o leitor* - ou ainda de *autocrítica da posição social de escritor na divisão social do trabalho*. Está definido um círculo de aproximação inicial: resta enfim rastrear certos pontos de contato e desdobrar o

[6] *Détournement* é um conceito de método formulado por Guy Debord e amplamente utilizado pelas publicações situacionistas que consiste em operar um desvio de uma obra, um conceito ou uma formulação, afim de subverter o sentido imediato. O próprio livro de Debord (La societé du spectacle, 1967) pode ser pensado como uma costura crítica de *Détournements.*

argumento. Vamos ao caso - ainda que o objetivo deste item seja simplesmente deixar ao leitor a vontade de percorrer por si mesmo o conto de Kafka.

De início o velho Cão apresenta sua vida, que apesar de não se diferenciar em essência da vida do cachorro comum, teria abarcado um mal-estar para com essa própria essência, por sentir-se partícipe de uma comunidade de cães (p.83, 2002). Um acontecimento dos seus primeiros anos é apresentado como o primeiro contato do Cão com essa condição contraditória: seu encontro com um grupo de sete cachorros cantores. O surpreendente do acontecimento é que eles "não falavam, não cantavam, antes calavam com obstinação; mas como por magia, extraíam música do espaço vazio" (p.86, 2002):

> Tudo era música, as subidas e descidas das patas, certos movimentos das cabeças, o andar e o repouso, suas posições relativas, as uniões como de contradança, que se produziam quando, por exemplo, cada qual firmava as patas dianteiras no lombo do precedente de modo que o primeiro sustentava, erguido, o peso dos demais, ou quando formavam entrelaçadas figuras com os corpos que se arrastavam próximos do solo, sem jamais se enganarem (p.88, 2002).

O pequeno Cão, inconformado com o arrebatamento, busca um esconderijo a salvo da *música*. Obstinado por fazer valer a lei do cães, que impede que perguntas fiquem sem respostas, o pequeno cão abandona o esconderijo e retoma contato gritando por respostas: *Quem os obrigava a realizar o que aqui cumpriam?* [...] *Não responderam, comportaram-se como se eu não existisse* (p.87-88, 2002):

> Mas, apenas estive livre o ruído tornou a apossar-se de mim. Talvez, como agora já o conhecia, embora fosse espantoso, teria podido opor-lhe resistência; lutar contra ele, se através de toda a plenitude sonora não se tivesse mantido um som claro, severo, sempre igual a si mesmo, como se chegasse invariavelmente de grande distância e parecesse constituir-se a verdadeira melodia em meio do ruído. Obrigou-me a cair de joelhos. Que enganadora era a música destes cachorros! [...] Felizmente, não tardaram em ir-se, com todo o seu ruído e toda sua luz desapareceram na obscuridade de onde tinham vindo (p.89, 2002).

O primeiro aspecto inusitado da experiência do pequeno cão com o grupo reside no fato de que a música era silenciosa: os cães não falavam ou cantavam, e a *música* se referia antes aos movimentos acrobáticos do grupo. O artifício da narrativa kafkiana já começa a se revelar, uma experiência própria é narrada de um ponto de vista insciente, de quem pouco sabe sobre a natureza dos fenômenos que lhe sujeitaram. O resultado é um narrador que se cala obstinadamente diante de uma experiência avassaladora movida por um silenciamento obstinado.

Há coisas por dizer, entretanto, sobre a forma da experiência narrada. O texto de Walter Benjamin, *Franz Kafka, A propósito do décimo aniversário de sua morte*, pode ser um ponto de partida (Benjamin, 1985, p. 137-164), mais especificamente no referente a sua interpretação da "*dissolução dos acontecimento em gestos"* (1985, p.146): *Kafka despedaça o céu, atrás de cada gesto; mas como em El Greco, padroeiro dos expressionistas, o gesto é o elemento decisivo, o centro da ação* (1985, p.147). Os gestos, descritos de forma elementar, expressariam um conteúdo profundo do acontecimento. Ao retomarmos o acontecimento arrebatador do pequeno Cão percebemos que de fato o que lhe tomou posse foi o conjunto de gestos acrobáticos dos cães dançarinos. **A descrição dos gestos dos cães controlados pela *música* é a explicitação formal de uma dominação também formal**. O Cão não foi dominado pelo conteúdo da música – inexistente – mas pelo silêncio, pela forma, pelos gestos.

Por outro lado, a origem da dominação não é tematizada pelo narrador, mas o leitor, ao avançar nas páginas do conto, toma conhecimento do caso, mais do que o próprio narrador desesperançado.

E o que mais se pode dizer sobre essa forma que obriga o Cão a cair de joelhos? Que ao se calarem, como por magia, os cachorros retiravam música do espaço vazio - uma transcendência operaria a relação de dominação através de uma forma vazia, predestinada a reproduzir-se a si mesmo, *"severa, sempre igual a si mesma, como se chegasse invariavelmente de grande distância e parecesse constituir-se a verdadeira melodia em meio do ruído".*

Revoltando-se contra essa dominação das formas, o Cão faz a pergunta fundamental: *Quem os obrigava a realizar o que aqui cumpriam?* Pergunta obstinadamente silenciada pelos cães dançarinos – uma pergunta que precisava ficar escondida para que os cães continuassem com a música. Instigado a resolver esse enigma, o Cão investe na sua formação científica. Dedica-se por anos a fio à Nahrungswissenschaft, a ciência da nutrição, em diálogo com a "doutrina da alimentação" apresentada no Talmude[7].

Como sua empreitada é sem esperança, ele conclui que não existe necessidade para esta ciência, pois ela não permite alcançar a resposta para a questão fundamental.

> The narrator therefore questions the need for this 'science': 'And all this endless labour – to what end? To none save to bury myself ever

[7] Nem é preciso desviar a fonte para pensar que a doutrina da alimentação islâmica pode ser entendida como mais uma investigação canina.

> deeper in silence, so deep that no one will ever be able to drag one out of it again' (Bruce, Iris. 2002, p.160).

Por outro lado, a experiência da leitura explicita uma resposta para a pergunta que o Cão não soube responder: O que controlaria a dominação das formas? - resposta que só o leitor adquire.

O narrador acompanha, por dentro do texto, o silenciamento sobre a pergunta fundamental: a origem da dominação, procedimento que o faz explicitar que também ele, enquanto escritor, estaria submetido a essa dominação formal. A resposta para a origem desta forma de dominação não se encontra no texto, mas pode ser percebida nas suas entrelinhas. O leitor submetido ao relato do Cão narrado de forma insciente, infere a origem da dominação e passa a entender que o próprio Cão não pode perceber a origem da dominação porque ignorou insistentemente o elemento mediador da relação dos cães entre si na sua comunidade.

--

Kafka descreve a dominação formal, o fracasso da ciência da nutrição em explicitar a origem da dominação formal, descrita como investigação desesperançada, e por fim nos faz lembrar que não haverá ninguém para nos dizer explicitamente: "Vivemos em um circo fantasma". É preciso ampliar o espaço entre as linhas para que a própria ação da escrita se revele contraditória, é preciso interromper a farsa, ou antes a farsa é violentamente interrompida. A forma da novela "A metamorfose" também pode ser pensada como um desdobramento crítico da farsa. Iniciado como fábula - "Certo dia, ao despertar de sonos intranquilos, Gregor Sama encontrou-se metamorfoseado em um terrível inseto" – o tom irônico é interrompido: "*Nun gab es wirklich spaß mehr". Agora realmente não havia mais nenhuma graça*, diz o narrador, quando a violência entra em cena.

De forma análoga pensamos esse texto. O processo é descrito a partir da tragédia, contada de um ponto de vista farsesco, até o momento em que essa posição precise ser interrompida, para dar lugar à um distanciamento crítico da posição do pesquisador, um distanciamento crítico movido pelo nojo da forma do sujeito e da modernização.

PARTE I

A tragédia da mobilização

Capítulo 1

Mobilização violenta de corpos dóceis para o trabalho na África Ocidental

1.1 - Coordenadas mercantis:

A forma-mercadoria a polarizar relações às costas da África

> A transformação gradual dos súditos em material do ídolo fazedor de dinheiro também não podia só por si satisfazer durante muito tempo os monstruosos Estados absolutistas. Estenderam, pois, as suas pretensões a outros continentes. A colonização interna da Europa efetuou-se a par da colonização externa, primeiro nas Américas e em algumas regiões de África. Aí, os feitores do trabalho perderam definitivamente os escrúpulos. Em campanhas militares de roubo, destruição e extermínio sem precedentes atiraram-se aos mundos recentemente "descobertos" - onde as vítimas nem sequer eram consideradas seres humanos. ***O canibalismo das potências europeias da sociedade de trabalho nascente definia as culturas estrangeiras subjugadas como "selvagens" e… canibais***.
>
> Grupo Krisis, Manifesto contra o trabalho

A mobilização do trabalho associada à acumulação capitalista no continente africano pode ser pensada de acordo com o processo de modernização que induziu a formação territorial africana em conflito com as formas pré-modernas de ocupação, através de rupturas e continuidades. Cada formação sociocultural remete a um conjunto de particularidades que precisa ser acompanhado de perto. Esse exercício de pesquisa trata de uma primeira aproximação a tal cenário para que as análises do histórico de mobilidade do trabalho não sejam apresentadas alheias aos contextos específicos.

O processo de modernização *polarizou* seus tentáculos ao longo das costas africanas até meados do século XVIII, quando a mercadoria entra na vida social destes territórios e deixa de simplesmente organizá-los de fora, pelo o comércio colonial. Essa passagem foi possibilitada pela demanda de uma mercadoria bem particular que estabelecia consequências para toda a vida social na África: o escravo.

As relações do continente africano com a colonização e a modernização são bastante particulares, ao mesmo tempo que estão dentro de um quadro geral de violação, violência e imposição da mercantilização e da pólvora. Ao invés, entretanto, de partir de generalizações

sobre como foi "a colonização africana", optamos por particularizá-la de perto a partir de alguns recortes da África Ocidental.

Entre o final do século XV e o início do século XVI comerciantes portugueses, espanhóis, e depois ingleses e franceses, estabeleceram feitorias comerciais em cidades já existentes ou ainda, através da ocupação de territórios na costa atlântica da África, que eram responsáveis por organizar o comércio de escravos. As feitorias eram o primeiro passo no sentido levar um mercado, com seu câmbio e administração política próprios, com sede no Império Português. A mercantilização profunda da vida social na África também tem fundamento histórico no avanço dos domínios islâmicos nestes territórios – estes dois momentos se articulam com força ao longo dos séculos XVIII e XIX.

A primeira região ocupada pelas feitorias é a chamada África Ocidental (faixa entre o Senegal e a Costa do Marfim e do Ouro – hoje Gana - até a Nigéria). Tal é o caso das Ilhas de Arguim São Jorge de Mina e a cidade de Elmina, primeiros entrepostos de comércio de escravos, ouro e cavalos. Gorée, St. Louis (no delta do rio Senegal), e Gâmbia – no delta do rio Gâmbia – foram importantes entrepostos de tráfico de escravos.

Aos poucos as caravelas portuguesas atingiram o Golfo da Guiné – entre a Costa do Ouro e o Gabão. Nesta faixa foram estabelecidas as feitorias de Mitombo, no delta do rio Mitemele, entre a Guiné Equatorial e o Gabão, e nas ilhas Fernando Pó, hoje Bioko, São Tomé, Príncipe e Annobón. É neste golfo que deságuam os rio Níger (Port Harcourt), Volta (Ada) e Congo (Boma). Ainda mais ao sul, Luanda e Benguela em Angola e Cidade do Cabo, na África do Sul, compõe o conjunto de feitorias que rasgou a costa africana para o comércio imperial.[8]

Mais do que um exercício de cartografia, essas coordenadas permitem um primeiro olhar para os caminhos que a mercadoria percorrerá nos rios utilizados para o transporte de escravos, e os contextos que as mercadorias mobilizarão.

Neste primeiro momento, a introdução do moderno comércio de escravos na costa se apropriaria de conflitos entre comunidades e clãs como fonte de lucro comercial, e para a formação de uma força-de-trabalho a ser utilizada em empreendimentos de colonização na América.

Immanuel Wallerstein ressalta que para pensarmos as grandes transformações das relações do continente africano com o resto do mundo, o século XIX e XX estão aquém da origem dos problemas – a partilha da África nas conferências de Berlim e Bruxelas são a

[8] Conferir mapa 1 em anexo.

consequência de um processo que começou a ganhar força por volta de 1750. Entretanto, anota ainda que o comércio de escravos que fundou os lucros do capitalismo comercial começa por volta de 1450. O comércio, fortuito no início, sofre uma ruptura na medida em que se liga à produção de mercadorias no Caribe e no Brasil e transforma a relação que estes territórios tinham com a captura e venda de escravos. A vida social na África Ocidental é profundamente reorientada no sentido da economia do comércio de escravos:

> A partir de uma certa época, os negreiros, evidentemente, não se contentavam mais em buscar indivíduos para vender como escravos, mas esforçavam-se para assegurar fontes regulares de abastecimento. É por isso que a África Ocidental e Central foi insensivelmente levada a adotar seu sistema de produção e sua política em função dessas relações econômicas, doravante permanentes, É difícil saber a partir de qual época (1650? 1700? 1750?) esta adaptação pode ser considerada relativamente bem estabelecida. Pessoalmente, estou mais inclinado para uma data mais tardia. [Agora] de fato, os custos de reprodução [de escravos] deveriam, desde então, estar integrados nos cálculos de rentabilidade, em termos de remuneração dos serviços de mão de obra na economia-mundo capitalista. (Wallerstein, 2010, p.29)

A incorporação da África (do Norte, Oeste e Sul) ao sistema da economia-mundo, para utilizar os termos de Wallerstein, se dá, portanto, fundamentalmente entre 1730 e 1750 até aproximadamente 1900. Esse processo encarou diferentes estruturas políticas, algumas fortes e burocratizadas. Por outro lado, diversos sistemas políticos coloniais foram implementados em toda parte, integrando futuras colônias na divisão do trabalho e criando estruturas estatais submetidas ao capitalismo comercial.

Ainda no que se refere ao quadro geral de rupturas impelidas pelo comércio colonial, Wallerstein reitera:

> Destacamos quatro mudanças: uma parte da produção logo se viu orientada sistematicamente para os mercados da economia-mundo capitalista; tratava- se de "produtos de primeira necessidade" para a economia-mundo; essa produção exigia o recrutamento (ou a requisição) de trabalhadores, o que tendeu à implementação de novas estruturas de fornecimento de mão de obra; por fim, tal produção beneficiava, geralmente, àqueles que a dominavam no plano local, atraindo assim novos interessados. Tal processo foi simplesmente ativado pela integração, mas o fato é que onde existe a quádrupla combinação da produção orientada para um mercado-mundo, da produção de artigos de primeira necessidade, da reestruturação da mão de obra e do lucro, dispomos da base econômica indispensável à integração, com todas as consequências políticas acarretadas por tal processo. (Wallerstein, 2010, pp.32-33)

A chamada África Ocidental, permite uma aproximação mais detalhada. O antigo Império Kanem-Bornu (do século XIV), também sofreu suas rupturas com o comércio institucionalizado de escravos povoando as altas bacias do oeste da África. No momento anterior a organização mais efetiva da vida social pela moderna mercadoria, um proto-exército de nômades cameleiros cumpria um papel de controle direto sobre produtores sedentários - o próprio camelo tinha uma função militar que lhes permitia atacar e se deslocar pelo deserto. Entretanto, os nômades se utilizavam dessa posição para controlar e subjugar as populações sedentárias (Baier, 2010, p. 595).

Em um momento seguinte tomam forma algumas aristocracias comerciantes, muitas delas amparadas principalmente no comércio de escravos – destaca-se a influência mercantil que a islamização da África ocidental teve na constituição dessas formas sociais.

Ao longo dos séculos XVII e XVIII, a dinâmica comunal é rompida, de cameleiros nômades, pastores e agricultores à comerciantes organizados por uma burocracia estatal, comumente amparada na *Sharia* (código moral e leis religiosas do Islã), em territórios tribais e burgos comerciais.

Tais aristocracias comerciantes de escravos tinham suas economias fundadas na guerra, através das quais os escravos eram capturados e que dava forma à sua organização social. Eram os chamados escravos do ferro (Meillasoux, 1995).

O incremento do comércio na África Ocidental, acaba por pulverizar o Império, que perde força ao longo do século XVIII quando os califados Haussa e Fulani são fundados. Note-se que a vida social organizada diretamente pela mercadoria e pela burocracia dos califados tem inclusive outro alcance geográfico. O domínio do Império Kanem-Bornu estava ligado mais diretamente às regiões que comportavam terras agricultáveis, e seu controle proto-militar pelos nômades nas proximidades do Lago Chade e nos oásis ao redor do Saara.

No século XIX as aristocracias escravistas dão lugar às burocracias comerciantes que dão forma aos estados jihadistas de Sokoto e Masina, entre o lago de Chade e o rio Benue. Claude Meillasoux (1995) também destaca que o tráfico de escravos trouxe, sobretudo, armas para as aristocracias militarizadas da África e, nesse sentido, contribuiu para a formação dos exércitos dos califados. Serge Daget (Daget, 2010, p.78) destaca que durante o século XVIII o comércio de escravos movimentou 300 milhões de libras, dos quais 80 milhões foram comprados com armas de fogo.

A vida social organizada imediatamente pelo comércio tem a sua própria dimensão, determinada antes pelas rotas de mercado entre o rio Benue e Tripoli. Estas rotas de mercado

sofreram modificações que foram sentidas nas estruturas de produção africanas, voltadas tradicionalmente para o comercio intercontinental ou mais fechadas e com pouco contato comercial entre as povoações.

A mercadoria surge agora como poder alheio, o *deus estranho que se colocava sobre o altar ao lado dos velhos ídolos e que, um belo dia, com um empurrão e um chute, joga-os por terra e proclama a extração da mais-valia como o objetivo último da humanidade (Marx, 1996, p.373)*, proclamando a si mesmo o único deus, com poderes impessoais impostos às *costas dos sujeitos* que trabalharam para edificá-lo.

Mais próximo à costa, a vida social nos reinos de Daomé e Benim também foi profundamente marcada pelo comércio, especificamente de escravos. O reino de Daomé, a partir da cidade de Agbome, forma uma centralização monárquica que se espalha através do uso de rifles europeus ao longo do século XVIII. O reino de Benim, por sua vez, participou intensamente da venda de *escravos*. Os reinos de Benin e Daomé se localizavam entre o rio Benue e a Costa do Ouro no Golfo da Guiné, com portos para uma importante rota de comércio de escravos para a América – daí sua centralidade na economia da África Ocidental. Todo o interior do continente foi chacoalhado pela presença costeira dos insaciáveis compradores de escravos: a vida social precisava ser completamente reorganizada para que as formações sociais pudessem ser alvo de uma produção em larga escala de escravos.

Karl Marx formulou, no capítulo dois de O capital, uma passagem que demonstra logicamente a ruptura entre um conjunto de relações pré-modernas e a socialização mercantil – entre a troca acidental de objetos e a internalização da mercadoria como forma social[9].

[9] "A troca direta de produtos possui já, por um lado, a forma da expressão simples do valor e, por outro lado, ainda não a tem. Aquela forma era x mercadoria A = y mercadoria B. A forma da troca direta de produtos é: x objeto de uso A = y objeto de uso B. As coisas A e B não são aqui mercadorias antes da troca, mas tornam-se tais por meio da mesma. O primeiro modo, pelo qual um objeto de uso é possivelmente valor de troca, é sua existência como não-valor de uso, como quantum de valor de uso que ultrapassa as necessidades diretas de seu possuidor. As coisas são, em si e para si, externas ao homem e, portanto, alienáveis. Para que a alienação seja recíproca, basta que os homens se defrontem, tacitamente, como proprietários privados daquelas coisas alienáveis e portanto, por intermédio disso, como pessoas independentes entre si. Tal relação de estranhamento recíproco não existe, porém, para os membros de uma comunidade primitiva, tenha ela a forma de uma família patriarcal, de uma antiga comunidade indiana, um Estado inca, etc. A troca de mercadorias começa onde as comunidades terminam, em seus pontos de contato com outras comunidades ou com membros de outras comunidades. Tão logo as coisas se tornam mercadorias no exterior da comunidade, tornam-se também por repercussão mercadorias no interior da vida comunal". (Karl Marx, 1996, p.212)

Nesse sentido, o antigo escravo do ferro, das aristocracias africanas, podia ser vendido ou trocado como *objeto*. Por sua vez, o escravo do dinheiro é a encarnação da moderna mercadoria como forma de reprodução social determinada.

Cada relação particular dentro dos universos comunais teve que ser rompida pelo dinheiro enquanto equivalente geral de dispêndio abstrato de energia humana. Povos nômades, por sua natureza, já praticavam uma produção facilmente alienável, uma vez que toda a sua riqueza encontrava-se reificada, por exemplo no gado, e porque mantiveram contatos e trocas com comunidades estrangeiras.

Portanto, os 1800 são um século de rupturas também para a figura do dinheiro na África, pois ao longo destes anos de inserção do continente na economia mundial, o dinheiro pula de figura em figura, até se cristalizar na forma autonomizada do dinheiro - deslocada da figura do escravo ou do gado.

No século XIX a proibição do comércio atlântico de escravos causa uma inflexão: as economias produtoras de escravos são reorganizadas em economias de produção escravista. Os "escravos do dinheiro" são difundidos no campo e o comércio de homens é substituído pelo comércio de mercadorias. (Claude Meillasoux, 1995).

1.2 - Formações territoriais e mobilização:

Do fuzil à metralhadora pelo Deus único

A socialização através do trabalho livre foi forjada violentamente por mais de um século. Na região da África ocidental, as *Jihads* do século XIX podem ser pensadas como *guerras de modernização* e formação de estruturas estatais mercantis. Segue-se um período de ascensão e declínio de diversos califados e impérios africanos, imediatamente sufocados pelo poderio bélico europeu no espírito dos tratados de partilha. Até que, em meados do século XX, eclodem as guerras de libertação nacional das colônias africanas, e o trabalho escravo é abolido.

Esse século e meio de chumbo e pólvora, ou de canhões e tostões, como diria Robert Kurz (Kurz, 2002), foi o passo decisivo de incorporação da África na economia-mundo do capitalismo contemporâneo, ou ainda, da generalização dos fatores de produção capitalistas: o trabalho livre, a propriedade privada da terra e o Estado Nacional.

Se seguimos a pista deixada por Robert Kurz, de que a formação do trabalhador livre é realizada pelas guerras de formação dos modernos estados nacionais – sua mobilização para o trabalho na forma de soldados – tais conflitos cumpriram um papel semelhante na formação das estruturas de produção, formação e organização de estruturas burocráticas, urbanas e de comércio e, finalmente, na internalização da forma mercadoria na vida social através do trabalho.

Entretanto, o processo de formação do trabalho livre na África ocidental é mais complexo que o europeu. No caso europeu a formação dos exércitos nacionais coincide com a primeira mobilização para o trabalho livre, o soldo é o primeiro salário. Na África Ocidental uma série de guerras e conflitos se interpõe, inicialmente reafirmando o trabalho escravo, e depois, afirmando o trabalho livre.

As *jihads* do século XIX são guerras de modernização que contribuem ao mesmo tempo para a consolidação de economias de produção escravista e para a formação de modernas estruturas estatais, amparada na *Sharia*, que organizava a hierarquia e costumes que vão do pagamento de impostos ao consumo de álcool:

> Profundamente ancorados na ortodoxia e nas ideias sufi, as jihad conduzidas na África do Oeste, no curso do século XIX, não eram fenômenos isolados, mas as últimas manifestações de uma tradição reformista de longa data estabelecida no *Bilad al-Sudan*, cujo objetivo consistia em instaurar, através da revolução, a equidade e a justiça prometidas pelo islã, todavia recusadas por regimes opressores, comprometidos e iníquos. [...] Instaurar uma autêntica sociedade islâmica e recuar as fronteiras do *dar al-islam*, tais eram portanto os objetivos dos chefes que travaram a jihad na África do Oeste. O islã oferecia, acreditavam eles, um quadro ideal para a organização da comunidade, assim como um meio de garantir a salvação da sua alma no outro mundo. Todavia, para traduzirem concretamente estas convicções, faltava- lhes demonstrar capacidade em agruparem tropas totalmente devotas à sua causa, além de suficientemente fortes a ponto de operarem as mudanças desejadas (Aziz Batran, 2010, p.638).

Os mercadores muçulmanos participavam ativamente do comércio de escravos, assim como aceitavam positivamente a proteção e a clientela de diversas aristocracias. Batran afirma também que às vésperas das *Jihads* aumentaram consideravelmente as reservas de escravos, e líderes se fortaleceram:

> A aristocracia local escolhia as suas vítimas junto aos camponeses e pastores, capturando assim tanto os muçulmanos quanto os não muçulmanos. O temor em serem privados da sua liberdade e as violências das quais se acompanhava a caça aos escravos levaram grande número de vítimas potenciais a buscar refúgio junto aos xeques. Esperando obter a sua recompra ao arrolarem-se para as *jihad* e tornando-se membros da nova sociedade, os escravos, muçulmanos ou não, representavam uma enorme proporção dos *mudjahidun* e da multidão de discípulos e iniciados que se agrupara em torno dos reformadores. Ambos com sucesso, xeque Ahmadu e al-Hadjdj 'Umar convocaram os escravos para combaterem junto de si. Xeque Ahmadu teria declarado: "Todos vós, maccube (escravos), vindos hoje a mim, vós sois livres. Todos os maccube encontrarão o paraíso ao meu lado." [...] Não é indiferente que xeque Ahmadu tenha, contra os bambara e os dikko, tomado posição no Sebera, região onde os escravos e os indivíduos de casta eram muito numerosos (Aziz Batran, 2010, p.634-635).

Uma vez empreendidas as guerras, os *reformadores* estabelecem uma relação contraditória com os escravos que se tornaram *mudjahidun* (combatentes), pois haviam prometido libertá-los, mas seus domínios se fundamentavam em produções escravistas. Diversos escravos foram libertos e até ocuparam funções burocráticas. Os cargos supremos, por sua vez, eram passados aos descendentes dos reformadores residentes nas capitais.

A organização dos territórios e da hierarquia social submetidos pela *Jihad* respondiam a uma ordem definida:

> Os califados eram divididos em imarat (emirados) cada qual governado por um mudjahid de alto escalão. A maioria dos amir (governadores de província) era composta de letrados; mas, igualmente, havia entre eles chefes de clã e escravos libertos. Posteriormente, a nomeação para cargos de alto escalão esteve, em grande parte, subordinada à existência de laços sanguíneos com a linhagem dos califas ou de ilustres mudjahidun. Geralmente, o poder tradicional e o prestígio social foram transferidos para uma nova elite formada por mudjahidun. (Aziz Batran, 2010, p.639)

As terras confiscadas ao longo das *Jihads* eram passadas à proprietários que controlavam escravos, como no caso dos *fulbe,* principal população das tropas engajadas nas *jihads*:

> Os proprietários fundiários necessitavam de escravos para o cultivo das suas terras e estes últimos, tudo leva a crer, ainda eram tão numerosos, nos califados e relativamente aos homens livres, quanto o eram à época das jihad. Os escravos que haviam participado das guerras santas foram libertos; mas aqueles que não se haviam unido aos xeques foram novamente assujeitados. Escravos capturados, em incursões além das fronteiras e durante rebeliões, vieram engrossar as suas fileiras (Aziz Batran, 2010, p.639).

Nesse sentido, a expropriação movida pelos patriarcas do Islã burocratizou o acesso a terra e consolidou um regime escravista. O futuro dos escravos capturados foi definido por uma *fatwa* (decisão jurídica) que deixava ao senhor a opção de libertar o escravo, de acordo com um juízo particular sobre a adequação do escravo às leis da *Sharia* e à fé islâmica:

> Quanto àquele que vós encontrais em suas mãos (os descrentes), reduzido à escravatura e pretendente a ser um muçulmano nascido livre, vós deveis aceitar a sua palavra até que se tenha provado tratar-se de um escravo [...]. Qualquer um que vós libertais por pretender ser um muçulmano nascido livre, escravizai-o novamente caso torne-se evidente tratar-se de um descrente (Aziz Batran, 2010, p.639).

No mais, as *Jihads* comporiam um conjunto de ordenações que atravessavam a vida social de todos os territórios submetidos aos califados:

> Foram restringidos os deslocamentos de grupos de pastores para Sul, de modo a reduzir tensões com comunidades camponesas, fronteiras e as pastagens do Norte foram constantemente vigiadas para conter as incursões dos tuaregues, impôs-se um termo aos ataques lançados contra as comunidades camponesas para a captura de escravos, foram criados tribunais para a aplicação da sharia e os kadi (juízes) foram nomeados pelos califas e pelos amir, numerosas práticas contrárias à lei islâmica foram banidas: o respeito à interdição do consumo de álcool foi garantido com rigor; os odiosos impostos, captados pelos regimes desacreditados, foram substituídos pelo zakat (dízimo), pelos kharadj (impostos territoriais) e pela djizya, prescritos pela lei corânica; o número de esposas autorizado foi limitado a quatro e assim seguiam outras disposições. Os impostos eram repartidos e recebidos pelos amir, os quais, muito amiúde, cobravam- nos de modo arbitrário. (Aziz Batran, 2010, p.640)

Definitivamente, o comércio de escravos foi responsável pela fundamentação das estruturas estatais na África do Oeste, como também destaca Ajayi:

> A esfera na qual mais fortemente manifestou-se o esforço de autodesenvolvimento [da África] talvez tenha sido aquela referente às estruturas políticas e ao poder estatal. A grande lição que os povos da África Central e do Oeste tiraram do tráfico de escravos, à época já antiga − justamente esta lição que a África do Leste reteve, por sua vez, no transcorrer do século XIX −, equivaleu a saber que o meio de sobreviver ao tráfico, quiçá dele tirar proveito, era reforçar as estruturas e a base militar do poder de Estado. (Ajayi, 2010, p.907)

Por outro lado, todas as instituições políticas criadas neste contexto em toda África foram praticamente solapadas pelos exércitos industrializados da Europa (Ajayi, 2010, p.907).

A partir do século XVIII as guerras na África sempre foram o outro da modernização bélica da economia mundial, mesmo o Islã, tomado como o inteiramente outro do Ocidente, na África Ocidental, se mostra como produto imediato da modernização africana ao longo do século XIX, orbitando ao redor do capitalismo mercantil.

Dentro do quadro geral das guerras do século XIX, surge uma figura importante para a mobilização geral do trabalho generalizado no século XX, a exemplo do que aconteceu na Europa do século XV: são os guerreiros profissionais, preconizadores do trabalhador livre:

> A maior revolução ocorrida na arte da guerra, no século XIX, foi o surgimento do guerreiro profissional. A força das lutas políticas e a frequência das guerras haviam criado tal situação que um pequeno número de indivíduos permanecia constantemente armado; deste modo surgiu o guerreiro profissional, na qualidade de membro de pleno direito na sociedade (Ajayi, 2010, p.910).

As invasões europeias levantaram a bandeira abolicionista para imprimir a pressão industrialista sobre o a África Ocidental, principalmente a partir de 1860. Entretanto, essa abolição se referia unicamente ao tráfico e não se opunha de maneira alguma ao próprio trabalho forçado no continente africano.

As missões de exploração geográficas ao longo do século XIX, como a empreitada de Richard Burton financiada pela *Royal Geographic Society* e os viajantes alemães na África Ocidental, forneceram uma ampla base de conhecimentos sobre o território africano que somados aos diversos avanços bélicos e tecnológicos da primeira revolução industrial reestruturam profundamente o processo de modernização. Esses elementos possibilitam uma ocupação extensiva dos territórios africanos pelos Estados imperialistas do capitalismo concorrencial (Inglaterra, Alemanha, Bélgica, França) através da expansão das fronteiras imperiais e da intensificação do controle direto das matérias-primas, cuja demanda aumentava exponencialmente por causa dos mesmos avanços da revolução industrial. Parte da produção dos bens alimentícios da Europa é transferida para as colônias através de uma produção agrícola monopolista beneficiada por condições particulares de organização do trabalho e da terra nas colônias (trabalho escravo ou de baixos custos, terras expropriadas) (Hobsbawm, 1988).

Essa questão é anunciada pelas conferências de "partilha" do continente europeu ao longo do século XIX, como a Conferência de Bruxelas (1876) e a Conferência de Berlim (1884). Um dos principais pontos da conferência de Bruxelas era a liberação da navegação na bacia do rio Congo, principal via de circulação desse período:

> De olhos voltados para a bacia do Congo, o rei belga Leopoldo II, um monarca estudioso de geografia e ledor assíduo dos relatos das expedições científicas, convoca, em 1875, uma reunião de geógrafos, Conferências Internacional de Geografia. Realizada em Bruxelas e sob a presidência de Leopoldo II, a ela compareceram sociedades geográficas de vários países, além de diplomatas e exploradores famosos. (Ruy Moreira, 1980, p.15)

A Conferência se justificava através de um discurso progressista de Leopoldo II, que apresentava seus objetivos como:

> Abrir à civilização a única parte do nosso globo onde ela ainda não tinha penetrado assim como conferenciar com vista a regular a marcha, combinar os esforços, tirar partido de todos os recursos, evitar repetições escusadas. (Brunschwig,1971)

Já a conferência de Berlim, presidida por Bismarck, criou condições para garantir a generalização das relações sociais baseadas na forma mercadoria através da força dos exércitos imperialistas. Essa conferência garantiria a **liberdade do comércio,** e proibiria o **comércio de escravizados**[10]. A partilha estipulava critérios de forma totalmente arbitrária para o estabelecimento das fronteiras:

> Se tomava como referência 'latitude' e 'longitude', linha de divisão de águas, curso presumível de um rio de que mal se conhecia a embocadura, populações (quando as etnias eram estáveis, agrupadas e organizadas em Estados, para poder formar conjuntos de acordo com as exigências da técnica e da economia modernas). (Brunschwig, 1971)

A ocupação territorial interior foi possibilitada também pela construção de linhas férreas. Por outro lado, diversos confrontos militares com lideranças africanas foram necessário para a imposição do padrão produtivo europeu.

Muitos dos reinos, impérios e califados surgidos no século XIX foram centralizados em uma gestão colonial francesa chamada Federação da África Ocidental Francesa, que incluía os territórios da Mauritânia, Senegal, Sudão Francês (Mali), Guiné, Costa do Marfim, Níger, Burkina Faso e Daomé (Benin). No início da guerra mundial a política imperial europeia já havia consolidado suas linhas sobre o mapa Africano.

> A estratégia dos europeus, quando tomaram consciência do fortalecimento do poder estatal na África, equivaleu primeiramente a cerrar fileiras sob o imperativo do interesse nacional. Os missionários, mercadores, exploradores e agentes consulares europeus, outrora pretensos a agirem de forma dispersa e, muito amiúde, oposta entre si, começaram a se unir sob a bandeira dos interesses nacionais (Ajayi, 2010, p.928).

Nesse sentido, a região da África Ocidental se viu reduzida aos territórios coloniais franceses e britânicos e aos dois Estados de escravos libertos tornados colonos – Libéria e Serra Leoa. A formação desses territórios coloniais desarticulou política e militarmente as estruturas formadas no século XIX, primeiramente com a restrição da venda de armas de fogo, para em seguida decretar que a África inteira era *terra nullius*, um espaço vazio:

---

[10] Estima-se, entretanto, que nesse período o número de escravos africanos vivendo nas Américas já chegava a 6 milhões (COMPARATO, 1998) e que 22 milhões de africanos haviam sido levados do continente como escravos, dos quais metade morrera antes de chegar a América. (KINDER & HILGEMAN, 1970).

> Sem deixar de combater tal ou qual Estado da África e negociar múltiplos tratados e convenções com soberanos africanos, eles [os europeus] igualmente puderam sustentar que, em razão de possuírem escravos e serem comerciantes, os Estados africanos não eram reconhecidos pelo direito internacional. Portanto, foi possível declarar no Ato Geral da Conferência de Berlim (1885) e no Ato de Bruxelas (1889) que, segundo o direito internacional, a África era *terra nullius* e que somente as potências europeias e os seus colonos nela possuíam interesses, os quais deviam ser protegidos (Ajayi, 2010, p.929).

A modernização europeia em curso solapou o padrão produtivo baseado na economia do tráfico que ela mesma impôs ao continente africano. No curto período entre 1880 e 1910 a África foi marcada pela conquista e ocupação de quase todo o seu continente pelas potências imperialistas. No período seguinte, consolida-se a exploração colonial, baseada em trabalho forçado, que segue curso até meados do século XX, quando eclodem as guerras de libertação nacional e o trabalho escravo é abolido no continente. Na África Ocidental, a dominação europeia até 1880[11] encontrava-se realmente limitada às:

> Ilhas do Senegal, à cidade de Freetown e seus arredores (que hoje fazem parte de Serra Leoa), às regiões meridionais da Costa do Ouro (atual Gana), ao litoral de Abidjan, na Costa do Marfim, e de Porto Novo, no Daomé (atual Benin), e à ilha de Lagos (no que consiste atualmente a Nigéria) […] Em 1880, graças ao desenvolvimento da revolução industrial na Europa e ao progresso tecnológico que ela acarretara – invenção do navio a vapor, das estradas de ferro, do telégrafo e sobretudo da primeira metralhadora, a Maxim –, os europeus que eles iam enfrentar tinham novas ambições políticas, novas necessidades econômicas e tecnologia relativamente avançada. Por outras palavras, os africanos não sabiam que o tempo do livre-cambismo e do controle político oficioso cedera lugar, conforme diz Basil Davidson, à "era do novo imperialismo e dos monopólios capitalistas rivais (Boahen, 2010, pp.1-7)

As principais campanhas de ocupação da África Ocidental foram comandadas por franceses, entre "*1880 e 1898 no Sudão ocidental, na Costa do Marfim e no Daomé (atual Benin), entre 1880 e 1898, e britânicos no Ashanti (atual Gana), na região do delta do Níger (Nigéria) e no norte da Nigéria, entre 1895 e 1903*" (Gueye & Boahen, 2010, p.130).

O período que se segue comporta a expansão do sistema colonial para o interior do continente[12]. Os métodos e sistemas utilizados pelos empreendimentos coloniais variaram bastante, mas pode-se dizer que respeitavam algumas linhas gerais, conforme escreveu um governador da Costa do Marfim em agosto de 1908:

---

11 Conferir o mapa 1, anexo.

12 Conferir os mapas 2 e 3, anexo.

> O que tem de ser colocado antes de tudo é o princípio indiscutível da nossa autoridade [...] Da parte dos indígenas, a aceitação de tal princípio deve se traduzir pela deferência na acolhida, pelo respeito absoluto aos nossos representantes, sejam eles quais forem, pelo pagamento integral do imposto à taxa uniforme de 2,50 francos, pela boa cooperação dada à construção de caminhos e de estradas, pela aceitação do pedágio pago, pela observação de nossos conselhos [sic] relativos à necessidade do trabalho, pelo recurso à nossa justiça [...] As manifestações de impaciência ou de falta de respeito para com a nossa autoridade, as faltas deliberadas de boa-vontade, têm de ser reprimidas sem demora. [...] Foram nomeados administradores de distrito e administradores itinerantes, promulgados novos códigos e novas leis, chefes confirmados ou depostos e outros designados, baixados impostos diretos e indiretos e exigido o trabalho forçado para a abertura de estradas e vias férreas. Todas essas medidas, naturalmente, suscitaram as mais variadas reações. (*apud* Gueye & Boahen, 2010, pp.155-156)

A fórmula básica do colonialismo foi sintetizada por Marlow, personagem protagonista do romance "*No coração das trevas*", de Joseph Conrad: soldados subiam o rio Congo e fazia a borracha descer livremente.

Esta apresentação permite concluir que a mobilização do trabalho na África Ocidental foi realizada através da violência de metralhadoras dos exércitos coloniais, com os trabalhadores engajados na construção das infraestruturas de transporte e comunicação, tais como telégrafos, estradas e ferrovias. Cabe ainda dizer que, esta espécie de acumulação primitiva de trabalho e terra na África é o outro lado da modernização industrial europeia[13].

A mobilização forçada dos trabalhadores através da formação da propriedade privada faz reverberar a formulação de Marx sobre o segredo relevado pela colonização:

> O que nos interessa é o segredo descoberto no Novo Mundo pela Economia Política do Velho Mundo e proclamado bem alto: o modo capitalista de produção e acumulação e, portanto, a propriedade privada capitalista exigem o aniquilamento da propriedade privada baseada no trabalho próprio, isto é, a expropriação do trabalhador. **Marx**, A Teoria Moderna da Colonização.

[13] Edward Said também faz uma leitura anti-dualista da formação do campo cultural chamado oriental.

1.3 - O discurso colonial da Geografia na modernização da África do século XIX

A ocupação e a formação das colônias europeias na África, uma vez que mobilizadas pelos ideais de civilização, progresso e liberdade, demandavam a construção de um discurso que as validasse perante as sociedades burguesas da Europa Ocidental do século XIX, em franco desacordo com o absolutismo mercantilista dos séculos XVI e XVII e XVIII, num momento histórico que as ideologias modernizadoras derivadas do Iluminismo passam a organizar suas formas de consciências fetichizadas, pretenso controle do homem sobre a natureza[14].

Como não poderia deixar de ser, a Geografia contribuiu fortemente para a consolidação do ideário progressista que envolveu as violentas empreitadas europeias na África (nos caminhos abertos pelos cientistas e missionários da primeira metade do século XIX) ao passo que sua própria consolidação como disciplina científica se dá em profundo débito com o colonialismo, com destaque para o discurso de humanização do ecúmeno, uma faceta particular da ideia geral de controle da natureza pelo homem.

Como nossa pesquisa trata da mobilização do trabalho na África Ocidental Francesa, faz-se oportuno uma pequena incursão no pensamento geográfico francês do século XIX, com destaque para as leituras díspares de Élisée Reclus[15] e Vidal de La Blache[16].

Por sua vez, a formação do trabalho livre na África Ocidental Francesa é concluída juridicamente em 1948, com a assinatura da Lei Hophouet-Boigny no parlamento francês, semi-aberto à participação política das colônias. Entretanto, a sociedade africana do trabalho livre passou por um longo e violento processo de internalização da forma mercadoria e de imposição do trabalho escravo, para integrar o mundo do valor, conforme vinhamos apresentando neste capítulo.

---

[14] Immanuel Kant abre sua *opera magnun* com uma citação definitiva de Francis Bacon: "De nossa parte silenciamos: Quanto ao assunto porém, de que se trata aqui, pedimos que os homens não o considerem uma simples opinião, mas de fato, uma obra; e que tenham de que não se trata da fundação de uma seita ou da justificação de uma ideia, mas da fundamentação da utilidade e da grandeza humanas. Que, então, cada um, no seu próprio interesse... atenda ao bem comum... e se empenhe por ele. Afinal, que cada um tenha boa fé e não julgue a nossa *Instauratio Magna* algo infinito ou ultramonta e a compreenda; pis, em verdade, ela significa o fim e o devido término de um imenso erro". *in* BACON, F. *Instauratio Magna*, Prefácio, *apud* Crítica da Razão Pura, Kant, I., São Paulo, Nova Cultural, [1782] 1982.

[15] O acesso à bibliografia de Reclus sobre a África foi possibilitado pela organização da fortuna crítica do autor pelo Coletivo Biblioteca Terra Livre. http://bibliotecaterralivre.noblogs.org/

[16] O estudo de textos de La Blache foi facilitado pelo acesso às traduções para português e comentários realizados pelo grupo "Epistemologia e Política : uma Releitura da Geografia Vidaliana para o Século XXI" da UFF, coordenado pelo professor Guilherme Ribeiro.

Desde o século XIX, associado à imposição real dos ideais de liberdade (por exemplo, com a declaração de livre comércio e navegação na Bacia do Congo), progresso (avanço sobre terras agricultáveis) e civilização (superação de formas pré-políticas de organização social), as empreitadas de ocupação e colonização estão movidas no sentido de fazerem do trabalho, produtor de valor, a moeda geral da África Ocidental Francesa. Neste momento, a partir da necessidade da criação de um discurso legitimador ao Ocidente, de um processo movido pelas revoluções industriais burguesas, as metrópoles passam a proibir e coagir o trabalho escravo que elas mesmas haviam fomentado para a formação das colônias de exploração americanas.

Cabe salientar que em grande parte o discurso civilizatório se fundamentava na ideia de proteção às populações indígenas através de causas humanitárias: "Na corrida para a anexação de territórios africanos do século XIX, a salvação dos indígenas foi só um pretexto[17]". Tal situação provocava a explicitação de um contradição, que se por um lado Reclus teve de enfrentar, nunca apareceu à Vidal de La Blache como contraditória. Por outro lado, é um tema que se desdobra em nossos dias, na medida em que os Direitos Humanos estão em primeiro plano sempre que se discutem as intervenções político-militares na África.

Nesse sentido, a própria modernização, na medida em que se foi impondo como generalização do trabalho produtor de valor, gerou uma necessidade de juridificação da vida social fundada na mercadoria e na livre sujeição do trabalhador expropriado – ou dos trabalhadores colonos em suas próprias propriedades. Foi a colonização europeia na América e as revoluções burguesas inspiradas na revolução americana, fundadas no ideário de liberdade, progresso e civilização, que consolidaram a igualdade dos direitos do homem (ou a consolidação do sujeito abstrato moderno) como resposta ao absolutismo, e em busca da consolidação da sujeição ao trabalho livre (e a internalização da sua violência) como princípio irrevogável do mundo moderno, tal como apresentadas na **Carta de Direitos** de 1791, nos EUA, ou na **Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão** de 1798 – documento culminante da Revolução Francesa.

As revoluções burguesas do final do século XVIII, por sua vez, estavam a colocar em movimento um princípio formal de sociabilidade do qual dependia profundamente o capitalismo liberal do século XIX, formulados em termos econômicos pela economia clássica de Adam Smith e David Ricardo. Impulsionada pela Primeira Revolução Industrial, a Europa Ocidental vê as bases da sua sociedade perder os próprios fundamentos, na medida em que, já desde o século XVI, mas principalmente ao longo do séculos XVIII e XIX, os constantes

[17] André Julien, Histoire de L'Afrique, PUF, 1955, *apud* CARVALHO, D. *Geografia Social Econômica e Política*, IBGE, Rio de Janeiro, 1963.

aumentos de produtividade da indústria arrancavam populações inteiras dos seus vínculos pretéritos com os meios de produção e os apostava no livre jogo da sujeição ao trabalho de centros urbanos como Londres e Paris. É nesse momento que a chamada colonização de povoamento entra em cena através do atlântico, com destaque para a região das treze colônias dos Estados Unidos e a região sul do continente sul-americano.

Por outro lado, também desde o século XVI, o lento processo de colonização tropical, baseado nas chamadas colônias de exploração, ganhava forma e consolidava seu próprio princípio social nos territórios anexados pelas metrópoles ibéricas e o sul do EUA: a economia escravocrata. O dois sistemas coloniais (povoamento e exploração) correm paralelos até que as rupturas das revoluções industriais realizam a imposição da sociedade mundial da concorrência do valor, que ultrapassa historicamente o capitalismo mercantilista, e aponta para o tempo de trabalho como princípio de sociabilidade universal, ideologicamente semeado pelo Iluminismo.

É nesse sentido que a ruptura, do capitalismo mercantilista para o capitalismo liberal, aponta para a entrada em cena do discurso crítico em relação às colonias de exploração escravocratas e à ordem absolutista, uma vez que o sistema colonial ibérico que até então se fundamentava no tráfico e no trabalho escravo (para não dizer no metalismo e na fisiocracia) passa para um momento em que a sociabilidade fundada no valor se pretende também universalidade abstrata para as colônias escravocratas americanas e feitoriais de escravos africanas (ou seja, fundamentadas no liberalismo e na Economia Política).

Nesse contexto, a institucionalização da Geografia contribui diretamente para a formação do discurso eurocêntrico civilizatório, quando, ao longo século XIX, passa a articular internamente, nos relatos de viagens, uma concepção científica de descrição física do mundo (e para isso a geologia, a hidrografia, a botânica, a zoologia, etc.) à um princípio civilizador, ocidental e progressista, baseado na liberdade (com apoio da economia política liberal)[18].

A figura emblemática de Alexander von Humboldt parece garantir uma aproximação ao cenário da formação da disciplina e a relação com os discursos da modernização. Com uma

[18] Economia política liberal assenta suas bases teóricas no conceito de valor-trabalho e representa a mais forte corrente de oposição teórica ao absolutismo, pois representa com fidelidade os princípios burgueses da economia liberal ascendente que fez soçobrar a ordem social absolutista e mercantilista e projetou as potências industriais, inglesa e francesa, sobre as coras comerciantes da península ibérica. Por outro lado foi o mercantilismo que abriu a possibilidade de formação do Estado Nacionais modernos, na passagem do Feudalismo para o Capitalismo. A fisiocracia, sacudida pelo Liberalismo, se fundamentava principalmente em uma concepção fisiocrática da produção da riqueza, ou seja, que a riqueza das nações derivariam imediatamente da terra, a única fonte da riqueza.

formação inicial que lhe garantiria as bases em Química e Física em Göttingen ao longo da década de 1780, Humboldt vai estudar comércio e línguas em Hamburgo. Em seguida, desenvolve estudos de Geologia em Feiberg, na Saxônia, com o geólogo e mineralogista Abraham Gottlob Werner, conhecido como fundador da moderna mineralogia[19]. O próprio Humboldt realizou uma expedição científica em 1789 em que observaria a composição mineralógica dos basaltos do rio Reno.

Tais desenvolvimentos teóricos não apresentavam em si qualquer possibilidade de ruptura com o pensamento mercantilista e o absolutismo. Por outro lado, os estudos em Comércio, empreendidos por Humboldt em Hamburgo, com o professor e matemático Johan Georg Büsch, o colocam em contato com a história das trocas e a Economia Política do final do século XVIII e, inevitavelmente, com o pensamento liberal[20]. De uma forma geral, os desenvolvimentos teóricos do liberalismo correspondiam às necessidades da revolução burguesa em curso na França, assim como o longo processo de derrubada do absolutismo na Inglaterra.

As concepções liberais marcam profundamente a visão social de mundo de Alexander von Humboldt, tal como podemos apreender na leitura do seu "Ensaio Político sobre a Ilha de Cuba", escrito na viagem que realizou à América, que ficou conhecida como *descobrimento científico do continente*, notadamente publicado em francês, com uma carta em anexo em que manifestava seu total desacordo com a vida social baseada na economia escravista (HUMBOLDT, 1826), censurada na ilha caribenha.

Nesse sentido, a Geografia do século XIX na França se forma a partir da herança de Humboldt e desdobra algumas tensões entre as diferentes visões de mundo das quais as formulações sintéticas de Humboldt já estavam prenhes. O argumento civilizatório em ação, muitas vezes, demandou a imposição e a violência contra formas ditas menos desenvolvidas de sociedade, assim como a sua classificação em termos de evolução. Por outro lado reverberam as formulações românticas críticas à violência do processo civilizatório. Finalmente, é possível rastrear também a influência do pensamento utópico francês, nomeadamente Saint-Simon.

Portanto, é nesse registro histórico que estão a ser escritas as reflexões de Élisée Reclus e Vidal de La Blache sobre a África. Ainda que pesem as diferenças dos pontos de

[19] Os estudos de Werner buscavam uma interpretação da gênese geológica dos minerais e se colocavam como conhecimentos imprescindíveis para a moderna engenharia de minas do século XVIII

[20] Já em 1784 J.G.Büsch publica escritos em três volumes sobre Economia Políitica em Hamburgo.

vista dos escritores, as distintas profundidades históricas e teóricas do seus escritos, a incapacidade de criticar radicalmente o significado profundo da colonização – da maneira que Marx desenvolve já em meados do s anos 1860 - os coloca no rol de uma Geografia modernizadora do século XIX. Pretendemos reabrir essa discussão a seguir, atentos ao tratamento contraditório que Reclus fornece a matéria colonial e a postura cândida de La Blache em relação às colonias francesas na África.

Vidal de La Blache na África:

ou das boas intenções mal-interpretadas

A máxima de Yves Lacoste de que Vidal de La Blache seria um velho e enfadonho geógrafo, do qual muito pouco se pode obter em termos de crítica social, parece ainda influenciar a falta de interesse por sua obra. Por outro lado, as publicações teórico-epistemológicas, volta e meia, se deparam com o tema do possibilismo e da influência da Geografia Regional francesa, principalmente quando recaídas sobre a formulação de políticas de planejamento regional e urbano. O historicismo-possibilista também tem enquadrado diversas pesquisas sobre a história do pensamento geográfico no enfoque do estudo dos círculos de afinidades[21]. Em relação ao tema colonial, a influência do historicismo-possibilista não poderia deixar de aparecer. La Blache é um escritor ativo na virada para século XX, atento aos relatos e às situações das colônias francesas na África. Se por um lado seus escritos empolgam como *possibilidade* epistemológica primordial[22], por outro lado, apontam para o profundo relacionamento entre a institucionalização da Geografia, a formação do seu campo discursivo e a modernização, para ser mais direto, seu papel (da Geografia) ativo como instrumento político do imperialismo e do neocolonialismo europeus. O historicismo possibilista, apesar da aparente relativização do contexto histórico, no fundo é orientado pela mesma metafísica da história[23] que paira sobre o determinismo, da economia política liberal

[21] Destaque para os trabalhos *"Construindo um projeto de pesquisa: A Concepção de Mediterrâneo no Círculo de Afinidades de Vidal de La Blache (1934-1948)"*, de Larissa Alves de Lira; *A viagem científica de Élisée Reclus ao Rio de Janeiro da Primeira República*, de Marcelo Augusto Miyahiro, ambos apresentados no II Encontro Nacional de História do Pensamento Geográfico, 2009.

[22] Guilherme Ribeiro. Vidal de la Blache, Ciência e Política : notas a partir do caso africano. *Confins Revue franco-brésilienne de géographie / Revista franco-brasilera de geografia*. 2011, Numéro 12.

[23] "Nada inculcou a ideologia burguesa do iluminismo nas nossas cabeças com mais insistência que a respectiva metafísica da história. A metafísica real do trabalho e do valor é historicamente enquadrada na construção teleológica do "progresso". À ontologia burguesa do

ao socialismo utópico, vertentes iluministas apologéticas da forma vazia do sujeito abstrato, desdobramentos da naturalização da mediação entre a sociedade e a natureza, ou seja, a naturalização do trabalho produtor de valor.

Para além da esperança no desenvolvimento da epistemologia geográfica em relação positiva com o campo autonomizado da política para o século XXI – "*uma epistemologia territorial e La Blache como valioso intérprete da modernidade* (Ribeiro, 2008)" - a nota de Ribeiro e o conjunto de traduções que ele apresenta de textos de La Blache sobre a África são um interessante ponto de partida e desfazem, em certa medida, a imagem de um velho aborrecido sem interesses políticos, ainda que não seja capaz de articular internamente as reflexões de La Blache sobre a Europa e as colônias[24]. O autor ressalta a interação entre o interesse imperial e a produção geográfica sobre o continente a partir das reflexões de Blais:

> Todavia, se a cartografia colonial é um dos espaços onde a "ciência e as ambições imperiais se reencontram" (BLAIS, 2008 :1 34), não podemos deixar de perceber que é com um olhar geopolítico que Vidal acompanha a missão Crampel, o itinerário Dybowski, a missão Chari-Lac Tchad, as expedições de Gautier… Numa conjuntura complexa envolvendo conquistas territoriais, estratégias militares, sociedades de geografia e negócios coloniais, a Geografia que então se afirmava nas Universidades nas décadas posteriores a 1870 era um discurso científico cujo conteúdo era indissociável da política. Seja quando discorria sobre as características físicas de uma área como condição elementar para a compreensão de sua economia, cultura e sociedade, seja quando destacava a importância do mapeamento para a

---

trabalho, que define a abstração real "trabalho" (segundo Marx, a "substância" da forma do valor) como condição eterna da Humanidade, e à daí resultante metafísica do trabalho, consistindo na suposta libertação do trabalho (e libertação pelo trabalho), correspondem a ontologia e a metafísica burguesas do sujeito: o sujeito do trabalho, da circulação, do conhecimento e do estado da modernidade, produtor de mercadorias, passa a ser "o Homem" enquanto tal, e ligada a isto está a promessa metafísica de uma "autonomia e auto-responsabilização", através da forma burguesa de pensar e agir. A esta construção ideológica do sujeito corresponde, por outro lado, a ideologia burguesa do progresso, que entende toda a história anterior a si como a ascensão de uma forma mais baixa para uma forma mais elevada, e a metafísica do progresso constituída sobre esta última, que vê na moderna socialização do valor o culminar e o fim da história" *in Razão sangrenta*, Robert Kurz, São Paulo, Hedra, (2002) 2012.

[24] A revisitação político-epistemológica de Vidal de La Blache no início do século XXI merece uma leitura crítica, simplesmente apontada aqui. Sugerimos, como pergunta de pesquisa, que a região Vidaliana seguiu sempre uma busca por definir as possibilidades das plataformas de exportação de mercadorias, na França ou fora dela, a partir da definição dos quadros naturais, justamente através da hipostasia da mediação social, entendida como como metabolismo natural, ecologia humana. Para uma aproximação da revisitação positiva à epistemologia Vidaliana conferir do mesmo autor: RIBEIRO, Guilherme. Modernidade e espaço, pós-modernidade e mundo: a crise da geografia em tempos de globalização. *Diez años de cambios en el mundo, en la Geografía y en las Ciencias Sociales, 1999-2008. Actas del X Coloquio Internacional de Geocrítica*, Universidad de Barcelona, 26-30 de mayo de 2008.

> defesa das fronteiras coloniais, a Geografia Vidaliana esteve o tempo todo articulando ciência e política (RIBEIRO, 2011).

Ribeiro aponta para um desenvolvimento paralelo entre o discurso científico e as expedições coloniais, que se, em alguns pontos, possam vir a ter se encontrado, não podem ser reduzidos a uma dimensão única. É nesse sentido que Ribeiro abre sua nota com uma citação de La Blache, bem *esclarecedora*: "Nossas intenções são, seguramente, excelentes, mas elas são mal interpretadas".

Acreditamos, ao contrário, que os desenvolvimentos científicos da Geografia Vidaliana estão intimamente ligados às causas políticas pela dimensão mais ampla do processo de modernização, que está na base da formação dos dois campos (ciência e política) e de suas pretensas autonomias sobre a forma social da mercadoria e não podem ser pensados fora desse registro em comum.

Podemos nos aproximar desta ideia, entrando nas linhas do próprio La Blache, de outro ponto de vista. Pois então, Ribeiro apresenta a tradução de um texto intitulado "*Missão Crampel e Intinerário Dybowski*[25]", com trecho reproduzido a seguir, no qual La Blache analisa alguns pontos da referida missão científica:

> Assim, a região percorrida de Bangui a essa misteriosa Bled-el-Kouti, na qual se encontra o vestígio no relato de Nachtigal, oferece, sob vários pontos de vista, um interesse especial. 1 º : Limite das bacias Congo e Chari. No itinerário publicado pela Sociedade de Geografia por ocasião da recepção de Dybowski, esse limite está marcado como se estivesse a uns 12 km ao norte de Yabanda. No entanto, as próprias indicações do itinerário sobre os cursos d'água que corresponderiam a esta posição ainda parecem mostrar uma direção para o leste. Além disso, ela resulta de uma carta de Dybowski dizendo que foi no segundo dia de caminhada após ter deixado a banda Y que ele começou a ver "todos os ribeiros e os pequenos rios, ao invés de escoar para o leste, se dirigir para o noroeste". Antes de chegar a Makourou em 29 ou 30 de novembro, ele encontra um rio importante que se dirigia para o noroeste. Sobre a largura desse rio, seu testemunho varia. Na carta anteriormente citada, ele diz: "Nesse momento (águas baixas), ele possui, em média, 18m de largura". Na conferência de 18 de novembro de 1892, ele identifica esse rio como o Chari, atribuindo-lhe uma largura média de 60m. (LA BLACHE, 1898, *apud* RIBEIRO, 2011).

A definição das *divisorium acuarium* costuma ser um ponto de partida do geógrafo que busca esquadrinhar um conjunto de linhas de continuidades e descontinuidades em uma

[25] Paul Vidal de la Blache. Missão Crampel e Itinerário Dybowski. Confins Revue franco-brésilienne de géographie / Revista franco-brasilera de geografia 2011, Numéro 12. Publicado originalmente nos *Annales de Géographie*, n.6, pp. 245-246, 1893.

determinada paisagem. Podemos ver a seguir quais são os interesses e *possibilidades* da "ação humana" sobre o quadro recém-pintado e localizado, que deixam o leitor atento para as interconexões do processo de modernização, pensar por si:

> Constituída pelo decreto de 15 de fevereiro de 1906 sob a autoridade de um Tenente-Governador, a província de Oubangui-Chari-Tchad foi a última a chegar e a mais distante das províncias de nosso domínio africano. Situada entre a extremidade setentrional do rio Oubangui e o Kanem a nordeste do lago Tchad, estendendo-se sobre 9º de latitude e mais de 6º de longitude, ela cobre uma superfície que ultrapassa consideravelmente a da França. Durante muito tempo, o que sabíamos sobre essas regiões [contrées] se restringia às informações interessantes, porém fragmentadas, recolhidas in loco por Barth e Nachtigal em 1 852 e 1 87 2. Porém, vindos pelo Norte, tais viajantes não puderam avançar muito para além de 10º de latitude. Foi somente em 1890 que a constituição de postos franceses sobre o Oubangui forneceu, enfim, uma base mais cômoda de operações. Daí em diante, as explorações se encadearam[26]. (LA BLACHE, 1898, apud RIBEIRO, 2011).

La Blache é um geógrafo empenhado no sentido de fazer críticas modernizadoras que contribuam diretamente com as empreitadas coloniais, que por sua vez, justificam os desenvolvimentos teóricos da disciplina. Podemos observar outra dessas críticas reprodutórias no comentário que faz ao desvelamento da lenda das vinhas selvagens, produto da expedição de Auguste Chavalier. Uma vez que provem não terem valor econômico, precisam ser publicamente declaradas como improdutivas, para o bem e o esclarecimento da empreitada colonial:

> Em semelhante matéria, precisar e corrigir não é um serviço menor que um verdadeiro *expert* possa efetuar. A fim de impedir que a literatura colonial seja obstruída por informações vagas, prematuras ou mesmo francamente errôneas, uma crítica séria é obrigatória. O autor [Chevalier] teve diversas ocasiões de fazer justiça a indicações deste gênero. Assim, ele restabeleceu o devido valor à lenda das "vinhas selvagens do Chari": os *Ampélidées*, cuja existência deu lugar a esta expressão, são tão interessantes do ponto de vista científico quanto desprovidos de valor econômico. Decididamente, a vinha não tem nenhuma chance de ser implantada na África tropical. Outra retificação: informações indicavam uma extensão de cafezal até o norte do Baguirmi. O Sr. Chevalier reconheceu bem várias espécies de cafés selvagens, mas sobretudo um, o *Coffea excelsa*, é uma descoberta preciosa. Todavia, eles não ultrapassam a zona das galerias florestais. (LA BLACHE, 1898, *apud* RIBEIRO, 2011)

[26] VIDAL DE LA BLACHE, A África Central Francesa, por Auguste Chevalier. *In Confins Revue franco-brésilienne de géographie / Revista franco-brasilera de geografia*. 2011, Numéro 12.

Neste trecho fica mais do que claro que a definição de uma região colonial se articulava internamente com a necessidade de formatá-la enquanto uma plataforma de exportação de mercadorias, uma vez que tal processo inclusive é discutido em suas possibilidades e restrições econômicas e ecológicas.

Ainda referente à mesma expedição de Chevalier, La Blache aponta as possibilidades de colonização de outra região, nas proximidades do lago Chade:

> Porém, a soma das novas aquisições ultrapassa em muito a soma das verificações. O principal centro das explorações foi Ndelé, capital do sultão Senoussi, um desses tipos de aventureiros políticos que sempre abundaram no Sudão africano e de quem o sr. Chevalier parece ter sondado com exatidão a tortuosa psicologia. De Ndelé, a missão propagou-se ao nordeste e sobretudo ao noroeste e ao norte, onde avançou para além de 13º. Lá é o coração da região intermediária entre a floresta e o pays désertico. As aproximações com a média região do Niger se apresentam em profusão à observação. É principalmente entre 8º e 10º que as mudanças, proporcional e cuidadosamente assinaladas, se sucedem na fisionomia vegetal e na paisagem. Passo a passo, as florestas-galerias, os cipós produtores de látex, os bambus, os Elæis e os fromagers[27] (Eriodendron) cedem lugar a novas formas e associações vegetais. Surgem o palmier-doum e o Balanites ægyptiaca; moitas de arbustos espinhosos ou, noutros termos, planícies sem árvores cobertas pelos restos do Andropogon se estendem. Ora prevalece o aspecto da savana aberta, ora o do pasto. Mamíferos herbívoros (antílopes, girafas, búfalos, elefantes etc.) e pássaros migratórios são abundantes. Algumas destas indicações encontram-se no extrato a seguir — simplificado e reduzido — do mapa econômico na escala 1 : 3 000 000 encontrado no final do volume. Esta zona nos traz à memória as reflexões feitas por Alexandre de Humboldt a propósito de zonas com características muito semelhantes, ainda que situadas em várias outras partes do globo. Nela, como por volta dos 45º na Europa e 43º na América, estão reunidas mudanças de clima e de vegetação — com as repercussões que isso causa nos modos de existência. Estas zonas de transição merecem particularmente a atenção do geógrafo. *Aliás, a faixa sudanesa, que vai de Sénégambie ao Tchad, é, por excelência, a que serve de ponto de apoio à nossa dominação africana.* (LA BLACHE, 1898, *apud* RIBEIRO, 2011).

A descrição geográfica abre o quadro com o termo ***aquisições***, que não se faz claro se referente à apropriação científica ou militar, ambiguidade que pode revelar a indiferença do autor quanto à necessidade de separar esses campos. Por outro lado, as paisagens adquiridas pela visão do viajante são contabilizadas em um ***extrato,*** espécie de inventário adquirido pela França, em que são apresentadas as possibilidades da "ação humana": explorar borracha, madeiras, marfim, etc., para o comércio europeu. Por fim La Blache articula internamente o

[27] Enorme árvore tropical de madeira branca e macia (N.T.)

interesse geográfico pelas zonas de transição nas paisagens do mundo - herdado pela curiosidade de Humboldt - e a posição estratégica da zona de transição específica do Sahel para a dominação colonial francesa na África. Ao final do artigo, La Blache faz uma autocrítica:

> As conclusões práticas estão postas à reflexão. Hoje, a região [contrée] agrupada politicamente sob o nome Oubangui-Chari-Tchad não está desprovida de recursos — sobretudo agrícolas até 10º e pastorais ao norte deste paralelo. Entretanto, a criação permanecerá precária enquanto não se encontrar remédio para as doenças provocadas por insetos. Porém, a região [contrée] nos chegou empobrecida, devastada e, em parte, despovoada. Nela, os recursos que o comércio europeu ainda encontra, a caça de elefantes e a colheita da borracha silvestre, não tardarão a se esgotar. Será necessário introduzir cultivos comerciais. Contudo, segundo o Sr. Chevalier, o que se impõe é, principalmente, a necessidade de "cultivos alimentícios", permitindo que as populações vivam e se reconstituam — uma vez que, agora, elas tendem, a passos largos, à extinção. Atualmente desconhecido ao longo do Chari, a introdução do cultivo de arroz seria um grande benefício. O que temos feito para restaurar esse pays? Isso merece um exame de consciência. Pelos transportes e pelos abastecimentos, nossa instalação pesa em muito sobre populações ameaçadas pela fome. O grande flagelo africano, o tráfico, ocorre nos territórios localizados sob nossa dominação nominal. "É lamentável que o estabelecimento de um posto francês provoque um êxodo em massa de autóctones". Eis um fato em que é útil que a opinião pública seja informada. Não estamos diante de um desses discursos que a paixão torna suspeitos, mas de testemunhos precisos, ponderados, inspirados pelo desejo de servir à causa colonial e emanando de um dos homens que melhor conhece a África sudanesa. Testemunhos desse gênero se impõem à reflexão. Uma vez que encontramos nessas regiões populações sem dúvida muito sofridas [éprouvées], mas ainda fixadas ao solo e tradicionalmente entregues à sua cultura, importa gerir esse capital humano — condição essencial de nossa ação colonial. (LA BLACHE, 1898, apud RIBEIRO, 2011)

Segundo a autocrítica de La Blache, a colonização deverá seguir a implementação de produtos agrícolas comerciáveis e lutar contra as doenças que impedem a expansão da produção de mercadorias. Entretanto, uma vez que a região encontra-se devastada e despovoada, seriam necessários antes estabelecer os elementos para a reconstituição demográfica (produção de gêneros alimentícios para a produção de homens que venham a trabalhar), no que o autor sugere a implementação do cultivo de arroz.

A conclusão de La Blache é mais do que clara: a colonização de uma região devastada, em grande medida pelo moderno tráfico de escravos, diga-se de passagem, deve primeiro estabelecer os fundamentos do repovoamento, através da ***gestão do capital humano*** – as ditas boas intenções, mal compreendidas.

Outro ponto interessante da formulação de La Blache é que ela prescinde da divisão entre colônias de exploração e povoamento, na medida em que vê a causa colonial reduzida, no fim das contas, a implementar colônias de produção de mercadorias através do trabalho (autóctone ou colono, tanto faz) gerido pela metrópole.

Para Élisée Reclus, por sua vez, tal divisão é fundamental, na medida em que lhe permite pensar as contradições do processo de colonização, ainda que justamente a partir de tal dualidade, não consiga se colocar de fora do discurso modernizador da Geografia, e acabe por positivar o sistema colonial por povoamento.

Élisée Reclus e o colonialismo africano:
ou do árduo trabalho de povoar sem explorar

Élisée Reclus, geógrafo francês notadamente reconhecido pelos princípios anarquistas e libertários, realizou uma extensa produção sobre o continente africano em sua *Geographie Universelle*, publicada no final do século XIX, a partir de estudos e um conjunto de viagens ao continente. Os tomos X e XI desta publicação dedicam mais de mil e quinhentas páginas à caracterização do continente, partindo dos aspectos climáticos e geomorfológicos, enfrentando diversas vezes o tema da colonização europeia em curso. Obviamente não tivemos a capacidade de enfrentar o longo percurso de Reclus sobre a África, de modo que, provavelmente, diversas reflexões sobre o continente e a relação com a colonização ficarão de fora desta análise. Por outro lado, nossa reflexão acompanha o debate acalorado sobre a posição de Reclus no sistema colonial que move publicações na França, Itália e Bélgica desde meados dos anos 1970.

Beatrice Giblin, atual coeditora da revista francesa Herodote, dirigida por Yves Lacoste, foi quem reinaugurou a discussão crítica sobre a obra de Élisée Reclus em relação ao sistema colonial, com uma tese de doutorado intitulada "*Élisée Reclus: pour une geographie*", defendida na Universidade de Paris-Vincennes em 1971. Da tese de doutorado seguem alguns artigos publicados na Herodote e a abertura de um campo de discussão sobre a relação contraditória de Reclus com a colonização francesa.[28]

[28] GIBLIN, BEATRICE, *Élisée Reclus: géographie, anarchisme*. In: Hérodote (Paris), n. 2 (avr.-juin) pp. 30-49 (1975); GIBLIN,Beatrice. *Élisée Reclus : un géographe libertaire*. In: Hérodote (Paris), n. 22 (1981); GIBLIN, BEATRICE, *Élisée Reclus et les colonisations*. In: Hérodote, n. 22, pp. 56-79 (1999); NICOLAÏ, HENRI, *Élisée Reclus et l'Afrique*. In: IHEB, pp. 95-108 (1985-6); LIAUZU C., "Élisée Reclus et l'expansion européenne en Méditerranée", in BRUNEAU M., DORY D. (ed.), *Géographies des colonisations*, Paris, L'Harmattan, 1994, pp. 129-136; BAUDOIN, A. *Reclus, a*

Apresentamos a seguir uma leitura crítica do referido artigo de Beatrice Giblin, no qual a autora apresenta Élisée Reclus como uma figura contraditória em relação à matéria colonial, partindo da análise da divisão conceitual entre *colônias de exploração* e *colônias de povoamentos*, acompanhada de comentários de outros artigos, quando necessários.

De acordo com Giblin (1981), as colônias de exploração, uma vez que se fundamentam na dominação de populações a partir da destruição das propriedades tradicionais, são imediatamente criticadas por Reclus. Já as colônias de povoamento são vistas com bons olhos, na medida em que se fundam no trabalho árduo dos colonos, muitos antigos camaradas da Comuna de Paris, e que, a princípio, não pressupunham a expropriação das propriedades comunais.

> Logicamente, Reclus era hostil a toda forma de dominação, qualquer que fosse sua natureza. Ele é, na verdade, um firme defensor do direito dos povos à auto-determinação, pois condena inequivocamente a colonização, pelo menos, as colônias que ele chama de "exploração", ou seja, colônias onde propriedade da terra e de modo mais geral de todos os meios de produção toma forma em detrimento do povo conquistado, por uma minoria que explora o trabalho da população indígena, como fizeram os britânicos Índia ou Índias Orientais Holandesas [...]. Como outros libertários, Reclus distingue dois tipos de colônias: as colônias de exploração e as colônias de povoamento. Há, dentro do movimento anarquista, toda uma corrente favorável às colônias de povoamento, ou seja, à instalação definitiva de colonos nas regiões pouco povoadas. Estes colonos ajudariam no desenvolvimento das terras férteis, até então negligenciadas pelas populações nativas. Esta forma de colonização representa para a corrente anarquista, assim como para toda corrente de pensamento derivada de Saint-Simon, a conquista do homem sobre a natureza, nesse sentido, a conquista do solo é entendida como um aspecto do progresso, assim como máquina, a estrada de ferro. (Giblin, 1981, p.136)

A análise de Giblin não entra no mérito da questão referente aos nexos entre a formação do discurso geográfico através do ideal civilizatório de controle da natureza pelo homem, e a forma social específica que a colonização de povoamento internaliza nas sociedades que produz, simplesmente pontuando essa formulação contraditória como um limite do horizonte teórico compartilhado por outros homens de esquerda daquele tempo.

Entretanto, a autora não deixa de notar a ingenuidade de Reclus diante da colonização da Argélia, praticada por colonos franceses:

---

colonialist? (2003); DEPREST F., "Reclus et la colonisation de l'Algérie", *Colloque international «Elisée Reclus et nos géographies. Textes et prétextes»*. Lyon 7-9 septembre 2005; FERRETI, F. Reclus, *Egemonia de ll Europa nella NGU 1876-1894* (2010).

> Para os anarquistas, não de trata da apropriação dos milhares de hectares, mas da doação a cada colono de um pedaço de terra que ele possa trabalhar sem explorar a mão-de-obra indígena. Com efeito, eles acreditam sinceramente, e, basicamente, muito ingenuamente, que é possível associar colonos e indígena de forma igualitária em uma exploração benéfica do meio ambiente natural, de alguma forma, a união do bom colono e do bom selvagem (lembre-se que Reclus tentou implementar este conceito de colonização, durante uma viagem que fez a Nova Granada, onde tentou se estabelecer como agricultor). (Giblin 1981, p.138)

Pois bem, já em 1865, a partir das críticas fundamentais de Marx publicadas em *O Capital*[29], já era possível vislumbrar o nexo interno entre a formação da propriedade privada e a generalização do trabalho produtor de mercadorias como um fundamento do processo de modernização, ou seja, de universalização da relação de capital. É possível encontrar em Marx uma crítica à metafísica da história, na medida em que o autor entende o próprio capital como o espírito absoluto da história, em uma inversão da metafísica da história positivamente formulada por Hegel[30].

Por outro lado, no capítulo XXV, de *O Capital*, (A teoria moderna da colonização, Marx, 1996) encontramos uma crítica fundamental do processo colonial, intimamente articulada com a modernização das metrópoles, que coloca em profundo desconsiderar as formulações socialistas-utópicas e voluntaristas que idealizam uma sociedade igualitária entre o "bom colono" e o "bom selvagem", presentes na obra e na vida de Reclus.

No referido capítulo Marx, analisa as sugestões que um economista nomeado Wakefield faz às empreitadas coloniais de um Sr. Peel nas colônias inglesas da Nova Zelândia, que vão à falência. Wakefield alerta o Sr. Peel que apesar de ele ter carregado consigo todos os instrumentos de produção para iniciar uma colônia, esqueceu-se de levar as relações de produção. Marx, a partir das sugestões coloniais de Wakefield, sinaliza com a formulação de que o Capital não seria uma coisa, mas uma forma de relação social –

[29] A formulação de Marx não é simplesmente a iluminação teórica e o desvendamento do mundo por um profeta, apesar de ter em seus estudos um momento importante dessa formulação. Esta forma social já estava em operação real e por outro lado, havia sido formulada teoricamente – e de maneira apologética, dispersa e insuficientemente, na Economia Política de Adam Smith (que inclusive já considera a mercadoria com capacidades de comandar trabalho), e nas formulações filosóficas de Kant sobre o sujeito transcendental.

[30] Cf. Lukács and the Dialectical Critique of Capitalism," in R. Albritton and J. Simoulidis, (eds.), *New Dialectics and Political Economy*, Houndsmill, Basingstoke and New York: Palgrave Macmillan, 2003.

nomeadamente, a mercadoria. Em suma, Wakefield sugere que em um ambiente em que as terras são abundantes torna-se impossível encontrar alguém interessado em vender seu trabalho. Nesse sentido, o Sr. Peel deveria encontrar os meios para formar a propriedade da terra e consolidar um mercado de terras e logo, as colônias autônomas e aparentemente anticapitalistas tornar-se-iam produtivas e a força de trabalho livremente explorável.

Reclus passa ao largo de pensar estes problemas de antemão, ainda que o acompanhamento muito próximo do estabelecimento das colônias de povoamento na Argélia tenham-lhe garantido observar a transformação das propriedades comunais e "terras em pousio", em terras livremente comerciáveis no mercado, contradições que aos poucos lhe arrancam as esperanças na colonização de povoamento, ainda que seus resultados negativos sejam produto da falta de vontade dos colonos interesseiros de fazerem valer uma lei de proteção a propriedades agrícolas indígenas – formulação que aproxima Reclus de uma crítica moral aos desdobramentos do processo colonial, antes da crítica da forma de dominação impessoal que a mercadoria impõe.

A esperança de colonização de povoamento de Reclus na Argélia está intimamente ligada, como a própria Giblin apresenta, a um entendimento de que a colonização seria, antes de tudo, uma entre outras formas de humanização do ecúmeno. Conforme apresentamos anteriormente, Reclus, ao largo das reflexões de Marx não atenta para o caráter específico da colonização moderna, irremediavelmente uma forma de generalização da propriedade privada e uma mediação social pela mercadoria. Pois assim se apresenta a reflexão de Reclus no início do processo colonial na Argélia:

> Tomado como um todo, o trabalho da nação conquistadora, misturado com o bem e o mal é muito complexo, os seus efeitos como todas as obras humanas, não resultou em geral em diminuição do número dos nativos. Sem dúvida, verifica-se que os homens procuram aplicar a lei histórica da retaliação aos árabes e eles são levados para o deserto, como os berberes são levados para as montanhas. Em muitas partes tais "processos de devolução" foram colocados em prática legal e indiretamente, por meio de expropriação por utilidade pública, mas a maioria dos árabes ainda tem posse de suas terras, e sua participação se manteve mais do que suficiente para sua alimentação, e permanecem os próprios agricultores, não chefes, como os verdadeiros donos da tribo (RECLUS, t.XI, p.296).

Reclus observa um processo contraditório, de formação da propriedade privada, expropriação e formação de um incipiente mercado de terras. Entretanto, a consolidação dos colonos como trabalhadores que se recusam a explorar a força de trabalho indígena, recolocaria o sentido da empresa colonial, uma vez reorientado pela boa vontade dos colonos

esclarecidos. Podemos perceber Reclus constantemente aprisionado à moral (antes de tudo cristã) do trabalho. De acordo com Giblin:

> Reclus vê os colonos como indivíduos especialmente corajosos, que aceitam viver uma renúncia muito dolorosa, arriscando suas vidas, em um clima inadequado, forçados a viver no meio de uma população hostil, "enlouquecida por pregações fanáticas!" Na verdade, quando Reclus escreve sobre a Argélia, muitos colonos ainda estão pagando com a sua vida o desenvolvimento desta nova terra. (GIBLIN, 1988, p.139).

Neste trecho podemos acompanhar Giblin-Reclus numa justificação ambígua da fé no bom colono por causa da incapacidade de criticar o *ethos* do trabalho. O *Ethos* do trabalho, ou a consciência moderna de que o produto do próprio trabalho (ou o dispêndio indiscriminado de nervos, músculos e cérebro) está na origem da riqueza do homem (novamente, riqueza em geral, indiferente em relação à sociedade que se apresenta como um amontoado gigantesco de mercadorias) é o principal elemento ideológico em que se funda uma concepção ontológica do trabalho produtor de mercadorias[31].

Por sua vez, a ontologia do trabalho, de uma maneira geral entendida como transformação da natureza pelo homem, é o fundamento do discurso modernizador da Geografia colonial (e além dela), pois uma vez situada como invariabilidade histórica, abre-se o flanco de entendimento trans-histórico da "humanização do ecúmeno", e a Geografia, retém-se incapaz de diferenciar tal procedimento invariável da forma específica de humanização do ecúmeno que subjaz à colonização moderna.

Por hora, cabe dizer que o voluntarismo utópico de Reclus o faz acreditar na conciliação entre árabes e franceses, deixando perceber que acredita que o próprio mercado poderia ser um campo de redução igualitária e positiva dos conflitos entre colonizadores e a população árabe em uma nação:

> Esta união já é realizada espontaneamente: "Nós precisamos ver árabes e colonos franceses, à vista no mercado discutindo suas compras e vendas. É bem reconhecido como eles são fazem a mesma coisa, com as mesmas sutilezas humanas, os mesmos truques, e basicamente a mesma bonomia" (Reclus, 1905-1908, t. V, p. 426).

Ainda que tal união seja instável e privilegie amplamente o colonizador, Reclus aponta para a educação e o desenvolvimento como meios de superação da desigualdade social criada

[31] Para uma reflexão que desdobra a história da formação do ethos do trabalho em relação com o processo de modernização, conferir KURZ, R. O desfecho do masoquismo histórico, *in Com todo vapor ao colapso*, UFJF, 2004.

pela colonização - Reclus realiza inclusive um pequeno censo educacional e compara os dados de escolarização de árabes e franceses para deixar o leitor perceber que o quadro cultural era nitidamente colonial. Por outro lado, a fé no progresso faz, inclusive, Reclus considerar positivamente os instrumentos de controle da população árabe, como momento necessário da colonização francesa, conforme relatado por Giblin.

Não obstante, conforme vínhamos apresentando, o acirramento de violências coloniais e o "desvio" moral do projeto civilizatório imaginado pelo utopismo de Reclus o fazem recompor suas análises e críticas ao empreendimento colonial na Argélia[32], conforme anota Giblin:

> Inicialmente, ele não encontra nada de errado com a aquisição de terras pelos europeus, Agora, ele denuncia o fato de que eles têm mais de um milhão de hectares, mais frequentemente comprados por uma ninharia no dizer de onde os solos mais férteis: (Giblin, 1981, 142).

E, nas palavras do próprio Reclus, percebe-se o movimento de formação da propriedade e do mercado de terras na Argélia:

> Vendas diretas do Estado para os indivíduos são insignificante, mas um movimento de grande negócio ocorre entre europeus e muçulmanos e a maior parte destas operações têm resultado em colonos com propriedades aumentadas em detrimento dos nativos. É, infelizmente, não há dúvida de que muitos especuladores circunstanciais aproveitando da ignorância dos nativos para roubar sua terra, mantendo as formas da lei. [...] Para evitar tais abusos e muitos outros que vêm da incerteza de títulos de terra, é essencial identificar as terras árabes, delinear com precisão para garantir cada *douar e* que cada indivíduo relate as terras de pastagens que possuem à um registro semelhante ao que já existe na França. (RECLUS, 1905-1908, t. XI, p. 615-616).

Reclus ainda acredita que se pode fazer valer a força da lei – para além da sua forma vazia - contra os oportunistas negociadores de terras, principalmente se fosse possível conseguir realizar um inventário das terras indígenas. Escapa a Reclus que a lei é antes de tudo forma abstrata.

Os trabalhos de delimitação das propriedades indígenas são iniciados em 1873[33] – e até 1876 haviam sido registrados 6.000 dos 700.000 hectares indígenas. Nesse ritmo, Reclus

---

[32] Giblin não deixa de comentar que diversas situação e anotações contraditórias de Reclus sobre a colonização da áfrica do norte se justificam como desvios para acalmar o seu editor em Paris. Se podemos aceitar esse argumento em parte, temos que considerar que também houve um processo de desencantamento com o projeto do bom colono.

[33] A colonização da Algéria pela França começa com a invasão de 1830. Estima-se que em 1872 a população já tenha sido diminuída em dois terços, pelos germes e pela pólvora. Cf.

aponta que o registro demandaria um trabalho de dois séculos – uma velocidade muito inferior à capacidade dos negociadores franceses.

Giblin desdobra os problemas entre o ideal civilizatório da colonização de povoamento e os desdobramentos contraditórios da missão francesa, para Reclus:

> O mecanismo da propriedade da terra é claramente analisada. A expropriação dos povos indígenas é evidente, a lentidão com que o censo é realizado terras árabes mostra que os colonizadores não tem desejo de preservá-los. No entanto, Reclus ainda espera impor que a vontade dos colonos governantes respeite a propriedade muçulmana, pondo um fim à repressão do sul indígena forçado a destacar terras menos férteis, pastar os seus rebanhos em pastagens esparsas. Parar a com a devolução (*refoulement*) terminaria em breve em vastos campos em favor de colonos franceses. Esta expectativa é ainda mais inútil quando o texto de Reclus demonstra o crescimento inevitável da propriedade privada da terra na Argélia nas mãos de uns poucos à custa de tribos árabes que inevitavelmente serão empobrecidas. Na verdade, os julgamentos contraditórios de Reclus sobre a colonização da Argélia podem ilustrar a complexidade do fenômeno colonial. Apesar de sua simpatia para com os povos que lutam por sua liberdade, apesar do respeito que ele sente por aqueles homens que se levantaram para os colonizadores, apesar da análise política e psicológica - sutil e contraditória - que apresenta, Reclus não ataca diretamente o princípio da atividade de assentamento, ele aceita o domínio colonial francês na Argélia como um fato inevitável. Entre os homens "à esquerda", ele não estava sozinho. O que crítica, em última análise, são os métodos particularmente chocantes da atividade de assentamento colonial, que como tal representa uma das modalidades da dominação do homem sobre a natureza. (Giblin, 1981, p.142)

Finalmente, como procuramos apresentar, a leitura de Giblin é uma importante formulação crítica sobre as visões de Reclus sobre o processo colonial, a autora por sua vez não apresenta uma formulação sobre o que entenderia por colonização de fato, ou qual seria o problema do ideal de dominação do homem sobre a natureza, apenas apontando os limites de Reclus. A retomada das críticas de Marx à moderna colonização aponta para uma crítica categorial da colonização, agora não mais entendida como uma entre as diversas formas de

---

RICOUX, René, La démographie figurée de l'Algérie: étude statistique des populations européennes qui habitent l'Algérie. G. Masson, Paris, 1880. Disponível em Gallica.bnf.fr. Reclus percebeu uma dupla dinâmica demográfica na Algéria, uma de franco declínio da população de 1830 à 1870, numa fase em que a população foi devastada pelas doenças e pelos conflitos. A segunda fase caracterizaria-se por um aumento da taxa de natalidade e um declínio da taxa de mortalidade, na medida em que os novos povoamentos, infra-estruturas de transporte, higiene e saúde, vão tomando forma. Sugerimos, a partir da visão bem nítida de La Blache, que o primeiro momento seria relativo a formação das relações de produção e das condições de produção o segundo momento do ciclo demográfico, em que a população já passou a se reproduzir nos termos da acumulação de capital, um momento de reprodução ampliada, deixando entrever o sentido profundo da colonização nomeada por La Blache como **gestão do capital humano.**

humanização do ecúmeno, mas como um discurso fundamental do próprio processo de modernização, na medida em que alia os ideais de civilização, liberdade e progresso, atrelados, no caso da colonização de povoamento, à noção de produção da riqueza baseada no próprio trabalho. E, como a própria crítica de Marx nos faz perceber, não houve propriedade formada que não tenha pressuposto o roubo, a rapina e a violência, como também Reclus foi percebendo, ao longo da colonização.

Ainda no que se refere às reflexões de Reclus sobre as contradições do processo colonial, cabe destacar um comentário importante, encontrado por Federico FERRETI[34] nas pesquisas que realizou nas correspondências do autor, no final do século XIX. Uma carta em específico chama a atenção: alguns colegas missionários franceses convidam Reclus a participar de uma Sociedade para a proteção das populações indígenas africanas, convite que ele declina de primeira mão, mas que depois acaba aceitando, ainda que não deixe de mobilizar uma crítica ao humanitarismo colonial:

> L'osservazione della realtà algerina fa pensare a Reclus che non sempre i buoni propositi corrispondono alle azioni, come scrive all'amico da Algeri. «Vous savez que pour diverses raisons, je n'ai jamais fait partie que à contrecoeur de la Société protection des Indigènes, mais je me disais qu'à priori il serait toujours honorable et bon de me mettre du côté des faibles. Mais ici je m'aperçois que la question est fort complexe et que en disant protection, on peut quelquefois seconder l'oeuvre d'oppression» (lettera di E. Reclus a P. Pelet, 28 maggio 1884, BNF, DM, NAF, 16798, f. 74) (FERRETI, 2010, p.20)

Já naquele contexto, Reclus pôde perceber que o ideal humanitário em ação representava, antes de tudo, a execução da violência colonial. Essa crítica da ideologia humanitária é atualíssima, pois o humanitarismo e os direitos humanos também se reproduziram e se transformaram no sentido de continuar justificando as violências da modernização, hoje vistas como aquisição política do pós-guerra do século XX.

Entretanto, não é demais dizer que a crítica à opressão que Reclus mobilizava estava fundada em uma concepção libertária, de forte origem saint-simonista, que foi incapaz de pensar os problemas da forma social moderna para além de uma crítica reduzida da dominação, ou seja, somente no campo da dominação pessoal e direta.

Por outro lado, é importante dizer que a modernização é a internalização de uma forma de dominação que passa às costas dos sujeitos, que antes de tudo é mediada por um objeto

[34] FERRETI, F. L'egemonia dell'Europa nella Novelle Géographie Universelle (1876-1894) di Elisée Reclus: una geografia anticoloniale? *in Rivista Geografica Italiana*, 117, 1 (2010) pp. 65-92.

externo, a mercadoria, mas que demanda a formação de posições de dominadores e dominados, em termos de classes, mas que não as pressupõe logicamente. A formação de classes é produto do processo histórico de imposição da forma da mercadoria aos agora genericamente nomeados africanos pelos colonizadores civilizadores. Seu processo histórico de formação é indissociável da formação das posições sociais de dominados e dominadores (entre eles, as elites locais cumpriam um papel de mediação da dominação em todos os cenários coloniais), entretanto, sua crítica não pode se ater as formas sociais de personificação das categorias do Capital, tem de se desdobrar como crítica do próprio fetichismo da mercadoria que a colonização impõe.

Reclus pôde considerar positivamente as colônias de povoamento da Argélia na medida em que seu entendimento da dominação não esteve ancorado nas formas específicas de dominação engendradas pela mercadoria, ficando restrito antes de tudo, a uma crítica reduzida da liberdade, que não por acaso tangenciava e dialogava com as críticas liberais.

Por outro lado, a concepção de "humanização do ecúmeno", baseada no ideal do controle do homem sobre a natureza, deixa escapar outra naturalização do princípio formal da modernização, uma vez que a ideia de dominação da natureza é um momento fundamental da constituição do sujeito abstrato moderno, que precisa acreditar no próprio poder sobre as coisas para, em seguida, esquecer que são as coisas que lhe controlam[35].

[35] A bibliografia crítica apresenta diversos momentos de crítica da civilização a partir do controle do homem sobre a natureza. Destacam-se os excursos de Adorno e Horkheimer na Dialética do Esclarecimento, entendida como um processo contraditório de dominação do homem sobre o homem e do homem sobre a natureza. Sigmund Freud, em *O futuro de uma Ilusão*, apresenta um argumento geral de que a civilização é antes de tudo repressiva. Mais ou menos nesse sentido, pode ser pensado o conto de Franz Kafka, O silêncio das sereias. Mais ou menos nesse sentido porque tanto em Adorno & Horkheimer no excurso sobre Ulisses e as Sereias, como no argumento de que civilização é repressão, o controle se realiza objetivamente, a partir das formulações positivas da razão. Em Kafka, o sutil detalhe de que as sereias nunca tenham cantado, e as habilidades de controle de Ulisses sobre aquele poder transcendental nunca passaram de um mero acreditar controlar, apresentam uma metáfora bem encaixada da dominação fetichista da natureza, dominação aparante, *mero jogo de imagens*, por isso mesmo com efeito crítico mais acirrado do que a imagem de dominação efetiva do homem pelo homem e da natureza pelo homem, que deixa escapar uma vontade de civilizar a razão com a própria razão da mercadoria.

1.4 – Libertações nacionais africanas:

As modernizações retardatárias da África Ocidental

> A cadeira começou a cair, a ir abaixo, a tombar, mas não, no rigor do termo, a desabar. Em sentido estrito, desabar significa caírem as abas, e se as tiver, por exemplo, uns apoios laterais para os braços, dir-se-á que estão caindo os braços da cadeira e não que desabam. Mas verdade é que desabam chuvadas, digo também, ou lembro já, para que não aconteça cair em minhas próprias armadilhas: assim, se desabam bátegas, que é apenas um modo diferente de dizer o mesmo, não poderiam afinal desabar cadeiras, mesmo abas não tendo? Ao menos por liberdade poética? Ao menos por singelo artifício de um dizer que se proclama estilo? Aceite-se então que desabem cadeiras, embora seja preferível que se limitem a cair, a tombar, a ir abaixo. Desabe, sim quem nesta cadeira se sentou, ou já não está, mas caindo, como é o caso, e o estilo aproveitará da variedade das palavras, que, afinal, nunca dizem o mesmo, por mais que se queira.
>
> *A Cadeira, José Saramago*

O fim das guerras mundiais e alteração interna na dinâmica do imperialismo reestruturam a ordem internacional e influenciam movimentos nacionalistas africanos, notadamente entre 1940 e 1970. Tais movimentos, polarizados pela Guerra Fria, fazem eclodir guerras de libertação nacionais no continente Africano.

As independências políticas das 15 colônias da África Ocidental se realizam até 1974, num período que assistiu uma ruptura do *core* modernizador da Europa Ocidental para os EUA e a URSS. Entretanto, a própria segunda guerra mundial, através da mobilização forçada de africanos para o combate, pode ser entendida como um desdobramento da modernização em geral - modernizar é mobilizar.

O período pós-grande guerra coloca a África Ocidental em um momento de desestruturação econômica e social, então baseado no trabalho escravo, confiscos e instituição de chefarias autoritárias:

> O fator que com maior relevância contribuiu para a grande ascensão do nacionalismo foi o sentimento de cólera, de decepção e de frustração suscitados pela degradação da situação socioeconômica, assim como o caráter insatisfatório das reformas introduzidas no pós-guerra pelas potências coloniais, em geral, e pelos britânicos, em particular. O período imediatamente seguinte à guerra foi marcado por severas penúrias e por um preço proibitivo dos bens de consumo, pelos quais os governos coloniais foram responsabilizados. Foram, em parte esta frustração e esta cólera que encontraram a sua expressão nas greves operárias ocorridas na Nigéria entre 1945 e 1948, bem como na manifestação de veteranos militares seguida de boicote e pilhagem dos

> produtos europeus na Costa do Ouro, em 1948, ações em que foram envolvidas todas as classes e que reforçaram e propagaram ainda mais o anti-colonialismo. (Boahen e Suret-Canela, 2010, p.197)

Os autores também destacam que alguns dos soldados desmobilizados (no sentido lato) tornaram-se dirigentes de movimentos de massas e alguns travaram contato e aprenderam métodos de resistência ao colonialismo com movimentos independentistas da Birmânia (Myanmar) e da Índia. Tais método são apresentados como:

> Convocar os operários, agricultores e intelectuais das colônias a unirem-se e constituírem organizações eficazes para combater a exploração imperialista e conquistar a independência, recomendando, outrossim, o recurso a métodos como a greve, o boicote e a ação direta, assim como outras estratégias não violentas (*op.cit*, p.197).

No espírito do nacionalismo do Congresso Pan-Africano de 1945, realizado em Manchester com representação das colônias inglesas na África, declarava-se a tese de que a própria emancipação da violência colonial seria violenta[36]. Uma das resoluções do congresso anunciava:

> Se o mundo ocidental permanece decidido a governar a humanidade pela força é possível que os africanos sejam conduzidos, como último recurso, a recorrer à força para tentar obter a liberdade, mesmo se a força os destrua, levando consigo o mundo. (Boahen e Suret-Canela, 2010, p.197)

A tese contraditória da violência libertadora buscava essencialmente a ruptura com o trabalho escravo e sua superação histórica pelo trabalho livre. Essa passagem trouxe consigo transformações profundas na estrutura das sociedades, empurradas pela modernização retardatária[37].

Boahen e Suret-Canela destacam a importância deste período também para a urbanização das sociedade africanas - acompanhadas de perto de sua prima-irmã, a expropriação que dá origem a um mercado de trabalho livre - e a escolarização da população

[36] Tese também formulada por Franz Fanon no livro *Pele negra, máscaras brancas*, de 1952.

[37] Modernizações retardatárias entendidas de maneira análoga ao movimento que Robert Kurz faz para pensar a revolução russa como uma modernização retardatária, ou seja em busca de atingir os níveis de produtividade e a massificação do mercado de trabalho que os centros industriais da Europa Ocidental encontravam-se desde a segunda revolução industrial. O termo retardatário aqui se refere é incapacidade de superar os marcos sociais de modernidade através da busca por equiparar os níveis de produtividade justamente através da concorrência com a Europa Ocidental e os EUA. Cf. KURZ, R. *O colapso da modernização. Derrocada do socialismo de caserna*. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1993.

– que complexificou a divisão social do trabalho no interior dessas economias nacionais em formação:

> No plano social, este período proporciona a criação de novas escolas primárias, enquanto colégios universitários são abertos em Ibardan, na Nigéria e em Legon, na Costa do Ouro (atual Gana). Após a guerra, a urbanização também apresenta um grande impulso, pois os jovens desempregados, tendo deixado a escola, abandonam em número cada vez mais elevado os campos, para buscar nas cidades emprego e distração. Além disso e ao mesmo tempo, africanos ocidentais tendo recebido no estrangeiro uma educação e uma formação de advogados, médicos ou engenheiros (mas,sobretudo, advogados) começam a retornar ao país, em número cada vez maior, principalmente na África Ocidental britânica. Todas estas transformações provocam um constante aumento, por um lado, no número dos membros da burguesia no conjunto das profissões liberais, − advogados, médicos, universitários, funcionários públicos, bem como nos meios pequeno-burgueses africanos dos homens de negócio − e, por outro lado, no peso social da classe laboral formada por professores, mecânicos, motoristas, mineiros, ferroviários, comerciários e pequenos comerciantes africanos. Estas transformações desembocam, sobretudo, em uma cada vez maior concentração de desempregados, tendo abandonado a escola em algumas cidades, ora capitais, ora centros administrativos ou mineiros. Nas zonas rurais, onde continua a viver grande parte da população africana, assiste-se também a um crescimento regular no número de cultivadores de cacau, de plantadores de amendoim, de produtores de café e de trabalhadores rurais, sobretudo na Costa do Ouro, na Nigéria e na Costa do Marfim. As quatro colônias britânicas são sensivelmente desenvolvidas, comparativamente aos limítrofes e circundantes territórios francês e português. No plano econômico, elas têm uma rede ferroviária mais ramificada e a sua produção agrícola e mineral é muito maior. No plano sociocultural, a Nigéria, cuja população supera em número o total de habitantes das colônias francesas, pode se gabar da existência, já secular, de uma elite anglicizada (advogados,pastores, professores) e de uma imprensa africana também quase secular. (Boahen e Suret-Canela, 2010, p. 194)

A África Ocidental francesa (Mauritânia, Senegal, Guiné, Mali, Costa do Marfim, Benin, Burkina Faso, Niger.) assistiu todas as colônias se tornarem independentes no mesmo ano de 1960 - com a formação dos Estados Nacionais autônomos que iniciam a discussão de suas constituintes. Dentro do processo de autonomização política dos territórios franceses na África, podemos observar outro processo, de luta contra o trabalho escravo, travado na própria assembleia Francesa ao longo da década de 1940, que passou a eleger representantes africanos nos colégios eleitorais - dentre eles o deputado Félix Houphoüet-Boigny, que encabeçou o projeto de lei que extinguiu o trabalho escravo e o indigenato (que permitia punições e tolhia direitos políticos) em 7 de maio de 1946.

Um tema que ajuda a pensar que a própria modernização neocolonial europeia criou as bases das formas sociais que viriam a negar o neocolonialismo reside na ferrovia - um elemento chave tanto para a mobilização forçada dos trabalhadores quanto para a ocupação territorial nos esquadros da mercadoria do capitalismo industrial, pois em toda a África colonial, ao redor dos empreendimentos ferroviários surgiram organizações de sindicalistas ferroviários, uma classe social fundamental para a consolidação da vida social urbana e para projeção das lutas políticas contra o trabalho forçado[38].

O processo pelo qual os territórios da África Ocidental passaram do período da Conferência de Berlim (1890) até meados do século XX, pode ser pensado como uma modernização retardatária, através de uma acumulação primitiva[39], no sentido de uma acumulação originária de capital através da violência (relações extra-econômicas), notadamente racistas, envolvendo a formação de uma superpopulação relativa (mobilização forçada de trabalhadores, primeiro cativos, depois livres), a formação da grande propriedade privada agrária, a urbanização e a consolidação da socialização através do sujeito livre mobilizado. Uma população expropriada e mobilizada para o trabalho livre garante a base histórico-social e geográfica dos sujeitos "monetarizados sem dinheiro", envolvidos nos movimentos migratórios contemporâneos.

O estudo das modernizações retardatárias demandaria ainda diversas pesquisas particulares, das quais nos mantivemos presos a dois aspectos centrais: a mobilização ou formação do mercado de trabalho (a formação do trabalho livre, a urbanização), e a reprodução da mobilidade do trabalho (a escolarização como mecanismo de reprodução e escalonamento do trabalho complexo). Entretanto, mesmo no que se refere a estes temas, nossa apresentação, esquemática e superficial, é apresentada mais como proposta de aprofundamento de estudos do que como argumento conclusivo, uma vez que diversas outras perguntas demandam um desdobramento.

---

38 Op.cit.,p.214

39 "A acumulação primitiva é estrutural e não somente genética". (Oliveira, C. *Crítica a Razão Dualista*, 1975).

1.5 - Conflitos na África Ocidental na aurora do século XXI

A África Ocidental do início do século XXI apresenta uma aparência inicial caracterizada, por um lado, pelo embate entre dois sistemas religiosos monoteístas (o cristianismo e o islamismo) e pelo constante aflorar de conflitos que, sem pestanejar, são anunciados e descritos como embates étnicos (fulanis, malinkés, wolofs, forestiers, hausas, entre diversos outros). Esse quadro inicial que demanda uma apresentação de dois campos culturais para ser explicitado (religião e etnia, para não dizer língua) não pode ser apresentado simplesmente a partir da sua aparente dinâmica.

Acreditamos que o próprio movimento desta pesquisa vai contra essa possibilidade, uma vez que um olhar histórico, mesmo que superficial, sobre a formação das relações sociais, e principalmente a mobilização do trabalho a partir do neocolonialismo europeu do século XIX, contém uma raiz mais profunda de entendimento de tais conflitos.

Portanto, acreditamos que as atuais divisões e conflitos explicitam culturalmente a imposição da modernização no continente e não tem autonomia explicativa nas diferenças entre as culturas, ou ainda na incapacidade de conviver com a alteridade cultural. Ao contrário, a intolerância absoluta do diferenciado é resultado da imposição e do asselvajamento da lógica indentitária da própria mercadoria.

Dito isto, Cristianismo e Islamismo representam duas personificações diferentes das formas histórico-sociais da modernização africana, em temporalidades diferentes, com relações sociais de produção distintos, de maneira que se pode arriscar uma comparação entre o sul e o norte dos EUA, no sentido de que a guerra de secessão opunha formações econômico-sociais baseadas em diferentes arranjos de forças produtivas e relações sociais de produção. Obviamente, a religião não coincide imediatamente com as relações sociais de produção, mas apontam para as heranças que os períodos analisados anteriormente – séculos XIX e XX – reverberam na sociabilidade contemporânea do continente.

O Islamismo do século XIX da África Ocidental foi fermentado no jogo de forças do tráfico internacional de escravos, a partir de produções econômicas, culturais e políticas características do Sahel, Saara e do Golfo da Guiné, centralizados em novos estados teocráticos escravistas muçulmanos - dentro dos quais o estatuto do escravo esteve intimamente ligado a posição dentro dos costumes esquadrinhados pela Sharia, conforme apresentamos no item anterior.

Por outro lado, o Cristão precisava ser visto como um "outro" não só em termos culturais, mas principalmente em termos de classe, pois a relação entre as duas religiões se configurou como um real antagonismo. As missões militares neocoloniais cristãs, munidas de modernas metralhadoras, tinham uma capacidade de mobilização populacional muito maior do que os estados teocráticos escravistas, no sentido de serem capazes de forçar o trabalho de milhares de africanos nas forças produtivas ligadas às ferrovias, telégrafos e estradas, os correlatos produtivos da metralhadora.

Este antagonismo reverbera nos chamados conflitos étnico-religiosos – e quanto mais nos aproximarmos da relação entre classes e etnias/religiões, mais nítido ficará o lastro material e histórico das diferenças simbólicas – fato que desautoriza historicamente uma análise autonomizada no plano cultural ou religioso.

Entretanto, diversos conflitos políticos-territoriais pós-coloniais (Guerra Nigéria-Biafra 1967-70; Guerra Civil de Moçambique 1979-1992, Ruanda 1990-2003) *aparentemente* se apoiam em diferenças entre *etnias*. Tais conflitos estariam associados unicamente a cada comunidade étnico-linguística de impossível coexistência com outras comunidades, ou antes, remeteriam a um problema do próprio processo de modernização, estruturalmente racista?

A leitura do **mapa 4** (anexo), que sobrepõe fronteiras políticas a ocupação territorial dos grupos étnico-linguísticos, mostra o conhecido mosaico sobre o qual se assenta a reprodução crítica da modernização na África em nossos dias. Os conflitos étnicos não deixam de serem particulares ao processo de modernização na medida em que a colonização ignorou completamente a distribuição das populações pelo continente na hora de desenhar as fronteiras dos Estados-Nacionais. Estados esses a quem compete operacionalizar o sistema de competição dos sujeitos mônadas-dinheiro, uma relação negativa por princípio, que se desdobra necessariamente em uma sociedade racista, seja pelo defesa do valor androcêntrico, seja pelo racismo que ataca os setores ditos não produtivos, não ocidentais, não cristão - e assim por diante

As formulações de Roswhita Scholz (2006;2007) é que dão uma pista neste sentido. Para ela, o processo de modernização como generalização da máquina tautológica do valor está preso dentro de uma outra raiz além da forma-mercadoria: a dissociação sexual. A partir das discussões sobre gênero, no interior da teoria do valor, e da crítica da dedução lógica dos campos simbólicos, psicológicos e culturais a partir do valor, Scholz abre espaço para um diálogo crítico com as teorias pós-modernas de identidade, da crítica ao racismo.

A **produção** do valor baseado no *trabalho abstrato (Marx)* esconde um universo de relações sociais de **reprodução** que fundamentaria um paradigma cultural, psicológico e simbólico a partir do tipo social macho, branco e ocidental. (MBO). Aquilo que não remete imediatamente ao universo MBO é afastado do campo ideologicamente positivado da modernização, tido como inferior dentro do sistema produtor de mercadorias, situação que facilitaria seu rechaçamento. A crítica do valor, associadas à uma preocupação cultural e simbólica particularizada, abre espaço para a crítica do racismo e do patriarcado como formas inerentes ao processo de modernização - e por isso mesmo devendo ser criticadas por dentro da crítica do valor e da mercadoria.

Na Guiné Francesa, por exemplo, caso que analisaremos um pouco mais detidamente, observamos uma perseguição racista que mobiliza migrantes através da violência. É um exemplo de como a modernização funciona. E cabe ao Estado (polícia, exército, para-militares) expropriar, perseguir, expulsar ou assassinar aqueles que são declarados como improdutivos para o sistema produtor de mercadorias, apesar de, nos dias de hoje, este configurar-se como uma economia mundial improdutiva. A máquina não pode parar.

Nesse sentido uma pergunta pode ser levantada: os conflitos étnicos na África hoje são um momento da crise do sistema produtor de mercadorias e do processo de modernização, expresso através do colapso de superpopulações relativas, mobilizadas para o trabalho, mas sem emprego? A maneira que Estados como a Guiné encontram de se inserirem no mercado global da competitividade-produtividade crítica é através da eliminação de partes ditas "improdutivas" dessa população de "sujeitos monetarizados sem dinheiro", seja através do etnocídio, seja através da migração forçada? Uma pesquisa mais detida sobre a relação entre cultura e modernização é imprescindível, principalmente em contextos de perseguição racista como no caso da África.

Por outro lado, os casos de Ruanda e Moçambique contribuem para o questionamento do limite da política dentro do sistema produtor de mercadorias (Robert Kurz, A falta de autonomia do Estado e os limites da política: quatro teses sobre a crise da regulação política, de 1994).

Ruanda assistiu um movimento de democratização e pluralismo partidário, que representaria as diferentes etnias, ao longo da década de 1980, quando explodem conflitos sangrentos. Em Moçambique, A FRELIMO (Frente de Libertação Nacional) passa de movimento político anti-colonial em 1970, para uma frente etnocêntrica (racista) em meados

em 1980, e assiste a uma escalada de violência que engendra uma guerra civil e dizima mais de 10% de sua população de 20 milhões de habitantes.

Nesse sentido, a **conciliação** de conflitos territoriais reduzidos a sua dimensão etno-linguística, em uma esfera jurídica **ideal** aponta mais para o acirramento das contradições do processo de modernização do que para um convívio pacífico entre comunidades nos (e entre) estados-nações.

Guiné (Conakri)

Por vinte e quatro anos um ditador chamado Lansana Conté, da etnia Soussou, governou a Guiné repressivamente (1984-2007), através de perseguições racistas contra a etnias minoritárias. Em 1995 ocorre um massacre e um levante. Em 2007 o general chegou a ser processado, mas não deixou o poder até o dia da sua morte, em 2008.

Como acontece em outros lugares na África, a formação territorial dos Estados divide etnias em Estados diferentes e abriga divergências étnicas dentro destes. No caso da Guiné, três etnias principais compõem sua estrutura demográfica: os Fulani (40%), os Malinké (30%), os *Soussou* (20%). Outras etnias menores compõem ou outros 10%, como os Forestiers (ou Kpelle) e os Kissi. Oitenta por cento da população é composta por muçulmanos ortodoxos.

Em 2008, depois da morte de Conté, um capitão do exército, o cristão Moisés Dadis Camara, de uma etnia minoritária antes perseguida, os *Forestiers*, declarou a dissolução do governo, da constituição e das instituições da Guiné. Com o golpe de estado de câmara ocorre uma alteração no caráter étnico da liderança política no país, e consequentemente, uma transformação na política populacional, que antes perseguira os Malinké, agora perseguia os *Fulani*. O antigo general da etnia Soussou dá lugar a um capitão da etnia Kpelle, minoritária na Guiné, mas maioria na vizinha Libéria.

Dadis inicia uma perseguição racista ao maior grupo étnico do país, a etnia *Fulani* da qual vários imigrantes que chegaram à São Paulo fazem parte. Seus parentes faziam parte do Partido *Fulani* e foram assassinados e eles corriam risco em Guiné, suas casas foram destruídas e quase não tinham mais parentes vivos. Alguns conseguiram algum dinheiro e compraram passagens de avião para o Brasil. Assim relata um refugiado:

- Não tenho família em Guiné. Todos morreram. Se algum de nós sai na rua e encontra um soldado do exército, somos presos na hora e torturados. Muitos foram mortos.

Eles nos reconhecem pela aparência física. Caso reste alguma dúvida, nos mandam falar. O sotaque é inconfundível.

Em novembro de 2010 o militante e ex-preso político Alfa Condé é eleito no segundo turno das eleições presidenciais, colocando fim ao regime de exceção de Dadis Camara. Entretanto, logo após as eleições, quatro pessoas das etnia fulani foram mortas pelas forças de segurança do país, segundo denúncias de organizações de direitos humanos. Condé é representante da etnia Malinke (30% da população de Guiné é Malinke), seu opositor é representante dos Fulani (40% dos guineenses são Fulani).

Historicamente, os *Fula* eram compostos principalmente por uma população nômade, de pastores. Durante as guerras jihadistas do século XIX, foi um dos primeiros grupos a se converterem ao islã. Após a Guerra Fulani, em 1808, é fundado o califado de Sokoto, formado majoritariamente pelos Fulani. Em 1903 as forças do exército inglês na Nigéria derrotaram completamente o califado e a população se dispersou por toda a África Ocidental. Os Fulani são o maior grupo étnico da África Ocidental, com aproximadamente 7 milhões de pessoas.

No século XVIII ainda composta por uma população animista, os Malinke também são convertidos ao Islã no século XIX. Nesse período chegaram a formar um Estado teocrático nas colinas da Guiné, o Imamato de Futa Jallon, fundado por um jihadista Fulani.
O Imamato de Futa Jallon é conhecido por ter sido uma sociedade multiétnica e multilinguística. Em 1896 o exército francês invadiu e derrotou o último líder, Boubacar Biro Barry.

O atual mosaico étnico, do século XXI, aponta muito mais para a impossibilidade de coexistência entre os "diferentes" fulani e malinké. Entretanto, um olhar, mesmo que estreito para o passado recente, mostra que a atual dinâmica étnica dos conflitos na Guiné remete, antes de tudo, à modernização canibal francesa do que aos resquícios antediluvianos, imemoriais ou antropológicos de tribos atrasadas.

Costa do Marfim

O parlamentar costa-marfinense Houphouët-Boigny responsável por encabeçar as discussões sobre a abolição do trabalho na França na década de 1940, foi presidente da Costa do Marfim ininterruptamente, entre a independência em 1960 e dezembro de 1993. Durante sua gestão foram desenvolvidas as indústrias de processamento de cacau e café, em

proximidade com a economia francesa. Também ficou conhecido por construir uma das maiores igrejas católicas do mundo, a Igreja de Nossa Senhora da Paz de Yamoussoukro em 1989. Apesar da situação econômica no país começar a chacoalhar na década de 1980, com a desvalorização do preço do café e do cacau, Houphouët-Boigny se manteve no poder até 1993. Ao longo da década de 1990 a situação econômica, político e social na Costa do Marfim enfrentou um verdadeiro desmanche: golpes de estado, recessão, inflação, e uma guerra civil a partir de 2002.

O primeiro presidente eleito após a era Boigny foi Henri Konan Bendié, que governou o país entre 1993 e 2000, quando o militante histórico Laurent Gbagbo é eleito. Em 2002 o ex-presidente e oposicionista Bendié é assassinado pelo Movimento Patriótico da Costa do Marfim. Esse fato marca o início da guerra civil que se desdobrou a partir de aspectos étnico-religiosos ao longo de toda a década de 2000. Gbagbo é substituído por Ouattara, um ex-funcionário do FMI em 2010, preso e levado para julgamento no Tribunal Penal Internacional, em Haia, acusado de cometer crimes contra a população.

A primeira guerra civil da Costa do Marfim (2002-2010) foi iniciada com a invasão de tropas rebeldes do vizinho Burquina Faso, que passa a controlar a seção norte do país. O conflito foi intensificado em 2011, quando se inicia a chamada segunda guerra da Costa do Marfim, em meio às crises políticas geradas pela disputa presidencial entre Gbagbo e Ouattara. Em março de 2011 as milícias de Ouatarra tomaram o controle do norte do país, enquanto as forças armadas ainda apoiavam Gbagbo – e a comunidade internacional dava razão à Ouattara.

A crise política desdobrou enfrentamentos entre as populações, forças rebeldes e forças armadas do governo. A maior batalha aconteceu em Duékoué e gerou a morte de 800 pessoas. A guerra civil acabou oficialmente com a captura de Gbagbo, mas as tensões ainda persistem. A guerra que colocou Norte contra Sul basicamente divide o país a partir do critério religioso, o norte é muçulmano e o sul, cristão[40], e Gbagbo e Ouattra são amplamente aceitos em suas respectivas *regiões religiosas*.

Essa fragmentação mostra, antes de mais nada, um desmanche do Estado Nacional Costa-marfinense, redimensionado internamente a partir dos reais poderios bélicos e militares que as lideranças comandam – a aponta para a incapacidade de gestão territorial da crise social que a modernização acarreta em todo o mundo, expressão particular do colapso da vida baseada no dinheiro, na forma mercadoria, no trabalho e no Estado.

[40] Conferir mapa 6 em anexo.

1.6 - Travessias transatlânticas

Depois de uma longa série de conversas com refugiados, funcionário da Casa do Migrante, do estudo de documentos jurídicos e notícias de jornais e revistas brasileiras, da participação em eventos e cursos que discutem a questão do refugiado, apareceu como necessário a escrita de um relato aparentemente literário, mas antes de tudo produto da investigação sobre as travessias que os refugiados executam escondidos nos porões dos navios ao redor do oceano atlântico. A aparência literária não deve levar a entender que este relato trata de uma ficção, de um fato imaginado, acreditamos, pelo contrário, que esse relato aproxima realmente o leitor da experiência vivida pelos refugiados nos navios.

--

Fadipe e Oluseun escorregavam ruas abaixo, em Lagos. Haviam consertado o telhado da loja do tio de Vincent durante a noite para não atrapalhar o encalçamento da clientela. Dobraram uma esquina, percorreram duas quadras, encararam uma ladeira e entraram em uma garagem:

– Vincent guarda a chave aqui – disse Oluseun, enquanto esticava o braço comprido entre a lataria e o pneu do toytotinha cinza. Os dois pulam pra dentro do carro, circulam por aqui e por ali e estacionam em frente à um galpão com portas altas. O sol nascia.

Oluseun vinha ao depósito três vezes por semana, comprava peixes e legumes frescos que vendia Agboju Market, em Festac Town, do lado norte da rodovia. Falava yourubá e inglês – mas os preços e quantidades falava em árabe, turco ou qualquer outra língua que aparecesse. Os dois seguem Lagos Badagry Road, de onde Fadipe segue a pé.

– A noite nos vemos na pedra?

– Isaac disse que conheceu alguém para acertar com o navio.

Fadipe ainda estava se recuperando do susto que levara. Ele, *Haussa*, muçulmano, se envolveu em uma confusão com *Igbos*, cristãos, foi surrado e acabou no hospital com os dois braços quebrados.

Enquanto esperava a porta do escritório chinês abrir, tomava um café sentado no meio fio e relembrava da longa viagem do Norte da Nigéria, o tempo que passou em Abuja e o caminho até Lagos, no litoral. Esperou um par de horas, até que um homem alto e magro de calças marrons quase na altura do peito atravessou a rua em direção ao escritório.

– Sr. Xihai? Sou o encanador.

– Volte amanhã às cinco horas. Volte amanhã às cinco horas.

Enquanto Fadipe atendia seu celular, o homem circundou-o e entrou no portão.

– Alô, Fadipe?

– Oi Vincent.

– Onde você está? Vou te pegar, Isaac vai levar agente no escritório do porto...

Vincent encosta o toyotinha cinza, com Isaac já ao seu lado, segurando a bolsa e as chuteiras roxas do Union Ajax de Lagos. Fadipe entra no banco de trás. Os três seguem até a zona portuária, estacionam em uma rua estreita, ao fundo da prisão feminina de Kirikiri, em frente à um prédio de dois andares. As escadas levam a uma saleta.

– O seu nome?

– Isaac

– Sr. Simal, Isaac está aqui na entrada. Não, está com dois amigos. Ok. Ele disse para você entrar Isaac – Os dois amigos sentam no pequeno corredor improvisado como sala de espera, com móveis de plástico cinza cobertos de uma poeira grudenta.

– Isaac disse que conseguiu três ingressos para o jogo de domingo. Você vai com agente né? – Fadipe sacode a cabeça, sem muito entusiasmo.

Alguns minutos depois e Isaac já estava de volta, com um sorriso incerto no rosto. Os três seguem para o mercado de Agboju e reencontram Oluseun. Enquanto comiam uma carne marinada com amendoins conversavam sobre o turco.

– Ele disse que colocar os quatro é difícil.

– Difícil quanto? – pergunta Vincent

– Duzentos dólares por cabeça.

– Porra! Então são seiscentos, porque você é tão burro que não conta – diz Fadipe.

– E com essa sua cabeça grande você só arranja problema – responde irritado Isaac, ao mesmo tempo em que empurrava Fadipe no peito.

– Quem está arranjando problema é você! – respondia Fadipe, enquanto empurrava Isaac de volta.

– Hei! Calem a boca! Assim vocês só atrapalham.

Os quatro terminam o lanche em silêncio para se dispersarem um por um.

Quando a noite já havia caído e os canais eram iluminados pelos prédios envidraçados da orla e as distantes lamparinas dos navios desenhavam uma linha pontilhada no horizonte, comumente podia se encontrar os quatro rapazes, sentados numa pedra, ora conversando, ora tomando uma bebida e comendo amendoim, com a vista privilegiada para a enseada entrecortada de braços do porto de Lagos.

– Malta – disse Vincent apontando para a bandeira de um grande cargueiro.

– Aquele é do Panamá, com certeza vai para a América. – contrapõe Oluseun.

– E o do fundo é da República Dominicana?

– Acho que sim.

Às cinco da manhã do dia seguinte Fadipe e Vincent foram ao escritório de Xihai para tentarem, mais uma vez, aquele trabalho com os encanamentos da plataforma de petróleo que sofrera um incêndio. Quando chegaram ao escritório, pularam em um micro-ônibus, que já contava com mais meia dúzia de rapazes. Seguiram até um bairro próximo ao canal principal em que uma empresa construía e fazia manutenção em plataformas. Passaram o dia e a noite no labirinto de soldas e canos até que a noite se reencontraram em um refeitório. Apesar de já esperarem que o dinheiro não viria naquela dia, decidiram esperar o empreiteiro dar as caras para perguntar mais uma vez. Ele não veio, decidiram ir pra casa.

No dia seguinte Isaac foi visitar o turco mais uma vez, queria se certificar a respeito do dia em que o navio em direção aos EUA sairia, para arranjar as coisas com os meninos – basicamente dinheiro e comida. Soube que o navio já estava nos arredores do porto da Lagos, esperando ordem para desembarcar. Ficou combinado de acertarem o pagamento na segunda-feira - quem sabe o dinheiro do chinês já teria saído? - porque o navio partiria a qualquer dia dessa semana.

O domingo começou para Fadipe com a buzina do toyotinha cinza em frente à pensão onde dormia. Vincent e Oluseun estavam a caminho do jogo, Isaac já estava no estádio – ele era atacante do Ajax. O jogo era contra o Ocean Boys, pela segunda divisão da liga nacional e o Ajax não ia bem.

- Vamos Fadipe!

Do jogo não resta muito a contar, porque além da derrotada esperada do Ajax, Isaac havia perdido um pênalti no final do segundo tempo, com a chance de pelo menos empatar com o Ocean Boys – fato que não desanimou os quatro rapazes, pois os fez imaginar, cada um a sua maneira e em seu tempo, a decisão da virada – nesta semana seriam eles os verdadeiros Ocean Boys.

Vincent estacionara o carro na entrada de trás do estádio, já era meia-noite, apesar do cansaço e da derrota, um arrepio e uma ansiedade atravessava o peito dos três que bebiam calados enquanto esperavam Isaac ser liberado pelo técnico. Quando Isaac aparece parecia que tudo já estava dito, que os sim e os não haviam sido cuidadosamente argumentados e repassados, e que enfim, haviam decidido embarcar escondidos nos compartimentos da âncora do navio de bandeira turca estacionado a algumas centenas de metros do canal – tudo isso sem dizerem uma palavra.

- O dinheiro que pagaríamos o turco nós vamos usar pra algum imprevisto no navio, quem sabe pra gente se virar lá nos primeiros dias – sentenciava Oluseun, finalmente.

Enquanto Fadipe desamarrava a cordinha da pequena canoa que usariam para chegar à fenda do navio, os outros três se ajeitavam, apoiavam as pequenas mochilas e esticavam os remos na água turva e oleosa do porto. A canoinha seguia ondulante, em direção ao grande navio, sem vacilar. Até que um movimento estranho, em algum lugar no mar, entre a canoa e o navio, os fez sentir o coração bater na garganta.

- Larga o remo, para! – sussurrava Vincent.

- O que é que tem lá? Será alguém do Navio?

Em alguns instantes a sombra já havia sumido do mapa. Em silêncio total retomaram os remos e alcançaram a popa enferrujada. Para a surpresa geral, mas logo em seguida entendido como um fato absolutamente razoável, os quatro rapazes perceberam que outro grupo havia tido a mesma ideia, e assim que os dois grupos se reconheceram como partícipes da mesma empreitada ajudaram-se a entrar no compartimento e apresentaram-se – os que ainda não se conheciam, porque entre os sete rapazes que ali estavam, dois eram conhecidos de Fadipe, em algum trampo que já haviam feito juntos e um outro era "primo" de Isaac. Os outros eram estrangeiros, vinham de Guiné, Guiné Bissau, Gana e Costa do Marfim.

Os primeiro dias foram tranquilos, apesar da tensão. Viajavam num compartimento de poucos metros quadrados, só com a água e a comida que haviam trazido, sem poder se manifestarem. Duas posições eram mais arriscadas, demandavam que os passageiros se segurassem constantemente em barras de ferro para simplesmente não caírem no mar. tragicamente foi o que simplesmente aconteceu com o rapaz de Gana, engolido em poucos segundos pelo mar quando suas mãos escorregaram das barras - e ninguém podia fazer nada na velocidade que o navio estava.

O resto, literalmente, é notícia amplamente divulgada no Brasil. Aliás, a confusão começou para eles quando descobriram que o navio não estava a caminho dos EUA. Os conhecidos de Isaac se desesperaram quando souberam que estavam no Brasil e começaram a gritar por alguém da tripulação. Em poucos minutos foram ouvidos por um homem de macacão laranja, que arregalou os olhos quando viu o grupo no compartimento da âncora.

Já havia se passado os 9 dias de viagem e o navio estava em vias de se ancorar na bacia de Paranaguá, no Paraná. O homem de laranja logo apareceu com uma escada de corda e içou todos do grupo para dentro do navio. A princípio a conversa foi amistosa, entre o capitão e Vincent, que tomou a frente do grupo, mas logo que descobriram que o navio não se responsabilizaria pela entrada deles no Brasil - o que poderia acarretar em multa de até 400

dólares por pessoa, os dois rapazes perderam o controle completamente e começaram gritar. Teriam que ser repatriados, levados de volta à Nigéria quando o navio voltasse nas próximas semanas. Um dos rapazes perdeu a cabeça e pulou em cima de um tripulante.

O grupo inteiro é trancado em *containers*, em grupos de 3 ou 4. Urinavam em garrafas PET, em celas de alguns metros quadrados, sem a possibilidade de saírem, nem de caírem no mar. Os dias foram passando imóveis – a não ser pelo fato do tripulante que jogava um tipo de ácido que dava coceiras a partir de um buraco do teto do *container*.

O capitão do barco comunica o fato ao delegado Fayad, da polícia federal brasileira. O delegado faz declarações à imprensa como contrário a aceitação dos imigrantes ilegais, alegando motivações sanitárias e falta de documentos. Alega também que esse fato é corriqueiro em todos os grandes portos do país e, que sempre que pode, evita a entrada de ilegais.

Dois dias depois uma visita de representantes de 21 organizações da sociedade civil entra no barco, tira fotos e divulga nas redes de televisão e na internet no Brasil. Depois de um quiproquó jurídico, todos são retirados do navio, são levados para um hotel de Paranaguá. Assessores de ONGs brasileiras os informam dos direitos e possibilidades que tem no Brasil. Fadipe, Oluseum, Isaac e Vincent decidem dar entrada em documentos de solicitantes de refúgio através da ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados). O restante decide ser repatriado e volta ao navio.

Alguns meses depois, os meninos que decidem ficar são contratados por uma indústria de tapetes na região metropolitana de Curitiba, em seguida seus pedidos de solicitantes de refúgio são aceitos pelo CONARE (Conselho Nacional de Refugiados), do Ministério da Justiça do Brasil.

PARTE II

A farsa da libertação

A liberdade é a estação de chegada tanto para os que pensam, quanto para os que andam, mas o conhecimento sobre o mundo que reivindica um livre-pensar passa tão despercebido sobre sua natureza, quanto o movimento que reivindica o direito de ir e vir que, não por acaso, se encontram no bordão "pensar sem fronteiras". Se por um lado a liberdade pouco é caracterizada para além da recuperação ingênua da forma iluminista da auto-sujeição ao mundo do trabalho, por outro lado, o seu inverso, a sua negação, é claramente identificável e perseguida: o controle, a restrição, a compulsão, a mobilização forçada, a violência. A dimensão dupla e contraditória da liberdade deve ser alvo de um olhar mais cuidadoso.

Nesse sentido, os campos da autonomia e da heteronomia acostumaram-se a conviver como simples opostos ao longo do processo de modernização, de maneira que a generalização da dominação reificada da mercadoria e a subsequente internalização da violência da troca, apareciam como o campo da não-violência. A economia e o mercado representariam o campo liberalizante de sujeitos contratualmente acordados, princípio fundante da progressiva complexificação da divisão social do trabalho, possibilitadora do acúmulo e da *riqueza das nações*.

Até que a *colônia revelou o segredo da metrópole*: o fundamento histórico e social da propriedade privada é a violência, amplamente disseminada no Brasil pela aplicação irresoluta da lei de terras de 1850, uma lição primorosa a partir dos erros do já precavido Sr. Peel. Na África as metralhadoras Maxim cumpriram a função de ponta-de-lança da formação dos pressupostos da livre socialização. Ambos os casos deixam entrever uma lição: a acumulação de capital se fundamenta na expropriação de todos os tipos de posse através da formação violenta da propriedade dos meios de produção privados e a necessária mobilização ao trabalho como única possibilidade de socialização. Tal processo foi tão apreciado pelos nascentes Estados-Nacionais que Jean Paul de Gaudemar o aproximou conceitualmente da própria mobilização dos exércitos nacionais.

A liberdade é a ideologia da mobilização para o trabalho, que apagou o processo de formação (e internalização) violenta desta relação, mas também é a condição objetiva de socialização, na qual a relação entre produtores de mercadorias adquire a forma de uma relação social entre produtos do trabalho. A liberdade é a consciência liberal que contrapõe violência e mercado como campos opostos do processo de modernização, para em seguida

justificar os novos avanços violentos de mobilização para o trabalho (mesmo que em crise) como liberalização de mercado.

Coincidentemente, pesquisador e migrante também encontram seus corpos materialmente controlados e mobilizados para o trabalho, e ambos acreditam que a liberdade possa dissolver os dispositivos que lhes controlam livremente. Uma pesquisa sobre migração e um trabalho realizado por um migrante são livremente igualados pelo mercado como dispêndio abstrato de nervos, músculos e cérebro. Essa é a consolidação de uma estrutura totalitária através da forma da mercadoria.

Nesse sentido, só pode ser falsa a oposição entre governo democrático e governo ditatorial, se isolada no campo da liberdade política, pois não é capaz de localizar o fundamento que as unifica e acaba por naturalizar a violência fundante da modernização em geral, quando a violência passa a existir somente no campo da ditadura. Socialismo real ou capitalismo social democrático, para além das reais diferenças no campo da dupla-violência, extra-econômica e econômica, pois os conteúdos e formas da repressão e a expropriação podem ser difusos ou concentrados (como formulara Guy Debord) – nunca inexistentes, não constituem uma simples oposição, tampouco são momentos distintos e evolucionistas da formação das sociedades modernas, são momentos simultâneos da reprodução capitalista mundial, estruturalmente violenta e totalitária.

A consolidação do Estado democrático de direito se totaliza através do terrorismo de Estado: na Universidade é a chegada do estruturalismo, fundado pela burocracia (Lefebvre, p.59, 1967): o cientista defende-se por ser um tecnocrata consciencioso, sem responsabilidade pela natureza da sua ocupação (Schwarz sobre Kafka, p.62, 1981). Na vida cotidiana do migrante é o momento da política como caminho determinado de libertação para o trabalho. O terrorismo da estrutura democrática é a sujeição necessária do pesquisador ao estudo das dinâmicas sujeitadas do migrante que deve necessariamente culminar na formulação política. Para ambos, entretanto, sempre existe a polícia e o psiquiatra para lembrá-los que a dominação reificada é uma abstração que pode se concretizar sobre seus próprios corpos e mentes para garantir a "segurança social". Está em discussão uma visão contraditória sobre a liberdade.

Capítulo 2

Direitos Humanos, Refugiados e Mobilidade do trabalho

O campo juridificado dos Direitos Humanos se consolida ao longo da segunda metade do século XX como resposta política à violência do processo de modernização que constantemente atropelou os sujeitos empíricos em nome da forma abstrata do sujeito moderno. Mas como a própria esfera autonomizada da política não pode atuar por fora do registro histórico do dinheiro, da mercadoria e do sujeito, o campo jurídico-político dos refugiados começou ele mesmo a ser apropriado como ideologia modernizadora, inclusive como bandeira de diversos *conflitos humanitários*, em uma relação contraditória de produção e realocação de refugiados de guerra em diversas regiões do mundo.

A bandeira humanitária como justificativa da intervenção bélica modernizadora no continente africano não é uma invenção do século XX, como uma primeira impressão pode deixar entrever. Já no século XIX o discurso humanitário serviu de bandeira para a formação de colônias em todo o continente. Élisée Reclus, inclusive, já havia criticado a "*Société française pour la protection des indigènes des colonies*", pela posição contraditória que a defesa dos direitos das populações indígenas cumpriam no decorrer da invasão colonial, ela mesma amparada num discurso civilizatório e modernizador.

O acirramento da modernização, ao longo dos séculos XIX e XX asselvajou o processo de mobilização do trabalho à força, combinando o genocídio e o extermínio em massa com a reprodução gestionada pelo Estado (*gestão do capital humano*, La Blache) de populações para o trabalho.

Milesi & Marinucci, por sua vez, apresentam, como é comum na bibliografia, o tema dos refugiados como uma constância na história da civilização, na qual o moderno refugiado se diferenciaria unicamente pela regulação política que recebe a partir das formulações das Nações Unidas e como resultado da Segunda Guerra Mundial. (MILESI & MARINUCCI, 2003, p.13).

Entendemos, por outro lado, que a regulamentação política é sinal de um acirramento da mobilização do trabalho e do belicismo da modernização, ou da crise da mobilidade do trabalho. A modernização da África culmina exatamente em meados no século XX, com a perspectiva de formação de superpopulações relativas nacionais, em contextos que impossibilitam a simples sujeição dos trabalhadores ao mercado de trabalho, uma vez que as distintas formações sociais são colocadas em disputa no interior dos recém-formados Estados

Nacionais, adquirindo por vezes desdobramentos étnicos. Tais confrontos entre parcelas da população, na disputa pela integração dos exércitos nacionais de reserva, produziu, via de regra, perseguições que se apresentam a partir das características étnico-culturais como confrontos em que a diferença não é aceita. Assim, a Europa classificava os refugiados da Costa do Marfim como cristãos perseguidos pelo fundamentalismo islâmico, ou os EUA recebiam refugiados afegãos como pessoas em fuga da violência do talibã, ou ainda, a Síria que recebeu milhares de refugiados curdos, perseguidos no Iraque de Saddam.

Um entendimento crítico da história dos refugiados não trata de negar a existência de tais perseguições, que de fato ocorrem, inclusive com os traços étnico-culturais apresentados pelo *mass media*. Trata-se, antes, de negar uma explicação de tais fenômenos a partir das diferenças étnico-culturais, uma vez que o próprio acirramento do processo de modernização está por trás da crise da mobilização do trabalho de tais imigrantes, e nesse sentido, seria antes a generalização da ***igualação*** negativa operada pela mercadoria - a responsável pela crise da ***diferença.***

Ao longo do século XX, com a formação de estruturas políticas internacionais, principalmente na figura das Nações Unidas, foi possível para os Estados Nacionais, formularem em conjunto, políticas que enfrentavam as consequências do acirramento da modernização, até então muito reduzidas como políticas de controle migratório nacionais. É nesse sentido que, em 1948, a recém-fundada ONU apresenta a Declaração Universal dos direitos do Homem, a que se segue a publicação do Estatuto dos Refugiados (1951). Tais documentos permitiram a formulação de estratégias de controle populacional em escala mundial.

Esses instrumentos jurídico-políticos procuravam regulamentar o fluxo internacional de pessoas, principalmente no que se refere aos imigrantes em fuga de guerras e conflitos no hemisfério sul, com destaque para a África, o Oriente Médio e o sudeste Asiático, mas estão também intimamente ligados aos espólios humanos das guerras mundiais da primeira metade do século XX. Um olhar um pouco mais detido sobre o cenário das guerras, desde o final do século XIX até meados do século XX, pode mostrar um pouco da questão populacional que os Estados estavam a enfrentar enquanto o Estatuto do Refugiado é desenvolvido.

Portanto, esse processo contraditório tem duas faces: em primeiro plano aparecem as instituições políticas e jurídicas cumprindo suas próprias modernizações que buscam reformular de maneira reprodutória a abstrata forma do sujeito, no sentido de tentar garantir as bases das Declarações Universais dos Direitos do Homem, que encontram a sua realização efetiva toda vez que a forma abstrai realmente os sujeitos empíricos no processo, independe-

mente do seu resultado. Por outro lado, os aparatos que garantem a institucionalização do sujeito do direito não deixaram de orbitar ao redor do Estado (e se se deseja, de seus braços transnacionais, tais como ONU, ACNUR, OCHA).

Esses dois momentos contraditórios da formação do estatuto do refugiado e de seus aparatos político-jurídicos apontam para uma relação íntima para com as guerras da modernização do século XX.

Nesse sentido, as chamadas garantias político-jurídicas dos direitos humanos se desenvolveram como instrumento de ***coerção***, ***controle*** e ***seleção*** de populações tidas como desejadas ou indesejadas para o Estado – um sistema global de controle das migrações, conforme formulado por Roberto Vidal – na medida mesma em que se foi impondo a igualdade abstrata do sujeito moderno.

É nesse sentido que se pode ver um desdobramento histórico e lógico da modernização, através do Estado, a partir da mobilização para o trabalho, que na sua reprodução crítica demanda a formulação de políticas de controle, que passam pela formação do campo jurídico político dos Direitos Humanos (o Estatuto do refugiado como ponto central para essa pesquisa) e os aparatos de controle global (com destaque para a ACNUR). A realocação da força de trabalho em assentamentos ou, simplesmente, como refugiados recoloca tais sujeitos empíricos de volta no jogo da livre-sujeição, não sem acirrar a própria precarização do trabalho. Esse é o movimento deste capítulo.

2.1- Os Direitos Humanos no processo de modernização

A realização da liberdade capitalista costuma ser escrita a partir do processo histórico de expropriação das populações camponesas na Europa ocidental feudalista. Tal libertação das populações dos seus próprios meios de produção, descrita por Marx no capítulo XXIII de *O Capital, A assim chamada acumulação primitiva,* é um diálogo com a economia política, mais especificamente com Adam Smith.

Entretanto, alguns autores tem retomado a crítica do Estado em Marx, realizada a partir do diálogo com Hegel, Bruno Bauer e Feuerbach, principalmente por considerar criticamente o momento do "pêndulo" pelo qual o processo de modernização passa nos dias atuais; dito estadista, neo-keynesiano.

Nesse sentido, esta reflexão é uma tentativa de pensar *A assim chamada acumulação primitiva,* ou seja a "libertação" e imposição da moderna igualdade, através de uma recuperação da crítica ao Estado que Marx realizou ao longo da década de 1840, enquanto estabelecia um diálogo crítico com os jovens hegelianos através da crítica da alienação. Este estudo, entretanto, pensa a crítica ao Estado a partir da crítica do fetichismo da mercadoria, apresentado em *O Capital*.

--

No contra-artigo de 1843, escrito em oposição ao trabalho de Bruno Bauer intitulado *A questão judaica*, Karl Marx mergulha nas contradições que a perseguição aos judeus envolvia para desdobrar uma crítica dos fundamentos que os movimentos de **emancipação política** recolocavam ao reivindicarem a forma autonomeada do Estado Nacional como pressuposto para a sua realização.

A crítica de Bauer toma a reivindicação por emancipação dos judeus, por dentro do Reino (cristão) da Prússia, como um privilégio e acaba por concluir que os judeus só se emancipariam da sua condição de constrangimento especial no momento em que se emancipassem do próprio judaísmo, portanto, o fim do constrangimento religioso residiria na abolição da própria religião. A forma do Estado moderno traria a "liberdade religiosa" para o âmbito privado, enquanto no âmbito político todos deveriam corresponder à um mesmo tratamento, assim cristãos e judeus se emancipariam enquanto cidadãos e não reivindicariam privilégios públicos.

Marx inverte um pouco a sentença de Bauer, que para ele não passa de explicação teológica, pois o constrangimento religioso seria antes uma questão mundana, já que Bauer

coloca a questão da emancipação dos judeus entre duas perguntas antinômicas: quem deverá ser emancipado? Quem deverá emancipar? Marx recoloca a contradição que a emancipação política movimenta através de uma terceira pergunta: que espécie de emancipação é essa?

Para mergulharmos neste movimento de crítica da emancipação política como tal, é preciso explicitar que ela se ancora principalmente no texto da *Crítica da filosofia do direito de Hegel*, publicado também no ano de 1843.

Nesse sentido os comentários de Marx ao parágrafo 261 da Filosofia do direito de Hegel, de 1820, parecem um bom ponto de partida. No referido parágrafo, Hegel estabelece o princípio fundante da relação entre Estado e a Sociedade Civil:

> O estado como seu fim imanente tem sua força na unidade de seu fim último geral com os interesses particulares dos indivíduos, na medida em que tais indivíduos têm deveres perante ele assim como tem direitos. (Hegel, §261,2009).

Para Marx essa formulação caracterizaria uma antinomia sem solução, pois justapõe uma necessidade externa a um fim imanente:

> A unidade do fim último geral do Estado e dos interesses particulares do indivíduo deve consistir em que seus deveres para com o Estado e seus direitos em relação à ele sejam idênticos. Assim, por exemplo, o dever de respeitar a propriedade privada coincide com o direito sobre ela (Marx, p.28, 2006).

Os interesses particulares da sociedade civil se submeteriam à um fim imanente do próprio Estado, atingindo o momento da liberdade concreta hegeliana. A liberdade concreta apontaria para a necessária sujeição de toda e qualquer atividade particular à forma do Estado. Para Marx reside nesta antinomia administrada pelo Estado, a dissociação entre o público e o privado, a autonomização entre política e economia, a separação entre sociedade civil e o próprio Estado.

É a partir deste ponto de vista que Marx critica a emancipação política dos judeus no interior do próprio Estado, uma vez que tal emancipação recolocaria a contradição entre a vida religiosa privada do judeu e a socialização laica do cidadão genérico. A forma de emancipação oferecida pelo Estado reside na separação do conteúdo emancipado em uma esfera privada, mas submetida à finalidade imanente do próprio Estado (suas leis). Nesse sentido, qualquer emancipação operada pelo Estado é a sua necessária privatização; o Estado emancipa aquilo que cabe no campo autonomizado da sociedade civil - e da família. Nesse sentido, a emancipação política recolocaria os termos que fundam a "liberdade concreta" do

Estado, a saber a propriedade privada e a auto-sujeição individual, através da forma-mercadoria.

Porquanto permanecer no campo autonomizado da política a emancipação permanecerá reduzida ao fim imanente do Estado, e não poderá passar de emancipação negativa:

> A emancipação política do judeu, do cristão – do homem religioso em geral – é a emancipação do Estado em relação ao judaísmo, ao cristianismo e à religião em geral. O Estado emancipa-se da religião à sua maneira, segundo o modo que corresponde a sua própria natureza, libertando-se da religião de Estado; ou seja, ao não reconhecer, como Estado, religião alguma e ao afirmar-se pura e simplesmente como Estado (Marx, p.10, 1989).

A afirmação fundamental de Marx no texto contra Bauer vai também nesse sentido, mas pode ser reescrita tendo-se em perspectiva o cenário que nos acompanha:

> A emancipação política relativamente à religião não é a emancipação consumada, a emancipação desprovida de contradição, relativamente à religião, porque a emancipação política não é o modo desprovido de contradição, da emancipação humana (Marx, p.48, 1989).

Confrontados o Marx da crítica do Estado e da crítica do fetichismo da mercadoria, poderíamos seguir com a frase reformulada: A emancipação política através dos direitos humanos não é a emancipação consumada, desprovida de contradição, relativamente ao Estado, porque a política não é o modo consumado, desprovido de contradição, da emancipação da forma social fetichista da mercadoria.

Já nos dias de hoje, podemos acompanhar algumas reflexões críticas sobre o caráter conservador dos Direitos Humanos. Robert Kurz publicou em março de 2003, na folha de São Paulo, um importante texto neste sentido, que apesar de ser um artigo de jornal, já contém os elementos mais radicais das formulações posteriores e mais extensas de Jacque Rancière (2004) e Slavoj Zízek (2012), a partir uma da sua leitura de Marx, mas aceitando sugestões do filósofo italiano Giorgio Agambem.

O argumento geral da crítica de Kurz aos direitos humanos reside na apresentação deste campo através do seu aspecto formal, ou seja, a partir da crítica da forma-sujeito, como desdobramento jurídico da abstração real do Capital. Esse argumento pode ser encontrado posteriormente em Rancière como crítica ao formalismo dos direitos humanos e em seguida aproveitado por Zízek na sua crítica "contra os direitos humanos" (2012).

Nesse sentido, o campo dos direitos humanos formaria um paradoxo, uma vez que compõe o arsenal discursivo das invasões da OTAN nas lutas por democracia e livre mercado, mas também são o ponto de partida da crítica aos excessos cometidos por tais empreitadas:

> Junto com os porta-aviões, os tanques e os helicópteros de batalha do exército de invasão ao Iraque, a idéia de direitos humanos é novamente mobilizada para poder apresentar ao mundo um documento legitimador. Mas o notável é que os críticos desse processo apelam aos mesmos ideais. Os milhões que protestaram no mundo todo contra os planos de guerra não falam uma língua ideológica diferente daquela do governo norte-americano. Quando se trata de princípios, Noam Chomsky diz o mesmo que George W. Bush. É em nome dos direitos humanos que cai a chuva de bombas; e é em nome dos direitos humanos que as vítimas são assistidas e consoladas. Usualmente os críticos dizem que a realidade não concorda com os ideais. Se há um direito humano à vida e à integridade física, como se pode aceitar então, com anuência, que as intervenções militares ocidentais matem mais pessoas inocentes que as atrocidades dos ditadores e dos terroristas? (Kurz, 2003, p.1)

O paradoxo está armado. Kurz nos alerta que o campo aparentemente autônomo dos Diretos Humanos está assentado num terreno objetivamente indiferente, uma vez que a socialização através do mercado cotidianamente não reconhece como suficientemente produtivo, ou digno de troca de trabalho, milhões de pessoas todos os dias:

> Quando os bombardeiros *high-tech* dos EUA jogam sua carga fatal sobre justos e injustos, eles só executam ativa e violentamente a mesma lógica que se efetua, numa extensão muito maior, passiva e silenciosamente, através do processo econômico. Ano após ano morrem milhões de pessoas (inclusive crianças) de fome e enfermidades pela simples razão de não serem solventes. (Kurz, 2003, p.2).

A solvência econômica é um critério de exclusão/inclusão dos sujeitos empíricos na socialização do valor ou na sua eliminação, através da abstração real da sua existência. Por um lado, a universalização do direito reconhece a todos – somos todos inseridos – por outro lado, a cada rodada do capitalismo, novos sujeitos são excluídos do processo de troca.

> É verdade que o universalismo ocidental sugere o reconhecimento irrestrito de todos os indivíduos, em igual medida, como "seres humanos em geral", dotados dos célebres "direitos inalienáveis". Mas, ao mesmo tempo, é o mercado universal que forma o fundamento de todos os direitos, incluindo os direitos humanos elementares. A guerra pela ordem do mundo, que mata pessoas, é conduzida em prol da liberdade dos mercados, que igualmente mata pessoas e, com isso, também em prol dos direitos humanos, visto que estes não são imagináveis sem a forma do mercado. Temos de lidar com uma relação paradoxal: reconhecimento por meio do não-reconhecimento, ou, inversamente, não-reconhecimento justamente por meio do reconhecimento. (Kurz, 2002, p.2)

Assim, o ser humano insolvente é um irreconhecido, reconhecidamente pela lógica do valor. O nexo entre a forma jurídica do sujeito e a mercadoria moderna também é explicitamente criticado por Kurz, para que só pode ser um sujeito do direito quem ganha dinheiro, ou ainda, "a capacidade de entrar numa relação jurídica está ligada à capacidade de participar de alguma maneira no processo de valorização do capital" (Kurz, 2002, p.2). Assim, existiria um pressuposto tácito de que só sujeitos solventes acessam os direitos.

Para Kurz, o "ser humano" em geral, que os Direitos Humanos tem como horizonte são uma forma meramente abstrata, produto da abstração mesma do valor. Nesse sentido, os direitos humanos somente são reconhecidos nos "seres humanos" que passaram pelo crivo da valorização do valor, que é o critério de "humano" que este campo esconde para se reproduzir:

> O homem dos direitos humanos é reconhecido apenas como um ser reduzido à abstração social; portanto ele é reduzido, como expressou recentemente o filósofo italiano do direito Giorgio Agamben, a uma "vida nua", definida puramente por um fim exterior a ele. O famoso "reconhecimento" é na realidade uma pretensão totalitária à vida dos indivíduos, que são forçados a sacrificar abertamente sua vida para o fim, tão banal quanto realmente metafísico, da valorização sem fim do dinheiro através do "trabalho". Só secundariamente, para um resto da vida, que serve na verdade apenas à regeneração em prol do fim totalitário, lhes é permitido qualificar sua própria vida real. A satisfação de suas necessidades é somente um produto residual daquele auto-movimento metafísico do dinheiro a que eles estão acorrentados justamente por meio de seu reconhecimento como sujeitos abstratos do direito.

Nesse sentido, a promessa de salvação das atrocidades da modernização, bradada pelos dois polos da disputa ideológica (potência bélicas e organizações humanitárias), através do acesso aos direitos humanos, é antes de tudo uma ameaça, uma vez que sua realização depende, antes de tudo, da socialização negativa do Capital.

> No entanto, para a maioria das pessoas, essas condições tácitas não são mais preenchíveis atualmente, mesmo que se esforcem até chegar à auto-renúncia, que consiste em acatar a submissão à forma abstrata do dinheiro e do direito. O término de sua existência, na qualidade de "danos colaterais" do mercado mundial ou das intervenções da polícia mundial, é previsível. Essa constatação amarga não depõe contra os motivos de muitos indivíduos e organizações que defendem as vítimas em nome dos direitos humanos e muitas vezes demonstram coragem contra as forças dominantes. Mas esses esforços assemelham-se ao trabalho de Sísifo, se não se consegue superar a forma paradoxal e negativa da sociedade mundial, que possui poder de definição acerca de quem é de modo geral um "ser humano" e que, por conseguinte, define os direitos humanos.

A emancipação social para além da forma fetichista do dinheiro e da mercadoria pressupõe a explosão da forma jurídica do sujeito abstrato, que coloca a troca entre dois sujeitos livre produtores como relação naturalmente humana[41].

Estado e direitos humanos

A afirmação do Estado através da política, ou a reprodução da chamada finalidade imanente do Estado, ainda de acordo com Marx, passa necessariamente pela imposição de quatro princípios básicos, que reverberaram em todas as constituições dos Estados democráticos após a Declaração Universal dos Direitos do Homem, como momento histórico específico de uma relação social genérica. São eles a ***igualdade***, a ***liberdade*** a ***segurança*** e a ***propriedade***.

Marx faz uma leitura invertida de cada princípio para mostrar a negatividade inerente à cada um deles, quando submetidos à uma forma social burguesa.

A ***liberdade*** é afirmação da cisão entre indivíduos mônadas e os meios de produção, que se realiza praticamente na liberdade da ***propriedade privada***.

A ***igualdade*** é o princípio formal por excelência, que garante que dois produtos de trabalho sejam ***livremente*** trocados como dispêndio abstrato de nervos, músculos e cérebro: "todo homem é igualmente considerado como mônada auto-suficiente" (Marx, p.57, 1989).

Resta o princípio da ***segurança***, que cabe desdobrar mais: o princípio da segurança define que o supremo conceito social da sociedade civil é a polícia, ou seja a imposição violenta da livre sujeição do sujeito mônada autossuficiente em uma sociedade organizada a partir da propriedade privada.

A Declaração Universal dos Direitos do Homem instituiu um princípio genérico de homem porque o processo de modernização institui um princípio formal social através da imposição da forma mercadoria. Tais declarações (da ***liberdade***, ***igualdade***, ***propriedade*** e ***segurança***) se chocam com as diferentes formas de organização social, pois nem impérios cristãos ou colônias escravistas encontravam-se imediatamente adequados à estes princípios. Ao contrário, tiveram que passar por um violento processo de formação dessas categorias

[41] Para Adam Smith, o humano se definiria pela sua capacidade de realizar contratos (de trabalho por exemplo). A crítica de Marx à Economia Política vê o contrato jurídico como desdobramento necessário da relação de troca fetichizada e o surgimento do Estado regulador da sociedade da troca generalizada. Cf. O Capital, Crítica da Economia Política, Capítulo 2, Editora Abril, 1996

abstratas nas relações concretas que estabeleciam no interior das suas sociedade civis em formação.

A leitura crítica da reivindicação de liberdade religiosa no seio do Estado alemão por parte dos judeus, nos permite pensar que os Direitos Humanos são um mecanismo de emancipação negativa, que abstrai conteúdos constrangidos pela violência da formação do Estado, no campo cindido e privado da sociedade civil, submetida ao princípio imanente do Estado e da forma-mercadoria.

Os conteúdos sociais que devem ser abolidos para se adequarem à forma autonomeada, enquanto o Estado nasce violentamente na sociedade civil, estão sujeitados a serem livremente trocados como mercadorias. Caso não o sejam, o conceito social supremo da "segurança" os emancipa realmente, seja pela violência da guilhotina, seja pela política.

A liberdade nos *Direitos Humanos* e a mobilidade do trabalho

Heidemann alerta que o surgimento dos direitos humanos fundamenta-se historicamente na violência da imposição do processo de modernização, em seu momento de agonia:

> Os direitos humanos tornaram-se uma das armas mais potentes do império e da OTAN para fortalecer as estruturas da hegemonia e sustentar um modelo civilizatório em agonia. Na adoração e idolatração dos direitos humanos, governos, que em nome deles criaram as novas doutrinas militares, e oposições concorrem lado a lado. Os críticos, amigos da paz e dos seres humanos, defendem as vítimas exatamente em nome daquele princípio que as produziu. Lamentavelmente, a história da humanidade chegou ao ponto de ser preciso declarar os direitos humanos para garantir a imposição da modernização (Heidemann, 2004, p.31).

Um elemento que ajuda a pensar que os direitos humanos são somente o outro lado da moeda das guerras de ordenamento mundial é apresentado no relatório do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados de 2009:

> Afegãos e iraquianos representaram quase metade de todos os refugiados sob a responsabilidade do ACNUR no mundo; um entre quatro refugiados no mundo era do Afeganistão (2,9 milhões). Os afegãos foram localizados em 71 diferentes países de refúgio. Os iraquianos foram o segundo maior grupo de refugiados, tendo 1,8 milhão buscado refúgio, principalmente em países vizinhos. [...] Mais de 18.700 solicitações de refúgio foram apresentadas por crianças desacompanhadas e separadas em 71 países, o mais alto número em quatro anos. As solicitações vieram principalmente de crianças afegãs e somalis (ACNUR, 2009).

Se, por um lado, o surgimento dos Direitos Humanos fundamenta-se historicamente na violência da imposição do processo de modernização, por outro lado, os direitos humanos garantem a própria reprodução da modernização.

A reivindicação dos Direitos Humanos como medida política de resolução do problema dos refugiados produzidos pelas guerras é repositória do fundamento que produz as próprias guerras e os refugiados porque entrelaça os princípios de ***igualdade***, ***liberdade***, ***propriedade*** e ***segurança*** em um programa de dispositivos de controle da mobilidade do trabalho em crise.

Nesse sentido, tais "soluções" fincam pé no terreno da política e da jurisprudência a partir do campo autonomizado dos Direitos Humanos, repondo as contradições do processo de modernização. Como nenhuma esfera cindida da vida social goza de autonomia sobre a forma-social moderna, se faz necessário uma crítica radical das interpretações culturalistas (que dizem que os refugiados simplesmente fogem de uma perseguição étnica) e resoluções jurídicas sobre a questão migratória contemporânea.

A sociedade moderna não é uma tábula rasa sobre a qual um conjunto de normativas ou ações, quaisquer que sejam, atuam de forma autônoma. O mundo em que vivemos é determinado por uma relação social e historicamente específica que coloca em cheque toda e qualquer autonomia da política e do direito, sempre fundamentados na forma moderna do sujeito. Os direitos humanos reivindicam a realização plena do Sujeito Jurídico, com direito a se vender cegamente no mercado. Por reivindicar a forma do sujeito, a utopia dos direitos humanos aponta para a possibilidade de auto-sujeição do cidadão no mercado mundial e não para uma emancipação social da dominação objetiva da forma-mercadoria, pois recoloca a forma do direito.[42].

[42] Cf. Pachukanis, E.Teoria geral do direito e o marxismo. Coimbra, Centelha, 1977; Naves,M.B. Marxismo e o Direito: um estudo sobre Pachukanis. Boitempo Editorial, São Paulo, 2008.

Portanto, o refugiado é antes uma categoria política de adequação dos espólios das guerras de formação e reprodução crítica dos Estados, em direção à igualdade abstrata da mercadoria e a autonomização da sociedade civil, do que uma categoria analítica que se refere à uma particularidade concreta dos fenômenos migratórios contemporâneos. Pensar as migrações através do conceito político de refugiado nos induz à uma abordagem do fenômeno migratório que só permite olhar para o campo autonomizado da política, que acaba por se desdobrar em abordagens culturalistas e politicistas.

Tomar o refugiado como um tipo de migrante, aquele que é forçado a se movimentar pela guerra, coloca o pesquisador também em uma posição autonomizada no campo da política e do Estado, pois o que deveria ser uma crítica à emancipação negativa que a realização concreta do conceito social de segurança opera, acaba reduzida à uma interpretação que disputa pela melhor adequação política do refugiado (e do pesquisador) no interior do campo de reprodução imanente do Estado, para usar os termos de "Para a questão Judaica".

Essa formulação reencaminha a questão para uma dupla crítica da sujeição violenta ao trabalho, tanto do migrante quanto do pesquisador, através de uma reflexão sobre a mobilização para o trabalho.

2.2 – Migração forçada e o Refugiado

Mobilização à força: a regra geral de formação do Estado e do trabalho

Jean Paul de Gaudemar, faz uma leitura crítica da formação das condições da acumulação do capital através do seu estudo *A mobilidade do trabalho e acumulação do capital*, publicado como tese de doutorado na França em 1976. Gaudemar se vê envolvido com uma crítica da produção de corpos dóceis ao capital (sugerida por Michel Foucault) como um pressuposto da crítica da própria acumulação capitalista. Para desdobrar essa reflexão, o autor acompanha a formulação de Marx em *O Capital*, no qual o trabalhador livre é apresentado como produto de um processo dominação, que passa de simples submissão formal para sua a real submissão.

Para o caso da Inglaterra, a forma fundamental da separação do "produtor, dos meios de produção" é a expropriação das populações camponesas e a consolidação da propriedade privada, através de diversos mecanismos, tais como a espoliação de bens da Igreja e a "transformação usurpadora e terrorista da propriedade feudal ou até patriarcal em moderna propriedade privada":

> Procedimentos que conquistaram a terra para a agricultura capitalista, incorporaram o solo ao capital e entregaram à indústria das cidades dos braços dóceis de um proletariado sem eira nem beira. Historicamente, é portanto muito cedo (pelo menos em Inglaterra) que se constitui e depois enfraquece o grande exército de expropriados. Os campos ingleses esvaziam ou regurgitam de mendigos e ladrões, enquanto as cidades se enchem com vagas de desenraizados à procura de meios de subsistência. (Gaudemar, p.269, 1977)

Para que se garantisse, entretanto, a execução dessa mobilidade criada a partir da expropriação, as cidades foram palco das legislações sanguinárias contra os expropriados:

> Marx sublinha todos os seus aspectos repressivos – pena capital, mutilações, torturas, prisões -, desde os decretos de Henrique VII em 1530, até à sua abolição em 1714. Tal legislação não foi apanágio exclusivo da Inglaterra. Na França a lei 13 de julho de Luis VXI enviava todos os vagabundos às galés. (Gaudemar, p.271, 1977).

Do outro lado do mundo, a vida social nas colônias trazia consigo um princípio fundamental de mobilização para o trabalho, pois se consolidou como um sistema de produção escravista, em que o trabalhador está dissociado inclusive da posse do seu trabalho. Mesmo depois, quando em meados do século XIX o sistema escravista começa a se destituir,

já surgem leis de terras que garantiam que não houvesse a possibilidade dos trabalhadores livres se reproduzirem a partir de meios de produção próprios.

Nesse sentido, a leitura de Gaudemar sobre Marx nos ajuda a situar a violência como fundamento da mobilização geral do trabalho: um trabalhador livre é um trabalhador que foi violentado, expropriado da posse do seu trabalho ou dos seus meios de reprodução.

A expropriação é empreendida no seio da formação dos modernos Estados nacionais, e por se assemelharem à mobilização geral dos exércitos nacionais, foram chamados por Marx e Gaudemar de ***exércitos*** de trabalhadores reserva.

Vale ainda ressaltar mais um ponto de confluência entre a mobilização violenta para o trabalho e a formação dos exércitos nacionais, ou entre o trabalho e a guerra. A partir da pesquisa do historiador Rudolf zur Lippe, Robert Kurz persegue o movimento de formação histórica da *sujeição ao trabalho* a partir da generalização do trabalho abstrato para concluir que o primeiro momento de generalização desta forma social se origina na própria formação dos exércitos, em ruptura com as formas militares pré-modernas, não necessariamente monetarizadas:

> Nas análises do historiador cultural Rudolf zur Lippe torna-se evidente como os novos e sanguinários "artesãos da morte" se converteram nos arquétipos do moderno trabalho assalariado e da sua gestão: "O planejamento de ações guerreiras (...) já se encontrava sujeito à primazia do cálculo dos lucros. Os ideais da honra cavalheiresca e o brio correspondente ao estatuto social de cada um não entravam nesse cálculo. (...) O resquício não funcionalizado de uma postura feudal, isto é, de uma relação imediata com as pessoas e coisas pelas quais se lutava, ia-se desvanecendo de uma geração de ‘últimos cavaleiros’ para a outra. (...) Na realidade, a massa dos guerreiros tinha-se convertido em soldados, ou seja, em receptores de soldo, e os caudilhos eram pagos das caixas dos estados e entrepostos comerciais. O primeiro invento técnico que foi de um significado prático eminente foi introduzido precisamente na área, em que desde há muito existia algo como o trabalho abstrato, nomeadamente assalariados perfeitamente substituíveis: o canhão correspondia tecnicamente aos intentos de guerras em que o que estava em causa eram coisas tão abstratas em termos comparativos como as hipóteses de acumulação do capital comercial (Kurz, 2002).

Os modernos exércitos nacionais em formação forçaram a passagem dos chamados artesãos da morte, cavalheirescos, para o abstrato soldado nacional. Esse movimento foi o pressuposto histórico da transformação dos artesãos e camponeses em modernos operários rurais e urbanos, igualados pela abstração do trabalho fundada pelo soldado nacional, ou o assalariamento.

Nesse sentido os exércitos de trabalhadores de reserva são realmente exércitos, porque são produzidos pelo mesmo mecanismo (a mobilização violenta) e adequados para o mesmo fim: a socialização pelo trabalho abstrato, condição que a origem da palavra soldo (de salário) deixa pistas para ser pensada como remuneração do soldado. Todo trabalhador é um soldado mobilizado pela violência da expropriação para o dispêndio abstrato de nervos, músculos e cérebro.

***Migração forçada**: aproximações*

Em um artigo publicado em 1853 no jornal norte-americano New York Tribune, intitulado "Emigração Forçada", Marx apresenta uma análise, feita em parte pela própria mídia da época, que associa a modernização agrícola à emigração de uma parte considerável da população, a partir do casos dos celtas das terras altas de Irlanda para a América. Nas letras do *Economist*:

> "É uma consequência da quebra de sistemas sociais fundados em pequenas propriedades e no cultivo de batatas;" e adiciona: "A saída de uma parte considerável da população da Irlanda e das Highlands da Escócia é uma preliminar indispensável para todo tipo de melhoria. (Marx, 1853, p.1)

Marx apresenta esse processo de remoção forçada também como desdobramento teórico das doutrinas da Economia Política ricardiana:

> Inicia-se com a pauperização dos habitantes de um país, e quando não há mais lucro para arrancar-lhes, quando eles se tornaram um fardo para a renovação, expulse-os, e some a renovação das suas finanças! Tal é a doutrina escrita por Ricardo, no celebrado trabalho, "O Princípio da Economia Política." Se para obter ganhos anuais de £2,000, o que importa a um capitalista se ele emprega 100 ou 1.000 homens? Ricardo afirma: "Não é similar o que se passa com a renda real de uma nação?" A renda real de uma nação, rendas e lucros, permanecendo o mesmo, não coloca em questão se é derivada de 10 milhões de pessoas ou de 20 milhões. Sismondi, em seu "Nouveaux Principes d'Economie Politique," responde que, de acordo com essa visão sobre a questão, a nação inglesa não está interessada no desaparecimento de toda a sua população, o rei (naquele tempo não era uma rainha, mas um rei) permanecendo sozinho na neblima da ilha, supondo somente que a maquinaria automática garantiria que atingisse renovação da quantia financeira hoje produzida por uma população de 20 milhões. (Marx, 1853, p.2)

Marx refaz novamente aquele movimento de crítica ao método da economia política para pensar a especificidade da emigração forçada pela modernização. Para tanto, inicia a

apresentação esquemática do que seria a emigração compulsória nos Estados da antiguidade, como a Grécia e Roma. Nestes casos, em que não havia aplicação de ciência à produção material, quando atingia-se uma excedente populacional, a migração forçada era o único remédio para a manutenção de sua estrutura social e demográfica. Já com a migração moderna compulsória o caso seria o oposto. Não é a necessidade de aumento da força produtiva que produz uma superpopulação, mas o aumento da produtividade que cria uma superpopulação, e encaminha essa superpopulação através da emigração. Não é a população que pressiona a força produtiva, é a força produtiva que pressiona a população. Marx anota ainda que David Ricardo entende as receitas líquidas como um *Moloch*, para o qual deve ser sacrificado todo o excedente populacional.

A sociedade moderna viveria, de acordo como Marx, em cima de um terreno em constante revolucionamento, uma revolução silenciosa dos meios de produção, à qual a sociedade é submetida a todo tempo, e que toma tanto conhecimento da existência humana quanto um terremoto se importa com as construções que destrói.

A analogia de modernização dos meios de produção com uma catástrofe natural é uma boa pista. Se voltamos os olhos para os emigrados à força, e situamos que a força que os mobiliza não é simplesmente a força física ou a violência política, mas a força naturalizada da modernização, pode-se manter o termo de imigração forçada sem mais problemas.

Entretanto, a concepção de migração forçada ainda pode aparecer como naturalização da violência formadora da mobilidade do trabalho. Carlos Vainer, por exemplo, parte de uma crítica das leituras estruturalistas e neoclássicas para resgatar o lugar da violência como ***fator*** da migração, em oposição aos reducionismos economicistas, que entendem o sujeito migrante ora dentro de uma chave liberal, como sujeito da livre escolha, ora como objeto mobilizado pela estrutura econômica objetiva.

Vainer problematiza tais campos teóricos a partir da seguinte pergunta: E as pessoas que são deslocadas pela força?[43] É possível entendê-las nesta concepção que separa interpretações subjetivas das objetivas?

A leitura de Gaudemar faz avançar estas perguntas. A mobilização do trabalho também pode ser pensada como generalização de uma dupla liberdade, uma vez que o trabalhador é separado dos laços de dominação pessoal que antes estabelecia com o senhor feudal, mas também porque está livre dos meios para se reproduzir e, portanto, obrigado a vender a única posse que lhe resta: o seu tempo de trabalho.

[43] VAINER, Carlos. A violência como fator migratório. Silêncios teóricos e evidências históricas. In Revista Travessia, Ano IX, número 25, Maio-Agosto/96 pp.5-9.

A liberdade então passa a ser um campo de contradições, pois é ao mesmo tempo subjetivação positiva da livre escolha burguesa de auto-sujeição ao trabalho, sem deixar de ser objetivação da condição reificada que o impele a se auto-sujeitar.

A partir desta concepção contraditora da mobilidade do trabalho, é possível pensar o lado subjetivo como momento positivo da liberdade e o lado objetivo como momento negativo. Entretanto, se a livre escolha é o valor-de-uso da auto-sujeição, determinada processualmente pela valorização de valor, acreditar-se livre é um momento fundamental da reposição dos fundamentos de sujeição à acumulação capitalista.

Portanto, a pergunta de Vainer: E aqueles que querem escolher e não podem? formulada no sentido de separar os fatores migratórios entre os violentos e os de livre mercado corre o risco de cindir o campo da violência um dos momentos de uma relação que é estruturalmente violenta.

Nesse sentido, por mais forçada que seja a decisão de um mobilizado, ela só pode ser realizada nos termos de efetivação da realidade contraditória. Exemplos não faltam nas trajetórias de refugiados, que por mais que tenham sido impelidos pela violência para se deslocarem, não deixam de ter um campo subjetivo de negociação e decisão sobre suas próprias estratégias fetichistas de mobilidade do trabalho, seja através do parcelamento creditício de passagens aéreas para o Brasil, seja através da compra dos serviços dos coiotes marinhos, seja pela decisão de viajar às escondidas nos porões de navios cargueiros, literalmente mobilizados como coisas.

Nesse sentido, a pesquisa de Mariana Aydos[44] é um importante ponto de partida para as reflexões críticas sobre o estatuto do refugiado – e sua relação de redução jurídica para com o conceito de "migrante forçado". Aydos faz uma importante revisão da formulação do conceito de refugiado por órgãos internacionais de direitos humanos para chegar a conclusão de que o refugiado deve ser entendido dentro da categoria dos migrantes que foram forçados a se deslocar, pois suas trajetórias envolvem graves ameaças a sobrevivência.

Deixamos em suspensão a pertinente crítica do uso analítico do conceito político de refugiado que Aydos realiza para colocar em questão sua interpretação que perpetua a dicotomia entre migrantes livres e forçados, apoiado principalmente nestas leituras de Carlos Vainer, que problematizamos a partir da dupla liberdade de Gaudemar

[44] Cf. AYDOS, Mariana R. *Migração forçada: uma abordagem conceitual a partir da imigração de angolanos para os estados do Rio de Janeiro e São Paulo, Brasil (1970-2006)*. Dissertação (Mestrado em Demografia) Campinas, 2010.

A partir desta concepção, Aydos tematiza o campo da violência nas migrações:

> Os deslocamentos compulsórios devido a guerras, violação dos direitos humanos, grandes projetos econômicos, desastres ambientais, se configuram na história sociedade moderna como alguns dos principais fluxos observados. E mais recentemente, os deslocamentos compulsórios se confundem por vezes com outros tipos de deslocamentos, formando fluxos mistos que não podem mais ter sua explicação ancorada na ideia de liberdade e escolha de ir e vir dos indivíduos (Aydos, 2010, p.46).

Tanto para Vainer, quanto para Aydos, torna-se imperativo recusar que o migrante seja reduzido à sua dimensão de *homo economicus* porque não aceitam que o migrante circula num espaço de livre deslocamento, no sentido da economia liberal. Para isso apontam que as teorias tenham que incorporar a violência como **fator** migratório:

> O primeiro passo é romper com a verdadeira camisa de força imposta aos estudos migratórios pelas abordagens correntes – neoclássicas e estruturais – que abstraíram do campo da teoria e da pesquisa os processos de localização e deslocamento territoriais diretamente associados à "relações de poder, à coação, à violência. (...) O reconhecimento da violência como fator migratório constitui programa teórico de maior importância, do qual depende introduzir no campo dos estudos migratórios o conjunto de processos de deslocamentos de populações que tem como elemento central e dominante o exercício do poder (Vainer, 1996:67).

Entretanto, a consolidação de um campo teórico da violência referente às migrações, entendido como ***fator***, pode dissolver a própria violência como categoria estruturante da mobilização do trabalho.

Antes de dizer que não existe diferenças qualitativas nos ***fatores*** da mobilização do trabalho, cabe dizer que uma leitura a partir das reflexões de Jean Paul de Gaudemar (Gaudemar, 1977) pode ajudar a pensar o refugiado contraditoriamente, para além dessa dicotomia, sem deixar de perceber quais condições particulares de mobilização envolvem as trajetórias desses imigrantes – entre as ***motivações*** individuais e os ***fatores*** sociais. Assim, o principal problema que resta da formulação crítica de Vainer-Aydos sobre o refugiado é a separação do lugar da violência no migrante forçado, enquanto ao campo do migrante livre poderia ser contraposto o lugar da não violência.

Situar o migante forçado como o migrante que sofreu violência pode escamotear a violência estrutural da mobilização para o trabalho. Por outro lado, a condição do migrante forçado pode apontar para a forma historicamente nova com que os Estados-Nacionais em

crise de formação tentam administrar o colapso de seus exércitos industriais de reserva, momento em que os Direitos Humanos entram em pauta inclusive como moedas de troca nas relações internacionais: podem causar embargos, possibilitar investimentos internacionais, e agilizar o fechamento de contratos de compras de mercadorias halal, como veremos mais a frente. Uma reflexão sobre o Estado e o controle dos migrantes pode garantir uma aproximação ao tema.

Estado, crise e controle: *aproximações*

A questão migratória vem se desdobrando ao longo dos últimos anos: as transformações pós-guerra fria deslocaram **os embates entre Estado Nacionais para os conflitos internos** (com as claras "exceções" das invasões dos EUA no Iraque e Afeganistão e de Israel no Líbano). Esses novos conflitos internos surgiram a partir de crises e fragmentações dos territórios, em um momento em que o Estado torna-se incapaz de continuar administrando a sociabilidade crítica posta pelo mercado mundial.

Michel Foucault, detido na crise interna na França, aponta para uma ruptura entre a necessidade anterior de controle da fronteira como controle dos recursos naturais, para o momento histórico das Guerras de Controle dos corpos, através da biopolítica.

Para Robert Kurz, diferentemente dos conflitos do imperialismo clássico (nacional-territorial), ou da guerra entre representantes de blocos antagônicos; as guerras contemporâneas do "imperialismo global ideal" são movidas pela necessidade de manutenção do controle sobre o sistema econômico e social baseado do dólar, enquanto a salvaguarda das reservas estratégicas de petróleo e gás constituem um "imperialismo secundário":

> Não há nenhum interesse no controle completo territorial das regiões mundiais periféricas, como no imperialismo clássico, mas apenas um interesse na manutenção e segurança desses "oásis" contra as massas da população "supérflua" desmobilizada e que caiu para fora. Para isso, apenas os Estados Unidos têm condições militares; todos os outros Estados apenas contribuem com tropas auxiliares. (Kurz, 2005, p.35)

O controle da superpotência, os EUA, sobre instituições financeira (Banco Mundial, FMI) e sua própria "hegemonia" financeira só são possíveis por causa do monopólio da máquina bélica, sem concorrência do mercado mundial. O verdadeiro lastro do dólar americano é o arsenal bélico estadunidense. Tal hegemonia, hoje, aparece às avessas: pois busca seus fundamentos num momento em que eles já se ascenderam da realidade em direção

aos céus, como crise da valorização do valor baseada na produção de mais-valia em escala global[45].

Essa crise social de fundo faz com que o Estado Nacional, incapaz de administrar a reprodução social, busque novas formas de hierarquização social. Através da criação de leis de controle de entrada nos países de forma a evitar, impedir, constranger, perseguir e estigmatizar uma parcela da população.

A modernização cria um contingente de indivíduos indesejáveis, que coloca em questão inclusive o conceito de "exército industrial de reserva", na medida em que sua inserção social através do trabalho aparece cada vez mais como promessa irrealizável. Na medida em que a própria expectativa por trabalho é substituída por programas provisórios-permanentes de assistência social e controle, os imigrantes passam a compor um exército colapsado de força-de-trabalho. Em outras palavras, se modernizar é mobilizar, o "colapso da modernização" é o colapso da "mobilização do trabalho".

Michel Foucault (Foucault, 1976) entende esse cenário como expressão da passagem do "Estado Territorial" dos séculos XIX e XX para o Estado de População (1970 em diante), momento no qual o Estado atua através da biopolítica, com o controle dos próprios corpos, mais do que sobre os recursos naturais como no modelo político anterior.

O "Estado de Controle", visto com esse duplo caráter de controle da moeda e dos corpos, não é o mesmo na França, no Brasil ou na Nigéria, pois o colapso da mobilização do trabalho se desdobra de maneira particular, histórica e geograficamente. É claro que a restrição e a perseguição ocorrem com força no Arizona, no Texas, na Itália, na França, na Suíça. Entretanto, faz parte da estratégia de sobrevivência de todos os Estados Nacionais tentar enfrentar o problema do colapso da superpopulação relativa. Nesse sentido, cada Estado-Nacional e suas regiões internas terão problemas particulares e políticas específicas para tentar equalizar o excesso[46] de gente sacrificável. O que permite chamar a todos de "Estados de população", entretanto, é o fato de que todas as políticas populacionais contemporâneas estão sujeitadas pelo momento histórico específico do colapso da modernização e o colapso da superpopulação relativa.

Na Europa e nos EUA obra uma retomada nacionalista aliada a um sentimento xenofóbico através de políticas de expulsão de imigrantes, aliadas a restrição de entrada de novos contingentes. Na África a crise generalizada da administração / formação estatal em

[45] Robert Kurz, A ascensão do dinheiro aos céus, 1995.

[46] Para uma reflexão sobre o caráter relativo da superpopulação nas sociedades modernas, ver o item ***Comentário sobre os ciclos de Kondratieff e a teoria da crise***, no capítulo 3 desta dissertação.

territórios que sobrepuseram diferentes culturas num momento de colapso geral pós-colonial tem se desdobrado na perseguição violenta de etnias.

No Brasil o Estado tem administrado a imigração através da concessão de anistias a estrangeiros de tempos em tempos. Obviamente, o Estado não pode abrir mão do monopólio sobre a decisão de quem pode permanecer "legalmente", e tal estratégia permite ao Brasil conceder a anistia em função da conjuntura política, econômica e social. Entretanto, nada garante que tais anistiais continuarão acontecendo *ad infinitum.* Aliás, a política da anistia brasileira já começa a dar sinais de crise, em casos que envolvem bolivianos e haitianos.

Nesse sentido passou a se falar em *Políticas Restritivas (Massey, 1998)* e em imigrante indesejável (Póvoa Neto, 2007), que deixa de ter um lugar social de inserção produtiva para ser visto como oneroso.

> Reconhecidos como indesejáveis e/ou ameaçadores, migrantes e refugiados tornam-se objeto de políticas de estado mais radicais que as das formas tradicionais de intervenção, quanto ao controle das fronteiras e ao acompanhamento das trajetórias sociais dos imigrados. Multiplicam-se, nesse contexto, iniciativas de erguimento de barreiras físicas nos pontos de passagem de migrantes e de criação de campos para reunião e confinamento de migrantes e refugiados (Póvoa Neto, 2007: 04).

Os muros e campos e concentração são o momento mais radical da efetivação dos políticas restritivas. Por outro lado a restrição é o produto mais acabado da generalização dos princípios básicos da modernização entrelaçados, ***igualdade*** e ***segurança*** principalmente, e não um afastamento moral e subjetivo do sentido do processo de modernização. A crítica dos muros tem que ser uma critica da dimensão concreta de uma forma de dominação abstrata e não a reivindicação de uma política que garanta a realização da mobilização plena do trabalho, pois é a crise categorial do trabalho que recoloca criticamente os termos das políticas restritivas. Em outras palavras, a bandeira da ***liberdade*** faz entrar pela porta dos fundos novas políticas restritivas.

É nesse sentido que a crise do trabalho produz um reforço na restrição da entrada de imigrantes nos centros do "bem-estar social", cada vez mais decompostos e parecidos com a periferia do mercado mundial. Tal restrição é um processo contraditório porque os refugiados resultam da generalização da ***liberdade***, ***segurança*** e ***propriedade*** pela ***igualação*** mercadológica, mas acabam por ser um novo instrumento de seleção e filtragem de imigrantes pela políticas restritivas autonomizadas dos Estados Nacionais em crise.

Da mesma maneira que as crises do Capital nos permitem pensar o movimento contraditório de suas categorias e criticá-las, o estatuto político do refugiado permite explicitar a contradição imanente à própria a liberdade concreta, e criticá-la.

Uma aproximação às produções teóricas sobre os refugiados nos primeiros periódicos sobre refugiados pode garantir uma aproximação ao tema.

Refugiados: *aproximações*

Em todo o mundo, ao longo do século XX, diversas manifestações políticas surgiram chamando a atenção para a questão dos migrantes e refugiados. São exemplos centrais a Declaração dos Direitos dos Refugiados pela ONU e a Carta Mundial dos Migrantes, desenvolvidas ao longo dos Fóruns Sociais Mundiais da Migração (Carta de Goré, Senegal, 2011).

Um momento importante do movimento de politização do refugiados está em 1984 com a Declaração de Cartagena que estabelece o direito do Refugiado como plataforma política internacional[47].

Acreditamos que a formação do Estatuto do Refugiado, no campo dos direitos humanos, pode ser pensado em relação com a historicidade das novas "guerras de ordenamento mundial", conforme viemos apresentando neste capítulo. Entretanto, o campo jurídico e político tem o seus desenvolvimentos narrados de forma auto-referenciada, como se fossem o desdobramento imanente das discussões políticas e do progresso dos Direitos Humanos. É nesse sentido que uma aproximação às produções teóricas sobre os refugiados pode contribuir para se pensar seus contextos.

No início da década de 1980, a revista canadenses ***Refuge,*** em York**,** começa a publicar periodicamente artigos sobre essa temática, levando em consideração o grande afluxo de imigrantes que o país recebera, adequados ao Estatuto do Refugiado. Destacavam-se naquele momento uma população considerável de asiáticos do sudeste do continente e imigrantes do leste europeu. Pierre Elliot Trudeau, à época primeiro ministro do Canadá, abre o primeiro artigo do primeiro número da revista ***Refuge,*** com um texto intitulado , em que analisa a adequação das suas políticas migratórias para acolher aquela população refugiada. A

[47] Cabe relembrar que o final da década de 1960 e o começo da década de 80, momentos que coincidem com as formulações sobre os refugiados, foram palco de diversas guerras que produziram refugiados em grande escala, tais como a Guerra do Vietnã, da Coréa, a invasão do Afeganistão pela URSS, a invasão do Líbano por Israel, a guerra Irã-Iraque e as Guerra Civil na Angola e no Sudão.

fala de Trudeau pode ser situada no contexto das democracias liberais do pós-guerra, em que é forjado o discurso do multiculturalismo e dos direitos humanos[48]. Trudeau apresenta o periódico e o intuito de recolher da sociedade contribuições para a formulação de políticas para os refugiados:

> Ce bulletin - mise en oeuvre par la Fondation canadienne pour les réfugiés et Operation Lifeline - est une autre initiative qui tombe à point. Il offrira un forum où l'on pourra recueillir informations et idées, et il contribuera à coordonner les services de groupes et d'agences bénévoles oeuvrant au bénéfice des réfugiés; sans doute encouragera-t-il égaIement d'autres Canadiens à participer aux activités destinées à aider les réfugiés (TRUDEAU, P.E., 1981, p.3).

Desde a década de 1960, quando foram realizadas alguma mudanças na legislação, o Canadá passou a receber em peso migrantes africanos, asiáticos e caribenhos. Naquele momento, um programa especial de acolhimento de refugiados já recebera 60.000 imigrantes do sudeste asiático. Por outro lado, o planejamento apontava para o acolhimento de mais 12.000 refugiados num futuro próximo.

No mesmo número da ***Refuge***, podemos encontrar outro texto que abre mais uma perspectiva para se pensar os refugiados naquele contexto. Linda Durno (DURNO, 1981) discute que, enquanto os canadenses se organizavam para acolher os refugiados do sudeste asiático, uma guerra eclodia no chifre africano, na região de Ogaden, entre a Somália e a Etiópia. Por causa deste e de outros conflitos, em meados da década de 1980 a ACNUR já registrava 1,7 milhão de refugiados e 37 campos de refugiados.

Encontramos mais alguns periódicos especializados na temática dos refugiados. Em 1987 surge o Journal of Refugee Studies, em Oxford, a partir do Refugee Studies Centre (RSC). Roger Zetter abre o primeiro número desta revista, com uma apresentação sobre o contexto e o significado dos refugiados:

> Alienation, persecution and forced migration are amongst the most profoundlydisturbing human experiences. Documented over many centuries, the traumas of mass exodus confront those who are excluded from societies at times of acute political crises or rapid and fundamental redefinition of their economic, social or ethnic identity. But in the present century it is the word 'refugee' which has increasingly been deployed to describe the millions of uprooted people who have been forced into exile or displaced within their own

[48] Cf. TRUDEAU,P.E & GOTTLIEB, Allan. *Les droits de l'homme, le fédéralisme et les minorités*. Toronto : Canadian Institute of International Affairs, 1970.

> countries because of intolerance, war or other human factors. 'Refugee' constitutes one of the most powerful labels currently in the repertoire of humanitarian concern, national and international public policy and social differentiation (ZETTER, R. 1988, p.2).

Zetter apresenta o refugiado como um depende institucionalizado, produto de um cenário de crises. O autor aponta para a necessidade de definição mais profunda do conceito de refugiado, de maneira interdisciplinar, entre a ciência política, a antropologia e ciências médicas, uma vez que o fenômeno complexo dos refugiados ainda não teria encontrado um padrão de análises e explicação, necessários para entender a situação ambígua dos refugiados que em diversas momentos não se adequam aos programas de assistência e assentamento.

O caso dos refugiados no Reino Unido também passou por desdobramentos críticos importantes. Zoe Williams, jornalista do ***The Guardian,*** escreveu um artigo interessante sobre os imigrantes na situação de *sector 4* na Inglaterra. A seção 4 é uma cláusula de indeferimento da solicitação de refúgio que acolhe o imigrante pela porta dos fundos, em um estado de precarização - ou de humilhação secundária. Os refugiados indeferidos recebem a permissão temporária para viveram no país, recebem um cartão de compras (Azure Card) em forma de *vauche* (que deve ser trocado em lojas específicas), e suas vidas correm contra um prazo estipulado pela *UK Border Agency* para se legalizarem.

Ilustração de Matt Kenyon para o artigo de Zoe Williams

A situação dos ***section 4*** do Reino Unido é semelhante aos "solicitantes de refúgio" no Brasil, que vivem em uma situação permanente de provisoriedade, como *sujeitos socialmente indeferidos,* sempre a espera do próximo indeferimento. Para Williams a situação dos sector 4

é um pesadelo pior que Kafka[49], porque a mulher que ela entrevista, diferentemente de Joseph K. tinha uma filha de dois anos de idade. Joseph K é sentenciado a *morrer como um cão*, os *section 4* vivem assombrados pelas próprias sentenças.

Indeferidos e Indesejados

As preocupações de Zetter, situadas a partir do "influxo de massas de imigrantes para o norte" recoloca a pergunta sobre quem seria o refugiado, para que seja possível diferenciá-lo de outros imigrantes.

Esse reflexão vai ao encontro do que foi proposto recentemente por Paola Posada, da Universidade de Antioquia, para quem o estatuto do refugiado significa a consolidação de um instrumento de controle do sistema global de migrações, a partir das reflexões do cientista político colombiano Roberto Vidal (VIDAL, 2005).

Tal sistema global de migrações deveria ser pensado a partir do conjunto de diferentes formas de migração e os dispositivos criados pelos Estados para o seu controle, assumindo-as ou rechaçando-as.

Neste sentido, Posada pensa o Estatuto do Refugiado como uma barreira de contenção das migrações não desejadas – em todo o mundo o solicitante de refúgio é alvo de uma investigação, entrevistas e análises de perfil para que seu pedido seja deferido. Portanto esse instrumento permitiria definir os imigrantes desejados e separá-los dos indesejados, com um aporte jurídico-político que o legitime.

> Es posible establecer una clasificación de las migraciones según sean las motivaciones que las originan y los intereses de los Estados receptores, así algunas migraciones son consideradas legales, entendiendo por éstas las que hacen parte del proyecto de desarrollo poblacional, político, económico y estratégico de los Estados de recepción. Estas migraciones se conciben como inducidas o permitidas por los Estados, y están altamente reguladas mediante sistemas de selección de calidad de los migrantes; opuestas a este tipo de migraciones, están las que se consideran como ilegales por encontrarse al margen de los sistemas de migración legal, causadas principalmente por desequilibrios entre Estados, respecto a las condiciones económicas, de bienestar social y respeto a los derechos humanos […] Es así como esta clasificación de las migraciones está determinada en buena parte por la voluntad de los Estados, siendo las migraciones legales aquellas deseadas de acuerdo con sus intereses

[49] Cf. Williams, Zoe. For failed asylum seekers, life on section 4 is a nightmare worse than Kafka. The Guardian, Janeiro de 2013. http://www.guardian.co.uk/commentisfree/2013/jan/30/asylum-theresa-may-private-fiefdom

> nacionales y, por el contrario, las ilegales consideradas como no deseadas.(POSADA, 2009, p.134)

Posada acompanha a reflexão de Vidal, mas também de Stephen Castles, para quem o Refúgio é desenhado para excluir e controlar as populações imigrantes do sul. Pensadas em conjunto com as estratégias dos Estados para controlar os imigrantes em sua possível área de origem, a crítica ao Estatuto do Refugiado, demanda um olhar também para os deslocados internos, crescentes na medida em que tais medidas de contenção de refugiados internacionais se acirram:

> Pensar en el Estatuto de los Refugiados en términos de contención de las migraciones forzadas, pasa por interpretar el interés que en los últimos años la comunidad internacional ha mostrado por los migrantes forzados internos, como resultado de los recelos que las poblaciones de acogida expresan al tener contacto con refugiados. Coincide con esta visión, Vidal (2005) al considerar que a través del *sistema global de control de las migraciones*, desde la década de los noventa, las migraciones de refugiados han sido transformadas em flujos de migrantes —desplazados— internos mediante la restricción de las oportunidades para cruzar las fronteras nacionales y la contención de los migrantes en su fuente. Medida que no resulta efectiva para controlar las migraciones no deseadas, pero que por el contrario, sí afecta la protección a los migrantes forzados y su derecho a solicitar asilo, y la protección a los desplazados internos (POSADA, 2009, p.138).

Portanto, as medidas de controle dos refugiados em sua origem não resolvem o problema, só o desdobra com mais restrições e afeta a proteção de populações vulneráveis. Por outro lado é possível acompanhar as transformações históricas que o Estatuto do Refugiado recebe, enquanto se consolida como aparato de controle populacional:

> Del mismo modo, Castles (2003), opina que el régimen de refugiados de los países ricos se ha transformado de manera fundamental a lo largo de los últimos 20 años, pasando de ser un sistema diseñado para recibir a los refugiados de la Guerra Fría provenientes de Oriente y para reasentarlos como exiliados permanentes en sus nuevos hogares, a transformarse en un "régimen de no entrada, diseñado para excluir y controlar a los solicitantes de asilo provenientes del sur" (POSADA, 2009, p. 138).

A politização da perseguição de imigrantes se prendeu às suas próprias contradições: o estabelecimento dos direitos internacionais dos refugiados repôs a **autonomização política da questão migratória** e perdeu a capacidade de enfrentar os fundamentos sociais, econômicos e históricos dos mesmos processos que tentavam combater, assim como não puderam problematizar a falta de autonomia da política em relação à modernização.

Se por um lado tais formulações apontam para uma crescente preocupação com problemas que o direito internacional não estava apto a lidar, por outro lado nos fazem ver a expropriação e mobilização violenta as quais cada vez mais os indivíduos são sujeitados, mesmo com uma humanização do discurso de proteção. Antes, o próprio discurso humanizador tornou-se alavanca possível da reprodução crítica da modernização (Heidemann, 2004, p.31). Isso definitivamente não é um simples progresso social.

Por outro lado, os avanços nos Direitos Humanos, são ao mesmo tempo um retrocesso do próprio plano do Direito, uma vez que restabelecem a forma jurídica do sujeito e reproduzem irrefletidamente não-sujeitos, indivíduos sobrantes para o sistema produtor de mercadorias, ainda que juridicamente incorporados (apátridas, solicitantes de refúgio, deslocados internos, etc.), *sujeitos socialmente indeferidos*.

Nesse sentido as formulações do direito internacional fizeram avançar as garantias de abrigo à indivíduos que se enquadram na condição de Refugiado mas, por outro lado, representam um cenário social e histórico em que o trabalho (e sua mobilidade) encontram-se em colapso e o imigrante em perseguição aberta – e seus aparatos de controle em aperfeiçoamento.

A crise do trabalho se desdobra em dois momentos sobre a temática dos refugiados. É a crise do trabalho que fundamenta a crise de administração social pelo Estado, que passa a perseguir sua própria população e se utiliza de argumentos étnicos para isso (exemplos: Guiné, Sudão, Nigéria, Costa do Marfim).

A restrição é um processo contraditório porque os refugiados são aceitos através do direito internacionalmente reconhecido de asilo à indivíduos que sofrem *perseguições políticas*, mas são também compõe um novo critério de seleção e filtragem de imigrantes em geral. Por outro lado, foi a politização da questão migratória que permite a discussão pública e a explicitação dos seus aparatos de controle e coerção.

No Brasil o estatuto do refugiado foi incorporado através da lei 9.474 , de 1997, e está inserido em um contexto mais amplo de adequação das normativas nacionais ao campo internacional dos direitos humanos pautado pela Organização das Nações Unidas. Em 1951 o país já havia se tornado signatário da convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados, em seguida tornou-se integrante do Comitê Executivo do ACNUR.

A aprovação da chamada Lei 9474 foi executada e amplamente discutida com a participação de organizações da sociedade civil, com destaque para Associação Antonio Vieira (ASAV), a Cáritas Arquidiocesana – seções Manaus, Rio de Janeiro e São Paulo,

diversos Centros de Defesa dos Direitos Humanos (CDDH), e o Instituto Migrações e Direitos Humanos, coordenado pela irmã Rosita Milesi.

2.3 – Instituições

ACNUR

A ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados) na sigla em inglês UNHCR, é um aparato da ONU para registro, controle e equalização jurídica da situação de imigrantes internacionais nos dias de hoje. Criado em 1950, juntamente com a plataforma de direitos dos refugiados, nas palavras de Angelina Jolie, embaixadora da Boa Vontade do ACNUR:

> O ACNUR nasceu como uma agência temporária, com um mandato de curto prazo para refugiados. Foi criado para ajudar milhões de pessoas deslocadas durante a Segunda Guerra Mundial a encontrar um lugar para chamar de casa e recuperar a esperança no futuro. Posteriormente, o ACNUR foi chamado a prosseguir seu trabalho e responder às crises de refugiados em todo o mundo, acompanhando as profundas transformações do nosso tempo. O Brasil recebeu várias dessas pessoas, que têm feito contribuições valiosas para a sociedade, a cultura e a economia do país durante anos (ACNUR, 2010, p.7).

No Brasil, existem escritórios jurídicos em Brasília e centros de triagem em São Paul, no Rio de Janeiro e em Manaus. O Acnur ainda publica material que analisa a situação mundial a partir dos dados que obtém nos escritórios e relatórios demográficos anuais chamados "Tendências Globais".No Brasil é o ACNUR que faz o primeiro registro dos solicitantes de refúgio, formula o pedido e o encaminha ao Conselho Nacional de Refugiados (CONARE), do ministério da Justiça. Cabe ao CONARE a avaliação do pedido, considerando um relatório prévio do caso, a partir de estudos sobre a violação de direitos humanos no país de origem e possíveis incompatibilidades com o estatuto do refúgio.

Em 2012 o ACNUR publicou um *layer* para o Google Earth, uma espécie de banco de dados em forma de mapa, para que seja possível acompanhar pela internet a localização dos refugiados em todo o mundo.

Ainda dentro das instituições das Nações Unidas, cabe um comentário sobre a OCHA (Office for the Coordination of Humanitarian Affairs), ou escritório das Naçoes Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários. Criada em 1991, essa agência coordena a ação de diversas agências da ONU e outras Organizações Não Governamentais, principalmente a Cruz Vermelha. Cabe à OCHA o planejamento e execução de atividades de administração populacional: os chamados assuntos humanitários.

Os atuais escritórios da OCHA ficam no Afeganistão, Burundi, República Centro Africana, Chad, Colômbia, República Democrática do Congo, Guiné, Costa do Marfim, Territórios Palestinos Ocupados, Sri Lanka e Sudão. Existem ainda escritórios regionais no

Panamá, Dakar, Nairobi, Johannesburg, Dubai e Bangkok, além de duas sedes, Nova York e em Genebra.

Uma vez que possa ser pensado um nexo importante entre os Direitos Humanos e o colapso da modernização, faz-se importante um olhar mais cuidadoso para a ação da OCHA, central para o humanitarismo no continente africano, com destaque para sua produção cartográfica[50].

Por outro lado, o oeste da África já conta com uma organização militar regional, responsável por solucionar litígios naquela área, sem depender imediatamente da OTAN:

> "A primeira intervenção patrocinada por um agrupamento regional africano ocorreu em 24 de agosto de 1990, com o envio de tropas do Grupo de Monitoramento da Comunidade dos Estados da África Ocidental (Ecomog) para tentar conter a crise na Libéria. A Ecomog, uma espécie de braço armado da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (Ecowas), foi empregada também em mais duas ocasiões: na tentativa de solucionar conflitos em Serra Leoa (1997) e na Guiné-Bissau (1998). (Penna Filho, 2004)

Missão Paz

A Casa do Migrante tem sua origem na antiga AVIM (Associação de Voluntários pela Integração do Migrante) criada no âmbito do movimento dos Missionários Escalabrinianos em 1974. O contexto político de reestruturação da política de imigração do estado de São Paulo, as discussões do Seminário Católico João XXIII, envolvido de perto com a Teologia de Libertação, e as profundas transformações da realidade geográfica do estado de São Paulo compõem o cenário da criação dessa instituição.

A história do acolhimento institucional de migrantes remete, entretanto a Hospedaria dos Imigrantes (hoje Museu do Imigrante), fundada em 1887 no bairro do Brás. O intenso movimento populacional entre a Europa e a América em meados do século XIX é, inicialmente, organizado pelas Empresas Coloniais, e depois pela Diretoria de Terras, Colonização e Imigração.

A função da Hospedaria foi conhecida pela ampla distribuição de passagens ferroviárias para imigrantes em busca de trabalho nas fazendas de café do interior de São Paulo e Norte do Paraná. Uma das diretrizes da Hospedaria indicava que os imigrantes *não poderiam permanecer na capital*.

No início do século XX o governo do estado de São Paulo começa a financiar a mobilização do trabalho de imigrantes dentro do próprio país. Em 1935, o governador

[50] Conferir os mapas 9 e 10 no anexo.

Armando Salles de Oliveira realiza a primeira política oficial de subsidio a migração para São Paulo. Em 1939 a Diretoria de Terras, Colonização e Imigração é substituída pelo Serviço de Imigração, apontando uma mudança de perspectiva em relação ao migrante que chega em São Paulo.

Com a economia cafeeira em crise e o processo de urbanização – industrialização se movimentando em meados da década de 1950 (êxodo rural), o interior passa a rejeitar os trabalhadores que antes eram facilmente alocados. Concomitantemente, o ingresso de imigrantes na Hospedaria cai sensivelmente e a diretriz que orienta a saída dos imigrantes da capital se dissolve, os imigrantes acabam ficando pela cidade (NETTO, 1995 *apud* CUTTI, 1997).

Se o campo rejeita imigrantes e a Hospedaria permite sua permanência na cidade, também as políticas migratórias se reorganizam. Já que não existem tantas possibilidades de emprego para os imigrantes, eles são submetidos ao *status* de indigentes. Em 1967 a criação da Secretaria de Promoção Social, e de seu departamento de Migrantes, depois departamento de Amparo e Integração Social, revelam esse caráter. Agora os imigrantes podem ser igualados a população precarizada em geral, como menores, homens e mulheres desempregadas, mendigos, velhos e vítimas de calamidades públicas (CUTTI, 1997).

A instituição criada pelo Departamento de Amparo e Integração Social para cuidar desses desajustados é a CETREN (Central de Triagem e Encaminhamento), que pode ter sua prática de ajustamento próxima a uma penitenciária que ensina os corpos e mentes a não desistirem de buscar trabalho, mesmo que estes não estejam efetivamente disponíveis.

Os missionários Escalabrinianos, já envolvidos com a questão migratória desde meados do século XIX, em meio as discussões do Seminário João XXIII, funda a AVIM em 1974, primeiro no bairro do Ipiranga, em São Paulo, como instituição em contraponto a prática da CETREN. Dez anos mais tarde ela se transfere para o bairro do Glicério, onde se localiza até hoje.

Em uma primeira fase, entre 1974 e meados da década de 1980, a associação se volta principalmente para habitantes das periferias e imigrantes nordestinos, às vezes envolvidos com a construção civil na capital, às vezes envolvidos com o trabalho temporário com o corte da cana (as andorinhas de José de Souza Martins - 1986), às vezes sem trabalho. Em um momento seguinte podemos acompanhar o aumento de imigrantes latino-americanos, principalmente bolivianos, entre outros latino-americanos, que costuraram suas redes sociais pela cidade de São Paulo através da incorporação precária na produção têxtil paulistana.

Desde 2002 a feira da Kantuta, no bairro do Pari, é um lugar de encontro da cultura de bolivianos na cidade de São Paulo.

Em 2003 a AVIM deixa de ser uma associação jurídica e é transformada na **Casa do Migrante**, assumida integralmente pelos Missionários Scalabrinianos, com a colaboração de leigos voluntários.

Entre 2006 e 2012 a Casa do Migrante passa por uma reestruturação devido à uma guinada ideológica promovida pela recém-criada Pastoral da Mobilidade Humana. Esta, mais ligada aos paradigmas da ONU e das políticas dos direitos humanos, reorienta a prática pastoral da Casa, até então orientada pela Pastoral do Migrante, mais ligada às questões sócio-econômicas. Aos poucos a casa redefine o sentido do acolhimento e se transforma em Missão Paz – orientada para a recepção de solicitantes de refúgio.

O paradigma da mobilidade humana aponta para um vínculo claro com as concepções apologéticas do trabalho, uma vez que este é entendido como capacidade trans histórica de transformação da natureza pelo homem. Essa concepção afasta do horizonte a possibilidade de uma concepção mais crítica à sociabilidade capitalista (a própria relação de trabalho perde sua historicidade e a tensão específica de cada contexto) para dar lugar a reflexões bastante superficiais sobre os momentos de exceção da sociabilidade moderna, dificilmente entendidos – e criticados - fora do nexo social da mercadoria, do trabalho e do Estado, por isso mesmo, apologéticas das formas naturalizadas em defesa da política internacional de direitos humanos[51].

–

Pensadas em conjunto, essas instituições (entre outras) desenham um ***mapa de aparatos de cuidado - controle***, que demandam uma pesquisa mais cuidadosa, afim de pensar o sentido de suas práticas em relação ao processo de modernização.

[51] Uma pesquisa sobre os desdobramentos ideológicos dentro do discurso da Pastoral do Migrante e o contexto do surgimento da Pastoral da Mobilidade Humana é uma pergunta de pesquisa importante.

2.4 – Relatos indiretos

Com a faca no pescoço

Ibrahim desconfiava que algumas galinhas estariam ganhando poderes mágicos dentro do galpão de abate da Sadia. Ele tinha visto isso em Conakri, na África, galinhas que tiveram o pescoço destroncado e passaram a noite no terreiro, depois voltavam a vida. Mas não voltavam vivas por inteira, traziam dentro de si uma morte já consumada. Era como se o que as mantivesse erguidas já estivesse morto.

Por enquanto, ele trocou as galinhas enfeitiçadas da Guiné pelas galinhas fictícias do Paraná. E, apesar de todas as tentativas da Sadia de controlar as galinhas, elas pareciam irresolúveis e continuavam girando pelo galpão, mortas-vivas, trabalho morto comandando o próprio sacrifício.

Agora era tarde demais, ele já tinha aceito entrar em choque com aquelas galinhas diariamente. Aprendeu a cumprir os ponteiros do relógio com o próprio corpo, que alias havia ganhado uma nova qualidade, uma fragrância que fundia o cheiro de cloro com o de sangue, e que ele foi convencido a aspirar e identificar como parte de si. Essa não era a única, nem a mais importante, nova qualidade com que ele havia sido presenteado com sua chegada ao Brasil. O que Ibrahim mais estranhava é que ele próprio havia se tornado um "halal", uma qualidade que antes ele só tinha visto nos rótulos das carnes enlatadas e frangos congelados que algumas famílias mais religiosas e ligadas ao comércio de Conakri faziam circular pela cidade. O halal, para a gente comum, nunca pareceu bom negócio. Para Ibrahim e sua família a religião não era o centro dos problemas da Guiné, mas ao chegar ao Brasil sua condição de muçulmano, antes bastante relativa, tornou-se cartão de visita e principal atributo do seu *currículo veta:* Ibrahim Barry, 25 anos, Halal.

Ibrahim abaixa o fogo da panela de frango refogado. Guarda os livros do supletivo sobre a mesa para prepará-la para o almoço. Hamadul chega com a garrafa de refrigerante e o olhar desconfiado.

-Você almoça com agente? Tem que almoçar.

Comecei a entender a fixação de Ibrahim pelas galinhas mágicas. A cada hora que passava dentro do galpão de abate ele apertava oito mil pescoços. A morte de uma galinha, antes um acontecimento banal, havia tomado conta quase que completa da sua vida. Enquanto não estava com a faca na mão, estava com o frango na boca, no almoço ou na sala de aula. Aprendeu todas as palavras em português para esse bicho que é engraçado em qualquer

língua. Começou a desvendar esse novo universo pela cozinha: galinhadas, frango à passarinho, ao molho pardo. Depois passou às expressões: adorava dizer que "ia deitar com as galinhas" mesmo indo dormir às 5 da manhã, o que não tirava por completo o sentido da frase, mas pelo menos a invertia. Mas tinha uma que gostava mais, que achava perigosa e traiçoeira, como um trio de palavras ariscas que ele havia aprisionado na cabeça, que para conseguir sair da sua boca fazia seu tronco inteiro tremelicar. – Estou com a faca no pescoço, dizia.

O movimento de seus braços já era tão automático que ele não acreditava mais ser o controlador dos próprios nervos, músculos e cérebro. As galinhas eram um fato contra o qual ele não acreditava poder lutar.

A rua onde moravam, no Cargo, é um antigo bairro militar, onde vivia um agrupamento do exército do oeste paranaense. O som de algumas crianças enche o ar pacificado da rua até umas oito horas da noite, depois do que só há TVs piscando pelo quarteirão. Às quatro e meia um galo canta engasgado, porque avistou Ibrahim no final da rua. Ibrahim sente raiva do galo. Não aquela raiva molhada que sentimos por algum ato que nos enoja, mas aquela raiva fria e seca que sentimos por um relógio. Sabemos que destruí-lo não vai fazer parar as horas, mas continuamos encarando sua resistência para permanecer engrenado. Ibrahim entra em casa e coloca uma sacola em cima da mesa. O barulho do plástico, inconfundível embalagem das novidades, atrai o olhar dos outros moradores, ainda sonolentos. - Comprei chocolate pra gente. E depois de uma longa pausa continua: Mas não queriam me vender sapato. Hamadul assente com a cabeça em silêncio e começa a preparar um café para acompanhar o chocolate.

Ele precisou perguntar para uns cinco vendedores até que um deles entendesse que ele queira comprar os sapatos. Os outros deveriam ter pensado que ele só queria saber o preço. "É trinta e oito reais senhor". Isso não importava agora, ele conseguira os sapatos. Durante o café eles conversam distraídos em um francês misturado com fulani. Quando os outros meninos já se preparavam para sair da casa ao trabalho, Ibrahim se detém na porta:

- Hoje o Peterson ofereceu emprego em Uberaba. Na Sadia de lá. – ele havia adotado o português para assuntos de trabalho. Ibrahim recebe o silêncio como resposta de novo, dessa vez mais brusco, interrompendo copos, facas e risos.

Reencontrei Ibrahim em Uberaba um ano depois, falamos bastante sobre São Paulo. A cidade parece abrir uma porta para memórias mais antigas. Em São Paulo o trauma da sua trajetória se consolidou, São Paulo é a sua porta para a África, foi lá também que teve que engolir sua língua e começar a ouvir em outro tom, outras vozes, por lá passaram todos os

seus amigos e, finalmente, foi onde seu navio ancorou. Voltar pra São Paulo é como voltar ao passado. A casa do migrante, onde ficou por um mês recebendo comida, uma cama e apoio, a Praça da Sé, por onde caminhava descontraído para chegar ao parque da Luz. São Paulo abriu também sua janela para novos sonhos. Foi aqui onde ele primeiro vislumbrou a possibilidade de seguir em frente, ao que pese seu terrível passado. Mas São Paulo também lhe reservou uma incrível surpresa, que ele jamais imaginou ou pressentiu: que iria cair nas garras desses malditos frangos.

- Ainda bem que fui pra Uberaba. Agora as coisas estão melhor, tenho esposa, gosto muito dela.

Maria, agora sua companheira, ajuda a enfrentar o fantasma das galinhas. Depois de casados e com um curso do SENAI ele não vai mais precisar esperar os documentos de refugiado nem ficar trabalhando pra Sadia. Espera que com o trabalho na fábrica vai conseguir montar sua vida com mais serenidade, mas não deixa de pensar quando poderemos viver sem precisar ter esperança.

Na pista do Frango

Francisco Beltrão, Paraná, 16 de maio de 2011 - 18:30.

O campus da UNIOESTE estava às moscas. E a aula começou. 15 minutos de blá-blá-blá sobre Geografia do Brasil e eu já estava na rua procurando um moto-táxi pra me levar pro Bairro Sadia, distante uns dez quilômetros, por cinco reais. Fazia bastante frio. Circulei pelo bairro por algum tempo, fui desinformado meia dúzia de vezes sobre a localização dos meninos africanos que moram por lá e cheguei a lugar nenhum, na beira da BR de novo. Continuei caminhando seguindo a pista de um borracheiro. Em cima de uma ponte de ferro amarelado, coberta com vigas de madeira espaçadas entre si, podia-se ver um rio que cheirava ração animal. Na margem oposta do rio fica a Sadia, fumarenta, fedida e luminosa.

Acompanhei as grades da Sadia tentando ver alguma coisa lá dentro. Quando finalmente enxerguei algo, meu nariz já estava dentro do guichê de vidro da portaria e um segurança me interpelava:

- Pois Não?

- Eerr... Hum... Ah....

- Oi?

- Mohamed! - A única palavra que escapou.

- Você é o Mohamed?

Antes que eu pudesse responder toca o telefone. Alguns segundos para pensar e o segundo segurança já estava a postos.

- Eu quero falar com o Mohamed, ele trabalha na seção Halal.

- Você quer trabalhar aqui? - perguntou o segundo, tentando entender o que uma pessoa fazia às nove horas da noite na frente de um portão de fábrica.

- Quero, sou de São Paulo - a resposta saiu automaticamente e estava armada a confusão.

O segundo segurança disse que eu deveria falar com o Perez e eu assim informei ao terceiro quando este me perguntou o que eu desejava.

- Não garoto, você tem que falar com o Péricles, não Perez.

- Ok, então liga no Péricles, por favor.

Mas algum tipo de dinâmica de revezamento ou ritual satânico que eu não podia compreender fez com que o terceiro deixasse o posto, que logo era retomado pelo primeiro uniforme:

- Por favor, ligue no Péricles, seção halal.

E quando finalmente os números do escritório halal eram digitados no aparelho telefônico, o segurança do lado de fora começa a gritar, pedindo que desligasse o telefone. Olhei com o sorriso derretido. O motivo da interrupção? Um dos jovens que trabalhavam na seção halal acabara de chegar para a troca de turno. O terceiro segurança logo adiantou a conversa:

- Ele veio de São Paulo para trabalhar aqui com vocês - mas o rapaz não engoliu a estória. Olhou meus sapatos e minha cara duas ou três vezes antes de perguntar:

- Por que você veio de São Paulo pra cá sem passar no escritório, que normalmente faz a ligação entre a Sadia e os empregados? Qual é o seu nome?

- Allan - só consegui responder a segunda pergunta.

- Eu tenho um amigo que conhece um Allan.

- Ibrahim?

- Sim, ele.

- E você quer mesmo trabalhar aqui? - O terceiro segurança até inclinou o tronco para ouvir a minha resposta.

- Sabe, quer dar uma volta? Pra conversar? - disse, tentando escapar do segurança.

- Eu? Dar uma volta com você?

- É, pra conversar.

- Mas a essa hora? – O peguei pelo ombro e o empurrei para longe do segurança que a cada segundo ficava mais entretido com o caso. Longe do segurança conseguimos conversar melhor. Na verdade eu já o conhecia, mas não lembrava. Seu nome é Baldé, estava na Casa do Migrante junto com Ibrahim quando o conheci. Trocamos contatos e marcamos uma conversa para o dia seguinte. A visita à Sadia já tinha valido a pena, eu poderia simplesmente ir embora, minha intenção ali era conversar com os imigrantes e eu já tinha conseguido reencontrar um colega. Mas não consegui ir embora. Fiquei a sós novamente com seguranças e logo o segundo veio me perguntar sobre meu passado muçulmano, como cheguei ao Brasil e sobre o desemprego na Arábia Saudita, meu "país de origem", enquanto esperávamos o encarregado Sinovaldo que só sairia as onze horas e vinte minutos para me falar sobre o emprego. Confiei na sua falta de conhecimento para anular a minha ignorância e soltei um blá-blá-blá absurdo sobre o Oriente Médio. Escapei com a desculpa de ir buscar um café e cigarros para dar um jeito no frio que só aumentava.

Estava na pista do frango. Do outro lado da BR pude ver melhor o complexo da Sadia. O prédio central era uma construção mais antiga, de tijolos, com uns três andares, no centro uma estrutura de ferro alta composta por correias e ganchos. Ao redor desse prédio, diversos galpões barulhavam um motor fumarento que encobria todo o terreno e se misturava com a neblina da estrada.

Na porta da Sadia, mesmo a noite, era intenso o trânsito de caminhões carregados com perus, galinhas, insumos, equipamentos, etc. O ar ficava insuportável na medida em que o cheiro de ração se combinava com o das galinhas em série. O resultado era algum tipo de gás alucinógeno que com certeza influenciava no raciocínio daqueles três seguranças que não paravam de se revezar a cada minuto. Fiquei tão confuso que contei histórias diferentes para cada um dos três e, acredito, histórias diferentes para o mesmo segurança. Mas eles não se importaram. Esperei até a troca de turnos, conversei com mais alguns rapazes, um do Iraque e outro de Gana. Por volta das onze e meia finalmente encontrei o Sinovaldo fugindo pela porta dos fundos com sua moto:

- Você tem que falar com o Peterson. Ele é o supervisor geral.

Anotei seu telefone e consegui escapar.

Dentro da Fábrica

No final das contas não fui contratado pelo Grupo de Abate Halal, mas a desculpa foi boa pra conseguir observar a linha de produção de frangos. Somente uma pequena parte dos funcionários da unidade da Sadia de Francisco Beltrão são islâmicos: cerca de 100 de um quadro de 2.500 pessoas. Entretanto mais de 90% da produção realizada ali é halal.

Os abatedores trabalham em uma seção chamada *sangria*. O galpão da sangria é estreito e barulhento, confinado como uma penitenciária, mas branco como um hospital. É inacreditável o ritmo e a velocidade do abate, sempre atrasado em relação a esteira de aspecto fordista. Cada uma das três linhas de sangria conta com três funcionários cortando pescoços a todo vapor: por hora cada uma dessas linhas de sangria abate de 8.400 aves. Além desses nove funcionários, um supervisor anda pra lá e pra cá entre as linhas. Dessa maneira a cada mês 18 milhões de galinhas vão pro beleléu, ou pra Istambul, direto de Dois Vizinhos.

O resto dos outros 2.400 funcionários faz todo o tipo de atividade: administração, cozinha, transporte, preparação das linhas, manutenção, limpeza, embalagem, etc. Do ponto de vista da cadeia produtiva a diferença entre o frango halal e o frango comum está somente na sangria.

Os abatedores são contratados oficialmente pela empresa Grupo de Abate Halal, com sede em São Bernardo do Campo, caracterizando uma terceirização dentro do próprio chão da fabrica.

O Sindicato de Trabalhadores da Indústria de Alimentos de (SINTRIAL) Dois Vizinhos (PR) informa que a legislação trabalhista brasileira não permite a terceirização da "atividades fins". No começo de 2011 o Ministério Público abriu um processo contra a Sadia de Dois Vizinhos, mas sequer a linha parou de funcionar e já estava pronto um documento que permitia que as cabeças continuassem rolando. E parece que vai seguir assim por um bom tempo. A Sadia de Francisco Beltrão foi processada pelo mesmo problema e o processo arquivado. É possível que todas as linhas de produção de frango *halal* no Brasil encontrem-se submetidas a esse problema porque o Grupo de Abate Halal monopoliza o fornecimento de força-de-trabalho especializada para o sangria.

Ibrahim, El Hadj, Amadul, Hamadul

Alguns trabalhadores da Sadia residem no bairro Cango, relativamente próximo ao centro, com casas de madeira mais antigas que são colocadas para alugar. A casa onde Hamadul, de Guiné Bissau mora com um novo colega custa 300 reais por mês. Tem uma cozinha, saleta, dois quartos e um banheiro, tudo com no máximo 30 metros quadrados.

Hamadul alugou essa casa há dois meses, quando o ultimo dos três amigos que havia conhecido na Casa do Migrante deixou Francisco Beltrão. Em uma semana de setembro 2009 os quatro chegaram a casa sem se conhecer: Baldé (Guiné-Bissau), El Hadj (Guiné-Conakri), Amadul (Guiné-Conakri) e Ibrahim (Guiné-Conakri).

Hamadul lembra que quando chegaram a São Paulo faziam tudo juntos: procuravam empregos, arrumavam a documentação, conversavam e apoiavam um ao outro. Antes de completarem um mês em São Paulo mudaram-se todos juntos para Beltrão, em uma casa maior do outro lado da rua. Sem os amigos, Baldé teve que mudar para a casinha em frente.

2.5 - Mobilidade de trabalhadores *halal* no Brasil

O Grupo de Abate Halal

O Grupo de Abate Halal (GAH), atua como um intermediador entre os imigrantes afro-islâmicos[52] e os frigoríficos. Os imigrantes, no início, chegavam até o GAH através de contatos que realizam na Mesquita do Brás, muito próxima a Casa do Migrante. Hoje a empreiteira tem contato direto com a Missão Paz.

Portanto, o GAH é uma empreiteira que realiza a contratação dos abatedores e os distribui pelo Brasil nos frigoríficos da Sadia. Em Dois Vizinhos, no Paraná, onde realizamos um trabalho de campo em abril de 2011, encontramos um escritório do GAH, que tem sede em São Bernardo do Campo. Esse escritório é responsável pela articulação com a sede do grupo em SBC, pela rescisão dos contratos e pelo trato de problemas judiciais. O registro trabalhista é realizado em nome da GAH e em regimes de *contrato de trabalho por tempo indeterminado.* Os objetivos do GAH são apresentados como: *beneficiar produtos Halal, **garantindo e suprindo mão de obra especializada** para o processo de produção deste tipo de alimento.*

De acordo com relatos dos trabalhadores, a relação de trabalho é completamente mediada pela própria Sadia (pagamentos, vales-transportes, fornecimento de equipamento de segurança e controle do tempo de trabalho). Dentro da unidade da Sadia de Dois Vizinhos também existe um escritório do GAH que serve para o registro das atividades de abate e principalmente a fiscalização do ritual halal para a sede do Centro de Divulgação do Islã para a América Latina (CDIAL), que garante o selo de qualidade halal.

Essa situação dúbia (o trabalho ser executado para uma instituição diferente do contratante) já caracteriza uma precarização das relações de trabalho específica dos produtos halal, no caso da Sadia. Desde 2009, o Ministério Público e o SINTRIAL estão em uma disputa jurídica com a BR Foods, através da denúncia da terceirização de atividades fins – a legislação trabalhista brasileira proíbe terceirização de uma atividade fundamental da cadeia produtiva[53].

---

[52] Os africanos representam a grande maioria desses indivíduos, entretanto participam desse circuito também imigrantes do Nepal, Iraque e Cazaquistão.

[53] CLT: Artigo 581, parágrafo segundo.

Crise do trabalho

As relações de trabalho no interior dos frigoríficos brasileiros são alvo de duras críticas por parte da sociedade civil e de representações do próprio Estado, como o Ministério Público e os Tribunais Regionais do Trabalho (Três). Um momento importante dessas críticas foi concretizado no filme-documentário ***Carne e Osso*** (2001), produzido pelo Repórter Brasil. Este curta-metragem contém uma sequência de imagens capturadas em diferentes frigoríficos brasileiros, apresentadas "sem nenhum tipo de manipulação de velocidade ou aceleração", para espanto do espectador. Mescladas às imagens, ecoam vozes de trabalhadores sem face. Se uma vez Walter Benjamin anotou que a *característica básica do impressionismo residiria na dissolução do fato no gesto*, esse filme dialoga com aquela vanguarda. Com a diferença fundamental de que na vanguarda tratar-se ia antes de uma opção formal, já que, na esteira incessante dos frigoríficos, a totalidade do tempo social destes trabalhadores é engolfada, de maneira que a vida social é realmente dissolvida em gestos.

Foto: Divulgação, Carne e Osso, 2001.

O ritmo inacreditável da esteira ultrapassa todos os limites, anatômicos, sociais, jurídicos e morais, do dispêndio de músculos, nervos e cérebro. No caso dos desossadores de coxas e sobrecoxas de frango, são 18 gestos a serem executados em 15 segundos.

A medicina do trabalho desenvolveu sua própria metodologia para lidar criticamente, ainda que de forma reprodutória – ou seja, sem a crítica radical do trabalho no horizonte – com o acirramento da mais-valia absoluta no asselvajamento das relações de trabalho da

reprodução capitalista contemporânea. O número de gestos efetuados não pode ultrapassar a soma de 35 por minuto. Nos frigoríficos esses gestos ultrapassam em três vezes o limite estipulado pela medicina do trabalho. Já os abatedores, efetuam as sangrias com dois gestos por frango, chegando às vezes, ao abate de 75 frangos por minuto, totalizando 225 gestos por minuto, totalizando um esforço seis vezes mais repetitivo que o aconselhado pela medicina do trabalho.

Os turnos de trabalho são compostos por três seções de 2 horas, separados por intervalos de 15 minutos, de maneira que em um dia de trabalho, cada grupo de três ou quatro abatedores chega a fazer a sangria de 24 mil aves. Em geral o tempo de trabalho começa a ser contabilizado depois que o trabalhador já está uniformizado, higienizado e com os instrumentos de trabalho preparados – o que caracteriza um mascaramento do tempo de trabalho. Tempo para banheiro somente nos intervalos.

Ainda de acordo com o curta-metragem, através de um relato de uma trabalhadora de frigoríficos, quando os contratos de exportação são fechados, as metas diárias sobem à um patamar inatingível e a pressão dos "fiscais japoneses" traz medo e nervosismo.

A repercussão do filme foi grande, motivou processos do ministério público e a publicação de uma *reportagem digital,* coordenada pelo jornalista Leonardo Sakamoto no site ***Moendo Gente***.

O filme, de caráter mais pontual, dá lugar à um site que aglutina as denúncias às condições degradantes de trabalho nos frigoríficos do país. Filtrados de acordo com a empresa (JBS, Marfrig ou BRFoods), estão registrados diversos problemas relacionados à superexploração do trabalho, o descumprimento de direitos básicos do trabalho e o descumprimento de normas de segurança, que levaram a morte de trabalhadores esmagados, atropelados e prensados. O cenário é crítico, as carnes dos corpos dos trabalhadores se confundem com as carnes dos animais abatidos. Os problemas envolvem frigoríficos em diversas regiões do pais, nos estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso.

Foto: Moendo Gente, Layout do Site. (www.moendogente.com.br)

Em nosso trabalho de campo aos municípios de Francisco Beltrão e Dois Vizinhos, também tivemos a oportunidade de conversar com funcionários do SINTRIAL. O principal problema relatado por eles se refere as condições de saúde – ou da falta delas. O ritmo alucinado de trabalho tem levado ao afastamento de 20% dos trabalhadores da Unidade Dois vizinhos todo mês. Os problemas mais leves – ainda que muitos deles crônicos – são contidos com o afastamento mensal. Os problemas mais graves – como lesões nos braços ou coluna - levam a demissão. De qualquer maneira, não existem fisioterapeutas nos dois municípios, de maneira que os tratamentos raramente são realizados, e para desespero dos músculos, o ritmo parece só aumentar.

Diversos trabalhadores relatam que quando chegam ao trabalho, ainda exaustos do dia anterior, se veem impossibilitados de executar mais um dia no mesmo ritmo, atrasam as metas, sofrem pressões verbais dos fiscais, ficam nervosos e não conseguem dormir a noite. Então, no dia seguinte o cansaço, físico e mental, é indizível.

Algumas representações jurídicas já foram inclusive julgadas, como no caso do acordo coletivo de 2009, após um período em que a fábrica foi fechada pelo Ministério Público. O acordo sindicalizou a maior parte dos abatedores, prometeu cumprir horas extras e respeitar a base salarial dos funcionários comuns da Sadia.

Entre 2009 e 2011 outras reivindicação individuais foram julgadas, algumas favoráveis aos trabalhadores, como no caso do refugiado Lufukenda Nzungo, que processou a Sadia e o GAH por demissão discriminatória por motivo racial, trabalho análogo ao escravo, horas extras não remuneradas e obrigatoriedade de cumprimento de um terceiro turno. As causas foram todas favoráveis à Nzungo, a não ser pela questão do trabalho análogo à escravo, negado pelo júri. Nzungo é um exemplo entre vários[54].

Em novembro de 2011, de acordo com notícia veiculada pelo ***Moendo Gente*** um novo processo contra a Sadia Dois vizinhos é julgado. O TRT-PR condenou a BRFoods a pagar uma indenização coletiva de cinco milhões de reais aos trabalhadores muçulmanos, por terem sido submetidos a jornadas de 15 horas diárias de trabalho em regime de terceirização indevida. Os

> Os referidos trabalhadores laboram sem o devido registro, cumprem jornada exaustiva, trabalham aos domingos, feriados e durante a noite sem o respectivo adicional, não realizam exames médicos por ocasião de sua admissão, laboram sem a concessão dos intervalos legais, não são remunerados de acordo com a lei. (Declaração do Ministério Público do Trabalho, Moendo Gente, 2012).

De acordo com funcionários e albergados da casa do Migrante, em São Paulo, as empresas de frangos contratam muçulmanos estrangeiros porque, na maior parte dos casos, são solteiros e disciplinados para o trabalho. Vindos de um cenário em desmanche, quando chegam ao Brasil, veem nas oportunidades de trabalho uma possibilidade de superação dos traumas de guerras e perseguições. Quando se dão conta do regime de trabalho à que são submetidos, fazem de tudo para encontrar outras estratégias para suas mobilidade como trabalhadores.

Ibrahim, após sofrer perseguições de cunho racial no interior do Paraná, se mudou para o triangulo mineiro, onde se casou e obteve documentação de residência permanente no país. Fez cursos técnicos no SENAI e abandonou os trabalhos nos frigoríficos.

[54] Mais informações podem ser adquiridas diretamente no website do 9º Tribunal Regional do Trabalho, a partir de uma busca pelo Grupo de Abate Halal.

Diversos outros abatedores muçulmanos não conseguiram a documentação de residência permanente, outros nem refugiados são ainda – permanecem na sombra do *solicitante de refúgio* - e presos aos trabalhos degradantes da BRFoods.

As rescisões dos contratos e a posterior renovação são influenciadas pelos prazos concedidos pelo Conselho Nacional de Refugiados (CONARE) aos migrantes. Quando encerra um prazo o contrato pode ser revisto.

Sistemas de gestão territorial do trabalho: Projeto Terra Nova

O deslocamento dos abatedores halal pelas empresas ao redor do Brasil é constante. Seus contratos são feitos com tempo indeterminado, mas são constantemente interrompidos, tanto pela Sadia quanto pelos trabalhadores De acordo com uma vendedora da BR Foods-Paraná a empresa está em fase de implementação de um novo sistema integrado de gestão territorial, que integrará informações sobre os trabalhadores, a produção e a circulação de mercadorias, chamado Projeto Terra Nova.

Quem dita as regras da mobilidade do trabalhador-halal é este um abstrato sistema de gestão territorial e controle de produtividade – motivado pela agenda de exportações da BRFoods - e esta é motivada pelas estratégias especulativas dos operadores do mercado financeiro.

O GAH, por sua vez, se submete às decisões da Sadia e assina contratos de prestação de serviços que incluem o emprego no abate e que são revistos a todo o momento em função do movimento do mercado de frangos, que acarreta transferências de trabalhadores entre as plantas das fábricas pelo Brasil.

O deslocamento dos abatedores está sujeito a esse programa de racionalização da produção. Os relatos que ouvi também dizem que a empresa força alguns funcionários a mudarem de cidade e até de estado. Isso aconteceu inclusive com alguns colegas de Hamadul. Aqui também vale o jogo duplo da liberdade, na qual os migrantes projetam suas estratégias fetichistas de mobilidade: El-Hadj aceitou ir à Amparo, por ser mais perto de São Paulo, onde tem que ir de vez em quando para lidar com seu processo de documentação. Amadul aceitou ir para Passo Fundo, em busca de um salário maior.

Sindicato dos Sangradores Muçulmanos, filial Brasil

Em meio as denúncias e processos contra a Sadia e o Grupo de Abate Halal em todo o Brasil, em abril de 2010 alguns abatedores deram início à uma campanha virtual com o lema "***Exploração do sangrador muçulmano não é halal"***. A campanha é divulgada num web site que se apresenta como Sindicato dos Sangradores Muçulmanos Halal no Brasil:

Fonte: http://sindicato-dos-sangradores-islamicos.blogspot.com.br/

Em sua página na internet, o grupo critica as condições dos trabalhadores halal no Brasil e apresenta a intenção de criar uma associação que proteja os direitos destes imigrantes:

> A condição do trabalhador (sangrador) muçulmano no Brasil e opressiva e humilhante.muitos dos que acabam de chegar no Brasil sao tratados como descaso e conduzidos a trabalhos fora dos padroes da leis trabalhistas brasileira, nós do sindicato dos sangradores islamicos estaremos providenciando assitencia a todos, e entrando na justica federal do trabalho com petiçao para abertura de uma investigação e analise desses trabalhadores [55].

A ação segue o exemplo das iniciativas do *New Zealand Halal Slaughtermen Union*[56], escritório de defesa dos direitos de abatedores, estabelecido em setembro de 2004 com sede em Christchurch. Tanto no caso neozelandês quando no incipiente caso brasileiro, as associações buscam cumprir os direitos trabalhistas por meio de ações jurídicas, ainda que

[55] http://sindicato-dos-sangradores-islamicos.blogspot.com.br/2011/02/professionals-muslims-halal.html. Acessado em 5 de fevereiro de 2012.

[56] http://www.halalunion.co.nz/ Acessado em 5 de fevereiro de 2012.

através de argumentações de ordem religiosa – ao apontar a incompatibilidade dos maus tratos e os rituais que tornam os alimentos permitidos para consumo muçulmano.

2.6 – O problema da Identidade

O fenômeno dos refugiados tem sido reduzido à sua dimensão étnico-cultural, por vezes fundamentada em teorias pós-modernas da **identidade,** quando pela abordagens a superficiais dos *mass media,* ambas as coisas. Por exemplo a perseguição da etnia Fulani em Guiné quando justificada como um embate pela afirmação de identidades étnicas diferentes obrigadas e compartilhar o mesmo território nacional. Mesmo quando os refugiados são problematizados a partir de crises políticas, não se busca a origem de tais crises no plano geral da modernização.

A reflexão limitada sobre a reivindicação de identidades (nacionais, regionais, étnicas, linguísticas ou religiosas) não enfrenta com seriedade a mediação social que as submete. Já a discussão cultural corre o risco de permanecer isolada numa reflexão subjetivista que não coloca em questão a objetividade da dominação social e o papel central da forma do sujeito.

Apesar da insuficiência da análise culturalista, o desmonte da sociedade da mercadoria atinge primeiro aqueles sujeitos que personificaram o lado cindido do valor (Scholz, 2004) na modernização (mulheres, não-brancos e não-ocidentais). A cultura como centralidade de análise da questão dos refugiados aponta para a crise da cultura moderna em geral, apoiada ela mesma em uma socialização machista, ocidental e racista.

Por sua vez, Kafka também pode nos dar uma pista para enfrentar as limitações culturais e políticas postas pela questão dos refugiados contemporâneos.

Kafka: sobre identidade, liberdade e cultura

Franz Kafka, um funcionário da Companhia de Seguros de Acidente de Trabalho de Praga, viveu entre 1883 e 1924. Quando Kafka nasceu, Praga era a Capital do Reino da Boêmia, então dominado pelo Império Austro-Húngaro. Kafka era um individuo de difícil **identificação**: não porque sua biografia seja controversa, mas porque viveu em um contexto de constante atrito entre ***identidades***: judeus, tchecos, prussianos, austríacos, bavieros. E Kafka insistia no caráter ilusório de tais identidades culturais: era judeu, habitante de praga,

cidade que conhecia profundamente, e falava alemão, a língua do Império. Mas não se identificava profundamente com nada disso.

Qualquer definição cultural da nação Tcheca soaria ambígua nesse contexto. A cidade de Praga era habitada por alemães, judeus e tchecos, com línguas e culturas diferentes, sobrepostas à uma hierarquia social específica. A elite alemã encarregava-se de cargos administrativos mais altos, típicos nas colônias. Classes intermediárias de judeus habitavam as bordas do centro da cidade, e o resto da população, proletária, composto por tchecos, habitava os bairros mais pobres.

Kafka presenciou e observou o surgimento de um movimento nacionalista com vistas a tornar a Checoslováquia um país livre, que eclode em 1918, ao final da 1ª Guerra Mundial e dá origem à primeira República da Checoslováquia.

Certa vez[57], enquanto caminhava pelo centro de Praga, por volta de 1920, na companhia de um amigo, deparou-se com uma passeata nacionalista aos cantos e bandeiras. Kafka escorrega pelas ruelas do centro antigo da cidade, aflito. Janouch não se incomoda tanto, para ele o pior já passou e dezenas de outras passeatas acabaram bem; o país já está formado. Mas para Kafka tudo cheira a violência: começam com bandeiras e cantos e terminam na pilhagem e no sangue. Janouch acha que só há sangue nas salsicharias, na passeata tudo vai acabar bem. Kafka se irrita com a ingenuidade de Janouch e fala:

- Você está surdo? Não ouve o que essas pessoas cantam? São os cantos mais nacionalistas, do tempo da antiga Áustria.

- Mas então o que significam essas bandeiras vermelhas? – diz Janouch

-Ah, não passam de embalagens novas para paixões antigas - disse Kafka - Vivemos em uma época de mal. Isso se manifesta primeiro pelo fato de que nada mais leva seu nome exato, Emprega-se a palavra "internacionalismo" e entende-se com isso a humanidade inteira como valor moral, enquanto internacionalismo designa apenas uma prática essencialmente geográfica. Deslocam-se os conceitos em todas as direções, como cascas vazias de nozes. Assim, por exemplo, fala-se de pátria, hoje ***num momento em que as raízes do homem estão há muito arrancadas do solo***. Dito de outra maneira:

> Pois somos como troncos de árvores na neve. Aparentemente eles jazem soltos na superfície e um pequeno impulso deveria ser suficiente para fazê-los rolar. Não, isso não é possível, porque estão firmemente atados ao chão. Mas veja, até isso é apenas aparência (Kafka, As Árvores, 2002)

[57] Gustav Janouch. Conversas com Kafka. São Paulo, Novo Século, 2008.

Kafka percebia que a liberdade é uma condição social e histórica negativa e que todas as formas de positivação dessa condição soariam ilusórias. Portanto, por mais que os ideólogos da Nação, desde Ratzel, insistam na ligação simbiótica entre Homem e Solo (e outras variações geográficas do nacionalismo), ou que os ideólogos da cultura insistam que um território alternativos ou autônomo baseado na identidade (linguística ou política) é mais livre, ambos ignoram a forma social básica do mundo moderno que faz com que essas ideologias não passem de ilusões de liberdade: Se "nós não estamos presos à terra; isso é apenas uma ilusão".

O fundamento social dessa ausência de raízes que vivenciamos é a generalização da mobilidade do trabalho (Gaudemar, 1976). Esse fundamento submete a existência de todas as tonalidades ideológicas (da nação e da cultura) enquanto **identidades negativas**.

Kafka nos mostra a importância da avaliação crítica das transformações que vivenciamos. Em seu contexto foi capaz de lidar criticamente com a ideologia nacional em plena gestação. Hoje Estado e Nação entram em crise e se fragmentam em identidades étnico-culturais.[58] Os ideólogos pós-modernos cantam por todos os lados que isso é um grande avanço em direção à um Universalismo em que cada identidade é aceita em sua Singularidade. Como bem Kafka poderia imaginar, apesar de se referir a um conteúdo moral de aceitação humana, o singularismo das identidades de hoje designa a negação da singularidade através da universalização da forma social da mercadoria: muitas etnias já estão sendo perseguidas em sua singularidade, como mostramos no capítulo anterior[59].

Esse movimento de negação da singularidade pela universalidade abstrata da forma-mercadoria também foi desenvolvido criticamente por Theodor Adorno em "Sobre sujeito e objeto" (1969). Para Adorno o processo histórico se desdobra através da imposição da lógica da identidade. A lógica da identidade é o movimento de universalização da forma-mercadoria, que identifica tudo a si mesmo, tudo passa a existir enquanto mercadoria. Esse movimento de realização da lógica de identidade pode ser chamado de "processo de identificação". É o processo de identificação que produz as *identidades.*

---

[58] A relação entre ideologia étnico-cultural e território é particular a cada Estado Nacional e muitas vezes oposta umas às outras. O papel desempenhado pelos Zapatistas no México, Catalães na Espanha envolve a reivindicação de autonomia a partir de uma fragmentação do próprio território nacional. No Brasil as identidades indígenas parecem cumprir um papel oposto à reivindicação de autonomia do Estado, exigem uma incorporação positiva no Estado. Mas em todos os casos a reivindicação da identidade como positivação do processo negativo de identificação da forma-mercadoria, também precisa ser pensado de perto.

[59] Perseguições étnicas singulares são fato em toda a África (Congo, Guiné, Nigéria, Sudão), mas também acontecem na Europa (Roma e os Sinti), e na América Latina (Aymara e Mapuche).

Nesse sentido, a identidade étnico-cultural aparece como forma positiva de liberdade e inserção social ao mesmo tempo em que é produto da *lógica negativa da identidade da forma social moderna*. Dito de outra maneira, uma formação social moderna só encontra sua identidade na medida em que for submetida à lógica da identidade da mercadoria.

Ao longo do processo de modernização as sociedades transformam as formas de subjetivação da liberdade, enquanto reposição positiva da ideologia iluminista da sujeição ao mercado. Se nos primórdios de sua formação a modernização precisou inventar um universo simbólico e cultural nacional, no momento de sua crise fundamental, a ideologia aponta para um desmoronamento em identidades étnico-culturais.

Tais transformações imanentes das formas de subjetivação de liberdade continuarão escamoteando a dominação objetiva da forma social moderna enquanto não colocarem em questão a própria forma do sujeito[60].

As reflexões de Kafka, desdobradas para o nosso tempo, apontam para uma nova ruptura:. entre os séculos XVII e XX cultivamos no solo da Nação a ilusão de liberdade, enquanto na prática construíamos uma sociedade não-livre (ou contraditoriamente livre). Hoje vivenciamos a reinvenção virtual das raízes culturais ao mesmo tempo em que o ideal iluminista de liberdade aproxima-se mais de sua realização histórica negativa.

Kafka diria: *ainda não estamos verdadeiramente emancipados, a prisão só mudou de aparência e se intensificou.*

[60] Conferir as reflexões sobre o **Fetichismo do Sujeito**, no capítulo 3 desta dissertação

Parte III

O nojo da modernização

Nun gab es wirklich keinen spasz mehr[61]
– Franz Kafka, die Verwandlung

A história da industrialização da avicultura (entendida no sentido técnico) no Brasil costuma ser contada de maneira linear[62]: um grupo de pequenos capitalistas empreendedores, a maior parte de origem imigrante europeia, ligados à atividades urbanas das zonas de colonização de povoamento baseadas no trabalho livre familiar – no vale do Itajaí, Blumenau, Concórdia e Perdiz, em Santa Catarina – formam seu próprios capitais na medida em que poupam uma quantia de mercadorias em dinheiro, depois reinvestido no comércio e em incrementos técnicos indutores da industrialização. A industrialização seria decorrência *quasi* natural, e por isso um pressuposto da colonização, que trouxe consigo sujeitos modernizadores por excelência, sob o lema de "Capital se faz em casa". Essa forma de interpretação, entretanto, esvazia o sentido crítico do conceito de **industrialização,** ao esvaziar a tensão e as particularidades da relação entre capital e trabalho ao longo do processo de modernização, principalmente no momento da formação do capital, dito industrial.

Se a indústria avícola, vista de hoje, aparece como uma decorrência natural do empreendedorismo europeu radicado em zonas de prosperidade moral e econômica, isso é apenas uma consequência do apagamento histórico que a própria forma da mercadoria opera, pois a consolidação do setor avícola enquanto um complexo agroindustrial tem suas raízes enredadas mais no crédito estatal do que na privação carnal de patriarcas estoicos. Tal dimensão contraditória da formação da indústria avícola brasileira é desmanchada por narrativas lineares que, embebidas no fetichismo dos sujeitos históricos, pioneiros da

61 "Agora realmente não havia mais nenhuma graça".

62 Para Marcelo Alceu Amoroso Lima, (LIMA, M.A.A. Mudança Tecnológica, Organização Industrial e Expansão da Produção de Frango de Corte no Brasil, 1984, p.179) a regionalização da atividade avícola no sul do Brasil foi determinada pela "estrutura de posse da terra e foi conformada no processo de emigração estrangeira"; Já Carlos Espíndola (ESPÍNDOLA, C. As agroindústrias do oeste catarinense. O caso Sadia, 1996) faz um aplique da teoria industrialização de Armen Mamigonian para explicar o surgimento dos industriais do Oeste catarinense; no estudo de Mamigonian, a explicação da industrialização de Blumenau coloca no centro a nova concepção de trabalho (MAMIGONIAN, Armen. Estudo Geográfico das Indústrias de Blumenau, 1965, p.69) trazida pelos colonos europeus do século XIX; Belusso & Hespanhol (BELUSSO,D. HESPANHOL A., A evolução da agricultura industrial brasileira e seus efeitos territoriais, 2010), segue literalmente o argumento anteriores.

indústria, não atinam para as rupturas que o processo de modernização impõe através do crédito e do Estado na reprodução do capital, rupturas estas que permitem que **indústria** e **capital industrial** não coincidam imediatamente.

Pretendemos realizar um desvio dos textos históricos da formação da indústria avícola brasileira, olhando particularmente para o caso da Sadia de modo a recompor essa história a partir das determinações mais gerais do capital monopolista e em seguida do capital fictício na formação do complexo agroindustrial brasileiro, para que consigamos desenhar o movimento de formação crítica de suas relações de trabalho no momento atual, em que a exportação de carnes halal através da incorporação (precarizada) de uma força-de-trabalho refugiada aparece e justifica a expansão de uma atividade econômica, em verdade movida pela especulação de derivativos financeiros. Está em discussão uma visão sobre a modernização.

A primeira parte do trabalho apresentou uma pesquisa sobre a ***tragédia*** de mobilização violenta dos corpos no Oeste Africano e foi seguida de uma parte relativa à dimensão ***farsesca*** que o estatuto do refugiado cumpre em relação às promessas de libertação dos contextos de exceção e violência, uma vez que esses imigrantes são submetidos à regimes de superexploração do trabalho inaceitáveis.

A terceira parte do trabalho que ora apresentamos é um reflexo do desdobramento histórico da passagem da ***tragédia*** à ***farsa*** e da ***farsa*** ao ***nojo***, apresentada na epígrafe desta pesquisa, por Robert Kurz, que reproduzimos aqui:

> Uma vez que a crítica iluminista era na sua essência a auto-afirmação da destrutiva forma moderna do sujeito, através do seu processo de desenvolvimento histórico, ela extingue-se de fato diante dos nossos olhos, juntamente com o seu objeto. Na mesma medida em que todo e qualquer pensamento se retira em fuga desordenada para a derradeira e extrema linha de resistência da filosofia iluminista, ele deixa de existir de todo como pensamento. No entanto, o espetáculo de uma redescoberta militante dos valores ocidentais, como se nunca tivesse existido a história da reflexão, apegada ao seu objeto, dos últimos cento e cinquenta anos, nada tem de trágico, nem sequer de ridículo; é pura e simplesmente nojento (Kurz, Razão Sangrenta, 2003).

Apesar de ser remetida ao 18 de Brumário de Luis Bonaparte, escrito por Karl Marx em 1848, a formulação de que a história se repetiria ironicamente, pois um fato trágico se repetiria como uma farsa, foi na verdade escrita pelo poeta Heinrich Heine.

Heine reflete criticamente sobre os desdobramentos contraditórios que a obra do filósofo Immanuel Kant havia atingido, na passagem da *Crítica da Razão Pura* para a *Crítica da Razão Prática*. O primeiro livro representaria uma verdadeira tragédia do conhecimento:

desse momento em diante todo pensamento deveria encarar o *tribunal da razão, que caía como uma guilhotina* contra o pensamento dogmático.

Entretanto a Crítica da Razão Prática anuncia uma contradição realmente existente entre as formulações teóricas e as formas de existência, entre o tribunal da razão e o sujeito empírico, de maneira que Kant diria em seguida (na Crítica da Razão Prática) que não via a possibilidade de seu servo e ajudante imaginar a sua vida sem a existência de explicações metafísicas. É nesse sentido que a sociedade moderna cristaliza uma contradição entre a forma pensamento e a forma de relação social, entre a razão objetiva e a metafísica do real.

Kant realmente não atribuiria essa contradição à forma contraditória da mercadoria, antes localizaria a parca iluminação do espírito humano como responsável pela coexistência da metafísica e da ciência. Entretanto, já Marx, mas depois diversos estudiosos remeteram essa contradição realmente existente para o vínculo interno entre a forma de pensamento e a forma de relação social instituída pela moderna mercadoria[63].

Pois então, as formulações de Robert Kurz apontam para o desdobramento histórico deste contradição, uma vez que a própria forma moderna – e burguesa – do sujeito estariam com os pés no abismo da sociabilidade regida por ela. Portanto, não podemos mais aguardar ingenuamente por um novo desdobramento farsesco da realidade (novos surtos de valorização fictícia) ou ainda nos determos na defesa dos agonizantes ideais modernos em luta contra a tragédias das exceções e da violência.

Antes de tudo, nos resta um profundo nojo pela forma agonizante do sujeito, de seus ideais iluministas moribundos e pela vida regida pelo Estado, pelo mercado, pelo dinheiro e pelo patriarcado. A antinomia entre tragédia e farsa se decompôs em simples e puro nojo.

63 Cf. Claus Peter Ortlieb. Objetividade Insconsciente. 1998. Original Bewusstlose Objektivität em www.exit-online.org. Publicado na revista Krisis, n. 21-22, Nuremberg, 1998. Disponível em http://obeco.planetaclix.pt/cpo_pt.htm. Acessado em 17 de setembro de 2012.

Capítulo 3

Modernização e reprodução crítica do capital fictício

A mobilização do trabalho no Brasil é um tema extenso ao qual diversos pesquisadores já dedicaram pesquisas e análises. O argumento de Francisco de Oliveira, no seu livro "Elegia para uma (re)ligião" nos parece um bom ponto de partida: uma discussão sobre as políticas de modernização das relações de trabalho movidas pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) se desdobra em reflexão sobre o Brasil regional, entendido como momento da reprodução do capital monopolista internacional. Cada região deste Brasil teria sido um momento em que poderes políticos e econômicos estariam fundidos na figura do Coronel. O Estado varguista, com a extinção da Guarda Nacional, constituiria o impulso fundamental para a formação de um mercado nacional de trabalho, uma vez que as fronteiras regionais da divisão do trabalho começavam a ruir. A ditadura militar seria o correspondente nordestino do Estado Novo para o Nordeste, aonde ainda residiriam laços de trabalho particulares, como o *cambão*, em que elementos de ordem pessoal incidiriam sobre a relação de dominação do trabalhador. Ainda de acordo com Oliveira, a criação de uma legislação trabalhista, o estatuto do trabalhador rural, entre outras políticas, seriam elementos de modernização das relações de trabalho que culminaram no desmanche da região e na formação de uma superpopulação relativa nacional, ou de um mercado de trabalho nacional.

Esse movimento de formação de uma superpopulação relativa brasileira (ou de urbanização), na prática aconteceu através da expropriação de uma extensa população, que se não era proprietária privada (e individualizada) de seus meios de produção, tampouco estava destituída da posse da terra, possibilitada por aqueles vínculos de dominação de ordem mais pessoal (posseiros, meeiros, parceiros). Portanto, esse movimento de expropriação, se concentra entre as décadas de 1930 e 1960 a depender da região do Brasil, esteve vinculado de perto com a modernização da estrutura fundiária brasileira e a formação do que veio a ser chamado de Complexo Agroindustrial.

A indústria avícola brasileira iniciou-se em Santa Catarina atrelada a urbanização brasileira, como não poderia deixar de ser, mas se reproduziu apoiada em processos de outras ordens, que vamos abordar mais a frente, ao mesmo tempo em que deixava de ser uma herança especificamente barriga-verde e foi se transformando, através do crédito, do Estado e de uma relação bastante particular com os produtores rurais, em complexos agroindustriais e se espalhou pelo território brasileiro.

3.1 Monopólio e formação de capital

O texto de Giralda Seyferth (1974) aponta subsídios importantes para uma aproximação crítica ao tema da mobilização do trabalho e a formação do capital comercial (que por anteceder historicamente a indústria avícola costuma ser entendido como seu desdobramento linear) a partir de uma pesquisa sobre o estabelecimento das *Kolonies* alemãs no vale do Itajaí-Mirim (SC). O texto de Seyferth nos faz perceber que a dinâmica em que as colônias são inseridas impulsiona nos colonos a necessidade de gerar uma montante em dinheiro para pagar dívidas geradas na compra das terras e no financiamento inicial da produção:

> O imigrante começava suas atividades como colono e pequeno proprietário devendo ao vendeiro. Devia também ao governo da província o financiamento da sua propriedade, que deveria ser amortizado em alguns anos (Seyferth, 1974, p.102).

O colono colocava em movimento a produção de mercadorias, como o fumo e a banha, impulsionado por suas dívidas; por outro lado o comércio os colocava necessariamente em uma relação **monopolizada**: "na área colonial, o transporte e o comércio constituíram-se em monopólio de um pequeno grupo de pessoas: *os vendeiros"* (Seyferth, 1974, p.95). Os vendeiros mais importantes de cada colônia acabavam se envolvendo com serrarias, a primeira atividade passível de receber o dinheiro acumulado no comércio, para logo reinvestirem nos raros meios de transporte que lhes garantiriam a condição de monopolizadores do comércio entre as colônias e as vilas, ao longo da segunda metade do século XIX. Essa relação traz o comércio para o centro da reprodução das colônias e personifica no vendeiro a figura do acumulador de capital:

> Os vendeiros de Brusque, através do controle dos meios de transporte, dos preços das mercadorias, do mecanismo das conta-correntes e dos empréstimos controlavam, no início do século XX, praticamente todas as atividades econômicas do vale do Itajaí-Mirim. Eram, pois, os únicos elementos que podiam acumular capitais que não se limitavam aos recursos reduzidos de uma pequena propriedade agrícola. (Seyferth, 1974, p.116).

Esse regime de produção de mercadorias em pequenas propriedades era em suma movido pelo crédito estatal: uma vez que a formação territorial e a mobilização do trabalho eram colocadas em movimento através do regime de concessões de terras à crédito pelo Estado por via dos incentivos às empresas de colonização.

Do ponto de vista do Estado modernizador tais colônias tinham uma dupla função: formar a propriedade privada da terra e colocar em movimento atividades econômicas que gerassem um acúmulo monetário. Em consequência, a propriedade privada da terra teria sido formada a credito, e sua produção se situaria já num momento de reprodução ampliada de dívidas que o Estado colocava em movimento. Não se trataria simplesmente da formação de um capital (D) que passaria a comandar a produção de mercadorias (D-M-D'), mas antes da produção de um capital movido por um outro capital à crédito (D-D'), em um circuito que iria de dinheiro para mais-dinheiro antes de passar pela produção de mercadorias.

Esse movimento encontra suas determinações mais amplas no movimento da economia mundial imperialista, no último quartel do século XIX, quando a fusão de gigantescos bancos e a concentração crescente de capital industrial colocou o crédito no centro da reprodução do capital monopolista. Tais monopólios são a consequência imediata da crise de 1873, momento em que, especialmente para Lênin, o capitalismo concorrencial sofre um último golpe. Os cartéis são a tentativa desesperada de impedir a queda das taxas de lucro, impulsionada pela grande concorrência:

> Á medida que os lucros aumentam e os bancos se concentram em um pequeno número de estabelecimentos, estes deixam de ser modestos intermediários para se tornarem monopólios todo-poderosos, dispondo da quase-totalidade do capital-dinheiro do conjunto dos capitalistas e dos pequenos empresários, assim como da maior parte dos meios de produção e das fontes de matérias-primas de um dado país ou de toda uma série países (Lênin, 1979, p.30).

Tais concentrações de capital podem ser percebidas em diversos planos e reverberaram em diferentes setores em momentos distintos. O incipiente setor de beneficiamento industrial de carnes não havia passado por grandes fusões de capitais até meados da década de 1930, quando comerciantes do oeste catarinense uniram seus capitais a fim de reduzirem custos. Tal redução de custos, entretanto, foi impulsionada pela nova condição monopolista (e creditícia) do movimento do capital:

> Essas fusões, evidentemente, ocorreram também em outros estados, como é o exemplo da união de várias farmácias, nos anos 1930, que resultou na rede Drogasil, em São Paulo. [...] A centralização de capitais no oeste catarinense deve-se também ao controle oligopolista externo, pois os constantes importadores, levavam o comércio local a sofrer perdas. Portanto a união de capitais locais visava simplesmente evitar perdas maiores e o controle rigoroso dos comerciantes externos sobre as áreas produtoras (Espíndola, 1996, p.27).

Como podemos ver, Espíndola desconfia da determinação externa que o comércio oligopolista de mercadorias exerceria sobre a produção local, mas não chega a localizar a fonte desta determinação, personificada nas Casas Comerciais. Seyferth também denuncia a exploração que os vendeiros fazem dos colonos, pois estes tinham o controle sobre os mecanismos de formação de preços e, no limite são os responsáveis pela centralização de capital comercial:

> O movimento de mercadorias entre os pequenos proprietários e as vendas era bastante grande. As vendas eram uma espécie de banco onde tomando um aperitivo os colonos trocavam idéias e na conversa comum os vendeiros impunham seu modo de pensar, juntamente com os seus preços (Seyferth, 1974, p.114).

A figura do comerciante, ora personificado pela Casa Comercial, ora como vendeiro, é apresentada como sujeito que controla mecanismos de formação de preços. Mas isso é só meia-verdade; o que objetivamente lhes permite "controlar preços" é a sua posição social monopolista, determinada a existir pelo quadro geral da acumulação monopolista em curso.

O caso da Sadia é interessante para entender a formação objetiva da posição monopolista, conforme mesmo narrado por Espíndola (1996). Atílio Fontana era dono de uma entre as muitas Casas Comerciais na cidade de Concórdia (SC), em fins da década de 1920. Para manter seu negócio funcionando Fontana estabeleceu contratos de exclusividade para o abastecimento de porcos para atacadistas de São Paulo. À exclusividade (ou novamente, o monopólio comercial), somou-se um oligopsônio, pois diversos produtores de porcos, do RS e SC foram obrigados a vender para a empresa de Fontana:

> Em âmbito nacional a estrutura de comercialização dos bens agrícolas baseava-se em oligopólios-oligopsônios, ou seja, as empresas compravam toda a produção a preços baixos e revendiam a preços elevados aos consumidores (Espíndola, 1996, p.30).

Entretanto, tal empreitada só foi possível graças a uma série de fusões de capitais: "Assim, os capitais da família Fontana, uniram-se aos da família Fuganti (SP) e os Brandalise juntaram-se à família Ponzoni e, por último, Saul Brandalise associou-se à família Bonato". Concentrar capital era a regra para continuar no jogo da acumulação comercial induzida pelo capitalismo concorrencial da primeira metade do século XX.

Espíndola, ao narrar a história de sucesso de Attílio Fontana como um produtor de riquezas a partir do próprio trabalho, reivindica uma leitura reduzida (e empresarial) do importantíssimo capítulo "Teoria moderna da colonização", de *O capital* de Marx, para explicar aquela trajetória ascendente:

> Neste sentido, cabe a similitude com as colocações de Marx em o Capital sobre o fato de que nas colônias de povoamento o produtor que possui condições próprias de trabalho e meios de produção se enriquece com seu próprio trabalho e não ao capitalista, podendo ele mesmo se tornar um pequeno capitalista. A liberdade em adquirir o produto nos estabelecimentos rurais, associada à ideologia do trabalho (Attílio trabalhava mais de doze horas por dia), propiciou ao trabalhador assalariado a acumulação de parte do excedente transacionado pela casa comercial e a sua posterior inversão (1923) na compra de um pequeno hotel na cidade de Bom Retiro. Em 1925, o hotel foi transformado em casa comercial. Assim sendo, o processo acima descrito resultou na instalação, no oeste catarinense, do frigorífico Sadia (Espíndola, 1996, p.26).

Portanto, uma iniciativa dos:

> Capitalistas sem capitais, gente de origem modesta, imigrantes europeus, sobretudo com experiência industrial ou não, antes de se lançarem na aventura industrial, aos quais podemos acrescentar os modestos comerciantes de exportação e importação das zonas de colonização europeia do sul do Brasil (Mamigonian, 1966, p.388).

Como podemos observar, Espíndola baseia sua interpretação da colonização de povoamento, e a sua produção da riqueza baseada no próprio trabalho, a partir da leitura que faz da dissertação de Armen Mamigonian, publicada no Boletim Paulista de Geografia (1966) com o título de "Estudo Geográfico das Indústrias de Blumenau". Para Mamigonian a colonização alemã elevava o índice de produtividade do trabalho, se comparado ao trabalho escravo, que apresentava capacidade e consumo muito baixos. A colonização alemã promoveria uma nova concepção de trabalho: cada agricultor seria proprietário de um lote de 25 hectares e o trabalho seria por conta da sua própria família. Os imigrantes seriam agricultores e artesãos que valorizavam o trabalho como fonte de bem estar da família, mas que estavam habituados a um nível de vida sensivelmente mais elevado do que viriam a encontrar no Brasil. A empreitada de Blumenau envolvera 10.500 imigrantes em uma séria tentativa de colonização, através de um povoamento com coesão étnica, que faria a região funcionar como uma grande família. Outro elemento que caracterizaria o sucesso da empreitada seria a qualificação industrial dos imigrantes e seus espíritos industriais, como no caso do Dr. Blumenau, engenheiro químico; o Sr. Hering que, de família de artesãos industrias de tecidos, deu origem a maior malharia do Brasil, em 1880; Paul Werner, fundador da fábrica de aço Eletro-Aço Altona S/A em 1932; Heinrich Conrad que comprou a ampliou em 1931 uma fábrica de cadarços e bordados; Wilhelm Boonnet trabalhador de uma fábrica de gaitas da Alemanha, e parceiro de Alfred Hering em Blumenau em 1925.

Ainda que considerarmos os diversos elementos que Mamigonian apresenta, e que ajudam a desenhar os passos da industrialização (naquele sentido técnico) que Blumenau passou, estas explicações estão longe de encontrar alguma determinação mais consistente, no que tange o movimento do processo de modernização e sua crítica categorial necessária.

O texto de Marx sobre a "Teoria Moderna da Colonização", escrito com a clara intenção de revelar os fundamentos violentos da formação das relações de mercado e da propriedade privada da terra, é subvertido por Espíndola, através da reivindicação de um mecanismo de diferenciação social pela concorrência, em uma versão que está mais para *Marx para empresários*. O que em Marx era uma crítica do fundamento violento e colonial da modernização metropolitana, se transforma, em Espíndola, numa positivação da colonização sistemática de Wakefield:

> A proeza consiste em matar dois coelhos com uma só cajadada. Faça-se o governo fixar para a terra virgem um preço artificial, independente da lei da oferta e procura, que force o imigrante a trabalhar por tempo mais longo como assalariado, até poder ganhar dinheiro suficiente para adquirir sua base fundiária e transformar-se num camponês independente. O fundo, que flui da venda das terras a um preço relativamente proibitivo para o trabalhador assalariado, portanto esse fundo de dinheiro extorquido do salário mediante a violação da sagrada lei da oferta e procura, proporção em que ele cresce, pobres-diabos da Europa para as colônias e, desse modo, manter abastecido para o senhor capitalista seu mercado de trabalho assalariado. Nessas circunstâncias, tout sera pour le mieux dans le meilleur des mondes possibles. Esse é o grande segredo da "colonização sistemática" (Marx, 1996, p.390).

Como podemos ver, em Marx, é possível encontrar uma crítica dos mecanismos pelos quais o Estado, através de uma política de modernização fundiária (no Brasil a lei de terras de 1850), impede que o trabalhador tenha acesso a terra e se sujeite à relação de colonato. Aquele câncer anticapitalista da colônia de povoamento, ao qual Marx se refere e Espíndola se apega para reivindicar o *case* de sucesso de Attílio Fontana, não só já havia sido extirpado pelas políticas de modernização fundiárias brasileiras, como a forma de povoamento ao qual Fontana deve sua origem é um resultado imediato da aplicação da teoria da colonização de Wakefield:

> "Segundo esse plano", proclama triunfante Wakefield, "a oferta de trabalho tem de ser constante e regular; pois, primeiro, não estando nenhum trabalhador em condições de conseguir terra, antes de ter trabalhado por dinheiro, todos os trabalhadores imigrantes, pelo fato de trabalharem combinadamente por salário, produziram para seus empregadores capital para o emprego de mais trabalho; segundo, cada um que abandonasse o trabalho assalariado e se tornasse proprietário de terra asseguraria, exatamente pela compra da terra, um fundo para a importação de novo trabalho para as colônias." (Marx, 1996, p.391)

A posição que um industrial brasileiro ocuparia, neste sentido, só pode ser resultado da formação de um capital baseado na exploração de trabalhadores que, privados do acesso a terra pela política de colonização imposta, acumularam um capital comercial escoado para o futuro industrial por causa das relações de monopólio. Marx explica a lógica da teoria da colonização de Wakefield para a acumulação capitalista:

> O preço da terra imposto pelo Estado deve naturalmente ser "suficiente" (sufficient price), isto é, tão alto que "impeça os trabalhadores de se tornarem camponeses independentes até chegarem outros para tomar seu lugar no mercado de trabalho assalariado". Esse "preço suficiente da terra" é nada mais que um circunlóquio eufêmico do resgate que o trabalhador paga ao capitalista pela permissão de retirar-se do mercado de trabalho assalariado para o campo. Primeiro ele tem de criar "capital" para o senhor capitalista, para que este possa explorar mais trabalhadores, e depois trazer ao mercado de trabalho um "substituto", que o governo expede, à sua custa, para o senhor capitalista seu ex-patrão, do outro lado do mar. (Marx, 1996, p.391)

Neste sentido, podemos dizer que a trajetória de Fontana, como um epíteto da indústria avícola nacional, fundamentou-se na exploração do trabalho de colonos através do monopólio comercial de seus produtos, que se desdobravam em uma acumulação de capital comercial, depois reinvestido em fábricas de processamento de carnes.

Espíndola não só naturaliza o movimento violento de formação da propriedade da terra, como o transforma em um elemento positivo para o *ethos* do trabalho e da concorrência, próprios ao sujeito submetido à dominação reificada da mercadoria. Isso porque o comércio no sistema colônia-venda, reproduzido sobre as bases ainda sangrentas (e creditícias) da recém-instalada propriedade privada, através de uma relação monopolista, incentivaria alguns indivíduos a buscar uma "diferenciação social" pela concorrência, e a acumulação de capital que fundamentaria o desenvolvimento econômico, a ser alcançado pela industrialização:

> Tal diferenciação social ampliou os horizontes de alguns comerciantes, que passaram a instalar o beneficiamento local de certos produtos agrícolas. (...) Portanto, em termos gerais, a base para um processo de acumulação de capital fundamenta-se, no caso de Attilio Fontana dele ter vindo das fileiras do produtor direto, antes mesmo de ter-se tornado um comerciante importador-exportador (Espíndola, 1996, p.31).

A base para um processo de acumulação fundamenta-se, no caso de Attílio Fontana, no fracasso dos seus concorrentes e na exploração monopolista de agricultores colonos. O fato de ele ter vindo das fileiras de um produtor direto antes mesmo de ter-se tornado um comerciante importador-exportador não passa de justificação ideológica da concorrência imanente ao processo de modernização capitalista.

3.2 Formação do Complexo Agroindustrial Avícola no Brasil

Durante a primeira metade do século XX a produção e o abate de carnes foram se intensificando, impulsionados por um lado, pelos investimentos de frigoríficos estrangeiros no país a partir da década de 1920 (em crise de superprodução de capital e em busca de novos investimentos), e por investimentos realizados por fazendeiros do Brasil, como no caso do frigorífico instalado em Barretos, em 1910.

Os frigoríficos tinham o papel fundamental de colocar em contato a produtividade exigida pelo mercado e a atividade pecuária e equalizá-los. Os capitais que moveram essa equalização tinham origem em três gigantes empresas norte-americanas (Armour, Swfit, Wilson) e outras duas empresas menores (Continental Products e Brazilian Meat-Anglo), e foram instalados no RS, SP e RJ, voltados a produção de carnes verdes, produtos enlatados e industrializados de carnes, direcionados inicialmente para o mercado externo. (Mamigonian, 1976, p.9).

Os altíssimos índices de produtividade destes frigoríficos contribuiram na fusão de diversos capitais no interior de SC, em busca de uma inserção lucrativa para o abastecimento do mercado interno, entre as décadas de 1930 e 1940, em um momento em que os comerciantes das colônias do oeste catarinense se voltavam principalmente para a suinocultura. Ao final da década de 1940, Santa Catarina contava com frigoríficos nas cidades de Blumenau (Cia Jensen), Rio do Sul (Frigor Rio do Sul), Joaçaba (Saule Pagnocelli), Concórdia (Frigorífico Concórdia), Videira (Perdigão) e Chapecó (Marafon). O primeiro frigorífico foi instalado a partir da compra do maquinário de um frigorífico de Guaporé (RS) que operava dentro da lógica do investimento de capital estrangeiro que voltava a produção para exportação, e que havia entrado em falência anos antes. Junto com as peças do frigorífico de Guaporé vieram os operários que a desmontaram e remontaram em Concórdia, em 1944[64].

Não é um fato isolado que o maquinário de frigorificação de Santa Catarina tenha a sua existência garantida pela falência de uma empresa estrangeira de exportação de carnes. A indústria de carnes de SC pode ter sua origem na crise do capital concorrencial no começo do século XX, a partir de um capital creditício que colocou em movimento a formação do próprio Estado nacional brasileiro e seu mercado interno.

A reprodução mundial do capital no pós-guerra, pensado como o ponto de culminância da crise do capital imperialista, recoloca os termos da acumulação, que não pode mais se

[64] Cf. Espíndola, 1996, p.22.

reproduzir como antes. A financeirização do mercado atinge um patamar que recoloca o lugar do crédito na produção de mercadorias, ou ainda, a produção de mercadorias aprofunda e explicita a sua natureza contraditória: a produção de mercadorias é um apêndice indesejável da valorização do valor.

Esse processo também traz consequências para o processo de formação do Estado brasileiro, para a modernização da estrutura fundiária brasileira, para a formação de um mercado nacional de trabalhadores e, finalmente, para a formação dos complexos agroindustriais.

As antigas fábricas de processamento de suínos passam por uma enorme e brusca ruptura, através da qual o sentido e a forma de suas atividades são profundamente transformados.

A mobilização do trabalho, da terra e do crédito na formação do complexo agroindustrial avícola

O desdobramento histórico de empresas como a Sadia, Perdigão e Seara, em complexos agroindustriais foi acompanhado da necessidade da concentração de capital, e precisa ser visto de perto na sua relação com o Estado, em suas diversas atuações com políticas de modernização em distintos campos (crédito, tecnologia, estrutura fundiária), mas principalmente, em relação com a formação da mobilidade do trabalhador livre.

A - Modernização Agrícola

Já dissemos anteriormente que a formação das pequenas indústrias da primeira metade do século XX, em SC esteve vinculada ao capital comercial acumulado pela força do monopólio, e induzido pelo capital concorrencial em crise da virada do século nas colônias de SC.

Essa relação se desdobrou também na formação de um excedente populacional expropriado das condições de colono em função da concentração de terra e capital, exercida por tais comerciantes inicialmente. Esse contingente formaria, entre os séculos XIX e XX, a força-de-trabalho potencial para as unidades agroindustriais em todo o país.

O processo de expropriação foi acelerado pelas políticas de modernização agrária, não só em Santa Catarina mas ao redor do Brasil, tão reivindicada pelos fazendeiros da época, fazendo crescer a massa de expropriados e a propriedade da terra concentrada, na direção e no sentido das estradas de ferro financiadas pelo capital inglês, como a nova Estrada de Ferro Rio Grande - São Paulo.

A expropriação é movida por diversos mecanismos de mercado, mas o desenvolvimento tecnológico parece cumprir um papel central. Com a chamada **Revolução Verde**, a produção de soja, laranja, café, a pecuária, a silvicultura, recebem investimentos tão exorbitantes em melhoramentos genéticos que a produção agropecuária atinge um ritmo que elimina do mercado aqueles produtores que não as incorporarem. O crédito passa a funcionar como baliza que incorpora e avalia as possibilidades de reprodução das unidades agrícolas.

Tais elementos culminam em um tipo de organização da produção que além de promover uma grande concentração de terras e urbanização (que engrossa o caldo dos expropriados rurais e urbanos), força os poucos que restaram a se submeter à lógica da "Integração Produtiva", um modelo agroindustrial norte americano que, no caso da Sadia, Victor Fontana, sobrinho do fundador, implanta em Concórdia após sua visita com técnicos e engenheiros às produções nos EUA na década de 1950. Neste modelo:

> Os pequenos produtores recebiam assistência técnica e insumos por parte dos órgãos especializados das empresas e de orgão estaduais ligados ao estado. Ao final, o pequeno produtor vende os animais à empresa, sendo então descontados os insumos adiantado. As relações entre empresas e produtores, vale frisar, envolvem a garantia de compra pelos abatedouros de porcos e aves. Evidentemente, aí, o produtor integrado é obrigado a cumprir as orientações técnicas, adquirindo as rações, pintos, medicamentos, e vacinas das empresas processadoras (Espíndola, 1996, p.121).

Para Espíndola, este nítido projeto de modernização da agricultura brasileira tem a clara intenção de aumentar a composição orgânica do capital (com o aumento da produtividade, novas relações de produção, novas técnicas) a fim de manter um novo oligopsônio (monopólio de quem compra).

Naquele momento de formação do capital industrial avícola, Espíndola reivindicara o monopólio como um mecanismo de acumulação de capital, através da "diferenciação social" dos competidores. Agora, o autor certamente coerente com sua lógica modernizadora, reivindica o monopólio como instrumento que garanta vantagens comparativas para a agroindústria nacional:

> Nessa nova fase, os laços tradicionalmente mantidos com os comerciantes são substituídos por relações entre o capital industrial e bancário, com o aval direto do Estado através da Política Nacional de Crédito Agrícola, a Política tecnológica e a Política Fundiária. Na verdade os frigoríficos vão beneficiar-se de uma estrutura oligopsônia, criada precocemente pelos comerciantes. E ela irá ser reforçada pelo sistema de integração e criando vantagens comparativas dinâmicas em relação à França e os EUA, no que se refere à produção de aves. No bojo dessas políticas, a agricultura passa a ser consumidora de insumos modernos, fornecedora de alimento e campo de investimento para os diferentes capitais (Espíndola, 1996, p.120).

Se lido ao contrário, o texto de Espíndola permite enxergar que foram os "diferentes capitais", que em busca por investimento num cenário de crise, reorganizaram a propriedade da terra através de políticas de concentração fundiária. O capital também foi o sujeito das diversas políticas nacionais e estaduais de crédito, que exigiam que a produção de mercadorias reproduzisse investimentos financeiros pretéritos. Finalmente, o capital, nesta incessante busca de incrementar sua composição orgânica realizou uma gigantesca transformação técnica e científica da produção de aves.

A concepção de Espíndola, apesar de consciente do movimento de transformação constante da composição orgânica do capital, que encontra na concorrência o seu elemento fundamental, sequer esbarra no caráter crítico de tal relação, que vai minando aos poucos os próprios pés, na medida em que exclui o trabalho vivo do processo, da maneira como formulado por Marx, desde os Grundrisse até o Capital. A relação entre trabalho e capital apresenta uma contradição imanente que aponta para a sua própria derrocada. As crises são a manifestação mais clara desta contradição, que recoloca seus termos em nível cada vez mais profundos e irremediáveis.

J.K.: A crise do porco

Entre 1944 e 1956, o frigorífico da Sadia de Concórdia abateu na faixa de 40.000 suínos por ano, com os trabalhadores e técnicas herdados do frigorífico falido de Guaporé. Entre 1956 e 1960 o plano de metas de Juscelino Kubstichek garante um investimento no setor alimentício e faz decolar (com capital fictício estatal) a produção de suínos em todas as empresas do gênero no território barriga-verde, e a média anual de abatimentos atinge os 200.000 porquinhos/ano. Os anos que seguem o investimento do Estado (1962-67) são de grave crise não só para esse setor:

> Os frigoríficos estrangeiros da cidade de São Paulo e de Barretos, que haviam abatido 705 mil bovinos em 1955, reduziram seus abates, em 1963, a 456 mil isto é, 35% menos (Mamigonian, 1976, p.13).
>
> No setor de suínos, a Sadia de Concórdia diminuiu o número de abatidos de 180.927, em 1962, para 145.758 em 1964. (Espíndola, 1996, p.42)

A crise da produção de carne de porco ficcionalizada pelos investimentos do governo J.K, coloca em movimento, na década de 1960, a produção em larga escala de frangos:

> A diminuição da oferta de carne bovina e suína no mercado interno estimulou os grandes frigoríficos catarinenses a investirem na produção de carne de frango, visando a conquista do mercado. Vale apontar que a crise econômica, a comprimir o poder de compra da população brasileira, impulsiona o consumo de outras carnes. O frango, em especial, é historicamente oferecido pela metade do preço da carne bovina de segunda. Em 1993, o consumo dessa ave estava em torno de 18,5 kg/hab/ano, enquanto a carne bovina - líder do mercado consumidor de proteinas animais até 1989 – alcança os patamares de 13,3kg/hab/ano, segundo dados da Associação Brasileira de Produtores de Frango (ABEF). (Espíndola, 1996, p.42)

Desse conjunto de fatos pode-se depreender uma interpretação interessante sobre a formação do complexo agroindustrial avícola no estado de Santa Catarina: o investimento de dinheiro realizado pelo estado foi o principal motor da modernização daquela falida empresa de Guaporé em uma multinacional, que passou a exportar milhões de toneladas de frango para o mundo inteiro. Por outro lado, esse investimento trouxe diversas consequências para a organização da produção da indústria, pois a elevou a um patamar mais alto na competitividade mundial. A produção de suínos não pode acompanhar tal movimento de aceleração da produtividade, e a agroindústria aposta no frango.

Os investimentos do Estado na Sadia, no final da década de 1950, no período de J.K, permitiram a expansão e a abertura de novas unidades industriais. Em associação com a VARIG, a Sadia instalou em São Paulo, em 1961 uma unidade especializada em produtos industrializados, a Frigobrás, com apoio de 205 milhões de dólares do BNDE (Espíndola, 1996, p.44). Tais investimentos, no período de forte crise e inflação que se seguiu, contribuíram para o fechamento e falência de diversas unidades industriais, adquiridas pela Sadia.

Ainda no ano de 1961, o governo estadual de SC realiza um Seminário Socioeconômico que entre outros temas, trataria de agricultura e crédito, ensinando os industriais a se inserirem nesta nova lógica produtiva, e que resultou no Plano de Metas do Governo (o Plameg). Esse programa criou o Banco do Estado de Santa Catarina, Centrais

Elétricas e uma Secretaria de Negócios. No mesmo ano o governo federal cria o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRED[65]).

B - Crédito e Estado

Entre 1965 e 73 diversos programas seguiram financiando atividades agroindustriais e dando vazão à formação dos complexos agroindustriais (Sistema Nacional de Crédito Rural do PAEG**,** em 1965, Plano Nacional de Desenvolvimento, Programa Agroindústria, entre outros).

Soma-se a isso um conjunto de incentivos às exportações, possibilitado pelo Fundo de Financiamento a Exportações (I PNDE) e o Befiex, (Benefícios Fiscais a Programas Especiais de Exportação), do II Plano Nacional de Desenvolvimento. Para Delgado, um novo padrão de desenvolvimento rural se configurava:

> O crescimento rápido da urbanização e das exportações; a modernização agropecuária que enseja a constituição e ampliação dos diversos ramos do Complexo Agroindustrial; a organização de um novo sistema de financiamento para atividades rurais – o Sistema Nacional de Crédito Rural – e por último, a definição de um novo padrão de regulação das relações sociais e econômicas do setor rural pelo Estado. (DELGADO, 1983, p. 22).

O principal instrumento de indução da industrialização por parte do Estado no Brasil se baseou na política de empréstimos financeiros a juros reais negativos, ou seja, abaixo da inflação, subsidiados pelo governo federal, e generalizado através do Sistema Nacional de Crédito Rural:

> É evidente que o crédito rural institucional é anterior à constituição do Sistema Nacional de Crédito Rural, em 1965 (SNCR). É também verdade que a modernização da agricultura, medida genericamente em termos dos indicadores de tratorização e consumo de NPK, já se observa nos anos cinquenta [...]. Mas as políticas agrícolas anteriores ao SNCR, explicitam-se, basicamente, por intermédio dos institutos isolados de produto – Instituto Brasileiro do Café, Instituto do Açúcar e do Álcool e Comissão especial da Lavoura Cacaueira (DELGADO, 1985, p. 20).

[65] Somente os investimentos do BRDE resultaram, entre 1963 e 1980, num total de 1,2 milhões de dólares. (Cf. GIESE, Bárbara. A atuação política do empresariado catarinense nos ramos têxtil e agroindustrial: demandas e canais de influência (1970-1985). Dissertação (Mestrado em Sociologia Política). Florianópolis: UFSC, 1991,p. 78).

O complexo agroindustrial avícola em formação também recebeu empréstimos a juros reais negativos possibilitados pelo SNCR. Com tais empréstimos os produtores:

> Em primeiro lugar, compravam matéria prima a preços mais convenientes, pois pagam por estas preços mínimos [...] e em segundo lugar, as empresas utilizam um capital de giro mais barato tendo em vista que a taxa de juros praticada é inferior à do mercado. (Belik, 1992, p.147).

Ao longo das décadas de 1960 e 1970 o processo de modernização da agricultura promovido pelo SNCR fundamentou a formação dos complexos agroindustriais, implicando em aumentos de produtividade e consolidação das exportações.

C – Reprodução de Galinhas Fictícias

Tecnologia e crise do trabalho no complexo agroindustrial avícola

A partir da década de 1970 os investimentos financeiros sobre o setor avícola atingem o plano do melhoramento genético dos plantéis, através de pesquisas em biotecnologia. Em Concórdia, por exemplo, é fundada a CNPSA, também conhecida como Embrapa Suínos e Aves, em 1978. Em 1986 os investimentos são reforçados pelo Plano Nacional de Biotecnologia, momento em que a informática e a automação das linhas de abate ganham centralidade.

Neste momento também os investimentos realizados no setor através de subsídios do estado, desde a década de 1960, são imobilizados pela crise das dívidas externas, que atingiu a América Latina em cheio. Entretanto, o modelo econômico das agroindústrias havia sido desenvolvido sob forte incentivo fiscal e subsidiário. Os governos se veem obrigados a manter uma massa monetária circulando para reproduzir, ainda que criticamente, a estrutura agroindustrial que havia se consolidado no país. Entretanto, essa política macroeconômica se desdobra no período inflacionário que o Brasil conheceu entre as décadas de 1980 e 1990.

A fase seguinte da política econômica para o setor envolveu a financeirização radical da estrutura produtiva, com a negociação de mercadorias e de dólar no mercado financeiro, associado a mecanismos de securitização das dívidas das empresas. Neste momento todas as empresas passam a funcionar endividadas e as estratégias econômicas são atadas aos mecanismos de rolagem das dívidas e, como não poderia deixar de ser, na companhia presente

do Estado, principalmente através do BNDES[66]. Para Guilherme Delgado (1985) a reprodução do complexo agroindustrial brasileiro se fundamenta na rolagem das dívidas, que acabam se desdobrando na inflação da década de 1980.

[66] O trabalho de Guilherme Delgado é um caminho fundamental para o aprofundamento do tema. (Cf. DELGADO, Guilherme Costa. Capital financeiro e agricultura no Brasil: 1965-1985. São Paulo: ICONE, 1985.)

3.3 - Reprodução crítica do capital fictício:

Os níveis de produtividade e o volume de capitais em que o setor avícola foi inserido pelo desdobramento crítico do processo de modernização elevou a produção nacional a níveis astronômicos, e hoje o país é o terceiro maior produtor e o maior exportador de carne de frango do mundo de acordo com dados da USDA (2005). A avicultura no país se concentra na região Centro-sul, principalmente nos estados do Paraná e Santa Catarina.

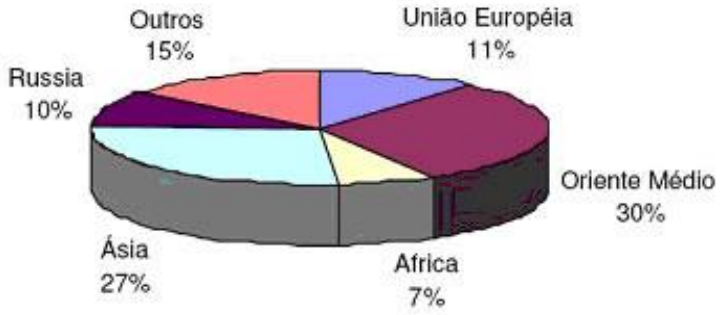
Evolução da Produção e Participação das Regiões na produção de frangos no Brasil (1995 -2004)

	1995		2004		
	Toneladas	%	Toneladas	%	2004/2005
Norte	64.983	2	97.688	1	50,33
Nordeste	428.100	11	605.020	7	41,33
Sudeste	1.344.181	33	2.194.686	26	63,27
Sul	2.009.884	50	4.685.136	56	133,10
Centro Oeste	203.301	5	825.998	10	306,29
BRASIL	4.050.449	100	8.408.528	100	107,59

Fonte: Anualpec 2005.

Uma parte considerável dessa exportação de frangos é voltada especificamente para o mercado muçulmano. Seus maiores consumidores se encontram no sudeste e oeste da Ásia. De acordo com a ABEF (Associação Brasileira de Produtores e Exportadores de Frango), o mercado consumidor de aves produzidas no Brasil está na Rússia, EUA, Japão, China, Arábia Saudita, Iraque, Irã, Gana, Guiné, Costa do Marfim, Líbano, Síria, Egito, Indonésia. A importação de carnes *halal* de países como Argélia, Egito e Irã é composta em quase 100% por mercadorias brasileiras.

Principais Destinos da Exportação do Frango no Brasil (2005)



Fonte: ABEF (Associação Brasileira de Produtores e Exportadores de Frango)

A produção halal envolve uma certificação que deve ser garantida por uma organização com respaldo religioso em todo o mundo. No Brasil, a CDIAL (Islamic Dissemination Centre for Latin America), com sede em São Bernardo do Campo, cumpre esse papel. Essa associação envolve uma comunidade imigrante sírio libanesa com investimentos em diversas áreas, com destaque para o setor imobiliário do ABC paulista e comércio exterior.

A origem deste "setor halal" pode ser rastreada mais imediatamente em meados de 1980, quando o presidente da CDIAL, Ahmad Ali Saifi também responsável pela mesquita de SBC, intermediou uma venda de 300.000 dólares em frangos para o Oriente Médio. A oferta crescente da produção de frango impulsionou a expansão do mercado brasileiro e aos poucos o CDIAL foi se consolidando como intermediador dos países de compra e o Brasil.

Para Ali Ahmed Saifi, filho do presidente da CDIAL e atual gerente do Departamento de Inspeção e Certificação Halal, a função da organização é pesquisar junto aos países compradores quais são seus "requisitos de adequação" e formalizá-los junto as agroindústrias. Todos os abatedores de frango halal no Brasil, cerca de 600 pessoas, são funcionários da CDIAL, e cerca de 80% são solicitantes de refúgio. Para Saifi filho, essa característica é bastante saudável para o desenvolvimento da indústria nacional, "*pois cai bem aos olhos dos compradores adquirir frangos de um país que trata tão bem seus irmão de fé*"[67].

[67] A família Saifi, hoje grande proprietária de terrenos urbanos na cidade de São Bernardo do Campo – e no ABC de forma geral, é de origem Síria e sua trajetória pode ser aproximada com a pesquisa de Oswaldo Truzzi que apresenta os migrantes sírio-libaneses a partir de um chamado "empreendedorismo étnico", ou do papel central das redes sociais para a formação de capital comercial. Uma pesquisa sobre a formação do capital desta família seria muito importante para desdobrar melhor as reflexões sobre a formação do setor halal brasileiro. Hoje o Grupo de Abate Halal, controlado pela Família Saifi, já emprega, como empreiteira para os grandes frigoríficos do país, cerca de 500 refugiados ou solicitantes de refúgio. Cf. TRUZZI, O. Economia e

Hoje estima-se que o número de descendentes libaneses no país chegue a 8 milhões, de acordo com dados da Folha de São Paulo. Waniez (2001) faz um resumo da chega dessa população:

> A chegada do Islã ao Brasil data do período colonial: uma parte dos escravos, denominados sob o termo genérico de malês, eram muçulmanos. Localizados principalmente na região de Salvador, na Bahia, a participação dos malês nas revoltas contra a escravidão é observada, sobretudo, na de 1835 (existe uma importante documentação sobre esse assunto nos Arquivos Públicos da Bahia). No entanto, a atual presença muçulmana no Brasil remonta, notadamente, da segunda metade do século XIX, com a imigração de sírios, libaneses e turcos portadores de documentos de identidade emitidos pela administra ção do Império Otomano, o que explica a denominação *turco* . Os primeiros sírios e libaneses chegaram ao Brasil nos anos 1860; as estatísticas são imprecisas, mas as pesquisas sobre esse tema (Knowlton, 1960) mostram que o fluxo de imigrantes não cessa de crescer até à véspera da Primeira Guerra Mundial; mais de onze mil pessoas foram registradas em 1913. (WANIEZ, P. 2001, p.157)

Waniez também destaca a presença muçulmana na região do ABC:

> A presença dos muçulmanos é forte igualmente em alguns municípios da região metropolitana de São Paulo: na cidade industrial de São Bernardo do Campo (335 muçulmanos recenseados e 5 instituições), em Santo André (232 muçulmanos) (WANIEZ, P. 2001, p.165)

As instituições muçulmanas de São Bernardo do Campos são: Associação Jasseb, Centro de Divulgação do Islam para a América Latina, Clube Sultan Yacob, Sociedade Beneficente Islâmica, Sociedade Beneficente Islâmica Abu Bakr Al-Sadik.

Existem hoje cerca de 10 frigoríficos certificados pela Cibal Halal (Central Islâmica Brasileira de Alimentos Halal, do CDIAL-Halal, de sede em SBC) produzindo frangos Halal no Brasil, concentrados no Centro-Sul do país, conforme se pode notar no mapa a seguir. A **DaGranja** e a **Pena Sul** exportam para China, Hong Kong, Japão, Rússia, Europa e o mercado árabe.. A **Sadia** é proprietária das marcas Sahein, Hilal (específicas para o mercado árabe) e recentemente, inaugurou um escritório em Dubai para intermediar relações no Oriente Médio. Destaca-se também uma filial da Sadia nas proximidades do porto de Paranaguá (PR), porta de saída de seus produtos para o mercado externo. A **Oderich** também realiza exportações para o mundo, mas nos chamou atenção especial o fato de seus frangos estarem disponíveis nos países de origem dos imigrantes com quem conversamos (Guiné, Gana e Nigéria). A **Cossisa** é uma corporação também proprietária da Companhia Sete-

---

Empreendedorismo étnico: balanço histórico da experiência paulista. Revista Fórum. 2009; TRUZZI, O. *De mascates a doutores*: sírios e libaneses em São Paulo. São Paulo: Sumaré, 1991.

Lagoana de Metalurgia, com campos de Silvicultura em forte avanço sobre o cerrado em Minas Gerais.

Fonte: Sites das Empresas. Elaboração própria, 2010.

Tais frigoríficos constituem uma ***rede*** a partir da qual a CDIAL mobiliza seus trabalhadores-solicitantes de refúgio. É nesse contexto de produção mundializada e ficcionalizada (no mercado de dívidas e futuros e especulação sobre o câmbio) que a indústria avícola dá seus primeiros passos em direção ao Oriente Médio e às suas mercadorias halal.

A magia da mercadoria

Como se pode perceber, o tratamento teórico que damos ao tema do ritual e da doutrina da alimentação islâmica não é a crítica da falta de ciência nos comportamentos religiosos. Se por vezes acessamos algum elemento científico (seja da medicina do trabalho, seja da crítica do valor) para pensarmos a produção de mercadorias para o mercado muçulmano, não o fizemos com o intuito de criar uma dualidade entre o que seria a mercadoria ocidental e o que vem a ser a mercadoria ritualizada do islã.

A intenção acabou sendo exatamente a oposta: a recusa do dualismo entre a magia do oriente e a razão laica ocidental demanda um desdobramento: se ambas são pensadas a partir do campo da modernização, porque uma aparece como ritualizada e a outra não? A mercadoria islâmica guardaria ainda resquícios culturais e simbólicos que ainda não foram engolfados pela forma social moderna, que tudo apaga? Ou, antes, a mercadoria islâmica revelaria um fundamento geral da forma mercadoria? O fetichismo da mercadoria se refere às argúcias que as coisas adquirem, a magia e ao encantamento que os produtos do trabalho assumem quando confrontados com os trocadores de dinheiro no mercado, seus pretensos controladores. O ritual e a palavra sagrada que comandam o trabalho do sangrador de frangos são o ponto de encontro entre a execução sujeitada de uma transcendência objetivada na mercadoria e a concepção fetichizada se que acredita executora dos próprios gestos.

A comparação então se inverte: a mercadoria é mágica *também* no ocidente.

No tapete mágico da especulação:
O mercado de derivativos financeiros

Uma semana após o início do cenário de incertezas, gerado pela falência da firma de serviços financeiros Lehman Brothers, em setembro de 2008, no Brasil uma prática de especulação financeira que apostava no preço do dólar no mercado de futuros quase levou a Sadia a falência. A prática não era de uso exclusivo da Sadia: as empresas Aracruz e Votorantim encontram-se no topo da lista das que mais perderam por causa dessa estratégia fetichista de reprodução do fetichismo da mercadoria mantida pelos operadores de bolsas de valores, que acreditavam poderem voar em tapetes mágicos de valorização totalmente descolados das determinações reais da acumulação capitalista.

A crise financeira de 2008-9, por sua vez, está longe de ter autonomia explicativa nos estreitos limites das prática tóxicas de inadvertidos e arriscados *yuppies* do sistema financeiro. Conforme diversas análises críticas que consideram que o Capital enfrenta uma crise de fundamento desde meados da década de 1970, esses fenômenos de crise são a explicitação de um problema profundo, que aponta para o esvaziamento do sentido histórico da próprio sistema capitalista, incapaz de valorizar valor através da produção de mais-valia em escala global.

Essa crise mais profunda, descrita por Robert Kurz como uma etapa da valorização do valor sem seu fundamento fetichista (Kurz, 1995), vem produzindo fenômenos de crise fundados na generalização social do "Capital Fictício" (Marx, 1983) desde meados da década de 1990.

Já em seu livro O colapso da modernização (1991), Kurz descreve como a dinâmica econômica dos *empreendimentos puramente fictícios* da avançada economia japonesa, passam a se reproduzir a partir das suas inserções em um circuito de déficit – a reprodução dos empreendimentos econômicos através da rolagem de dívidas no mercado financeiro. Esse *modus operandi* da economia japonesa já havia inclusive levado à uma crise imobiliária em Tóquio na década de 1990, quando diversas empresas passaram a apostar suas fichas no mercado imobiliário, que acabou inflando um bolha especulativa que logo estourou.

O caso japonês serve de descrição simplificada da crise financeira e imobiliária norte-americana. Pensada desta forma, as especulações imobiliárias do *subprime* nos Estados Unidos, são um momento de estouro de uma bolha especulativa na verdade puxada pelos grandes bancos e agente financeiros e securitários, movidos por um sistema de acumulação fictício, baseado na reprodução social fundada na rolagem de dívidas no mercado de futuros. Os consumidores de casa com altos índices de insolvência que foram vendidos e revendidos em pacote de baixo risco era o último ela de uma cadeia que fez com que instituições financeiras alavancasses seus ativos em até 20 vezes, de maneira que uma pequena variação colocaria toda a instituição em risco.

O Caráter fictício desse sistema pode ser percebido também no fato de que, de uma forma ou de outra, todas as dívidas privadas, de bancos ou empresas, tem seu lastro em uma outra dívida, aparentemente mais segura: as dívidas dos Estados-Nacionais. A capacidade do Estado Nacional de expandir o seu endividamento, através do financiamento de obras de infraestrutura, empréstimos, título e subsídios de todas as formas é que condiciona todo o processo global de acumulação fictícia capitalista global.

Casos como a Grécia apontam para o limite histórico interno do sistema de valorização do valor fundado no capital fictício: Uma vez provado insolvente, o Estado pode levar à um efeito dominó, que explodirá uma por uma, as bolhas de valorização fictícia da economia global.

Nesse sentido, as estratégias fetichistas de especulação financeira, através dos chamados derivativos tóxicos, como no caso da Sadia, exemplificam que a reprodução de todos os empreendimentos econômico-financeiros estão a reboque da reprodução crítica da capitalista fictício e da crise fundamental do valor e da valorização do capitalismo em cheque.

Uma inversão da taxa cambial, puxada pela derrocada do Lehman Brothers, uma das instituições alavancadas, levou um conjunto de empresas em todo o mundo a perdas gigantescas. Na Sadia, o prejuízo foi da ordem de 360 milhões, e levou, logo em seguida, à compra da empresa pela rival Perdigão, com a posterior fusão através da BRFoods.

3.4 - O fetichismo do sujeito

Tanto a ideologia do pioneiro industrial como o *broker* no tapete mágico do sistema financeiro são momentos da subjetivação de uma forma social objetivamente estabelecida na sociedade moderna, o fetichismo da mercadoria, abordada por Marx no item 4 do capítulo 1 de *O Capital*, através de uma discussão sobre a alienação do dinheiro e da forma-mercadoria.

Essa forma de relação social faz com que os sujeitos acreditem ser realmente sujeitos das suas ações, seja empreendendo, seja lucrando financeiramente, quando na verdade estão movendo um processo que nem longe podem controlar, pois os papéis de sujeitos e objetos estão invertidos. Esse seria o sentido em que usamos o termo estratégias fetichistas.

Para entender esse problema, dependemos da exposição dessa inversão entre sujeito e objeto que ocorre no mundo moderno:

> A igualdade dos trabalhos humanos adquire a forma [objetiva da igualdade] de valor dos produtos do trabalho; a medida do dispêndio da força de trabalho humana, pela sua duração, adquire a forma de grandeza de valor dos produtos do trabalho; finalmente, as relações entre os produtores, nas quais se afirmam as determinações sociais dos seus trabalhos, adquirem a forma de uma relação social dos produtos do trabalho. (Karl Marx, 1996, p.199).

Marx nos mostra que o movimento de sociabilização através da forma-mercadoria acontece como uma relação entre produtores de mercadorias que adquire a forma de uma relação de produtos do trabalho, enquanto a relação entre os produtos do trabalho adquirem a forma da medida do dispêndio de trabalho humano.

O fetichismo da mercadoria opera através de uma inversão de papéis entre homens e mercadorias. As mercadorias podem se relacionar socialmente através da troca, momento em que todas as suas qualidades são abstraídas, ou seja é operada uma abstração (eliminação) das suas diferenças (pois alcachofras e frangos são diferentes) para que seja possível a troca de duas mercadorias diferentes de acordo com um critério que as iguala e as mede comparativamente. Em contrapartida os homens se relacionam através das mercadorias, que passam a representar "características objetivas dos próprios produtos do trabalho, como se fossem propriedades sociais inerentes a essas coisas" (Marx, 1996, p.200). A relação social através da forma-mercadoria é a relação social coisificada, chamada também de dominação reificação:

> Dado que os produtores só entram em contato social pela troca dos seus produtos, é só no quadro desta troca que se afirma também o carácter [especificamente] social dos seus trabalhos privados (Marx, 1996, p. 203)

A dominação coisificada é uma relação social amplamente generalizada como forma abstrata mesmo, que submete as qualidades (ou o valor-de-uso) dos produtos do trabalho a uma igualação negativa, ou seja como mercadorias.

Entretanto é preciso ir além. A crítica do fetichismo da mercadoria não é simplesmente um conceito de economia política, que permite desvendar o mistério das relações sociais e expô-las de maneira objetiva através do discurso científico. A crítica do fetichismo da mercadoria é ela mesma crítica da teoria do conhecimento em geral, concepção esta que entra em choque com uma teoria da história desenvolvida anteriormente por Marx principalmente em "A Ideologia Alemã" e as "Teses sobre Feuerbach", onde o Materialismo Histórico, como método de investigação é estabelecido, que acaba por coincidir com o próprio método da economia política, criticado por Marx enquanto redigia *O Capital*, no sentido de uma simples contraposição entre as formas de existência objetivas da realidade e suas formas de subjetivação. A ideia de que as superestruturas (Ideologias e Instituições como o Estado) são derivadas das estruturas (a dialética entre forças produtivas e relações sociais de produção). Ou como se as formas de consciência do mundo fossem a objetivação da realidade material. Nessa perspectiva a crítica do fetichismo da mercadoria serviria como uma chave de acesso para a consciência do mundo, que superaria a ideologia burguesa que esconde a exploração da mais-valia e atingiria a verdade sob a forma da troca de mercadorias. Mas o que acontece se pensarmos o Materialismo Histórico à luz da crítica do Fetichismo da Mercadoria no plano da teoria do conhecimento?

Com o conceito de fetichismo da mercadoria, conforme expusemos, Marx nos mostra a inversão que é operada pelo capitalismo entre sujeitos e objetos. Como pode ser possível uma construção objetiva de conhecimento em uma sociedade em que os sujeitos são objetos e os objetos são sujeitos, ou seja um conhecimento objetivo que não seja imediata objetivação da forma mercadoria? Até que ponto as formas de apreensão da realidade (ideologias, burguesas ou proletárias, liberais ou keynesianas) não são somente uma representação fetichista de mundo, que põe em movimento uma mesma forma de reprodução tautológica do mundo através da forma-mercadoria desdobrada sobre a produção do conhecimento?

A forma social de dominação, tal como exposta por Marx em *O Capital*, permite esse desdobramento epistemológico, quando se coloca a própria produção do conhecimento no

centro da crítica. É esse o movimento que Claus Peter Ortlieb realiza, no importante texto "Objetividade Inconsciente" (Ortlieb, 1998) que insere o fetichismo instituído pela dominação das mercadorias no plano do pensamento e demonstra como o fetichismo postula inclusive suas categorias e a forma de organização da experiência empírica. Para Ortlieb, já em Marx podemos encontrar uma crítica do sujeito transcendental kantiano como forma de subjetivação da forma da mercadoria.

Essa forma de produção do conhecimento científico (forma-ciência) se estabelece historicamente na contradição entre as perspectivas do racionalismo e do empirismo, em busca de uma síntese entre a experiência empírica e a formulação de teorias universais, pelas quais a industrialização (e os seus sujeitos-pioneiros) encontrava-se ansiosa.

Com uma simples frase pode-se resumir a "revolução no modo de pensar", empreendida por Kant: *"Toda experiência deve se referir ao conhecimento"*. Kant inverte a sentença Empirista, que anunciava que todo conhecimento nasce da experiência e mostra que experiência e razão não eram tão opostas assim. Dizer que toda experiência deve se referir **ao** conhecimento (destaque para o artigo definido, que pressupõe um forma particular de conhecimento, a ciência moderna) significa dizer que a experiência do sujeito moderno, relacionado com o mundo através das coisas e coisificado ele próprio, teria que ser organizada a partir de uma categoria *a priori* do pensamento.

A crítica do fetichismo de Marx nos faz perceber que pensamos o mundo a partir de tais categorias apriorísticas, não porque são um fundamento profundo da estrutura humana ou a melhor forma de organizar a experiência e o conhecimento humanos, mas porque o mundo moderno institui, ele próprio, uma forma social *a priori*, a forma da mercadoria.

A ciência organiza a experiência empírica, através de um jogo entre deduções e induções, para formalizar regras gerais sobre o funcionamento da sociedade e da natureza. Se quando o pensamento coisificado atua pela forma mercadoria age irrefletidamente por dentro de tais categorias *a priori* só consegue pensar o mundo através da forma-mercadoria, e acaba por abstrair o mundo por dentro dos esquadros da mercadoria e não enxerga nada além, pois naturaliza esta forma de pensar e a institui como a maneira mais acabada do conhecimento humano.

Portanto, a partir de Kant, toda experiência deve ser racionalizada (reduzida a forma do método científico) ou não se tratará de um conhecimento válido, científico. Enquanto isso a experiência empírica e as possíveis formas de organização teórica do conhecimento encontram-se aprisionadas ao caráter fetichista da mercadoria.

Entretanto, se o fetichismo não é simplesmente uma ideologia, um véu que pode ser descoberto com a tomada de consciência de sua existência, mas sim a subjetivação de uma forma social objetiva, enquanto estivermos sujeitados a forma da mercadoria, a ciência permanecerá um conhecimento fetichista de mundo, e na melhor das hipóteses conseguirá expor seus limites e colocar a sua própria forma em questão. A ciência moderna, em busca de objetividade do mundo (objetividade da formação territorial, da industrialização ou da mobilização para o trabalho) está fadada a realizar a objetivação da mercadoria, processo ao qual toda a sociedade está sujeitada.

Em outras palavras, a modernização é um processo objetivo posto em movimento pela forma-mercadoria; colonizadores, estadistas, cientistas, empreendedores ou investidores do mercado financeiro a reiteram porque estão sujeitados a tentar garantir seu lugar na divisão social do trabalho, a partir de suas próprias máscaras sociais. Portanto, qualquer análise que não coloque em questão radicalmente a forma do sujeito, com os seus pés já no abismo, deve ser colocada fora questão quando o problema é a crítica da totalidade social capitalista e do processo de modernização.

O processo de subjetivação do mundo como matéria controlável, organizável e previsível é parte fundamental daquilo que o reproduz em seus fundamentos, ou seja, da reprodução da subjetividade capitalista. Por sua vez, o conhecimento, para além da sociedade capitalista, deve prescindir tanto da relação basilar entre sujeito e objeto, quanto da divisão social do trabalho produzida pelo desdobramento histórico da modernidade, ou seja da figura social do cientista – e de todas as outras formas habituais, tal como as conhecemos.

3.5 - Comentário sobre os Ciclos de Kondratieff e a teoria da crise

Espíndola, assim como Mamigonian (1976), Ignácio Rangel e boa parte do marxismo tradicional, é tributário de uma concepção cíclica das crises do capitalismo. Essa concepção encontra sua origem no trabalho de Kondratieff, e trata-se de uma instrumentalização da crítica da economia política marxiana em ciência do planejamento econômico, portanto, não enfrenta seriamente a crítica do fetichismo da mercadoria nem os desdobramentos teóricos sobre uma teoria da crise.

Nesse sentido, a concepção de crise cíclica é tributária de um pensamento que insere a dinâmica social e historicamente específica da relação Capital nas explicações funcionalistas das ciências da natureza; são portanto uma naturalização do processo social.

Entretanto, a partir da obra de Marx é possível apontar para crítica das teorias da crise que não consideram o movimento do Capital como desdobramento crítico de suas próprias categorias: Capital e Trabalho.

O principal caminho que essa teoria vem percorrendo, desde Marx, passando por Ernst Mandel e Robert Kurz, parte da chamada queda tendencial da taxa de lucro movida pela constante modernização da composição orgânica do Capital, a chamada substituição de trabalho vivo no processo de produção.

Kondratieff baseia sua interpretação na falsa indução de que as crises capitalistas funcionariam de acordo com o movimento de auto-renovação cíclica imposto pela dinâmica climática do planeta terra. Os momento de transformação da economia teria movimento análogo às estações do ano: na primavera a produção, a riqueza e os empregos crescem e florescem por 25 anos, período em que já seria se iniciaria um processo inflacionário; no verão o crescimento chegaria ao seu auge e o ciclo iniciaria o primeiro desequilíbrio mais forte: estagnação econômica com desemprego acompanhada de inflação de preços e subconsumo; o inverno seria o momento de recessão profunda e um colapso da estrutura de preços e dos salários, que durariam em média três anos, acompanhados de períodos deflacionários. No inverno o sistema passaria por uma depuração e limpeza, reajustando-se para o próximo ciclo de crescimento.

A partir desta genuína metáfora geográfica, Kondratieff desenvolve uma tese sobre a existência de ciclos longos, que seriam produtos da intervenção humana na natureza da economia, como o desenvolvimento tecnológico, guerras, surgimento de novos mercados, flutuações na cotação do ouro:

> Para fundamentar suas hipóteses, Kondratieff procurou examinar o comportamento de variáveis econômicas e sua dinâmica, efetuando, ao longo dos anos, a análise do movimento médio das séries e indicadores de: preços de mercadorias; taxas de juros; investimentos de Bancos; salários dos trabalhadores em atividades agrícolas e industriais; alterações populacionais; importação e exportação; depósitos e poupanças bancárias; total de comércio exterior; consumo e produção de carvão; produção de ferro gusa; produção de cereais por acres e produção líder. (Pires, 2000)

Kondratieff analisa um conjunto de variáveis, fundamentado naquela falsa indução de que o capitalismo teria um funcionamento naturalmente cíclico, e formula sua teoria dos ciclos longos, uma espécie de síntese do movimento histórico do capitalismo em suas crises ao longo dos ciclos naturais, atravessadas por variáveis mais históricas, como as guerras e transformações técnicas chegando ao seguinte esquema:

Longos Ciclos de Kondratieff

Ciclos Longos	Fases
1ª Onda longa	Expansão de 1788-90 até 1810-17;
	Declínio de 1810-17 até 1844-51;
2ª Onda longa	Expansão de 1844-51 até 1870-1875;
	Declínio de 1870-75 até 1890-1896;
3ª Onda longa	Expansão de 1890-1896 até 1914-20;
	Declínio de 1914-20.

Fonte: Pires, Hindeburgo. 2000.

Pode-se dizer que a teorização sobre as modificações técnicas em sua relação com as crises capitalistas pode aproximar Kondratieff da concepção de Marx sobre a transformação da composição orgânica do capital, na medida em que atualizaria o funcionamento das crises regidas pela acumulação capitalista. Entretanto, a maneira como a "variável" tecnologia é incorporada em sua análise o afasta da crítica da relação capitalista de Marx, na medida em que Kondratieff não incorpora em sua "previsão estatística" o aprofundamento das contradições entre capital e trabalho, sintetizadas por Marx na lei cega da *queda tendencial da taxa de lucro*. Se realmente consideradas as críticas do fetichismo da mercadoria e da negatividade progressiva do processo de modernização capitalista, resultaria sem sentido uma formulação teórica que buscasse identificar o comportamento de crises cíclicas.

Mas Kondratieff insiste: o desenvolvimento tecnológico desencadearia uma expansão econômica de setores que estivessem sob pressão de um mercado de consumo saturado. Joseph Schumpeter, um economista austríaco que deu prosseguimento às formulações de Kondratieff foi mais enfático, sobre a dinâmica que ele nomearia de destruição criativa:

> O impulso fundamental que inicia e mantém o movimento da máquina capitalista decorre de novos bens de consumo, dos novos métodos de produção ou transporte, dos novos mercados, das novas formas de organização industrial que a empresa capitalista cria. (SCHUMPETER,1984:112-113, apud Pires, 2000).

Nesse sentido, tanto para Schumpeter quanto para Kondratieff o crescimento da população e o desenvolvimento da tecnologia atuariam como variáveis positivas progressivamente no crescimento da produção e aumento dos salários, acompanhando de perto as formulações de Adam Smith.

Este movimento também é análogo ao estabelecimento da "lei geral da acumulação capitalista", desenhado inicialmente por Marx no item 1 do capítulo 23 de O Capital (*Demanda crescente de força de trabalho com a acumulação, com composição constante do capital*). Entretanto este item é somente um momento do raciocínio que tenta acompanhar o desdobramento crítico da Capital, pois aqui Marx abstrai as transformações nas forças produtivas. Kondratieff, entretanto, insistiria em chamar este momento de um ciclo de crescimento.

O item que se segue (*Decréscimo relativo da parte variável do capital com o progresso da acumulação e da concentração que a acompanha*) justamente existe para desdobrar esse movimento. Com o progresso da acumulação e a concentração de capital que a acompanha, os desenvolvimentos tecnológicos que se sucedem incorporam mudanças na composição orgânica do Capital, que se desdobrariam no terceiro item (*Produção progressiva de uma superpopulação relativa ou exército industrial de reserva*) que provavelmente Kondratieff nomearia de um ciclo recessivo, pois ignorava a **produção progressiva de um excedente populacional relativamente às possibilidades de incorporação produtiva dessa força de trabalho pelas novas forças produtivas**.

Como podemos ver, o "momento de crescimento" e o "momento de recessão" não compõe um ciclo, entre primavera e o inverno, como se o capitalismo pudesse voltar sempre a estaca zero e recuperar seu fôlego por crescimento e produção para a próxima safra, pois a **produção continuada de uma superpopulação relativa** coloca em cheque os próprios fundamentos da relação capital. É nesse sentido que se deve seguir uma crítica fundamentada às teorias de crises cíclicas, ao problematizar a especificidade da relação capital ao longo do processo de modernização.

Conclusão

Nas últimas duas décadas o influxo de imigrantes do continente africano para a América do Sul – e para o Brasil especificamente, têm aumentado. Sua presença nas grandes cidades já se faz notar: somalianos, senegaleses, nas ruas do centro de São Paulo ou nas portas dos metrôs, como vendedores de joias e relógios, ou tomando um lanche num restaurante nigeriano na Avenida São João ou no terminal Barra Funda; em Santos perambulando pela zona portuária da cidade.

Uma proporção considerável dessa população foi espalhada pelo território brasileiro, em Francisco Beltrão, no Paraná ou em Uberaba, em Minas Gerais. Dissolvidos em meio a cidades de centenas de milhares de habitantes, os 500 trabalhadores africanos da indústria avícola *halal* passam despercebidos pelos olhares dos consumidores de frangos convencionais no Brasil. Entretanto, estão sujeitos à lógica empresarial avassaladora do capital monopolista da BRFoods, suas trajetórias são rabiscadas no mapa em função dos ajustes de produção calculado pelos engenheiros da Sadia e da Perdigão. Sua condição precarizada de um provisório-permanente – o solicitante de refúgio – que cumpre os rituais burocráticos do Conselho Nacional de Refugiados a cada três meses, na esperança de um dia se mobilizar de igual para igual no mercado das humilhações primárias, se desfaz a cada vez que deixam as cidades sedes das fábricas espalhadas pelo Brasil para visitarem, em um final de semana, o escritório da ACNUR na Praça da Sé, em São Paulo. Alguns ainda aproveitam para um passeio na Praça da Luz ou uma visita ao SESC do Carmo, onde possivelmente encontram novos imigrantes africanos, desesperados com a falta de trabalho em São Paulo – ou ainda aqueles que recusam o trabalho da construção civil, em Alphaville ou Mauá, que pagam 12 reais por dia.

As instituições de acolhimento, aos poucos direcionam suas práticas pastorais a essa população, aparentemente mais vulnerável do que os latino-americanos com suas extensas redes sociais estabelecidas. É a oportunidade para que a Igreja reforce o discurso dos Direitos Humanos, narrado como campo de crítica aos excessos de violência das zonas críticas mundiais. Hoje, as missões pastorais, as menos combativas, que aceitam implicitamente um fim da história se vem praticando uma espécie de pacificação social, um ajuste fino de direção ao processo de modernização, ele mesmo justificável em si mesmo. Os grupos de mediação de trabalho, preocupados com as condições de trabalho das vagas oferecidas para os abrigados na Missão Paz, acabam oferecendo as vagas precarizadas em um mural interno da Casa, encurralados pela busca desesperada por trabalho dos imigrantes.

Na Rua Marechal Deodoro, em São Bernardo do Campo, a família Saifi, *etnicamente empreendedora*, narra a própria história de sucesso a partir das inovações humanitárias que a indústria brasileira incorporou, ao aceitar trabalhadores refugiados em suas linhas de produção.

De volta para a fábrica, encontramos serra-leonenses, guineenses, nigerianos, iraquianos, até nepalenses, cumprindo jornadas de trabalho de três turnos (24 horas), com salários por volta de 800 reais que, diga-se de passagem, dá para o aluguel, a comida e, quando muito, para financiar as viagens de volta para São Paulo, a cada três meses, para cumprir os rituais burocráticos e receber um novo selo de indeferimento.

A libertação prometida pelo trabalho mostra-se mais uma vez ilusória. Neste caso, submetida ainda a uma humilhação de segunda ordem: refugiados não são cidadãos comuns, aceitos livremente pelas sociedades que lhes acolhem. São aceitos na subcategoria que lhes prescrevem, como máquinas de trabalho inertes.

Ao contrário do que as campanhas contra o trabalho escravo permitem pensar, tais relações de trabalho super precarizadas estão presentes no chão das fábricas mais modernas e com gigantescas balanças de exportações do Brasil, os conglomerados puramente fictícios, reproduzidos pelo Estado a custa de subsídios e de bancos públicos para manter o país na rota do crescimento econômico prometido.

O Estatuto do Refugiado, instrumento legítimo dos Direitos Humanos, desenvolvido juridicamente desde o final da Segunda Guerra Mundial para combater os abusos contra migrantes forçados foi se tornando um aparato de controle populacional eficiente para os Estados Nacionais, pois lhes permitiram adequar os influxos de imigrantes internacionais às necessidades de emprego de força de trabalho precarizada, através da análise caso a caso, dos solicitantes de refúgios.

O cenário é mais ou menos previsível, pelo menos por quanto durar o sopro da modernização retardatária brasileira. A crise geral do trabalho – e a correspondente crise de gestão populacional em diversos países – continuará sujeitando imigrantes a tentarem entrar nos navios que circulam pelo Atlântico, que invariavelmente os joga nas cidades portuárias brasileiras e os faz circular como solicitantes de refúgio e que acabam por aceitar os trabalhos mais precarizados do país. Alguns decidem ainda pela volta aos países onde embarcaram, para apostar em um novo navio, que os levem para a terra prometida - onde jorra o mel e o leite, sob o olhar cuidadoso dos aparatos de controle.

Cuidado e controle formam uma dupla indissociável, uma lição que as políticas de controle populacional da crise do trabalho estão a aprender e que poderão ser aplicadas em toda parte e não só para refugiados.

Bibliografia

ACNUR. *Tendências Globais: Refugiados, Solicitantes de Refúgio, Repatriados, Pessoas Deslocadas*. ACNUR, 2009. Disponível em http://www.acnur.org/t3/fileadmin/Documentos/portugues/Publicacoes/2010/Tendencias_Globais_2009.pdf?view=1. Acessado em janeiro de 2012.

ADORNO, Theodor W. *Sobre Sujeito e Objeto*, 1969. Disponível em http://antivalor2.vilabol.uol.com.br/textos/frankfurt/adorno/adorno_24.html Acessado em 10/08/2010

ALFREDO, Anselmo. *Formação econômico-social brasileira. Mobilização do trabalho e configurações territoriais*. Mimeo, edição do autor, 2005.

ALFREDO, Anselmo, *Mobilização, Civilização e Barbárie. Angola, Brasil, Portugal e Europa na produção do trabalho escravo* (1768-1770). São Paulo, IEB, 2005.

AGAMBEN, Giorgio. *Homo sacer: o poder soberano e a vida nua I*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

ASSIS, Machado de. *Dom Casmurro*. São Paulo, Ateliê Editorial, 2011.

AYDOS, Mariana Recena, *Migração forçada. Uma abordagem conceitual a partir da imigração de angolanos para os estados de São Paulo e do Rio de Janeiro, Brasil (1970-2006)*. Dissertação de mestrado apresentada ao NEPO, Campinas, 2010.

BAPTISTA, Dulce. *Migração na metrópole: o caso dos angolanos em São Paulo*. Cadernos Metrópole (PUCSP), v. 17, p. 103-118, 2007.

BATRAN, Aziz. *As revoluções islâmicas do século XIX na África do Oeste*. História geral da África, VI: África do século XIX à década de 1880. Pp.619-640. Editado por J. F. A de Ajayi. Brasília: UNESCO, 2010

BAIER, Stephan. *O Saara no século* XVIII. In História geral da África, VI: África do século XIX à década de 1880. Pp.591-618. Editado por J. F. A de Ajayi. Brasília: UNESCO, 2010.

BELIK, Walter. *Agroindústria processadora e política econômica*. Tese (Doutorado em Economia) Campinas: UNICAMP-IE, 1992.

BELUSSO, D.; HESPANHOL, A. N. *A evolução da avicultura industrial brasileira e seus efeitos territoriais*. Revista Percurso, Maringá, v. 2, n. 1, p. 25-51, 2010.

BOAHEN, Albert Adu. *A África diante do desafio colonial.* In História geral da África, VII: África sob dominação colonial, 1880-1935. Pp. 1-20. Editado por Albert Adu Boahen. – 2.ed. rev. – Brasília : UNESCO, 2010.

BOAHEN, Albert Adu & SURET-CANELA, Jean. *A África Ocidental.* In História geral da África, VIII: África desde 1935. Pp.191-228. Editado por Ali A. Mazrui e Christophe Wondji. – Brasília : UNESCO, 2010.

BOECHAT, Cássio Arruda. *Região do colonato - Mobilização do trabalho e autonomização do capital na área de Olímpia (1857-1964) do Oeste Paulista.* Dissertação de mestrado, apresentada ao Departamento de Geografia da FFLCH/USP, São Paulo, 2009.

CABAÇO, José Luis. *Moçambique. Colonialismo, Identidade e Libertação*. São Paulo, Editora Unesp, 2009.

CARNE & Osso. Direção: Caio Cavechini e Carlos Juliano Barros. Repórter Brasil, (65 min) 2011.

CASTLES, Stephen. The age of migration. Basingstoke [England]: Palgrave Macmillan, 2009 New York.

CHESNAIS, François. *A mundialização financeira : gênere, custos e riscos* São Paulo: Ed Xamã,1998.

CUNHA, Manuela Carneiro da. *Negros estrangeiros: os escravos libertos e sua volta à Africa*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

DAMIANI, Amelia Luisa. *A Metrópole e a Industria: reflexões sobre uma urbanização crítica.* Terra Livre, São Paulo, v. 15, p. 21-37, 2000.

DELGADO, Guilherme Costa. *Capital financeiro e agricultura no Brasil: 1965-1985*. São Paulo: ICONE, 1985.

ESPÍNDOLA, C. *As agroindústrias do oeste catarinense. O caso Sadia*. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) FFLCH, São Paulo, 1996.

FERRETTI, F. "L'egemonia dell'Europa nella Nouvelle Géographie Universelle (1876-1894) di Elisée Reclus: una geografia anticoloniale?", Rivista Geografica Italiana, 117 (2010), p. 65-92, http://halshs.archives-ouvertes.fr/halshs-00487181/fr/

FOUCAULT, Michel. *Vontade de Saber*, Ed Graal, São Paulo, 1985 (1976).

GAUDEMAR, Jean-Paul. *Mobilidade do trabalho e acumulação do capital*. Lisboa, Editora Estampa, 1977.

GEORGE, Pierre. *População e Povoamento.* São Paulo, DIFEL, 1972.

GEORGE, Pierre. *Geografia da População*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1991.

GIESE, Bárbara. *A atuação política do empresariado catarinense nos ramos têxtil e agroindustrial: demandas e canais de influência (1970-1985).* Dissertação (Mestrado em Sociologia Política). Florianópolis: UFSC, 1991,p. 78

GUEYE, M'Baye & BOAHEN, Albert Adu. *Iniciativas e resistência africanas na África ocidental, 1880-1914.* In In História geral da África, VII: África sob dominação colonial, 1880-1935. Pp. 129-166. Editado por Albert Adu Boahen. – 2.ed. rev. – Brasília : UNESCO, 2010.

HARVEY, David. *A condição pós-moderna*. Editora Loyola São Paulo, 1996.

HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. Editora Anablume, São Paulo, 2001.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *Princípios da filosofia do direito*. São Paulo, Martins Fontes, 2009.

HEIDEMANN, Dieter. *Um novo modo de ser (inclusive migrante): Flexi-existência "just in time"*.In *Revista Travessia.* CEM, Ano XVI, número 45, São Paulo, Janeiro-Abril, 2003.

HEIDEMANN, Dieter. *Os migrantes e a crise da sociedade do trabalho. In Migrações: discriminações e alternativas*. São Paulo, Paulinas, 2004.

HEIDEMANN, Dieter. Deslocamentos populacionais e mobilidade fictícia: a razão fetichizada do migrante e do seu pesquisador. In: Sidney Antonio da Silva. (Org.). *Migrantes em contextos urbanos: uma abordagem interdisciplinar.* Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2010, v. 1, p. 15-33.

HOBSBAWM, Eric. *A era dos impérios*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

KAFKA, Franz. Entretenimentos in *A muralha da china*. Clube do livro, São Paulo, 1968, p.128.

KAFKA, Franz. Narrativas do Espólio. Companhia das Letras, São Paulo, 2002.

KURZ, Robert. *O colapso da modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993

KURZ, Robert. *A falta de autonomia do Estado e os limites da política: quatro teses sobre a crise da regulação política*, 1994. Original Die Unselbständigkeit des Staates und die Grenzen der Politik in www.exit-online.org Conferência lida no Colóquio: "Capital e Estado na América Latina", Agosto de 1994, publicado na revista Indicadores Econômicos FEE, Porto Alegre, maio de 1995, tradução de Peter Neumann

KURZ, Robert. Weltordnungskrieg. Das Ende der Souveränität und die Wandlungen des Imperialismus im Zeitalter der Globalisierung. *A guerra de ordenamento mundial*, Traduzido por Lumir Nahodil. 1995. Disponível em http://obeco.planetaclix.pt/rkurz133.htm Acessado em abril de 2012.

KURZ, Robert. Die Himmelfahrt des Geldes em www.exit-online.org. Publicado na Revista Krisis 16/1, 1995. *Ascensão do dinheiro aos céus*. Versão portuguesa em http://obeco.planetaclix.pt. Acessado em Janeiro de 2010.

KURZ, Robert. Com canhões e tostões: o estouro da modernidade. *Der Knall der Moderne* in Publicado na revista *Jungle World*, 09.01.2002. Tradução de Lumir Nahodil.

KURZ, Robert. Barbárie, Migração e guerras de ordenamento mundial. Publicado In: Serviço Pastoral dos Migrantes. (Org.) *Travessias na desordem global* — Fórum Social das Migrações. São Paulo: Paulinas, 2005.

KURZ, Robert. *Razão Sangrenta. Ensaios sobre a crítica emancipatória da modernidade e de seus valores ocidentais*. São Paulo: Ed. Hedra, 2010

LACOSTE, Yves. *A Geografia - iso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*. Campinas, Papirus, 2005.

LÊNIN, Vladimir. *Imperialismo: Fase superior do capitalismo*. São Paulo: Global Editora, 1979

LEITE, Ana Carolina Gonçalves. *A modernização do Vale do Jequitinhonha mineiro e o processo de formação do trabalhador "bóia-fria" em suas condições regionais de mobilização do trabalho.* Dissertação de mestrado apresentado ao departamento de geografia da FFLCH/USP, São Paulo, 2010.

LEFEBVRE, Henri. *Vida Cotidiana no mundo moderno*. São Paulo, Ática, 1991.

LEFEBVRE, Henri. Vers le cybernanthrope. Paris, Denoël / Gonthier, 1971.

LIMA, M.A.A. *Mudança tecnológica, organização industrial e expansão da produção de frango de corte no Brasil*. Dissertação (Mestrado em Economia) FEA, São Paulo, 1984.

MANDEL, Ernest. A crise do capital. São Paulo, Ensaio, 1990.

MARTINS. José de Souza. *Não há terra para plantar neste verão*. Petrópolis, Vozes, 1986.

MARX, Karl. Marx in the New York Tribune 1853, *Forced Emigration*. Marx Engels On Britain, Progress Publishers 1953; Written: by Marx, March 4, 1853; First Published: in the New York Daily Tribune of March 22, 1853 and republished in the People's Paper of April 16, 1853; Transcribed: by Andy Blunden.

MARX, Karl. *O Capital. Crítica da economia política*. Abril Cultural, São Paulo, 1996.

MARX, Karl. *Contribuição à critica da economia política.* São Paulo, Martins Fontes, 1983.

MARX, Karl. *Para a questão judaica*. Lisboa, Avante, 1989.

MARX, Karl. *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. Boitempo Editorial, São Paulo, 2006.

MAMIGONIAN, Armen. *Estudo Geografico das Industrias de Blumenau*. Revista Brasileira de Geografia p. 389-481, IBGE, Rio de Janeiro,1965 (1966).

MAMIGONIAN, Armen. *Notas sobre os frigorificos do Brasil Central Pecuário*, Boletim Paulista de Geografia n 51, AGB, São Paulo, 1976

MASSEY et al. *Worlds in motion, understanding international migration at the end of the millennium*. Oxford: Clarendon, 1998.

MEGALE, Januário Francisco (org) *Max Sorre: geografia.* São Paulo: Ática, 1984.

MEILLASSOUX, Claude. *Antropologia da escravidão. O ventre de ferro e dinheiro.* Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1995.

MILESI R. & MARINUCCI, Refugiados: realidade e perspectivas / Rosita Milesi (organizadora). Brasília : CSEM/IMDH, 2003 : Edições Loyola.

MORAES, Antonio Carlos Robert. *Bases da formação territorial do Brasil: o território colonial brasileiro no longo século XVI.* São Paulo: Hucitec, 2000.

MOREIRA, Moreira, *O que é Geografia*, Editora Brasiliense, São Paulo, 1980.

MOREIRA, Ruy. O Pensamento Geográfico Brasileiro - As *Matrizes Clássicas Originárias*. Editora Contexto, São Paulo, 2008.

NAVES, M.B. *Marxismo e o Direito: um estudo sobre Pachukanis*. Boitempo Editorial, São Paulo, 2008.

OLIVEIRA, Francisco de. *A produção dos homens. Nota sobre a reprodução da população sob o capital*. Cadernos CEBRAP, São Paulo, 1975.

OLIVEIRA, Francisco. Crítica à Razão Dualista. São Paulo, Boitempo Editorial, 2003 (1975).

ORTLIEB, Claus Peter. *Bewusstlose Objektivität* em www.exit-online.org. Publicado na revista *Krisis*, n. 21-22, Nuremberg, Objetividade Inconsciente. Traduzido para português por Daniel Cunha a partir da versão espanhola. 1998.

PACHUKANIS, E. *Teoria geral do direito e o marxismo*. Coimbra, Centelha, 1977.

PETRONE, Pasquale. *África. Quadro político atual*. Revista Orientação. Departamento de Geografia. No 1. São Paulo, 1965.

PIRES, Hindenburgo. Teoria das longas ondas e os ciclos da indústria mundial. S L, 2000. Disponível em http://hfpires.sites.uol.com.br/ciclos.htm. Acessado em abril de 2010.

POSADA, Paola.

PITTA, Fábio Teixeira. *Modernização retardatária e agroindústria sucroalcooleira paulista: o Proálcool como reprodução fictícia do capital em crise.* Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de Geografia da FFLCH/USP. São Paulo, 2011.

POSTONE, Moishe. *Time, labor and social domination : a reinterpretation of Marx´s critical theory*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

PÓVOA NETO, Helion ; SEYFERTH, Giralda . Barreiras e limites à mobilidade. In: PÒVOA NETO, Helion; SEYFERTH, Giralda; ZANINI, Maria Catarina; SANTOS, Miriam. (Org.). Mundos em movimento. Ensaios sobre migrações.. 1ed.Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 2007, v. 1, p. 123-128PRADO Jr. Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. 23ª edição. São Paulo, Brasiliense, 1996.

QUAINI, Massimo. *Marxismo e geografia*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2002.

RANGEL, Ignacio. *Ciclo, Tecnologia e Crescimento* São Paulo, Civilização Brasileira 1982.

RANGEL, Ignacio. Recursos Ociosos e Ciclo Econômico. *Revista de Economia Política*, (9):21-30, 1989.

RANGEL, Ignacio. O Quarto Ciclo do Kondratiev. *Revista de Economia Política*, (10):31-43, 1990.

RECLUS Élisée, Nouvelle Géographie universelle, la Terre et les hommes, Hachette, 19 vol., Paris, 1876-1894.

RECLUS Élisée, L'Homme et la Terre, Librairie universelle de Paris, 6 vol., Paris, 1905-1908.

RIBEIRO, Guilherme, Vidal de la Blache, Ciência e Política: notas a partir do caso africano, Confins [Online], 12 | 2011, posto online em 02 Julho 2011, Consultado o 15 Maio 2013. URL : http://confins.revues.org/7167 ; DOI : 10.4000/confins.7167

RIBEIRO, J. "Migração Internacional Brasil África: Angola em destaque". In: *Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo*. 2 ed. São Paulo, FNUAP, 1995.

SATO, Miki et al. *Da África para albergues públicos: africanos na Casa do Migrante em São Paulo*. 2007

SAYAD, Abdelmalek. *A imigração ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo: Edusp, 1998.

SCHOLZ, Roswhita. *A nova crítica social e o problema das diferenças.* 2004. Tradução de Lumir Nahodil e Boaventura Antunes. Disponível em http://obeco.planetaclix.pt/ Acessado em 20 de agosto de 2011.

SCHOLZ, Roswitha. Don't trat every "thing" alike! In *Theory in Progress, Site EXIT! 2005.*

SCHOLZ, Roswitha. *Homo Sacer und "Die Zigeuner" in* Revista EXIT! Krise und Kritik der Warengesellschaft, v.3. Editora Horlemann Verlag, Unkel, 2006.

SCHOLZ, Roswitha. A teoria da cisão de gêneros e a teoria crítica de Adorno. In *Um crítico na periferia do capitalismo: reflexões sobre a obra de Roberto Schwarz*. Maria Elisa Cevasco e Milton Ohata (Orgs.) São Paulo, Companhia das Letras, 2007.

SCHUMPETER, J. *A Teoria do Desenvolvimento Econômico*, São Paulo, Nova Cultural, 2a Edição, 1985.

SCHWARZ, Roberto. *A sereia e o desconfiado.* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.

SCHWARZ, Roberto. *Martinha versus Lucrécia*, Companhia das Letras, São Paulom, 2012.

SEYFERTH, Giralda. *A colonização alemã no vale do Itajaí Mirim.* Porto Alegre: Editora Movimento, 1974.

SILVA, Allan Rodrigo de Campos. *Migrantes Africanos em São Paulo: Estudo de Mobilidade do Trabalho.* Trabalho de Graduação Individual (TGI) em Geografia. FFLCH-USP. 2010.

SOUZA, Danusa de Paula. *Caracterização do Mercado Internacional de Carne de Frango Brasil X Estados Unidos.* 2005.

SOUZA, Verena. O impacto da fusão entre Sadia e Perdigão. Revista Exame. São Paulo: Editora Abril, 15 de setembro de 2009.

TOLEDO, Carlos de Almeida. *A região das lavras baianas.* Tese de doutorado apresentada ao Departamento de Geografia FFLCH/USP. São Paulo, 2008.

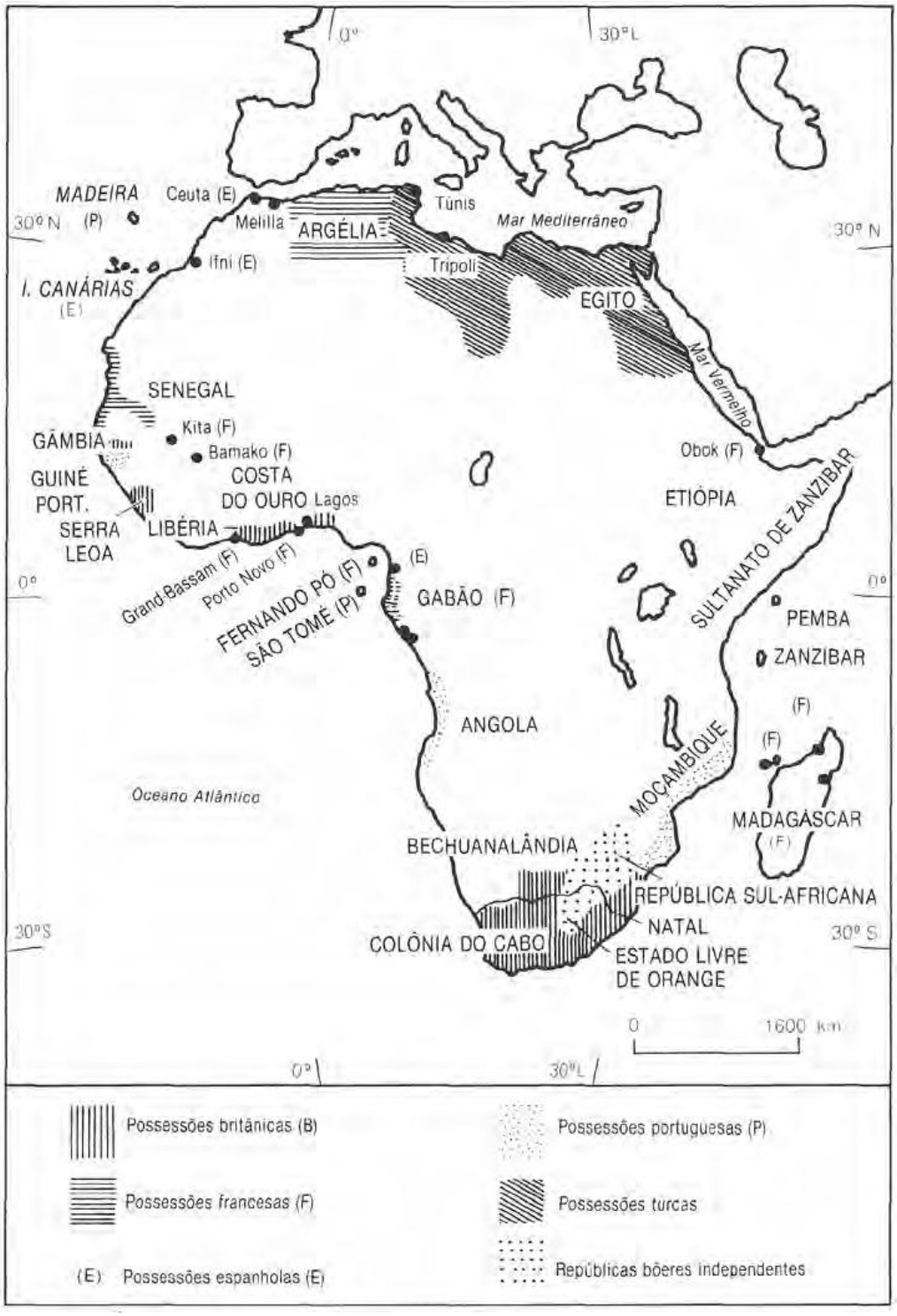
VAINER, Carlos. A violência como fator migratório: silêncios teóricos e evidências históricas. In: *Revista Travessia*, ano IX, n. 25, maio-agosto de 1996.

VIDAL, Roberto. El Derecho Internacional de los refugiados y el Derecho Internacional de los Derechos Humanos como campos para la regulación del desplazamiento interno a la medida de los Estados. Bogotá: Pontificia Universidad Javeriana, Universidad del rosario, Universidad Externado de Colombia, 2005

WALLERSTEIN, Immanuel. *A África e a economia-mundo*. In História geral da África, VI: África do século XIX à década de 1880. Pp.27-46. Editado por J. F. A de Ajayi. Brasília: UNESCO, 2010.

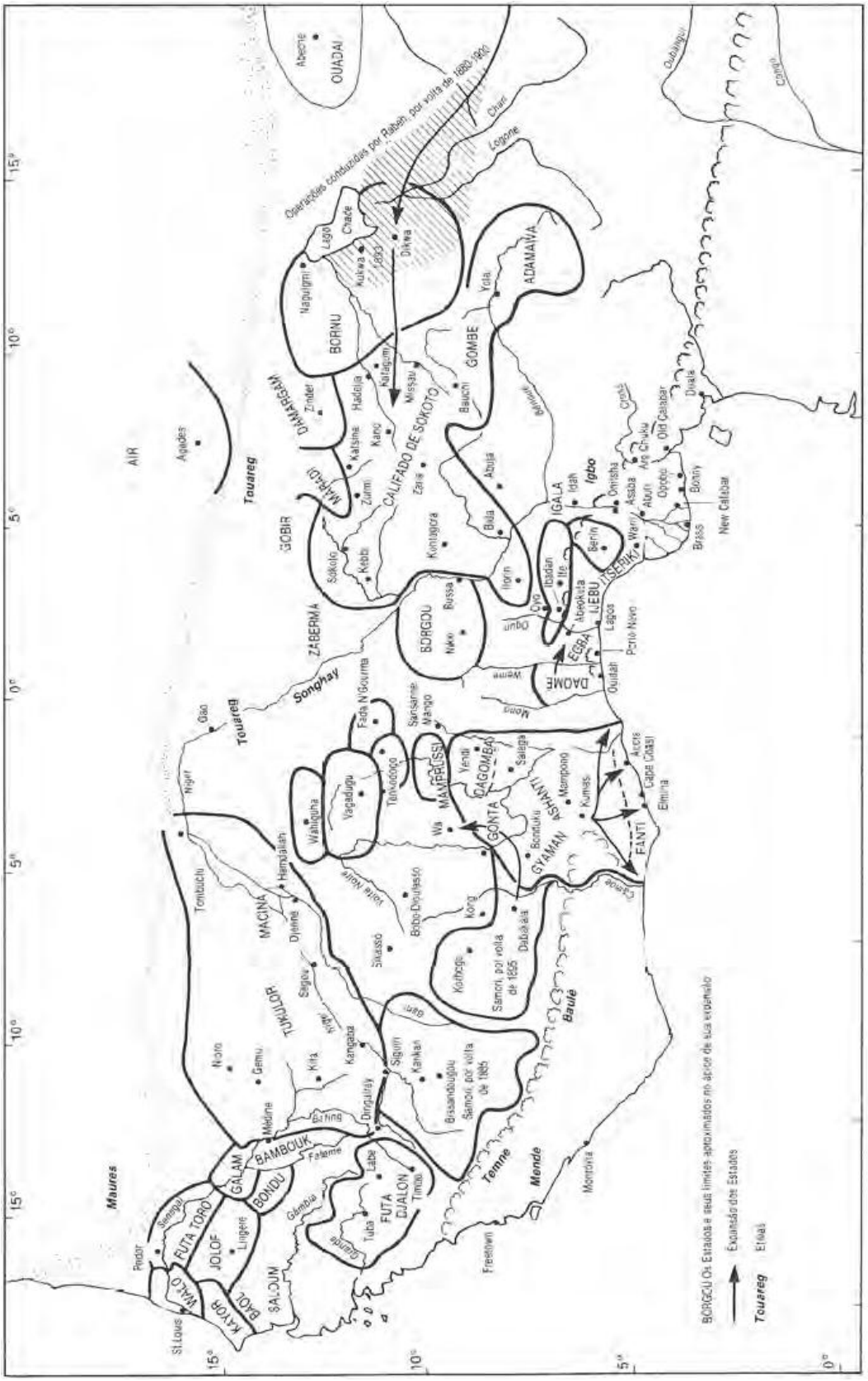
Anexos

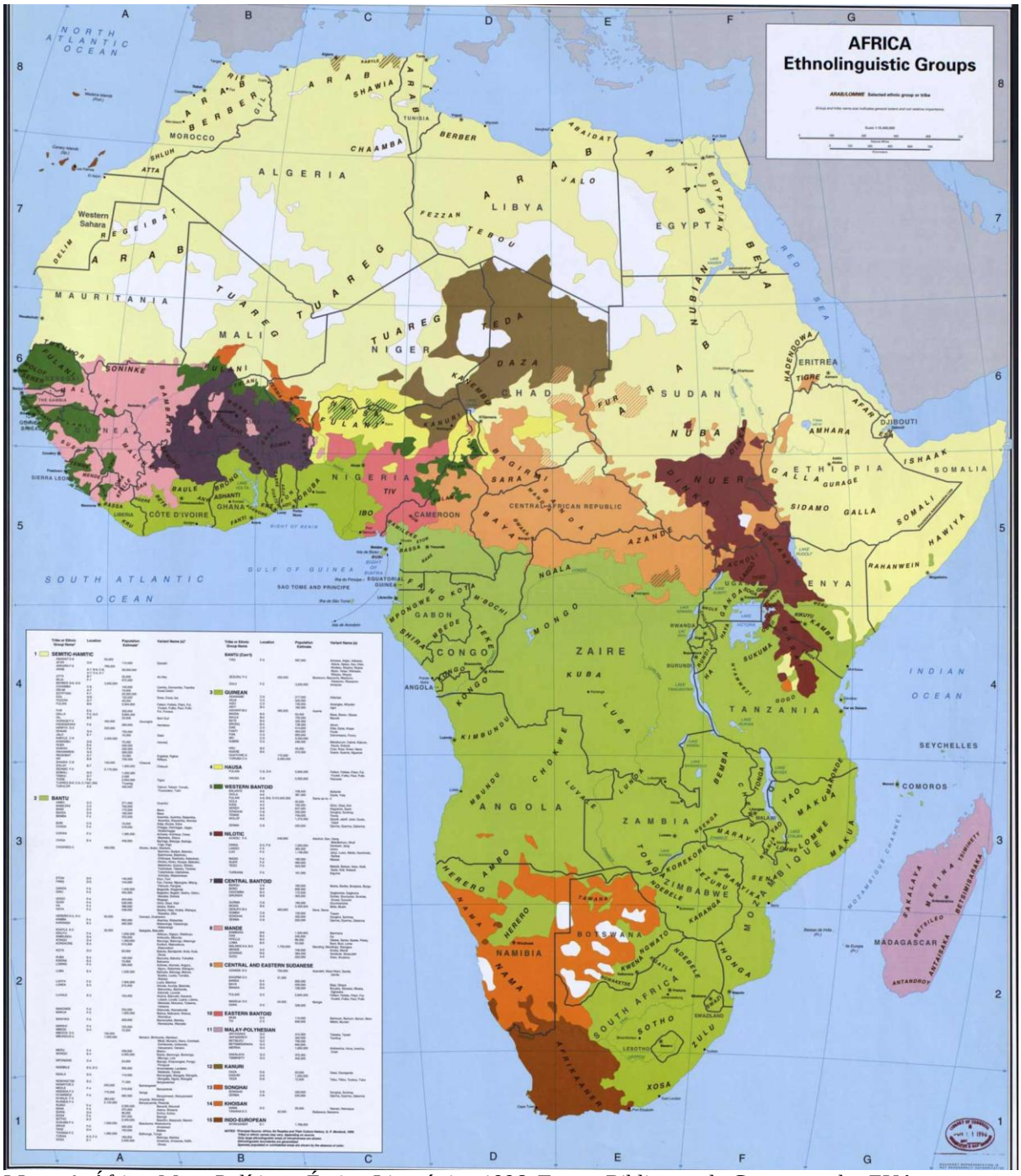
Mapa 1: África no século XVI



Mapa 2: A África em 1914 **Fonte:**

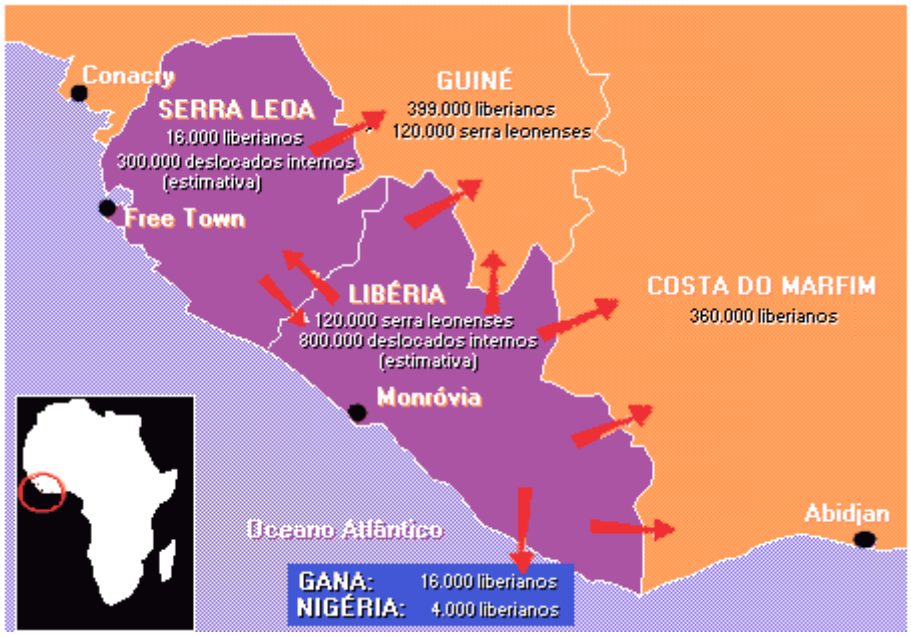
Mapa 3: Estados e povos da África ocidental nas vésperas da partilha europeia. **Fonte:** Fage, 1978.





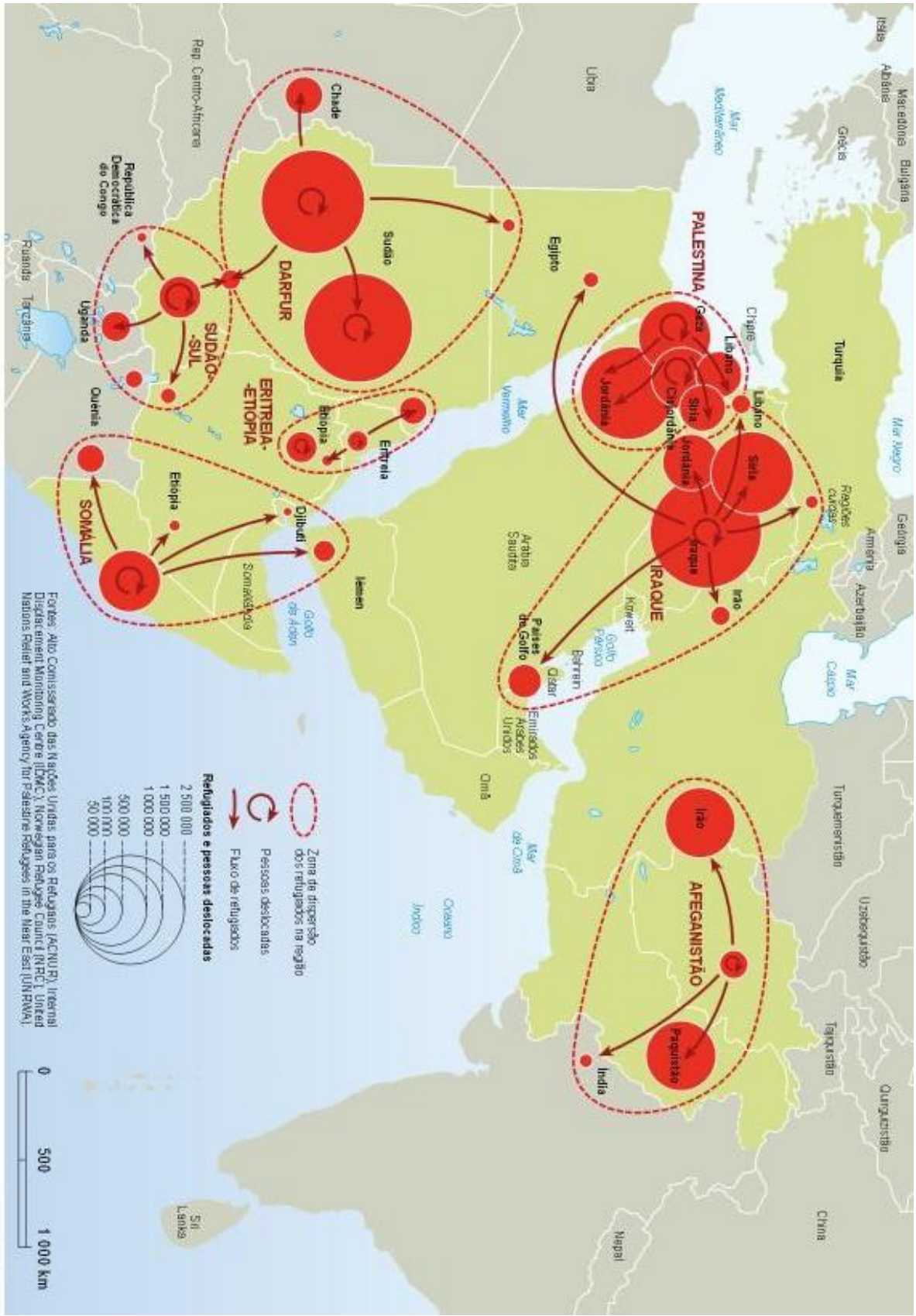
Mapa 4: África, Mapa Político e Étnico-Linguístico,1996**. Fonte:** Biblioteca do Congresso dos EUA

Mapa 5: População libanesa e serra leonesa deslocada no início do século XXI
Fonte: ACNUR



Mapa 6: A Costa do Marfim dividida na guerra civil **Fonte:** OCHA, UN

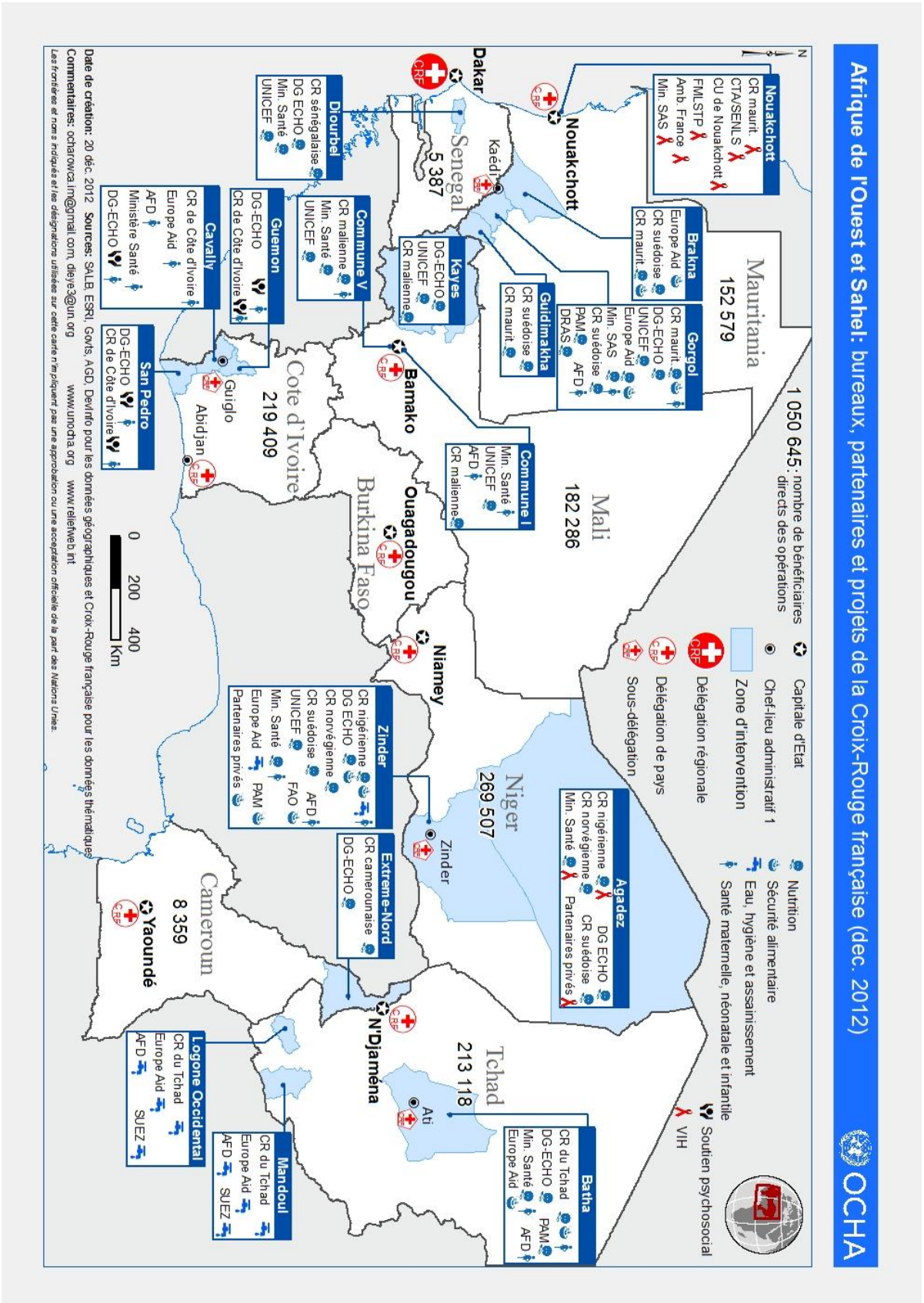
Mapa 7 – Refugiados no Oriente Médio e Norte Africano **Fonte:** Elaborado por Philippe Rekacewicz, baseado em dados do ACNUR.



Mapa 8 – Conflict Barometer, 2009 **Fonte:** Heidelberg Institute

Mapa 9 – Escritórios, parceiros e projetos da Cruz Vermelha na África do Oeste

Fonte: OCHA, Nações Unidas, Dezembro de 2012.



Mapa 10 – Área de Cobertura dos Escritórios da OCHA para a África do Oeste e Central **Fonte:** OCHA-UN

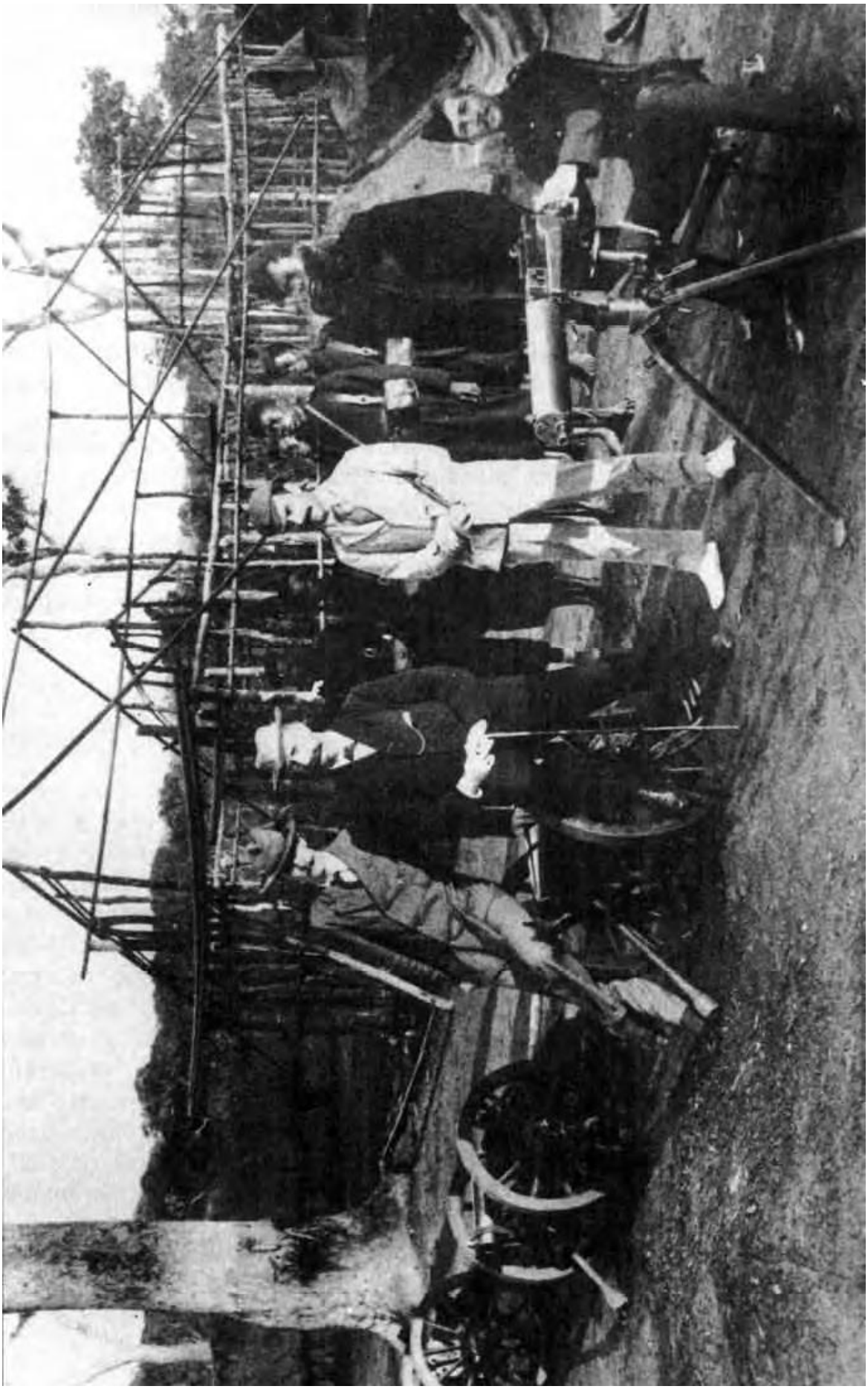



Foto 1: A guerra dos Ashanti, em 1896 (Costa do Ouro): o invasor britânico equipado com metralhadora Maxim. (Fonte: Musée de l'Homme, *apud História da África UNESCO, 2007*).